



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 384 – TERÇA-FEIRA, : DE QWWDTQ DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106,110)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>SDD - 1</p> <p>Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<p>Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 173ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE OUTUBRO DE 2013	69859		
1.1 – ABERTURA	69859		
1.2 – EXPEDIENTE	69859		
1.2.1 – Leitura de requerimentos			
Nº 1.176/2013, de autoria do Senador Casildo Maldaner, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 17 a 19 do corrente.	69859		
Nº 1.177/2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a retirada do Requerimento nº 1.158/2013. Deferido.	69860		
1.2.2 – Leitura de projetos			
Projeto de Lei do Senado nº 413/2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que <i>altera os arts. 407 do Código Civil e 219 do Código de Processo Civil, para estabelecer que, no caso de indenização por danos morais, os juros de mora são devidos a partir da fixação do valor da condenação.</i>	69860		
Projeto de Lei do Senado nº 414/2013, de autoria do Senador Pedro Simon, que <i>acrescenta o Artigo 6º-A à Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, que “Dispõe sobre as operações de desconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outra providências”.</i>	69863		
1.2.3 – Comunicação			
Do Senador Inácio Arruda, justificando o não registro da presença na sessão do dia 2 do corrente (Ofício nº 199/2013).	69866		
1.2.4 – Pareceres			
Nºs 1.110 e 1.111/2013, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321/2012.	69866		
Nºs 1.112 e 1.113/2013, das Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 51/2011.	69893		
1.2.5 – Comunicações da Presidência			
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 321/2012, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 279/2013-CAE).		69928	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 51/2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 246/2013-CAS).		69928	
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 8 e 241/2013. ...		69928	
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 43/2013.		69928	
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 73/2013.		69928	
1.2.6 – Discursos do Expediente			
SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com a integridade física da ativista brasileira do Greenpeace Ana Paula Maciel, presa na Rússia; e outros assuntos.		69929	
SENADOR INÁCIO ARRUDA – Relato de reunião de S. Exª com a Ministra do Planejamento, o Governador do Ceará e diretor da Petrobras sobre a construção de refinaria no Estado do Ceará.		69939	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Alerta às mulheres sobre a importância da prevenção do câncer de mama.		69942	
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Críticas ao Governo Federal pela contabilização dos depósitos judiciais para o alcance do superávit primário.		69942	
SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Registro do 36º aniversário de criação do Estado do Mato Grosso do Sul, a realizar-se no dia 11 do corrente.		69944	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Necessidade de aprimoramento da defesa cibernética das informações estratégicas do País; e outros assuntos.		69947	
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Satisfação com a filiação da presidenciável Marina Silva ao PSB.		69950	

SENADOR ANIBAL DINIZ – Relato de agenda política realizada por S. Ex^a no Estado do Acre; e outros assuntos. 69956

SENADOR VITAL DO RÊGO – Registro dos 25 anos de promulgação da Constituição Federal; e outro assunto. 69961

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Críticas aos esforços públicos para a erradicação do analfabetismo no País. 69964

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Relato da destruição promovida por tornado na cidade de Taquarituba-SP; e outros assuntos. 69969

SENADOR VALDIR RAUPP – Preocupação com os baixos investimentos públicos em infraestrutura no País. 69973

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 1.178/2013, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Eduardo Suplicy, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Colassuonno. 69975

1.2.8 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA ANGELA PORTELA – Registro do transcurso dos 25 anos da Constituição Federal de 1988. 69975

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 69976

1.3 – ENCERRAMENTO. 69976

2 – ATAS

2.1 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 7ª Reunião, realizada em 2 de setembro de 2013. 69982

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, EM 7.10.2013. 70015

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação. 70016

Bancadas dos Partidos. 70017

Por ordem alfabética. 70018

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL. 70019

6 – LIDERANÇAS. 70020

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO. 70024

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS. 70026

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos. 70042

CAS – Comissão de Assuntos Sociais. 70050

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 70054

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte. 70060

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. 70066

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. 70075

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 70083

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura. 70092

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. 70100

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. 70106

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. 70110

CSF – Comissão Senado do Futuro. 70114

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993). 70115

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993). 70116

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995). 70117

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013). 70118

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005). 70118

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001). 70119

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009). 70121

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010). 70123

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010). 70125

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012). 70127

Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013). 70129

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006). 70131

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008). 70138

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007). 70142

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999). 70143

Comissões Mistas Especiais. 70144

12 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972). 70148

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991). 70149

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011). 70150

Ata da 173ª Sessão, Não Deliberativa, em 7 de outubro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência do Sr. Anibal Diniz, da Srª Vanessa Grazziotin
e dos Srs. Mozarildo Cavalcanti e Randolfe Rodrigues*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 14 minutos
e encerra-se às 18 horas e 57 minutos.)*

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio
Governo/PT – AC) – Há número regimental. Declaro
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio
Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que
será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa,
nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, no período
de 17 a 19 de outubro de 2013, para representar o Senado Federal na XXIX
Assembleia Ordinária do Parlatino, no marco da “XXIII Cumbre
Iberoamericana de Chefes de Estado e Governo”, a realizar-se na Cidade do
Panamá- Panamá, com ônus para esta Casa.

Brasília, em 3 de outubro de 2013.


CASILDO MALDANER
Senador

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.177, DE 2013

Nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do Requerimento nº 1.158, de 2013.

Brasília, DF, 2 de outubro de 2013. – Senador **Cyro Miranda**, PSDB/GO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 413, DE 2013

Altera os arts. 407 do Código Civil e 219 do Código de Processo Civil, para estabelecer que, no caso de indenização por danos morais, os juros de mora são devidos a partir da fixação do valor da condenação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 407 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 407.

Parágrafo único. No caso de indenização por danos morais, os juros de mora incidem a partir da decisão que arbitrou o valor da condenação.” (NR)

Art. 2º O art. 219 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, interrompe a prescrição e, exceto no que se refere às verbas de indenização por dano moral, constitui em mora o devedor.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O ordenamento jurídico brasileiro abriga a indenização tanto por dano material quanto por dano moral. Há, todavia, distinções fundamentais entre essas categorias jurídicas, que reclamam tratamento diferenciado no que tange ao termo inicial dos juros de mora incidentes sobre a verba indenizatória.

De acordo com o texto atual do art. 219 do Código de Processo Civil (CPC), a citação constitui em mora o devedor. Deve-se atentar, de início, que essa redação foi dada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973, época em que a noção de dano moral não estava ainda consolidada como sendo passível de indenização.

Cotejando o dano material com o dano moral, percebe-se que a primeira diferença fundamental é que aquele exsurge objetiva e aritmeticamente, pela composição dos danos emergentes e dos lucros cessantes, enquanto este dependerá de avaliação subjetiva do julgador. Tanto é assim que o autor da ação, quando reclama dano material, geralmente faz o pedido de condenação do réu por um valor exato, obtido aritmeticamente; diversamente, quando busca indenização por dano moral, o pedido é no sentido de o juiz arbitrar a verba indenizatória.

Surge daí a seguinte questão: como constituir em mora o devedor, no caso de dano moral, se não se tem a definição da quantia devida?

Ainda que muitas obrigações versem sobre dívidas ilíquidas, que não podem ser quantificadas com exatidão na oportunidade da propositura da ação, não se discute que seu valor decorre de critérios objetivos, de modo que pode, de antemão, ser estimado.

Enfim, enquanto o dano material pode ser calculado e estimado, o dano moral deverá, sempre, ser arbitrado subjetivamente.

Diante disso, não se afigura razoável, a nosso sentir, constituir em mora o devedor de indenização por dano moral desde a citação.

Não é esse, todavia, o argumento mais forte a favor da modificação legislativa que ora apresentamos, mas sim o processo racional de arbitramento da verba indenizatória, que leva em conta o poder aquisitivo da moeda ao tempo em que a fixa.

Explicamos, na sequência, este argumento, que somente não foi apresentado em primeiro lugar porque decorre logicamente do anterior.

Com efeito, o magistrado, ao arbitrar a indenização por dano moral, o faz levando em conta o atual poder aquisitivo da moeda. Ou seja, estabelece o valor da condenação que considera razoável, no momento

da sua decisão, para compensar o dano moral sofrido pelo autor da demanda judicial. Não cogita, nem seria razoável fazê-lo, retroceder mentalmente no tempo para imaginar o valor da verba indenizatória segundo o poder aquisitivo que se verificava à época do fato causador do dano moral.

Utilizando um conceito econômico, vale dizer que a condenação é fixada *a preços correntes*, traduzindo um valor que hipoteticamente compensa o dano moral sofrido pelo autor, à época em que arbitrado. Não faz sentido aplicar juros de mora sobre o valor da indenização assim fixada, retroagindo sua incidência à data da citação, pena de torná-lo desproporcional ao dano a que se destina reparar.

Por hipótese, suponhamos que o autor tenha seu pedido de indenização por dano moral julgado improcedente; mais ainda, que o tribunal não tenha provido sua apelação; mas que, finalmente, quinze anos após o início do processo na primeira instância, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em sede de recurso especial, tenha arbitrado a indenização, o que faz, obviamente, em valores atuais. Se aplicados os juros de mora desde a citação, a indenização, já fixadas em valor tido por suficiente para reparar o dano moral, será acrescida de absurdos 180%. Se era, por exemplo, de R\$ 1 milhão, salta para R\$ 2,8 milhões, extrapolando em muito a quantia considerada razoável, no momento do arbitramento, para reparar o dano moral reclamado.

Ao fixar em lei que a incidência dos juros de mora, no caso de dano moral, ocorre a partir do arbitramento do valor da indenização, o legislador brasileiro pacificará o assunto, que tem defensores de lado a lado, inclusive no próprio STJ.

Por oportuno, cabe destacar o lúcido voto da eminente **Ministra Maria Isabel Gallotti Diniz Rodrigues**, relatora do Recurso Especial nº 903.258, julgado em junho de 2011, de cujo Acórdão transcrevemos o seguinte trecho:

“(…) 6. A correção monetária deve incidir a partir da fixação de valor definitivo para a indenização do dano moral. Enunciado 362 da Súmula do STJ.

7. No caso de responsabilidade contratual, os juros de mora incidentes sobre a indenização por danos materiais, mesmo ilíquida, fluem a partir da citação.

8. **A indenização por dano moral puro (prejuízo, por definição, extrapatrimonial) somente passa a ter expressão em dinheiro a partir da decisão judicial que a arbitrou.**

O pedido do autor é considerado, pela jurisprudência do STJ, mera estimativa, que não lhe acarretará ônus de sucumbência, caso o valor da indenização seja bastante inferior ao pedido (Súmula 326). **Assim, a ausência de seu pagamento desde a data do ilícito não pode ser considerada como omissão imputável ao devedor, para o efeito de tê-lo em mora, pois, mesmo que o quisesse, não teria como satisfazer obrigação decorrente de dano moral, sem base de cálculo, não traduzida em dinheiro por sentença judicial, arbitramento ou acordo (CC/1916, art. 1064).** Os juros moratórios devem, pois, fluir, no caso de indenização por dano moral, assim como a correção monetária, a partir da data do julgamento em que foi arbitrada a indenização, tendo presente o magistrado, no momento da mensuração do valor, também o período, maior ou menor, decorrido desde o fato causador do sofrimento infligido ao autor e as consequências, em seu estado emocional, desta demora.” (Destacamos)

A despeito disso, muitos julgados posteriores a esse, inclusive do próprio STJ, decidiram a questão de maneira diversa, com fundamento na Súmula nº 54, editada há mais de vinte anos:

“Súmula 54 – Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.”

Essa súmula, como se vê, dá tratamento uniforme a categorias distintas, pois a responsabilidade extracontratual pode decorrer tanto de dano material quanto de dano moral. E é justamente por não distinguir entre um e outro que a súmula serve de fundamento para decisões divergentes, a que se seguem milhares de recursos, em todas as comarcas e tribunais estaduais, culminando no STJ.

Portanto, ficando previsto em lei o termo inicial dos juros de mora no caso de indenização por dano moral, evitam-se decisões díspares e, principalmente, milhares recursos que versam sobre a matéria.

Por essas razões, confiantes de que a modificação legislativa ora proposta aperfeiçoa a legislação atinente aos juros de mora incidentes sobre a indenização por danos morais, além de contribuir para diminuição dos recursos interpostos para discutir essa matéria, pedimos aos ilustres Parlamentares que votem pela aprovação do projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

ÍNDICE**Vigência****Texto compilado****Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro****Vide Lei nº 12.441, de 2011****Institui o Código Civil.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 407. Ainda que se não alegue prejuízo, é obrigado o devedor aos juros da mora que se contarão assim às dívidas em dinheiro, como às prestações de outra natureza, uma vez que lhes esteja fixado o valor pecuniário por sentença judicial, arbitramento, ou acordo entre as partes.

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Texto compilado**Vigência****Institui o Código de Processo Civil.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição. ([Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973](#))

§ 1º A prescrição considerar-se-á interrompida na data do despacho que ordenar a citação. ([Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973](#))

§ 2º Incumbe à parte, nos dez (10) dias seguintes à prolação do despacho, promover a citação do réu. ([Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973](#))

§ 3º Não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de noventa (90) dias, contanto que a parte o requeira nos cinco (5) dias seguintes ao término do prazo do parágrafo anterior. ([Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973](#))

§ 1º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação. ([Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994](#))

§ 2º Incumbe à parte promover a citação do réu nos 10 (dez) dias subseqüentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. ([Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994](#))

§ 3º Não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de 90 (noventa) dias. ([Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994](#))

§ 4º Não se efetuando a citação nos prazos mencionados nos parágrafos antecedentes, haver-se-á por não interrompida a prescrição. ([Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973](#))

§ 5º Não se tratando de direitos patrimoniais, o juiz poderá, de ofício, conhecer da prescrição e decretá-la de imediato. ([Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973](#))

§ 5º O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição. ([Redação dada pela Lei nº 11.280, de 2006](#))

§ 6º Passada em julgado a sentença, a que se refere o parágrafo anterior, o escrivão comunicará ao réu o resultado do julgamento. ([Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973](#))

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 414, DE 2013

Acrescenta o Artigos 6º-A à Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, que "Dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. A Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, que passa a vigorar acrescida do seguinte Artigo 6º-A:

"Art. 6º-A. O Banco Central, nos casos de iliquidez e inadimplência previstos no Art. 1º desta Lei, garantirá a liquidação plena, integralizada e imediata dos depósitos bancários à vista em caderneta de poupança, conta-corrente e demais aplicações de rendimentos pré ou pós-fixados, registrados nas referidas instituições financeiras - excluídos os pertencentes aos controladores, proprietários majoritários ou administradores destas - conforme os limites abaixo especificados:

I – pessoas físicas ou entidades sem fins lucrativos: até o máximo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

II – pessoas jurídicas: até o máximo de R\$ 350.000, 00 (trezentos e cinquenta mil reais). (NR)

Art. 2 . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos primeiros momentos em que a grave crise internacional passou a ser vista com maior atenção por nossas autoridades em política econômica, o Governo, enfim, tomou algumas providências, entre as quais estava a edição da MP 442, que, em linhas gerais, veio para atuar como um "colchão" protetor para os distúrbios e perturbações que pudessem afligir ao nosso, sempre frágil e vacilante, sistema financeiro nacional.

Embora esses mesmos agentes financeiros, sejam do setor público ou privado, não se cansem de exaltar – em outras circunstâncias – as virtudes, a independência e a solidez do mesmo.

Tenho acompanhado de perto todas as últimas crises econômicas dos tempos recentes: Rússia, Ásia, México... E as ações tomadas, que vão do PROES, passando pelo PROER, até a nossa famosa e ridícula situação “do iminente risco de crise sistêmica”, onde a precipitação criminosa obrigou nosso Banco Central a salvar, caridosamente, dois desconhecidos micro-bancos, dirigidos por espertos especuladores, tudo isso a um custo de mais de US\$ 2,5 bilhões (à época).

Esse acompanhamento me fez ter algumas certezas quanto ao propósito e às intenções das diligências que os consecutivos governos nacionais têm tomado. Sempre. Repito: sempre – se busca salvaguardar, em primeiro lugar, os bancos e os banqueiros. Não interessa o fato de terem eles especulado até o limite da sangria total. É irrelevante que tenham investido – ou apostado – com uma alavancagem, cujo excesso seria proibido até no mais sujo e promíscuo cassino. A primazia é dar segurança ao Mercado. À sociedade, o cidadão vem – quando vem – a reboque das sobras.

Esta proposta surgiu primeiro como emendas à MP. O argumento vencedor foi que, primeiro: os correntistas estariam e estão plenamente amparados e suas aplicações garantidas dentro da própria Lei (MP 442).

Explicitamente, o que existia para efeito de garantias aos correntistas, era a Resolução n 3.400/2006, do Conselho Monetário Nacional, editada via Banco Central, que cria o Fundo Garantidor de Créditos. Esta norma está marcada pela volubilidade em sua existência, ela tem uma extensa ascendência e ancestralidade com mutações de todo gênero. Além disso, seus termos restringiam a garantia ao valor máximo de até R\$ 60 mil.

Curiosamente, ainda durante o processo de discussão da MP 442, o CMN alterou, de forma drástica, o Fundo Garantidor de Crédito, que as garantias que seriam para os investidores, passaram a ser direcionadas para possíveis “salvamentos” de bancos menores – os chamados “tamboretas”. Logo, a lógica de proteção avocada pelo governo sucumbiu aos fatos até mesmo antes de eles existirem.

Acredito que a crise atual exige que tenhamos legislação mais ampla, rígida e consolidada dentro de uma hierarquia normativa, que efetivamente forneça a segurança de que o pequeno correntista necessita.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2013.



Senador Pedro Simon

Legislação citada:

LEI Nº 11.882, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Monetário Nacional, com o propósito de assegurar níveis adequados de liquidez no sistema financeiro, poderá:

I - estabelecer critérios e condições especiais de avaliação e de aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central do Brasil em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira; e

II - afastar, em situações especiais e por prazo determinado, observado o disposto no ^{§ 3º de art. 194 da Constituição Federal}, nas operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, as exigências de regularidade fiscal previstas no ^{art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 1 de fevereiro de 1967}, no ^{§ 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.713, de 22 de novembro de 1970}, na ^{alínea c do caput do art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990}, e na ^{Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002}.

§ 1º Nas operações de empréstimo referidas no inciso I do caput deste artigo, fica o Banco Central do Brasil autorizado a:

I - liberar o valor da operação na mesma moeda estrangeira em que denominados ou referenciados os ativos recebidos em garantia; e

II - aceitar, em caráter complementar às garantias oferecidas nas operações, garantia real ou fidejussória outorgada pelo acionista controlador, por empresa coligada ou por instituição financeira.

§ 2º Na ocorrência de inadimplemento, o Banco Central do Brasil poderá, mediante oferta pública, alienar os ativos recebidos em operações de redesconto ou em garantia de operações de empréstimo.

§ 3º A alienação de que trata o § 2º deste artigo não será obstada pela intervenção, recuperação judicial, liquidação extrajudicial, falência ou insolvência civil a que sejam submetidos, conforme o caso, a instituição financeira ou o terceiro titular do ativo oferecido em garantia de empréstimo.

§ 4º O resultado, positivo ou negativo, da alienação de que trata o § 2º deste artigo será apropriado pelo Banco Central do Brasil e integrará seu balanço para os efeitos do ^{art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001}.

§ 5º O Conselho Monetário Nacional regulamentará o disposto neste artigo, devendo observar, na fixação de critérios e condições especiais previstas no inciso I do caput deste artigo, regras transparentes e não discriminatórias para a aceitação de ativos em operações de redesconto.

§ 6º O Banco Central do Brasil deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente de cada trimestre, relatório sobre as operações realizadas com base no disposto no inciso I do caput deste artigo, indicando, entre outras informações, o valor total trimestral e o acumulado no ano das operações de redesconto ou empréstimo realizadas, as condições financeiras médias aplicadas nessas operações, o valor total trimestral e acumulado anual de créditos adimplidos e inadimplidos, além de um demonstrativo do impacto dessas operações nos resultados daquele órgão.

§ 7º Na mesma reunião conjunta com as comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, conforme previsto no ^{§ 3º de art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000}, o Ministro-Presidente do Banco Central do Brasil, com base no relatório previsto no § 6º deste artigo, informará e debaterá sobre os valores agregados e a taxa média praticada nas operações de redesconto em reais.

§ 8º (VETADO).

Art. 6º Em operação de arrendamento mercantil ou qualquer outra modalidade de crédito ou financiamento a anotação da alienação fiduciária de veículo automotor no certificado de registro a que se refere a ^{Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997}, produz plenos efeitos probatórios contra terceiros, dispensado qualquer outro registro público.

§ 1º Consideram-se nulos quaisquer convênios celebrados entre entidades de títulos e registros públicos e as repartições de trânsito competentes para o licenciamento de veículos, bem como portarias e outros atos normativos por elas editados, que disponham de modo contrário ao disposto no caput deste artigo.

§ 2º O descumprimento do disposto neste artigo sujeita as entidades e as pessoas de que tratam, respectivamente, as ^{Leis nos 8.015, de 11 de dezembro de 1973}, e ^{8.935, de 18 de novembro de 1994}, ao disposto no ^{art. 5º e seguintes da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990}, e às penalidades previstas no ^{art. 32 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994}.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(À Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício GSINAR nº 199/2013

Brasília, 4 de outubro de 2013

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a V. Ex^a que não participei das votações ocorridas na última

quarta-feira, dia 2 de outubro, no Plenário desta Casa, em virtude de estar representando o Senado Federal na abertura do 85º Encontro Nacional da Indústria da Construção, ocorrido na mesma data, na cidade de Fortaleza, Ceará, de acordo com a indicação contida no Ofício nº 461/2013-PRESID.

Atenciosamente, – Senador **Inácio Arruda**.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECERES

Nºs 1.110 E 1.111, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2012, do Senador José Agripino, que dispõe sobre o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia - SistENET, seu regime tributário diferenciado e dá outras providências.

PARECER Nº 1.110, DE 2013

(Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

O PLS nº 321, de 2012, de autoria do Senador José Agripino, modifica a legislação tributária para estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Novas Empresas de Tecnologia (*Start-ups*) no âmbito dos Poderes da União especialmente no que se refere à isenção temporária de tributos (art. 1º). O projeto conceitua e define as empresas que podem se enquadrar no regime (art. 2º), que isenta por dois anos, prorrogáveis por mais dois anos, todos os impostos (art. 3º). Após esse prazo, as empresas estarão automaticamente inscritas no Simples, com redução de 50% de todos os impostos por um ano (art. 5º). Caso aprovado, o projeto de lei entrará em vigor no dia da publicação da lei (art. 6º).

Justificou-se a proposição pela necessidade de redução dos encargos tributários durante o período mais frágil para as empresas do segmento (início das atividades) e de formalização das empresas do setor.

Esse projeto de lei tramita pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e passará, em seguida, à análise pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à qual cabe a decisão terminativa.

Na CCT, encerrado o prazo previsto no art. 122, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Quanto à iniciativa, o assunto não se encontra entre aqueles reservados (art. 61, § 1º da CF), de modo que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa referente ao tema.

Em relação aos demais aspectos formais, a espécie normativa proposta é compatível com o texto constitucional, e o projeto atende à exigência de lei específica para a concessão de isenção tributária, conforme previsto no § 6º do art. 150 da CF.

Quanto à análise do conteúdo da iniciativa que se encontra na competência desta Comissão, na forma do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição é meritória. Apesar de, no mérito, a proposição estar compatível com o ordenamento constitucional, são necessárias algumas modificações no sentido de aperfeiçoar o projeto.

O art. 1º do PLS dispõe que a lei trata de normas gerais, contudo a proposição não é uma norma geral, mas específica de concessão de isenção de impostos para determinado grupo de contribuintes. Dessa forma recomendamos nova redação desse artigo.

O nobre autor do PLS argumenta que o ambiente de negócios no Brasil ainda é bastante hostil às pequenas empresas, em especial, no tocante aos tributos. Dessa forma, o projeto procura beneficiar empresas nascentes que atuam no setor de Tecnologias da Informação e Comunicação. Em geral, essas empresas são intensivas em capital humano, constituídas por poucas pessoas e que têm como maior investimento inicial o próprio tempo dedicado ao desenvolvimento de uma ideia. A história recente apresenta vários exemplos de pequenos negócios que surgiram de uma “ideia na cabeça e um computador na mão” e rapidamente se transformaram em empresas mundiais, como Google e Facebook.

Conforme previsto no art. 179 da CF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dispensarão às microempresas tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. O PLS, ao incentivar as microempresas que atuam no setor de tecnologia de informação, promoverá o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Porém, com o intuito de aprimorar a proposição e para adequá-la à boa técnica legislativa, pois a matéria apresentada refere-se à concessão de isenção de impostos federais, estaduais e municipais para as empresas abrangidas pelo SisTENET -, é necessária a apresentação de emenda para alterar o § 1º do art. 3º do PLS a fim de limitar a isenção apenas aos impostos federais e transformá-lo em *parágrafo único*.

O art. 5º do PLS dispõe que no término do prazo de dois anos da inscrição no SisTENET, a empresa será automaticamente inscrita no Simples. No entanto, a inscrição no Simples Nacional é opção do contribuinte, e não uma imposição legal. Além disso, a redação do PLS deve estar em harmonia com a alteração promovida pela Lei Complementar nº 123, de 2006. Portanto, deve ser modificada a terminologia empregada no PLS para Simples Nacional. Também deve ser previsto um prazo para que o contribuinte realize a opção pelo Simples Nacional após o término do período no SisTENET. Nesse sentido, propõem-se ajustes na redação do artigo para que este se amolde às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Assim, são apresentadas alterações quanto à referência à Lei nº 9.317, de 1996, que tratava do Simples, para a Lei Complementar nº 123, de 2006, que regula o Simples Nacional.

Cabe ressaltar que o §1º do art. 5º do PLS prevê benefício fiscal de redução de cinquenta por cento sobre o valor total dos impostos federais pelo prazo improrrogável de um ano a contar da data da opção pelo Simples. Ocorre que a redução de impostos relacionados ao Simples Nacional somente pode ser realizada por meio de lei complementar.

Quanto ao §2º e §3º do art. 5º, estes, também, merecem reparos. O §2º utiliza o termo solicitação, mas de fato a empresa estará excluída do sistema, portanto deve ser utilizado o termo “comunicação”. Assim, há a previsão de uma obrigação (comunicar a saída do SisTENET), mas não é prevista qualquer sanção para o contribuinte. Desse modo, a falta de comunicação do excesso de receita, em um determinado prazo, deve ser punida

com multa administrativa, e a falta de opção pelo Simples nacional implicaria tributação pelo Lucro Real. Quanto ao §3º, este merece ser alterado, uma vez que a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SFB) pode verificar a inadequação da adesão ao SisTENET ainda que após o período da vigência do prazo – desde que dentro do prazo decadencial.

O art. 6º do PLS dispõe que a Lei entra em vigor na data de sua publicação. Contudo, deve haver um prazo para que os cadastros administrativos e os sistemas da RFB se adequem à nova legislação. Dessa forma, sugere-se que a lei entre em vigor no prazo de trinta dias a contar da publicação.

Nesse sentido, apresentamos emendas com a finalidade de aprimorar o texto do projeto e compatibilizá-lo com as atuais normas jurídicas.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 321, de 2012, com a apresentação das seguintes emendas:

EMENDA Nº 01 - CCT, DE 2013

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2012, a seguinte redação:

Art. 1º Esta Lei concede isenção de impostos federais para Novas Empresas de Tecnologia (Start-ups)

EMENDA Nº 02 - CCT, DE 2013

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2012, a seguinte redação:

Art. 3º.....

Parágrafo único. A inscrição no SisTENET implica a isenção total e temporária do pagamento de todos os impostos federais.

EMENDA Nº 03 - CCT, DE 2013

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2012, a seguinte redação:

Art. 5º Findo o prazo de 2 (dois) anos da inscrição da *Start-up* no SisTENET, a empresa poderá optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –

SIMPLES NACIONAL, a não ser que siga enquadrada nas definições do art. 2º desta Lei, sendo elegível à renovação da inscrição no SisTENET e assim o faça.

§ 1º A opção de que trata este artigo é condicionada ao atendimento da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e deve ser realizada até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no *caput* deste artigo.

§ 2º Caberá à *Start-up* que obtenha em um trimestre uma receita bruta superior a R\$30.000,00 (trinta mil reais) a comunicação de saída do SisTENET e a opção pelo SIMPLES NACIONAL.

§3º A falta de comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias do encerramento do trimestre na hipótese do §2º deste artigo implicará a imposição de multa de R\$500,00 (quinhentos reais).

§4º Caso seja apurada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil a inadequação da *Start-up* aos critérios estabelecidos no art. 2º desta Lei, proceder-se-á a sua exclusão do SisTENET, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do dia em que o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção, sem prejuízo da cobrança do tributo devido, acrescido dos juros e das penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.


EMENDA Nº 04 - CCT, DE 2013

Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2012, a seguinte redação:

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação

.....
Sala da Comissão, 28 de maio de 2013

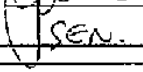
Senador Zezé Perrella, Presidente

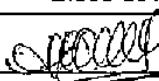
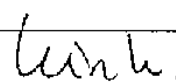
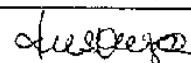
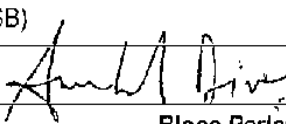
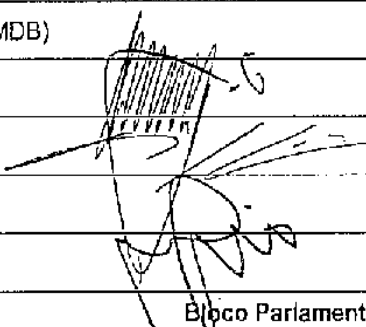
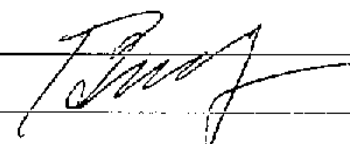
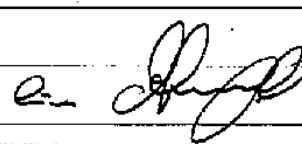
, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 13ª REUNIÃO, DE 28/05/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:  **Senador Zezé Perrella**

RELATOR:  **SEN. VALDIR RAUPP**

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT) 	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) 
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB) 
Aníbal Diniz (PT) 	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) RELATOR 	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito de Lira (PP) 
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) 
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

PARECER Nº 1.111, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

O PLS nº 321, de 2012, do Senador José Agripino, altera a legislação tributária para fixar normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Novas Empresas de Tecnologia (*Start-ups*), especialmente no que se refere à isenção temporária de tributos (art. 1º).

Esse projeto define as empresas que podem se enquadrar no regime especial e isentá-las por dois anos, prorrogáveis por igual período, de todos os impostos (arts. 2º e 3º). Após esse prazo, as empresas estarão automaticamente inscritas no Simples, com redução de 50% de todos os tributos por um ano (art. 5º).

Justificou-se a proposta pela necessidade de redução dos encargos tributários durante o período mais crítico para o estabelecimento das empresas do segmento (início das atividades) e pela indispensabilidade de aumento da formalização das empresas do setor.

O projeto de lei tramitou pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde foi aprovado com quatro emendas.

A primeira emenda modifica o art. 1º do PLS para conferir uma redação mais adequada ao objeto da lei. A Emenda nº 02 – CCT modifica o art. 3º do PLS para restringir a isenção somente aos impostos federais. Por seu turno, a Emenda nº 03 – CCT altera o art. 5º do PLS para adequar a redação à legislação atual e à competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Por fim, a Emenda nº 04 – CCT confere o período de *vacatio legis* de 30 dias.

Após análise pela CCT, o projeto foi encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à qual cabe a decisão terminativa.

II – ANÁLISE

A matéria apresentada refere-se à concessão de benefícios fiscais relativos a impostos federais (conforme Emenda nº 02 – CCT), cuja competência para disciplinar é da União, a teor do art. 153 da Constituição Federal (CF). Desse modo, lei federal pode regular o assunto.

No concernente à iniciativa, o objeto da proposta não se encontra entre aqueles reservados (art. 61, § 1º, da CF), de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa referente ao tema.

Em relação aos demais aspectos formais, a espécie normativa proposta é compatível com o texto constitucional e o projeto atende à exigência de lei específica para a concessão de isenção dos tributos, conforme previsto no § 6º do art. 150 da CF. No que se refere às normas de técnica legislativa, os precisos e apropriados ajustes na redação do PLS aprovados pela CCT corrigem os equívocos redacionais. A única ressalva refere-se à Emenda nº 04 que se propõe a alterar o art. 6º do PLS. Por simples lapso, constou que estaria sendo alterado o art. 5º, por isso a modificação agora sugerida na forma de subemenda.

Superada a análise formal da proposição, passa-se ao exame do seu conteúdo, que se encontra na competência desta Comissão, na forma do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Seguindo essa apreciação, verifica-se que as preciosas modificações sugeridas pela CCT aperfeiçoaram sobremaneira o texto e corrigiram as deficiências da redação original do projeto de lei.

Como bem percebido pela CCT, o art. 1º do PLS dispõe que a lei trata de normas gerais, contudo a proposição não é uma norma geral, mas específica de concessão de isenção de impostos federais para determinado grupo de contribuintes. Portanto, adequada a Emenda nº 01 – CCT. Ademais, caso a lei fosse concebida como norma geral de matéria tributária, deveria ser veiculada mediante lei complementar, de acordo com o disposto no art. 146, inciso III, da Constituição Federal.

A maior fragilidade da redação original do PLS era o § 1º do seu art. 3º, que concedia isenção total e temporária do pagamento de todos os impostos federais, estaduais e municipais. Entretanto, lei federal não pode

conceder isenção de tributos de competência de Estados, Distrito Federal e Municípios. Desse modo, deve ser alterado o dispositivo no PLS para restringir o benefício apenas aos impostos federais, o que foi realizado por meio da apresentação da Emenda nº 02 – CCT.

O art. 5º do PLS dispõe que no término do prazo de dois anos da inscrição no SisTENET, a empresa será automaticamente inscrita no Simples. No entanto, a inscrição no Simples Nacional é opção do contribuinte, e não uma imposição legal. A permanecer a atual redação do PLS, não só haveria desvirtuamento da sistemática desse regime tributário, que por natureza é facultativo, como também conflito com o inciso I do parágrafo único do art. 146 da CF. Além disso, a redação do PLS deve estar em harmonia com a alteração promovida pela Lei Complementar nº 123, de 2006. Para atender a essas ressalvas, justifica-se a Emenda nº 03 – CCT.

Cabe também destacar que havia um vício formal na escolha da espécie normativa. Na redação original do § 1º do art. 5º do PLS era prevista a redução de 50% sobre o valor dos impostos federais pelo prazo improrrogável de um ano a contar da data da opção pelo Simples. No entanto, a redução de impostos relacionados ao Simples Nacional somente pode ser realizada por meio de lei complementar (art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 2006). A Emenda nº 03 – CCT sanou a falha ao excluir do texto do PLS a hipótese de redução dos tributos.

No mérito, louva-se a iniciativa, pois são de conhecimento geral as crônicas dificuldades que as pequenas empresas do segmento de informática sofrem em nosso País, principalmente no aspecto concorrencial, tanto em relação às grandes empresas estabelecidas no Brasil quanto às empresas sediadas em outros países.

Agrava negativamente o equilíbrio concorrencial a elevada carga tributária, que proporcionalmente sobrecarrega as micro e pequenas empresas. Ainda que haja a possibilidade de opção pelo Simples Nacional, esse regime não é capaz de conferir competitividade às empresas com baixíssimo faturamento, como no caso do presente projeto, que abrange somente aquelas com receita de até R\$ 30.000,00 por mês.

Não é por outro motivo, que o próprio texto constitucional (art. 179) prevê às microempresas tratamento diferenciado, que elimine, entre outras, a obrigação tributária.

Desse modo, é necessária a imediata alteração legislativa para garantir que os impostos federais não sejam um entrave ao início de atividades dos microempreendedores do setor de tecnologia de informação.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 321, de 2012, na forma das emendas de nºs 01 a 04, aprovadas pela CCT, com a subemenda a seguir.

SUBEMENDA Nº 1 - CAE, DE 2013

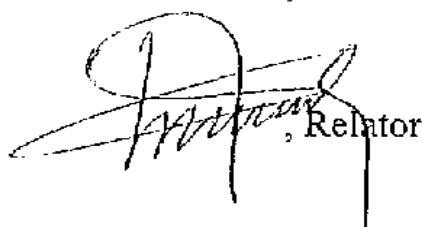
(à Emenda nº 04 – CCT, de 2013)

Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2012, a seguinte redação:

Art. 6º Esta lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias da sua publicação.

Sala da Comissão, 1º de outubro de 2013.

_____, Presidente


_____, Relator

DECISÃO DA COMISSÃO

Em Reunião realizada nesta data, após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocados em votação, a Comissão aprova o Projeto por 12 (doze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, as Emendas n°s 1 a 3-CCT-CAE e a Emenda n° 4-CCT na forma da Subemenda n° 1-CAE por 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

EMENDA N° 01 – CCT-CAE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado n° 321, de 2012, a seguinte redação:

Art. 1º Esta Lei concede isenção de impostos federais para Novas Empresas de Tecnologia (Start-ups)

EMENDA N° 02 – CCT-CAE

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado n° 321, de 2012, a seguinte redação:

Art. 3º.....

Parágrafo único. A inscrição no SisTENET implica a isenção total e temporária do pagamento de todos os impostos federais.

EMENDA N° 03 – CCT-CAE

Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei do Senado n° 321, de 2012, a seguinte redação:

Art. 5º Findo o prazo de 2 (dois) anos da inscrição da *Start-up* no SisTENET, a empresa poderá optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, a não ser que siga enquadrada nas definições do art. 2º desta Lei, sendo elegível à renovação da inscrição no SisTENET e assim o faça.

§ 1º A opção de que trata este artigo é condicionada ao atendimento da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e deve ser realizada até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no *caput* deste artigo.

§ 2º Caberá à *Start-up* que obtenha em um trimestre uma receita bruta superior a R\$30.000,00 (trinta mil reais) a comunicação de saída do SisTENET e a opção pelo SIMPLES NACIONAL.

§3º A falta de comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias do encerramento do trimestre na hipótese do §2º deste artigo implicará a imposição de multa de R\$500,00 (quinhentos reais).

§4º Caso seja apurada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil a inadequação da *Start-up* aos critérios estabelecidos no art. 2º desta Lei, proceder-se-á a sua exclusão do SisTENET, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do dia em que o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção, sem prejuízo da cobrança do tributo devido, acrescido dos juros e das penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

EMENDA Nº 04 - CCT

Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2012, a seguinte redação:

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação

.....

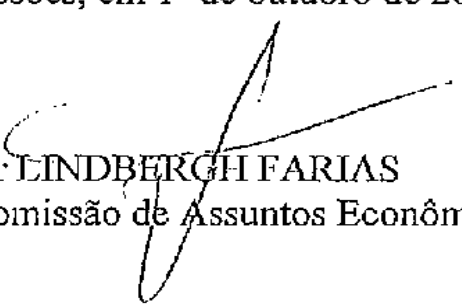
SUBEMENDA Nº1 - CAE, DE 2013

(à Emenda nº 04 – CCT, de 2013)

Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2012, a seguinte redação:

Art. 6º Esta lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias da sua publicação.

Sala das Comissões, em 1º de outubro de 2013.


Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2012
TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 63ª REUNIÃO, DE 01/10/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Aníbal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfo Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Osvaldo Sobrinho (PTB)	5. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. João Ribeiro (PR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 321/2012.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL (PT)					1. PEDRO TAQUES (PDT)	X			
EDUARDO SUPICZY (PT)	X				2. WALTER PINHEIRO (PT)(RELATOR)	X			
JOSÉ PIMENTEL (PT)					3. AMBAL DINIZ (PT)	X			
HUMBERTO COSTA (PT)	X				4. EDUARDO LOPES (PRB)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					5. JORGE VIANA (PT)				
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)					6. ACIR GURGACZ (PDT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					7. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTTIN (PCDOB)					8. INACIO ARRUDA (PCDOB)				
					9. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BLAGA (PMDB)					1. CASILDO MALDANER (PMDB)				
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	X				2. RICARDO FERRAÇO (PMDB)	X			
VALDIR RAUPP (PMDB)					3. VAGO				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
VITAL DO RÉGO (PMDB)					5. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					6. CLEISIO ANDRADE (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	X				7. ANA AMÉLIA (PP)				
IVO CASSOL (PP)					8. CIRO NOGUEIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)					9. BENEDITO DE LIRA (PP)				
KÁTIA ABREU (PSD)									
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X				1. FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
CYRO MIRANDA (PSDB)					2. AÉCIO NEVES (PSDB)				
ALVARO DIAS (PSDB)	X				3. PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM)(AUTOR)			X		4. LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
OSVALDO SOBRINHO (PTB)					5. WILDER MORAIS (DEM)				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO (PTB)					1. GIM (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					2. ALFREDO NASCIMENTO (PR)				
BLAÍRO MAGGI (PR)	X				3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)					4. JOÃO RIBEIRO (PR)				

Quórum: TOTAL 14 AUTOR 1 PRESIDENTE 1, DEMAIS 12
 Votação: TOTAL 12 SIM 12 NÃO 0 ABS 0

ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 01/10/2013

Senador LINDBERGH FARIAS
 Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RIST, art. 132, § 8º)
 OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RIST, art. 51)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emendas nºs 1 a 3-CCT-CAE apresentadas ao PLS 321 de 2012.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCDOB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCDOB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL (PT)					1. PEDRO TAQUES (PDT)	X			
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				2. WALTER PINHEIRO (PT) (RELATOR)	X			
JOSÉ PIMENTEL (PT)					3. ANIBAL DINIZ (PT)	X			
HUMBERTO COSTA (PT)	X				4. EDUARDO LOPES (PSB)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					5. JORGE VIANA (PT)				
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)					6. ACIR GURGACZ (PDT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					7. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTTIN (PCDOB)					8. INÁCIO ARRUDA (PCDOB)				
					9. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA (PMDB)					1. CASILDO MALDANER (PMDB)				
SERGIO SOUZA (PMDB)	X				2. RICARDO FERRAZ (PMDB)	X			
VALDIR RAUPP (PMDB)					3. VAGO				
ROBERTO REQUILÃO (PMDB)					4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
VITAL DO RÉGO (PMDB)					5. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
ROMERO JUCA (PMDB)					6. CLÉSIO ANDRADE (PMDB)				
LUÍZ HENRIQUE (PMDB)	X				7. ANA AMÉLIA (PP)				
IVO CASSOL (PP)					8. CIRO NOGUEIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)					9. BENEDITO DE LIRA (PP)				
KÁTIA ABREU (PSD)									
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X				1. FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
CYRO MIRANDA (PSDB)					2. AÉCIO NEVES (PSDB)				
ALVARO DIAS (PSDB)	X				3. PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM) (AUTOR)	X				4. LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
OSVALDO SOBRINHO (PTB)					5. WILDER MORAIS (DEM)				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO (PTB)					1. GIM (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					2. ALFREDO NASCIMENTO (PR)				
BLAÍRO MAGGI (PR)	X				3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES (PR)					4. JOÃO RIBEIRO (PR)				

Quórum: TOTAL 14 AUTOR 1 PRESIDENTE 1
 Votação: TOTAL 13 SIM 13 NÃO 0 ABS 0

ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 01/10/2013

Senador LINDBERGH FARIAS
 Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 133, § 8º)
 OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 4-CCCT na forma da Subemenda nº 1-CAE apresentada ao PLS 321 de 2012.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCDOB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PCDOB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL (PT)					1. PEDRO TAQUES (PDT)	X			
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				2. WALTER PINHEIRO (PT)(RELATOR)	X			
JOSÉ PIMENTEL (PT)					3. ANIBAL DINIZ (PT)	X			
HUMBERTO COSTA (PT)	X				4. EDUARDO LOPES (PRB)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					5. JORGE VIANA (PT)				
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)					6. ACIR GURGACZ (PDT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					7. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)					8. INÁCIO ARRUDA (PCDOB)				
					9. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA (PMDB)					1. CASILDO MALDANER (PMDB)				
SÉRGIO SOLZA (PMDB)	X				2. RICARDO FERRAÇO (PMDB)	X			
VALDIR RAUPP (PMDB)					3. VAGO				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					5. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
ROMERO JUCA (PMDB)					6. CLÉSIO ANDRADE (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	X				7. ANA AMÉLIA (PP)				
IVO CASSOL (PP)					8. CIRO NOGUEIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)					9. BENEDITO DE LIRA (PP)				
KÁTIA ABREU (PSD)									
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X				1. FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
CYRIL MIRANDA (PSDB)					2. AÉCIO NEVES (PSDB)				
ALVARO DIAS (PSDB)	X				3. PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM)(AUTOR)	X				4. LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
OSVALDO SOBRINHO (PTB)					5. WILDER MORAIS (DEM)				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO (PTB)					1. GIM (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					2. ALFREDO NASCIMENTO (PR)				
BLAÍRO MAGGI (PR)	X				3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)					4. JOÃO RIBEIRO (PR)				

Quórum: TOTAL 14 AUTOR 1 PRESIDENTE 1
 Votação: TOTAL 13 SIM 13 NÃO 0 ABST 0

ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 01/10/2013

Senador LINDBERGH FARIAS
 Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 132, § 8º)
 OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321 DE 2012

Dispõe sobre o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia - SisTENET, seu regime tributário diferenciado e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei concede isenção de impostos federais para Novas Empresas de Tecnologia (Start-ups).

CAPÍTULO II **DA NOVA EMPRESA DE TECNOLOGIA (*START-UP*)**

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se “Nova Empresa de Tecnologia”, doravante referida “Start-Up”, a pessoa jurídica que se dedique a atividades relacionadas à prestação de serviços e provisão de bens tais como:

- a) Serviços de e-mail, hospedagem e desenvolvimento de sites e blogs;
- b) Comunicação pessoal, redes sociais, mecanismos de busca, divulgação publicitária na internet;
- c) Distribuição ou criação de software original por meio físico ou virtual para uso em computadores ou outros dispositivos eletrônicos móveis ou não;
- d) Desenho de gabinetes e desenvolvimento de outros elementos do hardware de computadores, tablets, celulares e outros dispositivos informáticos;

e) Atividade de pesquisa, desenvolvimento ou implementação de ideia inovadora com modelo de negócios baseado na internet e nas redes telemáticas.

§ 1º O capital da *Start-up* constituir-se-á de recursos advindos de:

I - Doações de pessoas físicas ou jurídicas públicas ou particulares.

II - Financiamentos obtidos junto a entidades públicas ou privadas.

III - Bolsas provenientes de entidades públicas ou privadas de fomento à inovação e ao empreendedorismo.

§ 2º A empresa deverá ter uma receita bruta trimestral igual ou inferior a R\$30.000,00 (trinta mil reais) durante o período de vigência de sua inscrição no SisTENET e no máximo 4 (quatro) funcionários contratados.

§ 3º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

CAPÍTULO III

DO SISTEMA DE TRATAMENTO ESPECIAL A NOVAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA

Art. 3º A empresa que se enquadre na definição do Art. 2º poderá optar por aderir ao Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia - SisTENET pelo prazo de 2(dois) anos, prorrogável por mais 2(dois) anos da sua fundação, realizando a opção no momento da sua inscrição na Receita Federal.

Parágrafo único. A inscrição no SisTENET implica a isenção total e temporária do pagamento de todos os impostos federais.

Art. 4º Será atribuição da Receita Federal conferir o correto enquadramento da empresa solicitante à definição de que trata o Art. 2º.

Art. 5º Findo o prazo de 2 (dois) anos da inscrição da Start-up no SisTENET, a empresa poderá optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, a não ser que siga enquadrada nas definições do art. 2º desta Lei, sendo elegível à renovação da inscrição no SisTENET e assim o faça.

§ 1º A opção de que trata este artigo é condicionada ao atendimento da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e deve ser realizada até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no caput deste artigo.

§ 2º Caberá à Start-up que obtenha em um trimestre uma receita bruta superior a R\$30.000,00 (trinta mil reais) a comunicação de saída do SisTENET e a opção pelo SIMPLES NACIONAL.

§ 3º A falta de comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias do encerramento do trimestre na hipótese do § 2º deste artigo implicará a imposição de multa de R\$500,00 (quinhentos reais).

§ 4º Caso seja apurada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil a inadequação da Start-up aos critérios estabelecidos no art. 2º desta Lei, proceder-se-á a sua exclusão do SisTENET, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do dia em que o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção, sem prejuízo da cobrança do tributo devido, acrescido dos juros e das penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Art. 6º Esta lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias da sua publicação.

Sala das Comissões, em 1º de outubro de 2013.

Senador LINDBERGH FARIAS

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Art. 146. Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I - importação de produtos estrangeiros;

II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III - renda e proventos de qualquer natureza;

IV - produtos industrializados;

V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - propriedade territorial rural;

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Art. 24. As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não poderão utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal.

Parágrafo único. Não serão consideradas quaisquer alterações em bases de cálculo, alíquotas e percentuais ou outros fatores que alterem o valor de imposto ou contribuição apurado na forma do Simples Nacional, estabelecidas pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, exceto as previstas ou autorizadas nesta Lei Complementar.

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996.

Revogada pela Lei Complementar nº 123, de 2006

~~Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências.~~

LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996.

Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas: (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

I - de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata; (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

II - de 50% (cinquenta por cento), exigida isoladamente, sobre o valor do pagamento mensal; (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

a) na forma do art. 8º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que deixar de ser efetuado, ainda que não tenha sido apurado imposto a pagar na declaração de ajuste, no caso de pessoa física; (Incluída pela Lei nº 11.488, de 2007)

b) na forma do art. 2º desta Lei, que deixar de ser efetuado, ainda que tenha sido apurado prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa para a contribuição social sobre o lucro líquido, no ano-calendário correspondente, no caso de pessoa jurídica. (Incluída pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 1º O percentual de multa de que trata o inciso I do caput deste artigo será duplicado nos casos previstos nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis. (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

I - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

II - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

III - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

IV - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

V - (revogado pela Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998). (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 2º Os percentuais de multa a que se referem o inciso I do caput e o § 1º deste artigo serão aumentados de metade, nos casos de não atendimento pelo sujeito passivo, no prazo marcado, de intimação para: (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

I - prestar esclarecimentos; (Renumerado da alínea "a", pela Lei nº 11.488, de 2007)

II - apresentar os arquivos ou sistemas de que tratam os arts. 11 a 13 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991; (Renumerado da alínea "b", com nova redação pela Lei nº 11.488, de 2007)

III - apresentar a documentação técnica de que trata o art. 38 desta Lei. (Renumerado da alínea "c", com nova redação pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 3º Aplicam-se às multas de que trata este artigo as reduções previstas no art. 6º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, e no art. 60 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991. (Vide Decreto nº 7.212, de 2010)

§ 4º As disposições deste artigo aplicam-se, inclusive, aos contribuintes que derem causa a ressarcimento indevido de tributo ou contribuição decorrente de qualquer incentivo ou benefício fiscal.

§ 5º Aplica-se também, no caso de que seja comprovadamente constatado dolo ou má-fé do contribuinte, a multa de que trata o inciso I do caput sobre: (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

I - a parcela do imposto a restituir informado pelo contribuinte pessoa física, na Declaração de Ajuste Anual, que deixar de ser restituída por infração à legislação tributária; e (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

II - (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010)

OF. 279/2013/CAE

Brasília, 1º de outubro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 321 de 2012, que “dispõe sobre o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia - SisTENET, seu regime tributário diferenciado e dá outras providências”, com as Emendas nºs 1 a 3-CCT-CAE e a Emenda nº 4-CCT na forma da Subemenda nº 1-CAE.

Atenciosamente,

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 321, de 2012, de autoria do Senador José Agripino. A proposição visa estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Novas Empresas de Tecnologia (*start-ups*) no âmbito dos Poderes da União, especialmente no que se refere à isenção temporária de tributos.

A proposição está estruturada em seis artigos. O art. 2º define *start-ups* como a pessoa jurídica que se dedica a determinadas atividades relacionadas à prestação de serviços e provisão de bens no setor de tecnologias de informação e comunicação. Define também a origem dos recursos para constituição do capital da *start-up*, sendo que a receita bruta trimestral deverá ser igual ou inferior a R\$30.000,00 (trinta mil reais) durante o período de vigência de sua inscrição no Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia - SisTENET. Adicionalmente, a *start-up* deverá ter, no máximo, quatro funcionários contratados para se inscrever no SisTENET.

O sistema de tratamento especial das *start-ups* está disposto nos arts. 3º a 5º. É definido um prazo de dois anos, prorrogável por igual período a partir da sua fundação, para as empresas poderem se inscrever no SisTENET junto à Receita Federal, que deverá conferir o correto enquadramento da empresa solicitante. A inscrição implica a isenção total e temporária do pagamento de todos os impostos federais, estaduais e municipais.

A empresa será automaticamente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES ao final do prazo de dois anos da inscrição no SisTENET. Entretanto, a qualquer momento em que a empresa obtenha em um trimestre uma receita bruta superior a R\$30.000,00 (trinta mil reais)

ela deverá solicitar a saída do SisTENET e a opção pelo SIMPLES. Ao optar pelo SIMPES, a *start-up* tornar-se-á ainda beneficiária do direito a desconto de 50% sobre o valor total dos tributos, pelo prazo não prorrogável de 1 (um) ano.

A empresa que estiver cadastrada no SisTENET sem atender aos critérios estabelecidos deverá arcar com todo o ônus tributário do qual havia sido inicialmente isentada e proceder-se-á a sua exclusão do SisTENET.

O PLS nº 321, de 2012, foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Até o momento, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

O PLS nº 321, de 2012, vem à apreciação da CCT em cumprimento ao disposto nos incisos I e II do art. 104-C, do Regimento Interno do Senado Federal, onde está prevista a competência desta Comissão para opinar acerca de proposições que tratem sobre desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica; e política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática.

A proposição respeita o princípio da reserva de iniciativa e materializa-se na espécie adequada de lei.

Quanto ao mérito, destaca-se que a proposição busca facilitar as tentativas empreendedoras de se colocar ideias em prática para aumentar a probabilidade de surgirem empresas inovadoras com capacidade de sobrevivência.

O nobre autor do PLS argumenta que o ambiente de negócios no Brasil ainda é bastante hostil às pequenas empresas, em especial, no tocante aos tributos. Dessa forma, o projeto procura beneficiar empresas nascentes que atuam no setor de Tecnologias da Informação e Comunicação. Em geral, essas empresas são intensivas em capital humano, constituídas por poucas pessoas e que têm como maior investimento inicial o próprio tempo dedicado ao desenvolvimento de uma ideia.

A história recente apresenta vários exemplos de pequenos negócios que surgiram de uma “ideia na cabeça e um computador na mão” e rapidamente se transformaram em empresas mundiais, como Google e Facebook. Por outro lado, também existem inúmeros casos de fracassos. Tal fato decorre do elevado risco desses empreendimentos, dada sua natureza inovadora.

Com o intuito de aprimorar a proposição e para adequá-la à boa técnica legislativa determinada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e em suas alterações, são oferecidas duas emendas. Na primeira, sugere-se substituir o termo “*start-up*” – por ser demasiadamente geral e também utilizado para se referir a setores outros que não os tratados na presente proposta – pela sigla NET, referente a Novas Empresas de Tecnologia. A segunda emenda compatibiliza a redação do art. 2º do projeto à técnica legislativa, bem como insere um dispositivo para delimitar temporalmente a definição NET.

Portanto, à luz dos argumentos expendidos, e dentro da competência desta Comissão, entende-se que a iniciativa do insigne Senador José Agripino deve ser aprovada com as emendas sugeridas. Sugere-se à CAE, que deliberará terminativamente sobre o presente PLS, efetuar um exame detalhado acerca da legalidade e constitucionalidade dos tópicos de teor estritamente tributário constantes na proposição.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2012, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CCT

Substitua-se a palavra “start-up” pela sigla “NET” no PLS nº 321, de 2012.

EMENDA Nº 2 – CCT

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se “Nova Empresa de Tecnologia”, doravante referida “NET”, a pessoa jurídica com sede e administração no Brasil que:

I - tenha menos de quatro anos de fundação;

II - se dedique a atividades relacionadas à prestação de serviços e provisão de bens tais como:

- a) serviços de e-mail, hospedagem e desenvolvimento de sítios eletrônicos e *blogs*;
- b) comunicação pessoal, redes sociais, mecanismos de busca, divulgação publicitária na internet;
- c) distribuição ou criação de software original por meio físico ou virtual para uso em computadores ou outros dispositivos eletrônicos móveis ou não;
- d) desenho de gabinetes e desenvolvimento de outros elementos do hardware de computadores, *tablets*, celulares e outros dispositivos informáticos;
- e) atividade de pesquisa, desenvolvimento ou implementação de ideia inovadora com modelo de negócios baseado na internet e nas redes telemáticas.

.....
(NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECERES

NºS 1.112 E 1.113, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011 (nº 195/2007, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

PARECER Nº 1.112, DE 2013 **(Da Comissão de Assuntos Econômicos)**

RELATOR: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 51, de 2011, que tem por finalidade transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas de suas entidades, sempre que ocorrerem, ou quando solicitadas.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega que, com a proposta, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ajusta-se à Constituição Federal (CF), que, em seu artigo 8º, I, desvincula as entidades sindicais do Estado.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição foi analisada e aprovada pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma de Substitutivo.

Nesta Casa, além do exame desta Comissão, a matéria será ainda submetida, nos termos do inciso IV, § 1º, do art. 91 do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo a esta decisão terminativa.

Nesta Comissão, à proposição foram apresentadas duas emendas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 28 de maio de 2012, todavia, o Senador Aloysio solicitou a retirada da Emenda nº 1 – CAE, restando, então, apenas a de nº 2.

II – ANÁLISE

Em conformidade com o art. 99, I e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos deliberar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, bem como sobre outros assuntos correlatos.

A matéria que se pretende regular por lei visa a transferir do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal (CEF) sobre mudanças estatutárias ou administrativas porventura ocorridas nessas entidades, ou sempre que solicitadas pela instituição financeira.

Atualmente, o MTE vem prestando essas informações para a CEF, no sentido de garantir a veracidade das informações, haja vista que a garantia de representação de uma entidade sindical passa por um processo formal interno naquele Ministério.

Com a alteração proposta pelo projeto, a apresentação de documentos pelas entidades sindicais para comprovarem a sua real representação junto à Caixa Econômica Federal torna inócua a atribuição do Ministério do Trabalho e Emprego de zelar pela unicidade sindical.

Registre-se, ainda, que a apresentação de documentos por parte das entidades sindicais diretamente à CEF abriria margens para possíveis fraudes, tendo em vista que poderão ser apresentados documentos falsos, sem que o servidor da CEF possua a aptidão necessária para identificar tais irregularidades.

Vislumbra-se, ainda, na proposição, a possibilidade de recolhimentos em desacordo com a real representação das entidades sindicais. Como o processo de identificação de representação sindical não é uma

atividade simples, pois requer um trâmite processual com a utilização de mecanismos que comparem possíveis conflitos de representação, há a preocupação de que a falta desta análise repercuta no montante do valor a ser recolhido para as entidades, o que geraria uma insegurança, inclusive, entre as categorias.

Assim, estamos convencidos que as ações do Ministério do Trabalho e Emprego de zelar pela unicidade sindical, atribuição esta ratificada pela Súmula 677 do Supremo Tribunal Federal, devem ser preservadas.

Vale ressaltar, finalmente, que, com a aprovação do presente projeto, a competência de analisar os processos de registro sindical pelo MTE perderia o seu valor, assim como o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais teria a sua aplicabilidade restrita.

Dessa forma, entendemos que deva ser mantida a atribuição do Ministério do Trabalho e Emprego de prestar as informações fidedignas à Caixa Econômica Federal, sobre mudanças estatutárias ou administrativas porventura ocorridas nas entidades sindicais, ou sempre que solicitadas pela instituição financeira.

Como vimos, ao projeto foi apresentada uma emenda, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que sugere a inclusão de dispositivo para determinar que as federações e as confederações das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais, bem como as centrais sindicais, prestem contas, em cada exercício financeiro, ao Tribunal de Contas da União, sobre a aplicação dos recursos provenientes das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas de que trata o art. 149 da Constituição Federal, e de outros recursos públicos que vierem receber.

A despeito dos nobres propósitos que moveram o ilustre parlamentar a propor emenda para determinar a obrigação de as entidades sindicais prestarem contas ao Tribunal de Contas da União sobre a aplicação dos recursos provenientes da contribuição sindical, entendemos que a proposta não observa o disposto no artigo 230, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que não se admitirá emenda quando esta não tiver relação direta com a matéria da disposição que se pretende emendar. Por isso, somos pela sua rejeição.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011, bem como da Emenda nº 2 - CAE.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2013.

Sr. Sérgio Souza, Presidente em exercício

Américo Port, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2011**

ASSINAM O PARECER, NA 48ª REUNIÃO, DE 20/08/2013, OS(A) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:**RELATOR:**

SEN. SÉRGIO SOUZA

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA

PRESIDÊNCIA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)

Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Aníbal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)

Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyrol Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Moraes (DEM)

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)

Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)

PARECER Nº 1.113, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

RELATORA “AD HOC”: Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 51, de 2011, que tem por finalidade transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas de suas entidades, sempre que ocorrerem, ou quando solicitadas.

Ao justificar sua iniciativa, informa o autor que a intenção é ajustar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) à Constituição Federal (CF), que, em seu artigo 8º, I, desvincula as entidades sindicais do Estado.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição foi analisada e aprovada pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma de Substitutivo.

Antes de chegar a esta Comissão, a matéria foi submetida à análise da Comissão de Assuntos Econômicos, quando foram apresentadas duas emendas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 28 de maio de 2012, todavia, o Senador Aloysio solicitou a retirada da Emenda nº 1 – CAE, restando, então, apenas a de nº 2. Em 20 de agosto de 2013, a CAE concluiu seu parecer pela rejeição ao projeto e sua emenda.

II – ANÁLISE

Em conformidade com os arts. 91, § 1º, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar, em caráter terminativo, proposições que digam respeito às relações de trabalho e matérias a elas correlatas.

Pretende-se promover alterações nos procedimentos relativos à atividade sindical. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 e 22 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, a proposição está desprovida de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade no que se refere aos seus aspectos formais.

A matéria que se pretende regular por lei transfere do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal (CEF) sobre mudanças estatutárias ou administrativas porventura ocorridas nessas entidades, ou sempre que solicitadas pela instituição financeira.

Atualmente, é o MTE que presta essas informações para a CEF, porque dada a exigência legal de um processo formal para o reconhecimento legal da representação de qualquer entidade sindical, presume-se que os dados que aquele Ministério possui são verdadeiros.

Avaliamos que a alteração proposta pelo projeto de permitir o encaminhamento de documentos pelas próprias entidades sindicais para comprovarem a sua real representação diretamente à Caixa Econômica Federal expõe a grande risco as atribuições do Ministério do Trabalho e Emprego de analisar os processos de registro sindical e zelar pela unicidade sindical. Também perderia sua força o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais teria a sua aplicabilidade restrita.

Não fosse bastante o já apontado acima, a apresentação de documentos por parte das entidades sindicais diretamente à CEF abriria margens para possíveis fraudes, tendo em vista que o servidor da CEF não possui a aptidão necessária para identificar a existência de irregularidades relativas à higidez da documentação sindical.

Ainda outro problema decorre da alteração proposta na iniciativa que ora analisamos, qual seja, a possibilidade de recolhimentos em desacordo com a real representação das entidades sindicais. Como o processo de identificação de representação sindical é um processo complexo, que utiliza mecanismos que comparam possíveis conflitos de representação, há a preocupação de que a falta desta análise repercuta no montante do valor a ser recolhido para as entidades, o que geraria uma insegurança, inclusive, entre as categorias.

Assim, estamos convencidos que as ações do Ministério do Trabalho e Emprego de zelar pela unicidade sindical, atribuição esta ratificada pela Súmula 677 do Supremo Tribunal Federal, devem ser preservadas.

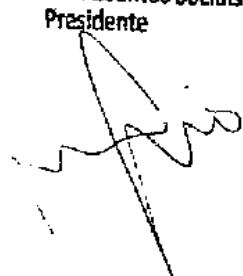
Dessa forma, entendemos que deva ser mantida a atribuição do Ministério do Trabalho e Emprego de prestar as informações fidedignas à Caixa Econômica Federal, sobre mudanças estatutárias ou administrativas porventura ocorridas nas entidades sindicais, ou sempre que solicitadas pela instituição financeira.

III – VOTO

Pelo exposto, assim como já deliberado na Comissão de Assuntos Econômicos, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011, e, por consequência, da Emenda nº 2 - CAE.

Sala da Comissão, 2 de outubro de 2013.

Senador WALDEMIR MORA, Presidente
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 47ª REUNIÃO, DE 02/10/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka

RELATOR: "ad hoc" Senadora Vanessa Grazziotin

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB) <i>Presidente</i>	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Osvaldo Sobrinho (PTB)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2011

TITULARES					SUPLENTE				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)		X			1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
ÂNGELA PORTELA (PT)		X			2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)		X			3- JOSÉ PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)		X			5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)		X			6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>Relatores da Mesa</i>		X			7- LÍDICE DA MATA (PSB)		X		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)			<i>Presidente</i>		1- SÉRGIO SOUZA		X		
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					2- VAGO				
CASILDO MALDANER (PMDB)					3- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)					5- ROMERO JUCA (PMDB)				
ANA AMÉLIA (PP)		X			6- BENEDITO DE LIRA (PP)				
PAULO DAVIM (PV)		X			7- SÉRGIO PETECÃO (PSD)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)		X			1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)		X			2- CYRO MIRANDA (PSDB)		X		
JOSÉ AGRIPINO (DEM)		X			3- PAULO BAUER (PSDB)				
OSVALDO SOBRINHO (PTB)					4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)		X			1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				
JOÃO RIBEIRO (PR)					3- VAGO				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 02 / 10 / 2013.

Obs.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Atualizada em 19/09/2013

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação;

III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V - serviço postal;

VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII - comércio exterior e interestadual;

IX - diretrizes da política nacional de transportes;

X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI - trânsito e transporte;

XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV - populações indígenas;

XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

~~XVII - organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;~~

XVII - organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012) (Produção de efeito)

XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX - sistemas de consórcios e sorteios;

XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII - seguridade social;

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

XXV - registros públicos;

XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza;

~~XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle;~~

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX - propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

- I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;
- II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;
- III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;
- IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;
- V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;
- VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;
- VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;
- VIII - concessão de anistia;
- ~~IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;~~
- IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012) (Produção de efeito)
- ~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~
- ~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~
- X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
- XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
- XII - telecomunicações e radiodifusão;
- XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;
- XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.
- ~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 10, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

~~§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social. (Parágrafo Renumerado pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)~~

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

I - não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

II - ~~poderão incidir sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)~~

II - incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - poderão ter alíquotas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) *ad valorem*, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) específica, tendo por base a unidade de medida adotada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 3º A pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 4º A lei definirá as hipóteses em que as contribuições incidirão uma única vez. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

.....

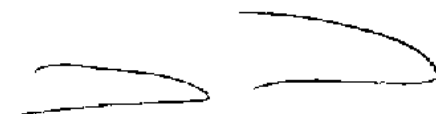
OFÍCIO Nº 246/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS**Brasília, 2 de outubro de 2013.**

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011, que "*altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*", de autoria do Deputado Sandes Júnior.

Respeitosamente,



Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 51, de 2011, que tem por finalidade transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas de suas entidades, sempre que ocorrerem, ou quando solicitadas.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega que, com a proposta, ajusta-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) à Constituição Federal (CF), que, em seu artigo 8º, I, desvincula as entidades sindicais do Estado.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição foi analisada e aprovada pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma de Substitutivo.

Nesta Casa, além do exame desta Comissão, a matéria será ainda submetida, nos termos do inciso IV, § 1º, do art. 91 do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo a esta decisão terminativa.

À proposição, até o momento, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99, I e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, bem como sobre outros assuntos correlatos.

A matéria que se pretende regular por lei visa a transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas porventura ocorridas nessas entidades, ou sempre que solicitadas pela instituição financeira.

Quanto ao seu mérito, não há reparos a fazer. O artigo 8º, I da Constituição Federal estabelece que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação dos sindicatos, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, garantindo, dessa maneira, a autonomia dos sindicatos junto aos órgãos do Estado.

É de se enfatizar ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao tratar do registro sindical, reconheceu e classificou o ato do Ministério do Trabalho como ato meramente administrativo vinculado, isto é, uma vez cumpridas as formalidades previstas em lei, pelo sindicato, o registro é concedido. Percebe-se, pela natureza da decisão do STF, não ter a autoridade administrativa incumbida da prática do ato administrativo qualquer outra função, como, por exemplo, a que previa o artigo 588 da CLT.

Com efeito, a liberdade sindical preconizada pelo direito internacional e pelas democracias modernas é aquela que contempla, de forma unitária e indissolúvel, o direito de organização e a autonomia da organização.

Assim, como qualquer outra associação que detém uma conta bancária em instituição financeira, compete tão-somente ao sindicato apresentar-lhe seus documentos constitutivos, bem como qualquer alteração estatutária ou administrativa ocorrida nessa entidade, ou quando solicitadas.

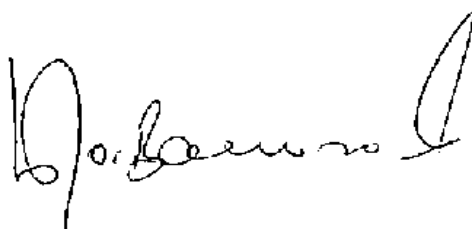
O projeto vem, portanto, em boa hora, eis que conforma nosso código trabalhista aos ditames da Constituição Federal, razão pela qual deve ser acolhido.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011.

Sala da Comissão, de setembro de 2011.

, Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'D. Barbosa', followed by a large, stylized flourish.

, Relator

EMENDA Nº 1 – CAE

(ao PLC nº 51, de 2011)

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao PLC nº 51, de 2011, renumerando-se o atual art. 2º para 3º:

Art. 2º Os sindicatos, as federações e as confederações das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais e as centrais sindicais prestarão contas, em cada exercício financeiro, ao Tribunal de Contas da União sobre a aplicação dos recursos provenientes das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas de que trata o art. 149 da Constituição Federal, e de outros recursos públicos que recebam.

.....

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal define, sem estabelecer exceções, o dever de prestar contas para qualquer pessoa, física ou jurídica, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Indubitavelmente, são recursos públicos os provenientes das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas, de que trata o art. 149 da Carta Política.

O art. 71, inciso II, dessa mesma Lei Maior define competir ao Tribunal de Contas da União (TCU) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, bem como as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

Senadores é curial, portanto, que a Constituição já prevê a obrigatoriedade de que sindicatos, federações e confederações das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais e centrais sindicais prestem contas ao TCU dos recursos públicos que recebem. Essa obrigação não vulnera o princípio da autonomia sindical, erigido no art. 8º, *caput* e inciso I, da Constituição.

Não se deve confundir a liberdade de administração, protegida contra a ingestão do Poder Público, com liberalidade e irresponsabilidade absoluta para com o recurso público. Assim como qualquer outra pessoa que gere dinheiro público, entidades sindicais estão sujeitas à prestação de contas, na forma da lei.

A livre associação sindical e a vedação à intervenção nas organizações sindicais não podem ser erigidas como obstáculo à fiscalização da boa e regular aplicação dos recursos públicos pelos órgãos governamentais competentes.

Afirma-se a impossibilidade de os valores recebidos do Estado pelas entidades sindicais serem considerados recursos privados. Eles são, na verdade, recursos públicos confiados a essas instituições, que devem aplicá-los de acordo com a lei, no desempenho de suas atividades essenciais e segundo o melhor interesse dos trabalhadores e da sociedade como um todo.

Os trabalhadores são obrigados a contribuir com um dia de salário por ano. O não-pagamento da contribuição sindical autoriza a inscrição do crédito tributário em dívida ativa e a execução forçada. Portanto, não há como confundir a contribuição sindical com valores graciosamente recebidos pelos sindicatos e centrais sindicais, bem como com os que esses organismos recebem em decorrência de acordos nos quais eles e seus afiliados, respeitado o ordenamento jurídico, exercem o livre e

inalienável direito de contratar. inciso IV do art. 8º da *Lex Magna* autoriza à assembléia geral fixar uma contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva. Referida contribuição independe da exação de natureza tributária, que é a contribuição prevista em lei.

Sérgio Pinto Martins (*Direito do Trabalho*, 18ª ed., Atlas) é cirúrgico ao enfocar os aspectos da autonomia sindical. Em apertada síntese, são apresentadas, como seus elementos essenciais, a liberdade de para se auto-organizar e a livre eleição de seus representantes.

A mera constatação de que os dois dispositivos em aparente conflito estão na Carta Política, somada às competências constitucionalmente definidas para o TCU, demonstra que a discussão quanto à fiscalização sobre a utilização desses recursos não se desenvolve no nível infraconstitucional. Em outras palavras, a Emenda apenas procura deixar claro na lei aquilo que o constituinte já determinou.

O inciso I do art. 8º da Constituição veda a interferência e a intervenção do Poder Público na organização sindical. No entanto, outras regras constitucionais criam restrições a essa organização. Assim sendo, o Estado está impedido de nela intervir, mas é descabido pensar em impedimento a que a próprio diploma instituidor do ordenamento jurídico – máxima expressão da soberania de um povo – estabeleça limitações à organização sindical. Basta olhar o inciso II do mesmo art. 8º, que veda “a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”. Essa vedação, inclusive, impede a ratificação

pelo Brasil da Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o direito de todos os trabalhadores e empregadores criarem ou se filiarem a organizações que considerem “convenientes, sem prévia autorização”. O texto também traz garantias para o livre funcionamento dessas organizações, “sem ingerência das autoridades públicas”. Em tempo, a mesma OIT afirma que a exigência em lei da contribuição sindical é antagônica ao princípio da liberdade sindical.

O mesmo constituinte originário que estabeleceu algumas limitações diretas à organização sindical determinou, imperativamente, a inafastável obrigação de prestar contas da utilização dos recursos públicos. Considera-se essa uma limitação indireta à ampla liberdade sindical contida na Constituição Cidadã de 1988, presente na redação original e ainda vigente.

Ao se colocar face a face o princípio republicano da prestação de contas e o da não-intervenção do Poder Público na organização das entidades sindicais, não nos resta dúvida da necessária harmonização prática, para que o interesse público prevaleça. É inadmissível excluir da fiscalização o uso de um recurso que é público. O constituinte conferiu à organização sindical a possibilidade de utilizar livremente as contribuições que recebe, mas não em desacordo com a lei. Foge a qualquer raciocínio razoável e ponderado a pretensão de garantir fluxo constante e compulsório de recursos públicos às entidades sindicais, sem que lhes seja exigida a contrapartida de estarem obrigadas a demonstrar a boa e regular aplicação desses valores. Admitida tal premissa, garantir-se-ia o melhor dos mundos para os entes sindicais e configurar-se-ia um notável exemplo de descaso e desleixo com o bem público.

No Estado Democrático de Direito, ninguém está acima da Constituição e da lei. Todos estão submetidos ao

ordenamento jurídico, inclusive sindicatos, federações e confederações de trabalhadores e de patrões, assim como as centrais sindicais.

A livre associação sindical e a não-interferência estatal em sua organização podem conviver harmoniosamente com o interesse maior e legítimo de toda a Nação de que os recursos públicos sejam aplicados em fiel observância da lei. A verificação da legalidade, da legitimidade e da economicidade do gasto não se confunde com o seu mérito. A avaliação do mérito dos gastos das entidades sindicais, isto é, o juízo de conveniência e oportunidade na destinação dos recursos, realmente não pode ser objeto de controle pelo Poder Público. Porém, mesmo a discricionariedade tem limites, e eles estão na lei.

É certo que o Estado não deve se imiscuir na organização sindical, incluída aí a escolha dos objetivos e metas almejados, bem como de que maneira os sindicatos se estruturarão para alcançá-los. No entanto, não é justo com a sociedade brasileira que as entidades sindicais não respondam pelo uso do dinheiro público.

Em face da relevância da matéria, considerados o interesse público e a imperiosa transparência do uso dos valores estatais pelas entidades sindicais, pedimos o apoio dos ilustres Senadores para a aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão, de outubro de 2011.


Senador **Aloysio Nunes Ferreira**

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 51, de 2011, que tem por finalidade transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas de suas entidades, sempre que ocorrerem, ou quando solicitadas.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega que, com a proposta, ajusta-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) à Constituição Federal (CF), que, em seu artigo 8º, I, desvincula as entidades sindicais do Estado.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição foi analisada e aprovada pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma de Substitutivo.

Nesta Casa, além do exame desta Comissão, a matéria será ainda submetida, nos termos do inciso IV, § 1º, do art. 91 do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo a esta decisão terminativa.

À proposição foi apresentada uma emenda.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99, I e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, bem como sobre outros assuntos correlatos.

A matéria que se pretende regular por lei visa a transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas porventura ocorridas nessas entidades, ou sempre que solicitadas pela instituição financeira.

Quanto ao seu mérito, não há reparos a fazer. O artigo 8º, I da Constituição Federal estabelece que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação dos sindicatos, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, garantindo, dessa maneira, a autonomia dos sindicatos junto aos órgãos do Estado.

É de se enfatizar ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao tratar do registro sindical, reconheceu e classificou o ato do Ministério do Trabalho como ato meramente administrativo vinculado, isto é, uma vez cumpridas as formalidades previstas em lei, pelo sindicato, o registro é concedido. Percebe-se, pela natureza da decisão do STF, não ter a autoridade administrativa incumbida da prática do ato administrativo qualquer outra função, como, por exemplo, a que previa o artigo 588 da CLT.

Com efeito, a liberdade sindical preconizada pelo direito internacional e pelas democracias modernas é aquela que contempla, de forma unitária e indissolúvel, o direito de organização e a autonomia da organização.

Assim, como qualquer outra associação que detém uma conta bancária em instituição financeira, compete tão-somente ao sindicato apresentar-lhe seus documentos constitutivos, bem como qualquer alteração estatutária ou administrativa ocorrida nessa entidade, ou quando solicitadas.

O projeto vem, portanto, em boa hora, eis que conforma nosso código trabalhista aos ditames da Constituição Federal, razão pela qual deve ser acolhido.

Como vimos, ao projeto foi apresentada uma emenda, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que sugere a inclusão de um artigo 2º para determinar que os sindicatos, as federações e as confederações das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais, bem como as centrais sindicais, prestem contas, em cada exercício financeiro, ao Tribunal de Contas da União, sobre a aplicação dos recursos provenientes das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas de que trata o art. 149 da Constituição Federal, e de outros recursos públicos que vierem receber.

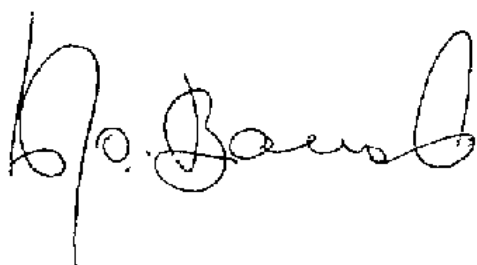
A despeito dos nobres propósitos que moveram o ilustre parlamentar a propor a obrigação de as entidades sindicais prestarem contas ao Tribunal de Contas da União sobre a aplicação dos recursos provenientes da contribuição sindical, entendemos que o dispositivo presente na emenda contraria o disposto no artigo 8º, I, da Constituição Federal, que veda ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, em face o princípio da autonomia sindical, o qual assegura a autogestão às organizações associativas e sindicais. Por isso, somos pela sua rejeição.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011 e pela rejeição da Emenda nº 1 - CAE.

Sala da Comissão,

, Presidente

 Relator

OF. SANF nº 068/2012

Brasília, 28 de maio de 2012

Solicito a retirada da Emenda-CAE nº 1 de minha autoria apresentada ao PLC 51/2012.

Cordialmente,


SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA

À
Comissão de Assuntos Econômicos

EMENDA Nº 2 – CAE
(ao PLC nº 51, de 2011)

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao PLC nº 51, de 2011, renumerando-se o atual art. 2º para 3º:

Art. 2º As federações e as confederações das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais e as centrais sindicais patronais e trabalhistas prestarão contas ao Tribunal de Contas da União para os fins previstos no inciso II do art. 71 da Constituição Federal sobre a aplicação dos recursos provenientes das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas de que trata o art. 149 da Constituição Federal, bem como de outros recursos públicos que recebam.

.....

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal define, sem estabelecer exceções, o dever de prestar contas para qualquer pessoa, física ou jurídica, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Indubitavelmente, são recursos públicos os provenientes das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas, de que trata o art. 149 da Carta Política.

O art. 71, inciso II, dessa mesma Lei Maior define competir ao Tribunal de Contas da União (TCU) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, bem como as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

Senadores é curial, portanto, que a Constituição já prevê a obrigatoriedade de que, federações e confederações das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais e centrais sindicais prestem contas ao TCU dos recursos públicos que recebem. Essa obrigação não vulnera o princípio da autonomia sindical, erigido no art. 8º, *caput* e inciso I, da Constituição.

Não se deve confundir a liberdade de administração, protegida contra a ingestão do Poder Público, com liberalidade e irresponsabilidade absoluta para com o recurso público. Assim como qualquer outra pessoa que gere dinheiro público, as entidades de que trata esta emenda estão sujeitas à prestação de contas, na forma da lei.

A livre associação profissional, patronal ou trabalhista e a vedação à intervenção nas organizações sindicais não podem ser erigidas como obstáculo à fiscalização da boa e regular aplicação dos recursos públicos pelos órgãos governamentais competentes.

Afirma-se a impossibilidade de os valores recebidos do Estado pelas entidades sindicais serem considerados recursos privados. Eles são, na verdade, recursos públicos confiados a essas instituições, que devem aplicá-los de acordo com a lei, no desempenho de suas atividades essenciais e segundo o melhor interesse dos trabalhadores e da sociedade como um todo.

A mera constatação de que os dois dispositivos em aparente conflito estão na Carta Política, somada às competências constitucionalmente definidas para o TCU, demonstra que a discussão quanto à fiscalização sobre a utilização desses recursos não se desenvolve no nível infraconstitucional. Em outras palavras, a Emenda apenas procura deixar claro na lei aquilo que o constituinte já determinou.

O inciso I do art. 8º da Constituição veda a interferência e a intervenção do Poder Público na organização profissional ou sindical. No entanto, outras regras constitucionais criam restrições a essa organização. Assim sendo, o Estado está impedido de nela intervir, mas é descabido pensar em impedimento a que a próprio diploma instituidor do ordenamento jurídico – máxima expressão da soberania de um povo – estabeleça limitações à organização profissional ou sindical. Basta olhar o inciso II do mesmo art. 8º, que veda “a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”. Essa vedação, inclusive, impede a ratificação pelo Brasil da Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o direito de todos os trabalhadores e empregadores criarem ou se filiarem a organizações que considerem “convenientes, sem prévia autorização”. O texto também traz garantias para o livre funcionamento dessas organizações, “sem ingerência das autoridades públicas”. Em tempo, a mesma OIT afirma que a exigência em lei da contribuição sindical é antagônica ao princípio da liberdade sindical.

O mesmo constituinte originário que estabeleceu algumas limitações diretas à organização sindical determinou,

imperativamente, a inafastável obrigação de prestar contas da utilização dos recursos públicos.

Considera-se essa uma limitação indireta à ampla liberdade de organização contida na Constituição Cidadã de 1988, presente na redação original e ainda vigente.

Ao se colocar face a face o princípio republicano da prestação de contas e o da não-intervenção do Poder Público na organização das entidades profissionais, trabalhistas e patronais, não nos resta dúvida da necessária harmonização prática, para que o interesse público prevaleça. É inadmissível excluir da fiscalização o uso de qualquer recurso público.

Foge a qualquer raciocínio razoável e ponderado a pretensão de garantir fluxo constante e compulsório de recursos públicos a quaisquer entidades, sem que lhes seja exigida a contrapartida de estarem obrigadas a demonstrar a boa e regular aplicação desses valores. Admitida tal premissa, garantir-se-ia o melhor dos mundos para os entes federados e confederados e para as centrais sindicais, o que, sem dúvida nenhuma, configurar-se-ia um notável exemplo de descaso e desleixo com o bem público.

No Estado Democrático de Direito, ninguém está acima da Constituição e da lei. Todos estão submetidos ao ordenamento jurídico, inclusive sindicatos, federações e confederações de trabalhadores e de patrões e as centrais sindicais.

A livre associação profissional e a não-interferência estatal em sua organização podem conviver harmoniosamente com o interesse maior e legítimo de toda a Nação de que os recursos públicos sejam aplicados em fiel observância da lei. A verificação da legalidade, da legitimidade e da economicidade do gasto não se confunde com o seu mérito.

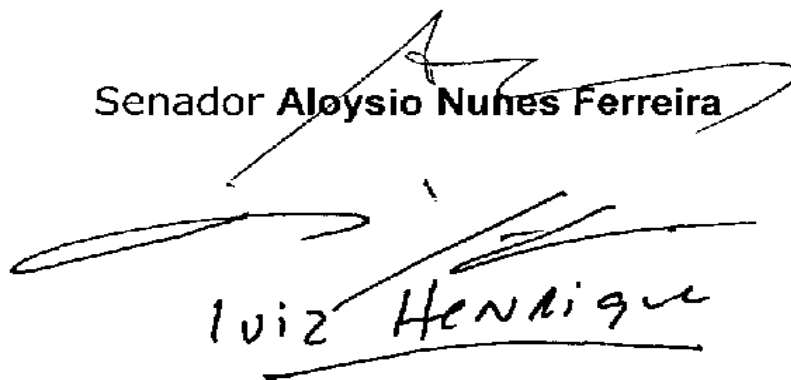
A avaliação do mérito dos gastos de quaisquer entidades isto é, o juízo de conveniência e oportunidade na destinação dos recursos, realmente não pode ser objeto de controle pelo Poder Público. Porém, mesmo a discricionariedade tem limites, e eles estão na lei.

É certo que o Estado não deve se imiscuir nas organizações profissionais, trabalhistas e patronais, incluída aí a escolha dos objetivos e metas almejados, bem como de que maneira que as mesmas se estruturarão para alcançá-los. No entanto, não é justo com a sociedade brasileira que as essas entidades não respondam pelo uso do dinheiro público a que têm acesso.

Em face da relevância da matéria, considerados o interesse público e a imperiosa transparência do uso dos valores estatais por federações, confederações e centrais sindicais, pedimos o apoio dos ilustres Senadores para a aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão, de maio de 2012.

Senador **Aloysio Nunes Ferreira**


Luiz Henrique

RELATÓRIO

RELATOR: Senador JOSÉ PIMENTEL

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 51, de 2011, que tem por finalidade transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas de suas entidades, sempre que ocorrerem, ou quando solicitadas.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega que, com a proposta, ajusta-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) à Constituição Federal (CF), que, em seu artigo 8º, I, desvincula as entidades sindicais do Estado.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição foi analisada e aprovada pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma de Substitutivo.

Nesta Casa, além do exame desta Comissão, a matéria será ainda submetida, nos termos do inciso IV, § 1º, do art. 91 do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo a esta decisão terminativa.

Nesta Comissão, à proposição foram apresentadas duas emendas. Em 28 de maio de 2012, todavia, o Senador Aloysio Nunes Ferreira solicitou a retirada da Emenda nº 1 – CAE, de sua autoria, razão pela qual será analisada apenas a Emenda nº 2 – CAE.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99, I e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, bem como sobre outros assuntos correlatos.

A matéria que se pretende regular por lei visa a transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas porventura ocorridas nessas entidades, ou sempre que solicitadas pela instituição financeira.

Quanto ao seu mérito, não há reparos a fazer. O artigo 8º, I da Constituição Federal estabelece que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação dos sindicatos, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, garantindo, dessa maneira, a autonomia dos sindicatos junto aos órgãos do Estado.

É de se enfatizar ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao tratar do registro sindical, reconheceu e classificou o ato do Ministério do Trabalho como ato meramente administrativo vinculado, isto é, uma vez cumpridas as formalidades previstas em lei, pelo sindicato, o registro é concedido. Percebe-se, pela natureza da decisão do STF, não ter a autoridade administrativa incumbida da prática do ato administrativo qualquer outra função, como, por exemplo, a que previa o artigo 588 da CLT.

Com efeito, a liberdade sindical preconizada pelo direito internacional e pelas democracias modernas é aquela que contempla, de forma unitária e indissolúvel, o direito de organização e a autonomia da organização.

Assim, como qualquer outra associação que detém uma conta bancária em instituição financeira, compete tão somente ao sindicato apresentar-lhe seus documentos constitutivos, bem como qualquer alteração estatutária ou administrativa ocorrida nessa entidade.

O projeto vem, portanto, em boa hora, eis que conforma nosso código trabalhista aos ditames da Constituição Federal, razão pela qual deve ser acolhido.

Como vimos, das duas emendas apresentadas ao projeto, ambas de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, restou apenas a segunda, que sugere a inclusão de dispositivo para determinar que as federações e as confederações das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais, bem como as centrais sindicais, prestem contas, em cada exercício financeiro, ao Tribunal de Contas da União, sobre a aplicação dos recursos provenientes das

contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas de que trata o art. 149 da Constituição Federal, e de outros recursos públicos que vierem receber.

A despeito dos nobres propósitos que moveram o ilustre parlamentar a propor emenda para determinar a obrigação de as entidades sindicais prestarem contas ao Tribunal de Contas da União sobre a aplicação dos recursos provenientes da contribuição sindical, entendemos que a proposição contém duas impropriedades.

Em primeiro lugar, porque não observa o disposto no artigo 230, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que não se admitirá emenda quando esta não tiver relação com a matéria da disposição que se pretende emendar.

Em segundo lugar, porque contraria o disposto no artigo 8º, I, da Constituição Federal, que veda ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, em face do princípio da autonomia sindical, o qual assegura a autogestão às organizações associativas e sindicais.

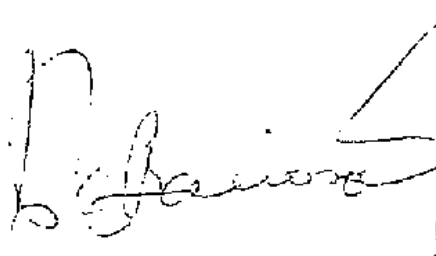
Por isso, somos pela sua rejeição.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011 e pela rejeição da Emenda nº 2 - CAE.

Sala da Comissão, de julho de 2012.

, Presidente



Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 279, de 2013**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2012**.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 279/2013/CAE

Brasília, 1º de outubro de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 321 de 2012, que “dispõe sobre o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia – SisTENET, seu regime tributário diferenciado e dá outras providências”, com as Emendas nºs 1 a 3-CCT-CAE e a Emenda nº 4-CCT na forma da Subemenda nº 1-CAE.

Atenciosamente, – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –Com referência ao **Ofício nº 279, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2012**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –A Presidência recebeu o **Ofício nº 246, de 2013**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011**.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO Nº 246/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 2 de outubro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 201, que “**altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**”, de autoria do Deputado Sandes Júnior.

Respeitosamente, – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –Com referência ao **Ofício nº 246, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2013**, do Senador Gim, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que *dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS)*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2013**, da Senadora Angela Portela, que *institui a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem*.

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2013** (nº 3.078/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria consta da pauta da sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro, nos termos do Requerimento de urgência nº 1.154, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 73, de 2013**, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar as informações profissionais que deverão constar da mensagem de indicação de autoridades submetidas ao processo de escolha, na forma do art. 52, da Constituição Federal*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para comunicação inadiável, está inscrito o Senador Inácio Arruda.

Como primeiro orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Anibal Diniz, eu queria, primeiro, deixar registrado nos *Anais* da Casa o artigo que escrevi para a revista *Consullex*, revista jurídica, sobre a importância de termos uma lei este ano – e assim espero que aconteça – mudando, criando uma alternativa ao fim do fator previdenciário e também aprovarmos o instituto da desaposentadoria, permitindo, assim, que o trabalhador que voltou à atividade depois de aposentado possa, a partir das novas contribuições legítimas, encaminhar o seu pedido de revisão do benefício.

Agradeço à revista *Consullex* pelo espaço que nos foi dado para um tema tão importante.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar o momento para agradecer ao Congresso em Foco. Nessa sexta-feira, estive no Congresso em Foco. No dia em que foram distribuídos os prêmios para os Senadores e Deputados, eu tive um problema de doença de um filho que tive que administrar e não pude estar presente. Mas estive ontem lá no Congresso em Foco e fui muito bem recebido pelos diretores daquela importante entidade de divulgação do trabalho de todos os Parlamentares.

Recebi com alegria o prêmio chamado número um na Defesa da Seguridade Social e dos Servidores, prêmio que nos foi concedido pela internet e pelos jornalistas, mediante um trabalho feito de consulta sobre a atuação nessa área de todos os Deputados Federais e, naturalmente, dos Senadores. Foi-me assegurado, então, essa placa e o diploma que recebi nessa sexta-feira, como Parlamentar, como eles dizem, número um na linha da Defesa da Seguridade Social e dos Servidores, coisa que faço com muito orgulho aqui na Casa.

Sr. Presidente, recebi mais dois prêmios.

Um deles foi – no entendimento deles, repito, dos jornalistas e, também, dos internautas – em defesa do consumidor. E orgulha-me muito ter recebido esse destaque.

Além desses, um terceiro prêmio, como eles dizem, por ter ficado entre os cinco Parlamentares pela atuação, aqui, em defesa da nossa gente – coisa que todos vocês fazem. Mas alguns, de acordo com a avaliação dos internautas e dos jornalistas, ficaram nessas colocações.

Enfim, agradeço ao Congresso em Foco pelo trabalho que faz, não pelos três prêmios que recebi, mas pela divulgação que faz do trabalho de cada Senador nas áreas em que mais atuam, que, no meu caso, são seguridade social; assistência social; saúde; previdência de servidores públicos e trabalhadores celetistas, da área privada; defesa do consumidor; e, depois, num leque maior, creio eu, pelas defesas que fizemos, aqui, do novo Pacto Federativo, a defesa do fim do voto secreto, enfim, numa visão sem fronteiras, digamos, numa política de desenvolvimento sustentável e na linha dos direitos humanos.

Quero também agradecer no dia de hoje, Sr. Presidente, à esposa do já falecido Abdias do Nascimento, um homem que se aproximou dos 100 anos e foi um ícone na defesa da liberdade, da igualdade, dos direitos iguais para todos, sejam negros, brancos, índios.

Ao me pedir que fizesse a apresentação do livro do inesquecível Abdias do Nascimento, eu o fiz com muito orgulho e até escrevi uma poesia que fala da luta e da história de um homem que esteve sempre à frente de seu tempo, um homem que recebeu o título de doutor *honoris causa* de diversas universidades no Brasil e no exterior.

A biografia de Abdias do Nascimento inspira muitos brasileiros e não brasileiros que dedicam a sua vida à defesa dos direitos humanos.

Então, agradeço muito essa oportunidade.

Sr. Presidente, quero, ainda, fazer o registro sobre a situação enfrentada pela Universidade Gama Filho, lá do Rio de Janeiro, e a Universidade da Cidade – UniverCidade. Eu já estive reunido com os estudantes, com professores e falei com o Secretário Executivo do Ministério da Educação, o Henrique Paim – que não é meu parente, mas tem o mesmo sobrenome – sobre esta situação. Nessa quarta-feira, teremos aqui uma audiência pública com a presença de lideranças. A Julliene Salviano, acadêmica de Direito da Universidade Gama Filho, é que tem trazido os pleitos dessa Universidade. A situação, de fato, é muito, muito preocupante.

Eu lembro o que disse o grande mestre Paulo Freire: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas

criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Enfim, baseado nisso, essa comitiva foi recebida pelo Henrique, que tenta buscar caminhos para que a Universidade volte à sua normalidade. Esperamos que isso aconteça.

A orientação do Ministério da Educação seria a transferência assistida dos alunos, em que se estende o prazo de conclusão de cursos ou aprovação do Projeto de Lei nº 4.372, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior, que tramita na Comissão do Trabalho lá da Câmara.

Mas, enfim, buscando saídas para esses mais de 20 mil estudantes, nessa quarta-feira, às 9 horas, vamos realizar, na Comissão de Direitos Humanos, uma audiência para discutir a situação e buscar soluções. Sabemos que é uma pauta delicada, mas a situação desses estudantes e professores é, digamos, muito, muito triste, e, por isso, nós estamos trabalhando para buscar um grande entendimento.

Lembramos que, na semana passada, a mantenedora Galileo Educacional demitiu 348 professores, o que, naturalmente, preocupa a todos.

Então, quero que fique nos *Anais* da Casa esta minha fala na linha de fortalecer essa situação de alunos e professores na sustentação da Universidade Gama Filho e da Universidade da Cidade, lá no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, quero aproveitar este meu tempo ainda para falar de um tema onde vou aprofundar um pouco mais. É sobre a bióloga brasileira Ana Paula Maciel, que está presa na Rússia.

Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, há três semanas, a imprensa vem divulgando – eu tenho assistido com aflição – uma notícia que vem se repetindo: Ana Paula Maciel, uma jovem bióloga, brasileira, gaúcha, de 31 anos, está presa a milhares de quilômetros daqui, na cidade de Murmansk, no noroeste da Rússia.

Ana Paula foi para a cadeia com outros 29 colegas de diferentes países depois de um protesto pacífico que fizeram contra a exploração de petróleo no Ártico. Eles tentaram escalar uma plataforma de petróleo da empresa russa Gazprom e lá abrir uma mensagem chamando a atenção sobre os altos riscos que essa operação significa não só para a região, mas para o Planeta. Acabaram presos, estão atrás das grades porque tinham um ideal. Eu sempre acho positivo defender causas.

Eles lá foram indiciados por pirataria. E, de pirataria, não há nada. Se quisessem criticar esses 29 militantes do meio ambiente, das classes sociais, dos rios, dos mares, da natureza, tudo bem, o debate é válido, mas não dá para faltar com a verdade. Indiciados por pirataria, desde então, estão sem contato com seus familiares. Se condenados, estão destinados a

ficar 15 anos sem liberdade, sob uma acusação que foi desmentida até pelo Presidente da Rússia. Vladimir Putin, em um fórum sobre o Ártico, no dia 25 de setembro, quando comentou publicamente sobre a ação: “É absolutamente evidente que eles não são piratas. São defensores do meio ambiente.” – palavras do Presidente da Rússia.

Isso fica ainda mais evidente quando se pesquisa um pouco mais o histórico da brasileira Ana Paula, que é formada em Biologia pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), que tem sede lá em Canoas, cidade onde tenho residência no Rio Grande. A gaúcha tem, desde criança, uma preocupação fora do comum com os animais e com a natureza em geral e, naturalmente, tem compromisso com os direitos humanos.

Há anos, ela abriu mão de sua rotina em Porto Alegre, para ganhar o mundo em ousadas missões ambientais. Entre uma viagem e outra, reveza-se em projetos de defesa do meio ambiente de diferentes organizações que atuam nessa área – direitos humanos e meio ambiente.

No Greenpeace, já fez inúmeras viagens com cientistas e já participou de outros protestos pacíficos como esse, mas, infelizmente, esse resultou em que ela fosse para a cadeia.

Em uma carta, a mãe de Ana, D. Rosângela Maciel, vem lembrar por que sua filha está atrás das grades. Diz ela na carta: “Se hoje ela está injustamente presa a milhares de quilômetros de casa, o motivo é um só: ela dá a cara a tapa por uma causa que é de todos nós” – que é defender o Planeta.

Ana Paula não é a única, e o que ela fez tampouco é novidade. Em todas as épocas de nossa história, houve brasileiros e brasileiras e outras pessoas no mundo que fizeram sua cota de sacrifício pela coletividade. Invariavelmente, acabaram criticados, presos e, em alguns casos, até torturados.

Mas Ana Paula tem coragem. Ana Paula desafiou os poderosos. Ana Paula disse: “Eu defendo uma causa. Por essa causa estou aqui”.

Hoje, temos à frente de nosso País uma dessas pessoas. Nossa Presidenta, Dilma Rousseff, como se sabe, também lutou pelo que acreditava ser um bem comum, pelo que é um bem comum: a democracia. Também acabou presa. E também manteve de pé seus sonhos, seus ideais.

Na última semana, o jornal *Brasil Econômico* publicou uma foto de Ana Paula na cadeia e a comparou com a famosa foto de Dilma, em que, em sua época, em sua juventude, na rebeldia natural, positiva e acertada, acabou prisioneira política, porque queria somente liberdade, porque queria a democracia.

Ambas ostentavam uma postura altiva, destemida, aparentemente inabalável. Ambas lutavam e lutam por um mundo melhor.

Ambas lutavam e lutam pela liberdade de poder lutar por um mundo que seja de qualidade, em todos os sentidos, para todos, porque é isso que está em jogo.

Recentemente, assistimos a mobilizações populares em vários cantos do mundo, inclusive no Brasil, numa amostra de que ideais não morrem. Pelo contrário, continuam vivos, muito, muito vivos.

A prisão de Ana Paula e dos outros jovens ativistas é mais uma tentativa de calar esse ímpeto de rebeldia saudável – saudável e necessário – de mudar para melhor o mundo em que vivemos.

Precisamos de mais dilmas, precisamos de mais anas paulas, não de menos, e não de prisões para inocentes. É responsabilidade do Estado brasileiro garantir que essas vozes não sejam abafadas. Nesse caso, é responsabilidade do governo da Rússia garantir a liberdade à Ana Paula. E tenho certeza de que um governo liderado por uma guerreira, que sentiu na pele o que Ana Paula está sentindo, não vai se calar diante dos fatos e vai, dentro dos seus limites, interceder para que ela seja libertada.

Portanto, deixo aqui o meu respeito e o meu carinho à Ana Paula, e o apelo à Presidenta Dilma Rousseff, minha conterrânea, eu diria de raiz, porque pode ter nascido em outro Estado, mas a sua formação política foi no meu querido Rio Grande, e conterrânea de Ana Paula. Espero que a Presidenta Dilma faça o que for possível, que interceda – este é o meu pedido – junto ao governo russo para que tão logo, o mais rápido possível, devolva ao Brasil, ao Rio Grande do Sul e à D. Rosângela essa filha de quem todos nós nos orgulhamos.

Lutar pacificamente por um meio ambiente saudável não pode ser condenado, tem que ser elogiado. É de se aplaudir. Palmas para Ana Paula. Acreditamos que ela voltará rapidamente para o convívio dos brasileiros, mais precisamente do Rio Grande do Sul.

Por fim, Sr. Presidente, nos últimos cinco minutos, quero apenas fazer um registro sobre os 75 anos da fundação da Federação dos Empregados no Comércio do Rio Grande do Sul (Fecosul), uma das mais atuantes entidades sindicais do País.

Os comerciários são considerados pioneiros nas lutas sociais no Brasil. Ainda no século XVIII, durante o Primeiro Império – a princípio, de forma espontânea; depois, organizados em associações –, os comerciários saíram às ruas defendendo o direito de greve e protestando contra o trabalho escravo.

Já nas primeiras décadas do século XIX, o comércio continuava se expandindo, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Minas e Bahia.

O Dia do Comerciário, 30 de outubro, remete a um histórico de luta de uma das categorias mais antigas da humanidade. Essa data marca a categoria dos comerciários como os precursores da luta dos trabalhadores brasileiros na conquista da jornada de trabalho de oito horas diárias e do repouso aos domingos e feriados, dia tradicional de repouso dos comerciários conquistado em 1932.

A Fecosul foi fundada em outubro de 1938, desafiando o regime do Estado Novo em um contexto político delicado. Um ano antes, pela Constituição de 1937, Getúlio Vargas proibia greves, considerados “recursos antissociais, nocivos ao trabalho e ao capital, incompatíveis com os superiores interesses nacionais”. Mas os comerciários disseram “não, não, Getúlio está errado”, e continuaram defendendo o direito de greve.

Mesmo com todos esses problemas, nove líderes dos comerciários gaúchos se reuniram na sede do Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Porto Alegre e fundaram a Fecosul, para defender e proteger o direito dos trabalhadores do comércio, atuando fortemente na política sindical e fortalecendo a categoria.

O primeiro presidente eleito para unificar essa luta foi Francisco Massena Vieira, que dirigiu a Federação de 1938 até 1941, quando faleceu.

A entidade resistiu bravamente até a morte de seu líder, porém, dois anos mais tarde, em 10 de julho de 1943, o presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Porto Alegre, Darcy Gross, refundou a Fecosul, omitindo o trabalho realizado desde 1938.

A refundação tinha a proteção do Delegado Regional do Trabalho.

Nessa nova fase, Felipe Marçal Weinmann, representante da Associação dos Vendedores, com sede em Santa Maria, assume a presidência, ficando a frente da entidade até 1957.

No ano seguinte, assume Romeu Pacheco de Abreu, funcionário da Livraria do Globo e presidente do Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre e que, desde 1956, era dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

Pacheco de Abreu foi reeleito por quatro mandatos consecutivos, até 1962, quando perdeu a eleição para Januário Luiz Barreto, combativo dirigente do Comando Sindical de Porto.

Barreto tenta implantar medidas para melhorar a vida dos comerciários, porém governa a Federação apenas até 1964, quando é atingido pelo “Golpe Militar”.

No golpe militar de 1964, lideranças sindicais foram presas, caíram na clandestinidade ou tomaram o

caminho do exílio. Os sindicatos, sob intervenção, foram invadidos, saqueados, e esvaziados. Nesse contexto, a Federação dos Comerciantes é excluída.

No início dos anos 80, José Carlos Schulte – um amigo que se encontra adoentado, mas temos esperança de recuperação –, dirigente do Sindicato dos Comerciantes de Pelotas, liderou um movimento de oposição, inscrevendo uma chapa e vencendo as eleições para a Fecosul.

Novos tempos para a Fecosul e para os trabalhadores. Com a abertura política, os trabalhadores voltaram a ser sujeitos da história na sua organização via Fecosul.

Nos anos 80, a Fecosul participou ativamente das lutas políticas sindicais e sociais no Estado e no País. Nesses anos aconteceram muitas greves, paralisações em muitas lojas e supermercados, destacando atividades em Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul e Farroupilha, entre outras. Foi também nessa década que a Fecosul incentivou a criação de vários sindicatos no interior do Estado.

A Federação foi uma das principais entidades organizadoras do CET (Congresso Estadual da Classe Trabalhadora), no qual fui eleito Presidente, à época. Depois, participei ativamente, nessa função, na luta pelas Diretas Já, tendo sido indicado, depois, para ser Deputado Federal Constituinte.

Sr. Presidente, no grande embate nacional entre os neoliberais e setores progressistas no final dos anos 80, a Fecosul marcou posição ao lado de Lula. Mesmo com intensa mobilização popular a favor de Lula, o eleito foi outro.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nos anos 90, a Fecosul foi uma trincheira de luta contra os ataques da política neoliberal. Em 1997, a Fecosul continuou firme contra a medida provisória do governo FHC que liberou o trabalho aos domingos no comércio em geral. Luta que até hoje a Federação vem travando, tanto nos municípios, como no Estado e no País. A Federação defende ainda a liberdade e a autonomia sindical.

A Fecosul teve participação no Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, na Marcha dos 100 mil, realizada em Brasília.

Em 2002, foi eleito Presidente da Fecosul Guiomar Vidor, presidente reeleito para mais três gestões, com mandato até 2016.

Nesses anos de virada do século – e já vou para o fim, Sr. Presidente –, a luta dos trabalhadores permaneceu na resistência pela manutenção dos direitos conquistados.

A Fecosul afirma-se, assim, cada vez mais, como instrumento de resistência contra qualquer tentativa de retirada de direitos de trabalhadores – como alterações na Previdência –, quer acabar com o fator previdenciário e é contra mudanças na CLT. O seu Presidente, Guiomar Vidor, está à frente desse movimento, com a responsabilidade de um grande líder dos trabalhadores. Quero destacar que, no final do século passado e início deste, a Federação teve uma postura marcante no debate em relação a flexibilizar os direitos dos trabalhadores.

Enfim, Sr. Presidente – aqui eu termino –, a Fecosul, nos últimos 30 anos, sempre foi uma entidade presente na luta específica dos comerciantes gaúchos e nas lutas gerais dos trabalhadores, sempre atuando na defesa dos direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, da liberdade, da justiça, da democracia, da soberania e do desenvolvimento, na expectativa da construção de uma sociedade justa e igualitária para todos.

Aqui a Fecosul deixa registrado também que ela é totalmente favorável ao fim do voto secreto, para que haja transparência absoluta em todas as decisões tomadas aqui no Parlamento. A Fecosul – e aqui eu termino esses dois minutos – também deixa claro que é a favor da desaposentadoria, é favorável a uma política de valorização dos aposentados e pensionistas, é contra a forma como querem regulamentar a terceirização...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... e aponta para o caminho do fortalecimento, mais do que nunca, da CLT, e que todos os trabalhadores tenham direitos iguais.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a e peço que considere, na íntegra, meus cinco pronunciamentos. Obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem recebi aqui no cafezinho do Senado duas jovens, uma chamada Letícia Portugal – Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade e a outra jovem Julliene Salviano – acadêmica de Direito da Universidade Gama Filho.

As jovens trazem ao parlamento os problemas enfrentados pelas duas Universidades Privadas, nestes últimos anos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estou aqui neste plenário como se a minha voz fosse, a voz destes e destas jovens, que lutam, que sonham, por um ensino de

qualidade, não interessa se ele é público ou privado a excelência e a qualidade, devem andar juntos.

Irei ler neste plenário o manifesto de indignação de uma das estudantes, que está participando diretamente deste processo, um processo pela busca de um ensino de qualidade, onde as devidas condições de educação devem ser respeitadas.

A Universidade Gama Filho e o Centro Universitário Ada Cidade vivem um grande drama à anos, ambas instituições são mantidas pela empresa Galileo Educacional, que ao longo de quase três anos vem se mostrando incompetente para a função.

Durante estes anos de sua gestão a Gama Filho mudou de reitor por quatro vezes e a Universidade por três vezes. A gama filho no início deste presente ano enfrentou uma greve de mais de um mês por conta do não pagamento dos professores, que chegou à três meses de atraso.

O primeiro semestre de 2013 iniciou-se e a situação ficou insustentável. O não pagamento da empresa que prestava o serviço de segurança, ocasionou diversos assaltos dentro e no entorno do campus Piedade.

Nesse mesmo período sofremos com a falta da limpeza por conta do não pagamento da empresa e da compra do material necessário que não ocorreu, pois o Reitor não possui autonomia se quer para comprar papel.

Ainda no início do presente ano, os alunos do campus Downtown foram surpreendidos com o encerramento das atividades do campus e realocados no campus Piedade sem direito de escolha ou devida comunicação.

Devido à nova inadimplência da mantenedora, professores e funcionários entraram em greve que se encerrou no dia 30 de setembro devido a regularização do passivo salarial, porém nesta mesma semana foi anunciada a demissão de 348 professores da Gama Filho e da Universidade, mais uma quebra de acordo por parte da mantenedora que tinha acordado não demitir nenhum professor até 2014.

Neste mesmo período do meio do ano os estudantes ocuparam a reitoria pacificamente e lá permaneceram a quase 80 dias, Recebemos a notícia de que a Sociedade

Universitária Gama Filho, presidida pelo Sr, Paulo César Prado Ferreira da Gama, tem o interesse em retomar a manutenção da instituição e que foi aberto um requerimento no ministério da Educação.

Entretanto na gestão da SUGF a Gama Filho já enfrentava dificuldades à mais de 10 anos.

O Centro Universitário da Cidade no início do ano passado enfrentou uma greve de quarenta e sete dias devido à atrasos salariais.

No mesmo ano, a infraestrutura foi deixada de lado. A limpeza deixou de ser realizada nos campi e salas de aula, os elevadores deixaram de funcionar, a segurança deixou de ser feita nas unidades e foram encerradas as atividades das unidades Bonsucesso, Campo Grande e Carioca, e no início deste ano, Méier, Freguesia e Praça XI e os estudantes realocados nas unidades restantes e sem direito a escolha.

O primeiro semestre de 2013 foi iniciado com atraso devido a greve dos professores ocasionada pelo não pagamento destes. A falta de investimento na infraestrutura continuou. Os elevadores continuaram não funcionando.

Pela insistente inadimplência por parte da mantenedora o segundo semestre deste ano iniciou também no dia 30 de Setembro.

O Ministério da Educação instaurou em Abril uma comissão paritária, porém nada tem sido eficaz em resolver o problema. Como pode constatar as instituições passam por problemas semelhantes.

Nessa semana estava marcado para ocorrer uma Audiência Pública para debater os problemas enfrentados pelas instituições, porém o Ministério da Educação pediu que fosse adiada devido à regularização do passivo com professores e funcionários.

Essa já uma prática da mantenedora, toda vez que nos mobilizamos em Brasília e que conseguimos apoio, eles agem de forma a dar uma falsa impressão de que tudo está se regularizando, passa um curto período de tempo e voltamos a ter todos os problemas anteriores.

Quero ressaltar que mesmo pagando os salários atrasados dos professores a situação não se normaliza, não temos aulas de qualidade, pois a insegurança que a situação nos impõe não permite, o semestre passado foi na minha visão o pior período da instituição o clima de tensão instaurado não dava para todos a tranquilidade necessária para um bom aproveitamento dos estudos.

Peço que o Senado Federal continue se empenhando, pois temos nesta casa a nossa esperança.

Atenciosamente,

Juillene Salviano – Acadêmica de Direito da Universidade Gama Filho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estes jovens precisam de uma resposta, uma resposta diante esta situação vergonhosa que encontram – se a Universidade Gama Filho e o Centro Universitário da Cidade.

Acredito veemente que a educação é a única forma de transformação e desenvolvimento de uma sociedade.

Como dizia o grande mestre Paulo Freire “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção.”

Ontem uma comitiva esteve reunida com o secretário-executivo do Ministério da Educação, Henrique Paim, (que por sinal não é meu parente), para tratar dos diversos problemas enfrentados pela Universidade de Gama Filho e pelo Centro Universitário da Cidade.

A crise nas Universidades tem causado diversos transtornos nas instituições, desde roubos nos campus, devido a falta de segurança, como até a falta de produtos de higiene pessoal (papel higiênico).

Minutos antes de iniciar a reunião as representantes estudantis informaram a equipe do Ministério, aos parlamentares e seus representantes, que a mantenedora Galileo Educacional, havia demitido 348 professores.

A informação causou espanto ao grupo do Ministério da Educação.

Na visão das representantes a solução dos problemas é a intervenção da mantenedora, contudo, não existe amparo legal para o procedimento.

A orientação do Ministério da Educação seria a transferência assistida dos alunos, onde se estende o prazo de conclusão dos cursos ou a aprovação do projeto de lei (4372/2012), que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior – INSAES, que tramita na Comissão de trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

Nesta próxima quarta-feira às 09 horas, será realizada na Comissão de Educação uma audiência para debater os conflitos e buscar soluções, para esta pauta tão delicada, que é a situação destes estudantes e professores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há três semanas, tenho assistido, com aflição, uma notícia que vem se repetindo nas TVs e nos jornais.

Ana Paula Maciel, uma jovem, bióloga, brasileira e gaúcha de 31 anos está presa a milhares de quilômetros daqui⁷ na cidade de Murmansk, no noroeste da Rússia.

Ana Paula foi para a cadeia com outros 29 colegas – de diferentes países – depois de um protesto pacífico que fizeram contra a exploração de petróleo no Ártico.

Eles tentaram escalar e abrir uma mensagem numa plataforma de petróleo da empresa russa Gazprom, para chamar atenção sobre os altos riscos que essa operação significa não só para a região, mas para o planeta.

Acabaram atrás das grades, indiciados por pirataria, e desde então, sem contato com seus familiares. Se condenados, estão destinados a ficar até 15 anos sem liberdade sob uma acusação que foi desmentida até pelo presidente da Rússia, Vladimir Putin. Num Fórum sobre o Ártico, no dia 25 de setembro, ele comentou publicamente sobre a ação: “É absolutamente evidente que eles não são piratas”, ele disse.

E isso fica ainda mais evidente quando se pesquisa um pouco sobre o histórico da brasileira Ana Paula. Formada em Biologia pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), em Canoas, no Rio Grande do Sul, a gaúcha tem, desde criança, uma preocupação fora do comum com os animais e com a natureza em geral.

Há anos, ela abriu mão de sua rotina em Porto Alegre para ganhar o mundo em ousadas missões ambientais. Entre uma viagem e outra, se reveza em projetos de defesa do meio ambiente de diferentes organizações.

No Greenpeace, já fez inúmeras viagens com cientistas e já participou de outros protestos pacíficos como este que lhe botou na cadeia.

Em uma carta, a mãe de Ana, dona Rosângela Maciel, vem lembrar porque sua filha está atrás das grades.

“Se hoje ela esta injustamente presa a milhares de quilômetros de casa, o motivo é um só: ela dá a cara a tapa por uma causa que é de todos nós”.

Ana Paula não é a única, e o que ela fez tampouco é novidade. Em todas as épocas de nossa história, houve brasileiros que fizeram sua cota de sacrifício pela coletividade. Invariavelmente, acabaram criticados, presos e, em alguns casos, até torturados.

Hoje, temos à frente do nosso país uma dessas pessoas. Nossa presidenta, Dilma Rousseff, como se sabe, também lutou pelo que acreditava ser um bem comum. Também acabou presa. E também manteve de pé seus sonhos, seus ideais.

Na última semana, o jornal Brasil Econômico publicou uma foto de Ana Paula na cadeia, e a comparou com a famosa foto de Dilma em sua época de prisioneira política.

Ambas ostentavam uma postura altiva, destemida, aparentemente inabalável. Ambas lutavam por um mundo melhor.

Ambas lutavam pela liberdade de poder lutar por um mundo melhor, Porque é isso que está em jogo.

Recentemente, assistimos mobilizações populares em vários cantos do mundo, inclusive no Brasil, numa amostra de que ideais não morrem. Pelo contrário, continuam muito vivos.

A prisão de Ana Paula e dos outros jovens ativistas é mais uma tentativa de calar esse ímpeto – sau-

dável e necessário -de mudar para melhor o mundo em que vivemos.

Precisamos de mais Anas Paulas, não de menos. É responsabilidade do estado brasileiro garantir que essas vozes não serão abafadas.

E tenho certeza que um governo liderado por uma guerreira, que sentiu na pele o que Ana Paula está sentindo, não vai se calar diante dos fatos.

Portanto, deixo aqui meu apelo à presidenta Dilma Rousseff, minha conterrânea e conterrânea de Ana Paula, que interceda ao governo russo.

Para que tão logo devolva ao Brasil, ao Rio Grande do Sul e à dona Rosângela essa filha de quem vemos nos orgulhar.

Porque lutar pacificamente por um meio ambiente saudável não é de se condenar. É de se aplaudir.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo registrar aqui os 75 anos de fundação da Federação dos Empregados no Comércio do Rio Grande do Sul – FECOSUL. Uma das mais atuantes entidades sindicais do nosso país.

Os comerciários são considerados pioneiros nas lutas sociais no Brasil. Ainda no século 18, durante o Primeiro Império – a princípio de forma espontânea e, depois, organizados em associações – os comerciários saíram às ruas com jornais, greves e protesto contra a exploração do trabalho.

Já nas primeiras décadas do século 19 o comércio continuava se expandindo, principalmente em grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, mas surgia um problema: a ausência de mão de obra qualificada no balcão que soubesse matemática,

O Dia do Comerciário – 30 de outubro – remete a um histórico de luta de uma das categorias mais antigas da humanidade. Esta data marca a categoria dos comerciários como os precursores da luta dos trabalhadores brasileiros na conquista da jornada de trabalho de oito horas diárias e do repouso aos domingos e feriados, dia tradicional de repouso dos comerciários conquistado desde outubro de 1932 e extinto no ano de 1997, por medida provisória.

A Fecosul foi fundada em outubro de 1938, desafiando o regime do Estado Novo em um contexto político delicado. Um ano antes, pela Constituição de 1937, Getúlio Vargas proibia greves, considerados “recursos antissociais, nocivos ao trabalho e ao capital, incompatíveis com os superiores interesses nacionais”.

Mesmo com todos esses problemas, nove líderes dos comerciários gaúchos se reuniram na sede do Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Porto Alegre e fundaram a Fecosul para defender e proteger o direito

dos trabalhadores do comércio, atuando fortemente na política sindical e fortalecendo a categoria.

O primeiro presidente eleito para unificar essa luta foi Francisco Massena Vieira, que dirigiu a Federação de 1938 até 1941, quando faleceu.

A entidade resistiu bravamente até a morte de seu líder, porém dois anos mais tarde, em 10 de julho de 1943, o presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Porto Alegre, Darcy Gross, refundou a Fecosul, omitindo o trabalho realizado desde 1938.

A refundação tinha a proteção do Delegado Regional do Trabalho e do governo Getúlio Vargas, visando tornar a Federação um aparelho do Estado.

Nessa nova fase, Felipe Marcai Weinmann, representante da Associação dos Vendedores, com sede em Santa Maria, assume a presidência, ficando a frente da entidade até 1957.

No ano seguinte, assume Romeu Pacheco de Abreu, funcionário da Livraria do Globo e presidente do Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre e que, desde 1956, era dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

Pacheco de Abreu foi reeleito por quatro mandatos consecutivos, até 1962, quando perde a eleição para Januário Luiz Barreto, combativo dirigente do Comando Sindical de Porto.

Barreto tenta implantar medidas para melhorar a vida dos comerciários, porém governa a Federação apenas até 1964, quando acontece o “Golpe Militar”.

No golpe militar de 1964, lideranças sindicais foram presas, caíram na clandestinidade ou tomaram o caminho do exílio.

Os sindicatos, sob intervenção, foram invadidos, saqueados, e esvaziados de qualquer sentido político ou reivindicatório. Passaram a ser entidades assistencialistas. Neste contexto a Federação dos Comerciários não participa das lutas.

No início dos anos 80 José Carlos Schulte, dirigente do Sindicato dos Comerciários de Pelotas, liderou um movimento de oposição inscrevendo uma chapa e vencendo as eleições para a Fecosul.

Novos tempos para a Fecosul e para os trabalhadores. A abertura política e a vontade de mudar os rumos do país e da luta dos trabalhadores levaram a nova diretoria da Fecosul a ter um papel participativo e fundamental nas conquistas dos comerciários, e dos demais trabalhadores.

Nos anos 80, a Fecosul participou ativamente das lutas políticas sindicais e sociais no estado e no país.

Nestes anos aconteceram muitas greves, paralisações em muitas lojas e supermercados, destacando atividades em Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul e Farroupilha, dentre outras.

Foi também nesta década que a Fecosul incentivou a criação de vários sindicatos no interior do Estado.

Assim como foi nessa época, que foram alcançadas as maiores conquistas nos dissídios como auxílio creche, quinquênio, triênio, leis municipais que garantiam o sábado inglês (trabalho no sábado só até ao meio-dia) e outras garantias mantidas até hoje.

A Federação foi uma das principais entidades organizadoras do CET – Congresso Estadual da Classe Trabalhadora.

A Federação ainda teve participação nas manifestações das Diretas Já, e depois apoiando a indicação de Tancredo Neves à presidência da República.

E teve papel destacado na luta pela Constituinte de 1988, que garantiu muitos direitos aos trabalhadores e trabalhadoras, e à sociedade.

No grande embate nacional entre os neoliberais e setores progressistas no final dos anos 80, a Fecosul marcou posição ao lado de Lula. Mesmo com intensa mobilização popular a favor de Lula, o eleito foi Fernando Collor nas eleições de 1989.

Nos anos 90, A Fecosul foi uma trincheira de luta contra os ataques da política neoliberal implantada pelos governos Fernando Collor e Fernando Henrique. Os comerciários gaúchos estiveram representados no “Fora Collor”.

Em 1997, a Fecosul se posicionou radicalmente, contra a Medida Provisória do governo FHC, que liberou o trabalho aos domingos no comércio em geral.

Luta que até hoje a Federação vem travando, tanto nos municípios, como no estado e no país. Sempre buscando apoio de parlamentares que estão do lado dos trabalhadores.

A Fecosul teve participação no Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, na Marcha dos 100 mil contra o governo FHC, realizada em Brasília.

Em 2002 foi eleito presidente da Fecosul Guimar Vidor, presidente reeleito para mais três gestões, com mandato até 2016.

Nestes anos de virada do século, a luta dos trabalhadores permanecia na resistência pela manutenção dos direitos conquistados, a Fecosul afirma-se cada vez mais como um instrumento de resistência contra a tentativa de retirada de direitos, como a reforma da previdência, reforma sindical e trabalhista que visava a extinção da CLT e a instituição da pluralidade sindical, com o consequente enfraquecimento dos sindicatos e da luta dos trabalhadores.

Também no final do século passado e início deste, a Federação teve uma postura marcante contra as cooperativas de trabalho (Coopergatos), a disseminação

dos estágios -utilizados como forma de precarização dos direitos trabalhistas.

Com sua integração com as demais categorias, teve participação ativa na fundação do Fórum Sindical dos Trabalhadores Gaúchos (Fórum das Federações), que é coordenado pela Fecosul.

A Fecosul, nos últimos 30 anos, sempre foi uma entidade presente na luta específica dos Comerciais Gaúchos e nas lutas gerais dos trabalhadores, sempre atuando na defesa dos direitos trabalhistas, da democracia, da soberania, do desenvolvimento e na perspectiva da construção de uma sociedade justa e igualitária.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

APRESENTAÇÃO

Abdias do Nascimento – esse é um nome que deve ser reverenciado, no Brasil e em outras partes do mundo onde existam africanos e seus descendentes!

Já tivemos muitos batalhadores pela causa da igualdade racial, mas, se quisermos citar uma personalidade que se destacou e cujo trabalho significou muito para a melhora das condições dos menos favorecidos e dos afrodescendentes, sem dúvida, Abdias merece ser colocado em lugar de destaque. Por isso mesmo, é considerado o precursor do movimento negro no Brasil.

Estamos próximos de comemorar seu centenário de nascimento, já que ele veio ao mundo em 14 de março de 1914 na cidade de Franca, Estado de São Paulo. E faleceu no Rio de Janeiro em 24 de maio de 2011, faltando bem pouco para completar um século de uma existência muito produtiva.

Em 1930, com apenas 16 anos, portanto, já morando em São Paulo, Abdias entrou para a Frente Negra Brasileira para lutar contra a forte segregação racial que havia, então, nos estabelecimentos comerciais dessa cidade.

Em 1944, fundou o Teatro Experimental do Negro, que promoveu a Convenção Nacional do Negro em 1945-46. Dessa Convenção se originaram propostas para a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, para inclusão de políticas públicas que beneficiassem a população afrodescendente e de um dispositivo tomando crime de lesa-pátria a discriminação racial.

Ainda como líder do Teatro Experimental do Negro, Abdias organizou o 10 Congresso do Negro Brasileiro em 1950.

Abdias do Nascimento pertencia aos quadros do antigo PTB, mas, após o golpe militar de 1964, mesmo vivendo no exílio, participou da forma* do PDT. Quando voltou ao Brasil, em 1981, liderou a criação do Movimento Negro do PDT.

Tornou-se o primeiro Deputado Federal afro-brasileiro cujo mandato foi empregado totalmente na luta contra o racismo. Nesse período, apresentou projetos de lei definindo o racismo como crime e criando mecanismos de ação compensatória, visando diminuir as desigualdades que atingem os negros na sociedade brasileira.

Na década seguinte, quando assumiu o mandato de Senador (de 1996 a 1999), sucedendo o saudoso Darci Ribeiro, manteve-se fiel a mesma linha de atuação já observada na Câmara dos Deputados.

No Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, foi nomeado pelo Governador Leonel Brizola como Secretário de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (1991-1994). No final da década (1999-2000), assumiu a Secretaria Estadual de Cidadania e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

Como nunca se curvou ao sistema em tempo algum, Abdias chegou a ser preso durante a ditadura de Getúlio Vargas por ter resistido a agressões racistas.

Em 1955, idealizou e realizou o Concurso de Artes Plásticas sobre o tema Cristo Negro, que, por seu caráter polêmico, lhe rendeu a condenação de setores da Igreja Católica, mas recebeu o apoio de D. Hélder Câmara.

Em 1968, Abdias, incansável, fundou o Museu de Arte Negra, com exposição inaugural no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, mas, por essa época, já era alvo de vários Inquéritos Policiais-Militares, que o levaram a deixar o País.

Sua importância no cenário internacional já era reconhecida, o que o levou, no final de 1968 e início de 1969, a atuar como Conferencista Visitante da Yale University, School of Dramatic Arts. Também nesse período, iniciou sua atuação como artista plástico, abordando os valores da cultura afro-brasileira e da luta pelos direitos humanos dos povos africanos de todo o mundo. A partir daí, abriu-se para ele uma carreira internacional em que convivia com grandes intelectuais da época, a exemplo de Norman Mailer, Norman O. Brown, John Cage, Buckminster Fuller, Leslie Fiedler, e outros.

Sua atuação em prol das mais variadas causas de nações africanas, bem como contra as discriminações de todo tipo por que passam os que têm raízes nesse continente, lhe rendeu vários prêmios, valendo destacar: Prêmio UNESCO na Categoria Direitos Humanos e Cultura de Paz, em 2001, e Prêmio Comemorativo

das Nações Unidas por Serviços Relevantes em Direitos Humanos, em 2003. Em 2004, por ocasião dos dez anos do fim do regime de **apartheid**, recebeu o prêmio de reconhecimento do Governo da República da África do Sul, pelo seu grande envolvimento na campanha internacional em prol da democratização do país. Em 2009, foi indicado oficialmente ao Prêmio Nobel da Paz, mas já havia sido lembrado anteriormente como merecedor dessa grande honraria.

Também recebeu títulos de Doutor **Honoris Causa** da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (1993) e da Universidade Federal da Bahia (2000).

Desde os anos 1970, Abdias já lutava pela instituição do Dia Nacional da Consciência Negra, estabelecido em 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, por tudo que esse grande líder significou para as aspirações de liberdade dos africanos que vinham para o Brasil na ultrajante condição de escravos. Assim se expressou numa entrevista jornalística:

Eu já costumava dizer que a Lei Áurea não passava de uma mentira cívica. Sua comemoração todo ano fazia parte do coro de autoelogio que a elite escravocrata fazia em louvor a si mesma no intuito de convencer a si mesma e à população negra desse esbulho conhecido como “democracia racial”. Por isso o movimento negro caracterizou o dia 13 de maio como dia de reflexão sobre a realidade do racismo no Brasil.

O dia 20 de novembro simboliza a resistência dos africanos contra a escravatura. Essa resistência assume diversas expressões táticas e perpassa todo o período colonial. Durante esse período, em todo o território nacional, havia quilombos e outras formas de resistência que, em seu conjunto, desestabilizaram a economia mercantil e levaram à abolição da escravidão. Esse é o verdadeiro sentido da luta abolicionista, cujos protagonistas eram os próprios negros.

Tenho certeza de que este espaço é muito pequeno para dar ao menos uma ideia da grandeza do líder que foi Abdias na luta pela melhora das condições de vida dos povos africanos, no Brasil e no mundo.

Impossível, também, descrever toda a admiração que tenho por essa figura exemplar e na qual muitas vezes procuro espelhar-me na busca para proporcionar mais justiça social para as classes menos favorecidas deste País; em especial para os afrodescendentes, aos quais o País tanto deve pelas vicissitudes as quais os submeteu principalmente durante o Brasil-Colônia e Império, e as diferenças ainda hoje observadas na sociedade, que os impedem de integrar-se totalmente e ascender aos postos cujo direito não lhes pode ser negado.

Foram numerosas as proposições que esse grande brasileiro, Abdias do Nascimento, apresentou na

Câmara dos Deputados e no Senado Federal nos períodos em que atuou nas duas Casas do Congresso. Proposições nas quais busco inspiração e ensinamento, reconhecendo em Abdias o precursor que foi da causa dos afrodescendentes. Talvez o grande destaque deva ser dado ao PL (Projeto de Lei) nº 1.332 de 1983, de cuja ementa se pode depreender o espírito da norma pretendida: “Dispõe sobre ação compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo artigo 153, parágrafo primeiro, da Constituição Federal.”

Infelizmente, essa proposição foi arquivada por resolução da Câmara, juntamente com muitas outras, às vésperas da entrada em vigor da nova Constituição Federal.

Projeto com teor semelhante foi apresentado por Abdias no Senado, como PLS (projeto de Lei do Senado) nº 75, de 24 de abril de 1997. Cabe destacar, por fim, o PLS nº 52, de 03 de abril de 1997, que define os crimes de prática de racismo e discriminação.

Há um mundo de ações maravilhosas e repletas de benemerência na biografia desse grande líder brasileiro do século XX. Espero que esta obra sirva para despertar ou reforçar, naqueles que reconhecem a necessidade de aperfeiçoar as ações compensatórias e fazer justiça aos afrodescendentes, a vontade de continuar essa luta pela justiça social e igualdade para todos os seres humanos.

Certamente, ha de se considerar que o embrião para a elaboração do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010), cujo projeto tive a honra de apresentar quando era deputado, surgiu das ideias que já tinham sido apresentadas por Abdias do Nascimento, major defensor brasileiro, e provavelmente um dos maiores defensores, internacionalmente, das causas dos afrodescendentes.

É importante notar que, em pleno século XXI, houve grande dificuldade para se conseguir essa conquista – a transformação em lei do Estatuto da Igualdade Racial –, pois o projeto percorreu um caminho difícil pelos meandros do Congresso Nacional, demorando cerca de dez anos até ser aprovado.

É longo o caminho da aceitação social dos afrodescendentes, mas tenho certeza de que as conquistas até agora conseguidas nos dão esperança de dias melhores, com igualdade de direitos e reconhecimento do valor dessas pessoas em todos os setores do convívio humano.

Que a biografia de Abdias do Nascimento inspire muitos e muitos brasileiros que lutam pelos direitos dos menos favorecidos!

Brasília, outubro de 2013. – Senador **Paulo Paim**.

FATOR PREVIDENCIÁRIO, DESAPOSENTADORIA...

Todos sabem da nossa incessante e incansável luta na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e aposentados de nosso País.

Desde o primeiro mandato parlamentar que assumi, há quase três décadas, transformei a tribuna deste Parlamento em uma verdadeira trincheira, sempre a serviço dos interesses e das conquistas daqueles que trabalham ou já se aposentaram.

Recentemente, pude participar da vigília promovida pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas em frente ao Congresso Nacional, ocasião em que mais de 600 pessoas se reuniram para protestar contra os baixos benefícios que recebem, reivindicando reajustes equivalentes aos efetuados no valor do salário mínimo.

Nunca me furtei a lutar esse bom combate, com as armas de que disponho na lide parlamentar. Nunca mudei de lado ou tergiversei, seja na elaboração de projetos de lei ou nas discussões em Plenário.

Dois aspectos da mais alta relevância de nossa legislação previdenciária – e que tanta angústia e preocupação têm causado aos milhões de aposentados e pensionistas espalhados por todo o País – devem ser objeto de toda a nossa atenção e vigor.

Refiro-me, especificamente, ao famigerado fator previdenciário – causador de insuportável arrocho e achatamento de benefícios – e ao instituto da desaposentadoria desaposentação, cuja possibilidade tem sido contestada, reiteradamente, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Criado no ano de 1999 pelo governo federal e usado compulsoriamente no cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição, o fator previdenciário é motivo de consistentes questionamentos jurídicos e constitucionais, segundo inúmeros especialistas.

Não obstante o fato de se retirar do beneficiário parte do patrimônio adquirido ao longo de todos os anos de contribuição – constituindo-se, portanto, em apropriação indébita! –, a implantação do fator previdenciário se configura em flagrante afronta ao ordenamento constitucional.

Originado por lei ordinária, não poderia, sob nenhuma hipótese, se sobrepor à Carta Magna! O texto constitucional, em nenhum momento, determina que a idade seja fator determinante para o cálculo do benefício, como faz o fator previdenciário para reduzir esses rendimentos.

Continuamos na luta pelo fim imediato desse famigerado redutor e apropriador de benefícios dos aposentados de nosso País! Até mesmo o Ministro da Previdência já reconheceu o caráter “cruel” de sua nefasta aplicação no cálculo das aposentadorias.

Para corrigir essa anomalia, e extingui-lo de uma vez, sou autor do Projeto de Lei do Senado nº 3.299, de 2008, que expressamente acaba com o fator previdenciário. Tivemos êxito em aprová-lo nesta Casa, mas o projeto continua aguardando andamento na Câmara dos Deputados.

Outra batalha importante nesse campo previdenciário reside na possibilidade da desaposentação, que consiste basicamente na renúncia da aposentadoria atual para pleitear uma mais vantajosa em relação aos rendimentos.

Trata-se de um direito dos aposentados que tem sido, de maneira sistemática, negado pelas autoridades previdenciárias.

O fato é que não há nenhuma proibição nesse sentido em nossa legislação. No setor público, o Tribunal de Contas da União já consagrou esse direito para os servidores estatutários. Por que, então, os aposentados e trabalhadores do regime geral não podem exercê-lo, de maneira isonômica?

A Justiça já vem reconhecendo esse direito, de maneira inequívoca, àqueles que recorrem aos tribunais. Entretanto, o INSS, de forma míope e arbitrária, insiste em indeferir administrativamente esses pleitos.

Como a renúncia é ato unilateral, que independe de terceiros e incidente sobre direito patrimonial disponível, não há como questionar a possibilidade de o aposentado abrir mão, voluntariamente, dos seus atuais benefícios, possibilitando rendimentos maiores no futuro.

Pensando nisso, também elaboramos um projeto de lei nesta Casa – o PLS nº 91, de 2010 – para que haja um reconhecimento expresso em nossa legislação dessa possibilidade, afastando a má interpretação que o INSS vem utilizando para apreciar a matéria.

Esses dois projetos, cuja aprovação não deve mais tardar em acontecer, ratificam o nosso compromisso inabalável com a causa dos aposentados de nosso País, essa gente que tanto trabalhou pelo Brasil e que agora, depois de tantos anos de labuta e dedicação aos seus ofícios, merecem uma aposentadoria digna e condizente com os serviços prestados. – **Senador Paulo Paim.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

Agora, para uma comunicação inadiável, eu concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois dessa belíssima homenagem aos 60 anos da Petrobras, eu volto à tribuna com um tema

– digamos assim – também ligado à Petrobras, que é exatamente a reunião de trabalho que nós tivemos com a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, juntamente com o Governador Cid Gomes e sua equipe, com o Diretor de Abastecimento da Petrobras, José Carlos Cosenza, que esteve aqui conosco há poucos instantes, acompanhado do Sr. Barroso Lutf, também ligado à Refinaria Premium II, que está sendo construída no Estado do Ceará.

Essa reunião eu considero muito importante, Sr. Presidente. Veja que é uma reunião com a Ministra Miriam, com o diretor José Carlos Cosenza, com o Barroso Lutf, com o Secretário de Estado Adail Fontenele, que é o responsável, no Governo do Estado do Ceará, pelos trabalhos em torno da Refinaria Premium, no Porto do Pecém, no Estado do Ceará.

A Refinaria Premium vai refinar 300 mil barris de petróleo/dia, no Estado do Ceará, e está em uma fase de ganhar velocidade no processo de construção. A Petrobras divide em etapas a construção de uma refinaria, e nós estamos praticamente saltando uma dessas etapas, saindo da etapa 1, que é localização, é o terreno, que foi garantido pelo Estado do Ceará. O Estado do Ceará adquiriu o terreno, já fez essa doação do terreno para a Petrobras, e a Petrobras já recebeu esse terreno da refinaria. Depois é necessário cercar, fazer a subtração vegetal. Todo esse processo está acontecendo, e, simultaneamente, a Petrobras já contratou o projeto de engenharia para realizar a terraplenagem do terreno que vai receber, finalmente, a Refinaria Premium II.

Isso para nós é muito importante, primeiro porque liquida os rumores que sempre se levantavam no nosso Estado, o Ceará, de que nunca seria feita essa refinaria. Pelo contrário, a refinaria está em processo veloz de consecução, a partir do projeto de engenharia, que vai desenvolver o programa não só de terraplenagem, de estruturação para receber a torre de refino, mas, sobretudo, pelas decisões políticas, porque isso é o mais importante.

Vejam: a Ministra Miriam Belchior, juntamente com o Governador Cid Gomes e com o Diretor da Petrobras José Carlos Cosenza, estabeleceu um calendário de acompanhamento – quando queremos que as coisas se materializem, temos que fazer mais ou menos dessa maneira. Todo mês teremos uma reunião em Fortaleza, no Estado do Ceará, para examinar os passos que foram dados e que embaraços surgiram ou que porventura possam surgir diante da construção da Refinaria Premium II. Para quê? Para dar maior velocidade ao empreendimento! E isso tem um impacto muito grande para o nosso Estado, o Estado do Ceará. Isso significa não só a geração de emprego imediato

no processo de construção da Refinaria, mas também a atração de um conjunto grande de empreendimentos e de empresas que vão prestar serviços à Refinaria, que vão prestar serviços à Petrobras e à Refinaria Premium II. Então, haverá empresas que vão oferecer alimentação, empresas que vão fazer transporte, empresas que vão oferecer produtos industrializados, para garantir o funcionamento permanente daquele empreendimento.

Tem de haver investimentos em infraestrutura de transporte. Estamos fazendo, exatamente para receber os equipamentos da Refinaria, um reforço na ponte do Porto do Pecém, para que esses equipamentos que vêm de vários lugares do mundo possam ser ali entregues e recebidos com tranquilidade. Então, temos de reforçar esse equipamento do Porto, porque vamos receber máquinas com mais de mil toneladas, que vão chegar para ajudar a construir a Refinaria Premium II.

Já estamos fazendo o desvio de uma rodovia estadual.

(Soa a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Vamos ampliar a BR-222, desde seu entroncamento com a BR-020 até a entrada do Porto do Pecém – são mais ou menos 60km de ampliação dessa rodovia –, o que vai beneficiar todo o complexo portuário do Pecém, mas, sobretudo, vai dar viabilidade ao Porto e à Refinaria e vai melhorar, então, as condições de transporte de carga dentro do Estado do Ceará. Ao ser feita com o objetivo de oferecer a infraestrutura necessária para aquele empreendimento da Petrobras, ela ajuda todas as outras atividades do nosso Estado, seja o transporte de carga, seja o transporte de passageiros por ônibus e mesmo por automóveis de passeio que, porventura, vão aproveitar as praias naquela belíssima região do Estado do Ceará.

Portanto, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de...

(Interrupção de som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) –...fazer o registro *(Fora do microfone.)* desse calendário que se estabeleceu no Estado do Ceará entre o Governo Federal, com a presença da Ministra Miriam; a Petrobras, com a presença do Diretor José Carlos Cosenza; e o Governo do Estado, com a presença do Governador do Estado do Ceará, do Secretário de Estado Adail Fontenele e do Sr. Barroso Lutif, representando a Refinaria Premium II, no Estado do Ceará.

Eu estive ali presente e fiquei com a responsabilidade de também estar presente nas próximas reuniões, porque há o grande objetivo de garantir a construção

da Refinaria Premium II e de, ao mesmo tempo, fazer o acompanhamento dos passos que estão sendo dados com esse objetivo.

Nós sempre temos dito, no Estado do Ceará – e estas são palavras do Governador do Estado do Ceará, são palavras minhas proferidas desta tribuna, são palavras dos Srs. Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel e dos nossos colegas da Câmara –, que a Refinaria não é uma espécie de redenção econômica, social e política do Estado, mas é um ponto de mudança absoluto da realidade econômica, política e social do Estado do Ceará. A sua construção e a sua inauguração daqui a alguns anos significarão um impacto sem precedência na nossa história. Basta dizer que o investimento de US\$11 bilhões vai ser o maior investimento de todos os tempos da história do Estado do Ceará.

Portanto, Sr^a Presidente, deixo aqui o registro do trabalho que estamos desenvolvendo no Ceará e que vai resultar, sim, numa conquista extraordinária para a nossa região: a Refinaria Premium II.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Vanessa Grazziotin.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A Mesa gostaria de cumprimentar V. Ex^a, Senador Inácio Arruda, não só pelo pronunciamento de agora, como, sobretudo, pela belíssima sessão solene realizada pelo Congresso Nacional hoje pela manhã, que homenageou os 60 anos da Petrobras.

Então, cumprimento V. Ex^a como um dos autores do requerimento que propiciou essa sessão de homenagem à empresa muito querida do povo brasileiro, que é a Petrobras.

Ouç o Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Senadora Vanessa, peço a palavra pela ordem por dois minutos.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita satisfação que parabeno o Senado pela sessão realizada em homenagem à Petrobras, orgulho nosso. Essa empresa é orgulho nacional e tem a grandeza de proporcionar a todos desenvolvimento e riqueza.

Parabeno, igualmente, a Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, e toda a sua Diretoria.

Aproveito este momento, Sr^a Presidenta, para agradecer de maneira muito especial à Presidenta Dilma Rousseff, porque, a partir de hoje, já podemos comunicar oficialmente o BRT, que é uma forma nova e necessária de transporte coletivo de todas as grandes cidades. E nós já fomos agraciados com esse meio de transporte por entender a necessidade do Distrito Federal.

O BRT eu o anunciei aqui três anos atrás ou um pouco mais, há quatro anos. O BRT liga o Plano Piloto até o Gama e Santa Maria, duas cidades próximas de Brasília. Nós vimos a necessidade disso, alertados até por uma servidora muito humilde do Senado que é moradora de Valparaíso: “Ó, Gim, somos vizinhos”.

O Entorno do Distrito Federal é muito pequeno. Para todos que estão nos ouvindo, quero dizer que o Distrito Federal é muito pequeno. Então, há uma região integrada, que se chama Entorno de Brasília. No Entorno Sul, moram mais de um milhão de habitantes. É vizinho nosso aqui, fica a 25 km de distância. Trata-se do Novo Gama, de Valparaíso, da Cidade Ocidental, de Luziânia. Nós conseguimos o BRT dentro do quadrilátero do Distrito Federal. Mas e essas cidades vizinhas, grudadas no Distrito Federal, de onde todos os dias vêm para cá mais de 300 mil pessoas para trabalharem no Plano Piloto? Todos os dias, como em toda cidade grande, essas pessoas gastam mais de duas horas para chegar ao seu trabalho diariamente. São pessoas humildes.

Então, o que acontece agora? Podemos anunciar que, depois de pleitos, fizemos reuniões.

Quero agradecer também à Ministra Miriam Belchior e a Maurício Muniz, que é gerente do PAC.

Fizemos reuniões com o Governador local, o Agnelo, e com o Vice-Governador, o Filippelli.

(Soa a campanha.)

O SR. GIM (Bloco União e Força/ PTB – DF) – Fizemos reuniões com o Governador Marconi Perillo. Todos eles entenderam a necessidade do BRT Sul até Luziânia, atendendo Novo Gama, Céu Azul, Pedregal, Cidade Ocidental e, principalmente, Luziânia, que é o ponto final.

Vejam vocês que, de Luziânia para Brasília, vão ser gastos 40 minutos. Estamos dando, assim, conforto para essa população. O veículo carrega 180 pessoas de uma vez em cada vagão, com ar-condicionado. Com isso, damos dignidade a essas pessoas. A maioria dessas pessoas mora no Entorno de Brasília e na Região Integrada de Desenvolvimento, a Ride do Distrito Federal.

Então, podemos anunciar isso oficialmente. A partir de amanhã, vão ser feitas várias reuniões nessas

comunidades para comunicar que o BRT vai chegar lá. Quando anunciei essas obras aqui quatro anos atrás, há mais de três anos, todo mundo duvidava. Hoje, as obras estão em pleno vapor, estão em funcionamento. Vários viadutos estão sendo...

(Interrupção do som.)

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – ...feitos *(Fora do microfone)*.

Quero também comunicar, Senadora Vanessa Grazziotin, que vai haver BRT para Águas Lindas, outra cidade nossa, onde moram mais de 250 mil pessoas. O BRT vai sair de Ceilândia também, interligando-se ao metrô de Ceilândia, dando condições de mobilidade para essa população imensa, para essa população humilde. É gente séria que vem trabalhar todos os dias em Brasília e que gasta mais de duas horas para vir e duas horas para voltar, quatro horas diárias.

Mas, a partir de amanhã, já vai ser anunciado o BRT Sul, até Luziânia. Várias pessoas vão participar desses eventos. Como nossa vida é muito atribulada, resolvi já comunicar isso a todo o Distrito Federal, a todo o Entorno e, principalmente, ao Brasil.

Realmente, a preocupação da Presidente Dilma Rousseff com os mais humildes se faz ver aqui, no Distrito Federal. Tenho de agradecer a ela também o VLT. Aqui, um dia, eu reclamei que ele tinha saído do PAC da Copa, mas ela fez com que ele voltasse para o PAC. Trata-se do VLT que irá da W3 ao Aeroporto. Ele tinha saído do PAC da Copa.

(Soa a campanha.)

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu fui lá, e ela concordou com que ele voltasse para o PAC. E nós fizemos, então, o VLT, do Aeroporto até o coração de Brasília.

Eu vim anunciar mais essas obras, porque são obras estruturantes muito importantes para o Distrito Federal e para toda a sua região geoeconômica, a Região Integrada de Desenvolvimento, a Ride, composta de 22 Municípios em volta do Distrito Federal.

Então, são avisos importantes.

Eu queria agradecer novamente à Presidente Dilma, à Miriam Belchior, ao Maurício Muniz e aos Governadores desses dois Estados a compreensão da necessidade de, realmente, fazermos esforços para que essa população possa ser assistida por um transporte digno, de qualidade, dando dignidade principalmente aos mais humildes, às pessoas que vêm trabalhar de lá para cá. É uma região muito humilde, tanto o Entorno Sul quanto o Entorno Oeste de Brasília. São pessoas que realmente precisam de um transporte digno.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cumprimento o Senador Gim, que faz aqui uma comunicação importante para toda a gente do Distrito Federal e do Entorno. Parabéns, Senador Gim!

Dando sequência aos trabalhos, convido a fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Exª falará como orador inscrito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, do nosso vizinho Estado do Amazonas, Estado vizinho de Roraima; senhoras e senhores telespectadores da TV Senado; senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado; Srªs Senadoras e Srs. Senadores aqui presentes, este mês de outubro, chamado de Outubro Rosa, é justamente o mês para chamar a atenção das mulheres sobre a importância da prevenção do câncer de mama.

Muitas vezes, principalmente por falta de informação, as mulheres não sabem os procedimentos mais primários, como, por exemplo, o autoexame ou a autopalpação das suas próprias mamas, dos seus seios, no popular. Com isso, muitas vezes, elas só vão ao médico quando o problema já está instalado e, às vezes, até agravado. Muitas vezes, elas têm medo de perder a mama, têm medo, portanto, de perder uma coisa que é geneticamente grata para a mulher, que é importante para mulher, que são justamente seus seios.

Nós aprovamos no Senado uma lei que autorizou, ou melhor, obrigou o SUS a fazer implante da prótese mamária, isto é, reconstituição da mama da mulher, logo em seguida à retirada da mama. Feita a mastectomia, o SUS fica obrigado a, no mesmo ato, salvo se houver contraindicação, restaurar a mama, porque restaura a autoestima da mulher e mostra mesmo que o fato de ter um câncer retirado é mais importante do que, mais na frente, perder a sua vida.

Eu lamento muito que muitas mulheres, ainda, nos Estados mais distantes do Nordeste, do Norte e do próprio Centro-Oeste e até mesmo no Sul e no Sudeste, não tenham oportunidade de fazer um preventivo do câncer de útero, que é um exame simples, sem maiores necessidades de equipamentos, que deve ser feito anualmente, assim como o exame da mama, embora a autopalpação das mamas deva ser feita periodicamente. Um nódulo que surja rapidamente – e surge, realmente, às vezes, de maneira relativamente rápida – faz com que a mulher pense que não é nada de mais, que a própria glândula mamária possa ter endurecido em determinado ponto depois de ela ter tido filhos ou não.

Principalmente como médico – durante muito tempo, cuidei de Ginecologia e de Obstetrícia, principalmente; embora eu fizesse tudo, embora eu fosse um generalista, eu me dedicava muito mais à Ginecologia e à Obstetrícia –, hoje, refletindo sobre a importância desse movimento, quero aqui fazer um apelo às mulheres do meu Estado e às mulheres de todos os Estados brasileiros, para que, realmente, procurem dar muita atenção a essa questão. Na verdade, é lamentável que ainda haja uma incidência muito forte de câncer de mama, às vezes já com metástase, o que é pior.

Mas tenho certeza de que as mulheres se cuidam mais do que os homens, tanto que agora vai ser até aprovado um projeto para se criar a Semana da Educação da Saúde Masculina. O homem, seja por questão genética, de achar que é sempre o guerreiro, o forte, negligência; também às vezes por falta de informação em relação à sua saúde, principalmente no que tange ao câncer de próstata. Com isso, realmente, perdem-se às vezes pessoas que estão na flor da idade, vamos dizer assim, ou no início da melhor idade, simplesmente por não tomarem esses cuidados.

Mas o outubro está dedicado às mulheres. Associe-me, portanto, às diversas manifestações que são feitas no Brasil todo, pedindo às mulheres que, de fato, deem atenção, mesmo talvez com algum sacrifício, já que, infelizmente, em muitos Estados, o acesso à mamografia é difícil, mas que, ainda assim, façam um esforço, se notarem um nódulo, para se deslocar para uma localidade mais próxima, onde possam fazer a mamografia.

Então, como disse, adiciono a minha voz às milhares de vozes e de movimentos que estão, neste mês de outubro, fazendo justamente esse alerta às mulheres, pedindo que elas se cuidem muito com relação ao câncer de mama.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta o Senador Mozarildo pelo pronunciamento e convida agora para fazer uso da palavra, no período da Liderança, o Senador Alvaro Dias, que falará pela Liderança do PSDB.

Depois do Senador Alvaro Dias, falará, como orador inscrito, o Senador Ruben Figueiró. Em seguida, falarei eu, para uma comunicação inadiável.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, com todo o respeito aos governistas – e não digo isto com nenhum prazer –, considero o atual Governo desrespeitoso e desavergonhado, um governo que mente descaradamente, sem escrúpulo, como os inescrupulosos. Agora mais uma

manobra espúria do Governo. Portanto, mais uma tentativa de dourar a pílula e iludir a população do País. O Governo vai utilizar o dinheiro dos depósitos judiciais para cumprir a meta fiscal. Que compromisso é esse? Compromisso com a farsa! Que meta fiscal é essa? A meta da ilusão fiscal.

É inacreditável, Srs. Senadores, que os depósitos de contribuintes em disputas com o fisco estejam sendo utilizados para engordar as contas públicas. Em um esforço concentrado para reforçar o seu caixa e evitar a deterioração das contas públicas e o consequente rebaixamento da nota de risco do Brasil pelas agências de classificação de risco, o Governo da Presidente Dilma lança mão de mais um expediente do seu estoque infundável de mágicas contábeis: os depósitos judiciais.

A vulnerabilidade das contas públicas vem à tona em mais um episódio calamitoso. Nós não sabemos onde vamos parar, Senador Ruben Figueiró. Os depósitos feitos em juízo pelos contribuintes que travam disputas com o fisco acumularam R\$8,5 bilhões entre janeiro e agosto deste ano. O volume é 43% superior ao registrado em igual período do ano passado.

É evidente: esse dinheiro não pertence ao Tesouro Nacional. Esse dinheiro não é do Governo. Esse dinheiro pode ser de cidadãos brasileiros, de contribuintes. Cabe à Justiça julgar e decidir a respeito. Se o Governo se apropria desses valores, obviamente está assumindo uma posição de apropriação indébita, porque esses recursos não lhe pertencem e, portanto, não poderiam ser contabilizados para o alcance da meta fiscal prevista.

Esse dinheiro vai diretamente para a Conta Única do Tesouro Nacional e representa 14% da meta fiscal do Governo – Tesouro, Banco Central e Previdência. Esses recursos estão sendo usados para reforçar a conta de pagamento dos juros da dívida, o chamado superávit primário.

Os depósitos judiciais são feitos pelos contribuintes após ordem judicial e servem para lastrear causas em discussão com o fisco. Se o contribuinte ganhar a disputa, os recursos são devolvidos, corrigidos pela variação da Selic. Desde o fim de 1998, esse dinheiro vai para a conta do Tesouro. Até então, ele ficava na Caixa Econômica Federal e rendia como a caderneta de poupança.

Por meio de medidas provisórias e decretos, o Governo vem ampliando mecanismos para maquiar as contas públicas e assegurar o cumprimento da meta de superávit primário. O itinerário é o seguinte: o Governo antecipa créditos e dividendos de empresas públicas e aumenta o caixa do Tesouro. Para compensar esses repasses com as empresas, o Tesouro emite mais títulos, o que amplia a dívida bruta no longo prazo. Já a dívida

líquida permanece inalterada, deixando a impressão de que as contas seguem padrão de normalidade. É a contabilidade criativa.

Como nós estamos chegando ao final do ano, os especialistas já se dedicam a buscar alternativas mágicas para escamotear a realidade das contas públicas brasileiras. Nós temos que refletir sobre isso. O povo brasileiro deve pensar sobre isso no ano eleitoral. As alternativas serão propostas durante a campanha. Exigir de candidatos que assumam compromissos de respeito à sociedade é, certamente, prioridade para quem quer votar com responsabilidade. Não se admite um Governo sustentado pelo *marketing* oficial mentiroso.

Veja que, de um lado, o Governo adota a criatividade contábil para enganar a população e, de outro lado, continua fazendo cortesia com o chapéu alheio. Os Municípios brasileiros sofrem as consequências.

Vejam o impacto da desoneração fiscal nas finanças dos Municípios brasileiros. Estão pagando a conta das desonerações de impostos, promovidas pelo Governo Federal, desde o início de 2008. O impacto nas finanças das prefeituras produziu uma perda potencial de R\$60,4 bilhões entre 2008 e junho de 2013 – eu disse R\$60,4 bilhões.

Os cálculos de um especialista da Associação Transparência Municipal mostram que as prefeituras que mais perderam foram as do Estado de São Paulo, que perderam R\$5 bilhões, as de Minas Gerais, R\$4,9 bilhões, e as do Paraná, com R\$2,55 bilhões. Nas palavras do especialista, “os custos dos serviços municipais cresceram muito, mas os repasses não acompanharam”.

Aliás, desde a Constituinte, desde a Constituição de 88, que agora faz aniversário – a Constituição Cidadã, promulgada por Ulysses Guimarães no dia 5 de outubro de 88 –, os Municípios brasileiros passaram a receber encargos. A cada passo, mais encargos, nesses anos todos, sem o repasse compatível de recursos para atender às novas demandas originadas com as transferências de responsabilidades que foram efetuadas nesse período – repito: a partir da Constituição de 88.

O impacto das desonerações no Paraná pode ser dimensionado nos números destacados pelo Secretário de Fazenda, Luiz Carlos Haully. Em nosso Estado, as transferências federais tiveram desempenho negativo de 2,9%, em termos reais, até agosto. “Nossa receita líquida real cresceu 12,9% nesse período”, compara o Secretário. O prejuízo com a redução de transferências, segundo Haully, já soma R\$300 milhões neste ano. O Paraná sofre esse prejuízo de R\$300 milhões. Mas não é só isso. Sofre com aquilo que chamam lá de discriminação política, e que eu chamo aqui de incompetência administrativa, porque não é o Paraná

que está sendo discriminado. É o Brasil que está sendo discriminado. Não é apenas o povo do Paraná que sofre com a discriminação. É o povo brasileiro que sofre com a discriminação, que tem origem na incompetência administrativa, porque este Governo é a consagração da incompetência administrativa de forma absoluta. Basta analisar as pesquisas de opinião pública. Aliás, os governistas proclamam, com euforia, o êxito de popularidade de quem preside o País nos últimos anos, em razão de pesquisas de opinião pública, mas se esquecem de analisar aquilo que é qualitativo, sim, nas pesquisas de opinião pública e que nos orientam para a exata avaliação do desempenho do Governo.

Vejam, consultem as pesquisas de opinião pública! Essas mesmas que são divulgadas pelos grandes veículos de comunicação do País.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR)

– Verifiquem o que o povo brasileiro acha do desempenho do Governo com saúde, com educação, com segurança pública. Setenta por cento da população condenam o Governo em matéria de serviços de saúde oferecidos ao povo brasileiro.

Da mesma forma, há uma condenação brutal em relação à segurança pública, à infraestrutura, a impostos. A carga tributária provoca uma enorme insatisfação no País.

Sou obrigado a afirmar que este Governo consagra a incompetência administrativa de forma absoluta e irretocável.

Segundo o Secretário Haully...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB –

PR) – Estou concluindo, Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB –

PR) – Estou concluindo agora.

Essa desoneração, que é obra deste Governo, incompetente administrativamente, acaba com os Estados e Municípios do País.

Nós estamos vivendo o pior momento do federalismo brasileiro.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito bem, Senador.

Dando sequência aos nossos trabalhos, V. Ex^a falou pelo tempo da Liderança do PSDB, e, agora, falará como orador inscrito o Senador Ruben Figueiró. Depois de S. Ex^a, falarei eu. O Senador Mozarildo assumirá os trabalhos.

Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, venho a esta tribuna para anunciar a comemoração do 36º aniversário da criação do meu Estado, Mato Grosso do Sul, no próximo dia 11. Tal fato é relevante, pois o desmembramento do imenso território do Estado de Mato Grosso uno tem reconfigurado a história do Brasil em muitos aspectos.

Estamos construindo uma unidade federativa de perfil diferenciado, pois temos oportunidade de olhar para as experiências consagradas de Estados mais antigos e, por meio desses parâmetros, desenhar o processo de desenvolvimento interno com os olhos voltados para o futuro, tendo maiores cuidados com o meio ambiente, preservando nossas riquezas naturais e planejando o crescimento com foco na sustentabilidade.

É importante, Sr^a Presidente, ressaltar que a criação de Mato Grosso do Sul foi uma aspiração que remonta ao século XIX. A imensidão geográfica do antigo Estado de Mato Grosso relegou ao sul forte influência dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, sobretudo, estabelecendo outra cultura, outra economia, outro processo de crescimento.

Com o tempo, a secessão tornou-se uma obsessão. E, com isso, inúmeros movimentos sociais surgiram, transformando essa bandeira numa luta política renhida, desembocando, em 1932, na criação da Liga Sul-mato-grossense. Na Revolução de 1932, conhecida como Revolução Constitucionalista, em busca de uma Carta Magna reivindicada desde a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, os sulistas aliaram-se aos paulistas em troca de seu apoio às reivindicações separatistas. Entre julho e outubro de 1932, foi constituído o Estado de Maracaju, que veio a ser derrotado juntamente com os constitucionalistas.

Como fui um divisionista de primeira hora, tive a oportunidade histórica de lutar ao lado de valorosos companheiros para que pudéssemos ser vitoriosos em nosso sonho.

Lembro-me aqui, com muita saudade, de Paulo Coelho Machado, José Fragelli, Rádio Maia, Oclécio Barbosa Martins, Eduardo Metello, Nelson Benedito Neto, Paulo Jorge Simões Corrêa, Martinho Martins, Professor J. Barbosa Rodrigues, Demóstenes Martins e tantos outros que abraçaram a ideia do desmembramento de Mato Grosso como condição necessária para acelerar o processo de desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro.

Era a campanha do dividir para multiplicar, Sr. Senador Alvaro Dias, aspiração centenária nos respingos finais do século XIX por Bento Xavier e Jango

Mascarenhas e, lembrada com fervor, na década de 30 do século XX, por Vespasiano Martins, Arnaldo Estevão de Figueiredo, Dolor de Andrade e, claro, outros nomes que deram extraordinária valia ao ideal emancipacionista.

Tive a oportunidade, Sr^{as} e Srs. Senadores, de escrever inúmeros artigos na imprensa de meu Estado sobre as minhas vivências e experiências no processo político da divisão e criação de Mato Grosso do Sul. Talvez possa ainda publicar um livro relatando detalhes da história vivida, porque se trata de um acontecimento extremamente relevante e que deve ser deixado como legado fundamental para as gerações vindouras.

Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, quando nasceu o Mato Grosso do Sul, a ideia central era a de que teríamos a chance histórica de criarmos um “Estado Modelo”. De imediato, no final da década de 70 e nos primeiros anos da década de 80, difundiu-se para todo o País que o mais novo Estado da Federação era um Eldorado, lugar de esperança e progresso, uma chance para muitos construírem suas vidas a partir do zero.

No entanto, como inúmeras vezes registrei, o tempo tem suas armadilhas escondidas nas artimanhas do destino, e as adversidades pelas quais atravessava o País, nos anos 70 e 80, com o fim do regime militar, terminaram por toldar toda a euforia com o nascimento do Estado e colocar a classe política em disputas internas, o que terminou por prejudicar imensamente a montagem e estruturação inicial do Estado.

Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, em seguida desses acontecimentos, os recursos previstos na Lei Complementar nº 31, de 11 outubro de 1977 (Prosul), que seriam responsáveis pela implantação da infraestrutura necessária para começarmos a funcionar a pleno vapor – e também como uma compensação pelo fato de ficarmos com um espaço territorial bem menor do que o de Mato Grosso –, não foram viabilizados.

Com isso, os novos governantes precisaram contrair imensas dívidas, o que hoje é um dos principais óbices de nosso desenvolvimento. Durante muito tempo, governadores e técnicos das mais diversas áreas procuraram viabilizar um encontro de contas entre aquilo que foi previsto na Lei Complementar nº 31 e os valores dos empréstimos tomados de organismos internacionais, com aval do Governo Federal, para não somente reduzir o valor total da dívida, mas para diminuir sensivelmente o pagamento de juros. O Estado não teve sucesso. Milhares de dificuldades técnicas se impuseram, e nada se avançou nesse processo.

Mesmo assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, Mato Grosso do Sul seguiu em frente. O Estado vive um processo de crescimento em todos os setores, principalmente

ocupando posições importantes na produção de *commodities* de alimentos, sendo o quarto maior produtor de bovinos do Brasil e o quinto maior produtor de grãos.

Além disso, há uma grande expansão no setor de serviços, indústria, e mais recentemente estamos criando um dos polos florestais mais importantes do País, na região do Bolsão Sul-Mato-Grossense.

Somos um Estado com 2,5 milhões de habitantes e temos uma boa posição nos índices de desenvolvimento humano, estando entre os dez Estados com melhor qualidade de vida do País.

Nosso símbolo maior é o Pantanal Sul-Mato-Grossense, patrimônio da humanidade. Nossa identidade cultural advém da confluência de povos das mais diversas origens – indígenas, paraguaios, bolivianos, paranaenses, mineiros, gaúchos, paulistas e nordestinos –, enfim, um multiculturalismo que busca fincar raízes sobre uma terra que se urbaniza, se transforma e se globaliza com muita rapidez.

Nossas matas se transformaram em terras férteis para o cultivo de grãos – milho, soja, algodão, principalmente –; os campos de vacaria, que lembram os pampas do Rio Grande para o pastoreio da pecuária; os campos cerrados, que possibilitaram uma agricultura transformadora graças a uma tecnologia agrícola avançada; a implantação de um imenso maciço florestal, onde as árvores de eucalipto e de seringueiras estão impulsionando um extraordinário parque industrial de papel e celulose e, em breve tempo, a manufatura do látex.

Com o maior prazer, meu eminente Líder, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Apenas, Senador Ruben Figueiró, para homenageá-lo e aos conterrâneos de V. Ex^a que, no Mato Grosso do Sul, desenvolvem um Estado de maneira exemplar. E faço isso com a maior satisfação, porque temos lá muitos paranaenses. Mato Grosso do Sul, na agricultura, sobretudo, passou a ser uma espécie de extensão do Estado do Paraná. Há algum tempo fui, a convite de amigos, proferir palestra no interior do Mato Grosso dessa feita. Os dois Estados possuem tantos paranaenses, não sei qual dos dois possui mais paranaenses. Mas fui ao interior, em Nova Mutum, no Mato Grosso, proferir uma palestra, e perguntei ao auditório: “Quem veio do Paraná levante o braço”. O auditório todo levantou os braços. Portanto, é uma colonização paranaense, paulista e gaúcha, como diz V. Ex^a, de competentes homens do campo, sobretudo, agricultores de extraordinária competência, promovendo avanço tecnológico, modernizando a produção agrícola, impulsionando o desenvolvimento. O Mato Grosso do Sul é uma das grandes esperanças de desenvolvimento econômico do

nosso País. Quando nós conhecemos a potencialidade de um Estado como esse, é que não nos conformamos mesmo com a posição do Brasil no *ranking* de crescimento econômico da América Latina. Temos riquezas extraordinárias, temos potencialidades econômicas incríveis, e não podemos nos conformar com o índice de crescimento econômico, com o índice do Produto Interno Bruto do nosso País. No *ranking* da América Latina, em último lugar ou em penúltimo lugar, entre os países emergentes, em penúltimo lugar. Portanto, uma posição de vergonha para os nossos governantes. E nós imaginamos que, em respeito sobretudo a esse esforço de desenvolvimento promovido pelos homens do interior do seu Estado do Mato Grosso do Sul, que são verdadeiros bandeirantes, desbravadores, que para lá foram para construir uma civilização, estão construindo um grande Estado, em respeito a eles é que necessitamos neste País de governo mais competente administrativamente e mais correto eticamente.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a muito me honra com seu aparte.

Quero confessar aqui a V. Ex^a e ao Plenário que os paranaenses muito contribuíram para a conquista das terras sul-mato-grossenses e o seu desenvolvimento naturalmente. E V. Ex^a, mui especialmente quando Governador do Estado do Paraná, nos estendeu a mão também.

Confesso que, como Secretário de Agricultura do Estado na ocasião, implantei um projeto de microbacias lá, moldado em projeto implantado, e com sucesso, pelo governo de V. Ex^a. Além disso, V. Ex^a há de recordar que, ultrapassando as águas do rio Paraná, nos limites de Mato Grosso do Sul e o Paraná, temos duas pontes interestaduais, e as duas foram incentivadas, uma projetada e outra incentivada, pelo governo de V. Ex^a. Não me recordo perfeitamente em que ponto ocorreu essa iniciativa de V. Ex^a, mas, se não me engano, era a partir de Naviraí, no território paranaense, não me recordo o nome, parece-me que Panorama, não me recordo perfeitamente, e a outra que está entre as cidades de Guaíra e Mundo Novo.

Além disso, essa região sul-mato-grossense foi colonizada por grandes empresas colonizadoras oriundas do Paraná – Naviraí, Ivinhema, Itaquiraí –, cidades implantadas pela iniciativa, pelo pioneirismo dos homens do campo paranaense.

Por todas essas razões e para dizer também a V. Ex^a que a conquista da fronteira de Mato Grosso do Sul ou de Mato Grosso com o Paraná é obra de um grande paranaense, o Barão de Antonina, que lá recebeu do Império uma área de mais ou menos um

milhão de hectares e que pode, com isso, firmar a brasilidade naquela região.

Sou muito grato a V. Ex^a pelo aparte, porque me faz lembrar fatos em que V. Ex^a teve uma participação preponderante.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ruben Figueiró, pela lembrança. V. Ex^a foi um grande Secretário de Agricultura e desenvolveu lá esse programa que, no Paraná, foi pioneiro e foi considerado pela FAO e pelo Banco Mundial como um programa modelo para o mundo, e foi implementado em 18 países do mundo. Um programa que ensina como compatibilizar a necessidade do crescimento econômico de maior produção com a indispensável exigência da preservação ambiental. Um grande programa de preservação ambiental, mas que assegurou a fertilidade do solo; garantiu o solo rico e fértil para que possa ser produtivo como tem sido. Isso não apenas mudou a cor das águas dos rios que cortam o nosso Estado como o seu, mas, sobretudo, assegurou a produção em níveis de excelência, com uma produtividade ímpar, exatamente em função da riqueza do solo, compatibilizada com a preservação ambiental indispensável. Eu fico muito feliz de ver V. Ex^a lembrando esses momentos de gestão no Paraná e no seu Estado, o Mato Grosso do Sul, quando V. Ex^a exercia a função de Secretário da Agricultura.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Mato Grosso do Sul deve a V. Ex^a a lembrança de lançarmos lá esse programa de microbacias.

E eu me recordo aqui de um pequeno detalhe: hoje, temos um grave problema em Mato Grosso do Sul, que é a questão do assoreamento do Rio Taquari, um dos principais rios em meu Estado, que teve esse processo, porque as terras erodidas da região planaltina, as areias foram se acumulando no leito do rio e o resultado foi um desastre ecológico que existe hoje lá, que é chamado, em um paradoxo, de deserto aquático.

Graças à lembrança que tivemos de copiar o projeto do seu Governo, só nessa região, como trabalho pioneiro, nós tivemos oportunidade de, em São Gabriel do Oeste, uma terra fundada também por paranaenses, tivemos oportunidade de recuperar, no curto tempo em que fui Secretário, cerca de 31 mil hectares de terras, o que evitou que se agravasse o problema do Rio Taquari.

São testemunhos que eu quero prestar, sempre homenageando a ideia de V. Ex^a com relação às microbacias.

Mas continuo, Sr. Presidente.

Nossas fontes hídricas, inclusive, as reservas potenciais do aquífero Guarani, estão contribuindo para o complexo hidroelétrico da Ilha Solteira, Jupiá/ Urubu-

-Pungá e Primavera, das maiores do País. Isso na divisa de Mato Grosso do Sul com o Estado de São Paulo.

Mato Grosso do Sul, pela inteligência e operosidade de seu povo, enfrenta as adversidades e as vence no campo e nas cidades e se orgulha de sua contribuição para a formação sociocultural da Nação brasileira.

Daqui desta tribuna da mais alta Casa do Parlamento brasileiro, rendo as homenagens àqueles que, no curso de um tempo longo e de dificuldades múltiplas, lutaram para que o nosso sonho se tornasse a realidade que é hoje o Estado de Mato Grosso do Sul.

Diante disso, Sr. Presidente, vejo no meu Estado germinar o movimento que olha para o futuro. Dentro de 14 anos estaremos completando o nosso cinquentenário. Será um momento simbolicamente importante para Mato Grosso do Sul. Será o momento propício para se fazerem balanços históricos com vista a nos projetarmos para o primeiro século de existência.

Ao mesmo tempo, dará oportunidade aos governantes de elaborar planos de meta que devam ser perseguidos como objetivos estratégicos de longo prazo. O que seremos quando completarmos nossos primeiros 50 anos? O que será Mato Grosso do Sul quando atingir a maturidade? Esse é o desafio que terão os próximos governantes de nosso Estado? Acredito que será muito importante conhecermos o que a classe política pensa a respeito desse assunto, que interessa cada vez mais à população de Mato Grosso do Sul.

Por fim, Sr. Presidente, quero deixar registrado nos *Anais* desta Casa este fato relevante: o aniversário de criação de Mato Grosso do Sul. Que neste 36º aniversário possamos lançar as primeiras sementes para reflexões e mudanças. Nosso Estado tem potencial econômico, social e cultural para dar grandes respostas ao povo brasileiro.

Meus cumprimentos aos meus concidadãos por esse grande acontecimento, que será comemorado no próximo dia 11, sábado que vem, e que encherá de orgulho toda a nossa população, pelo muito que temos realizado em favor do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade que me oferece.

Durante o discurso do Sr. Ruben Figueiró, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Estado do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadi-

ável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador Rodrigo Rollemberg, Srs. Senadores, companheiras e companheiros, Sr. Presidente, antes de tratar da matéria, mais uma publicada na edição de ontem do programa televisivo Fantástico, da Rede Globo de Televisão, dando conta de mais uma ação da espionagem americana, dos países coligados aos americanos, contra o Brasil, quero falar um pouco do que foi, na última sexta-feira, o encontro da Ministra Ideli Salvatti e dos prefeitos do Estado do Amazonas.

O encontro nasceu de uma decisão da Presidenta Dilma para que a Ministra Ideli, que está à frente da Secretaria de Assuntos Institucionais, fosse a todos os Estados brasileiros para se reunir com todos os prefeitos, ouvir as reivindicações e trabalhar no sentido de acertar as ações entre o Governo Federal e os governos estaduais e municipais, de forma a que os programas federais possam ter uma vazão maior em todos os Municípios brasileiros.

Primeiro, quero destacar que participaram do encontro todos os membros da Bancada Federal do Amazonas, Sr. Presidente, com exceção de um Deputado Federal que se encontra acamado, hospitalizado, num estado de saúde extremamente grave, que é o Deputado Luiz Fernando Nicolau. Com exceção dele, todos os demais Parlamentares federais, inclusive Deputados licenciados, como é o caso da Deputada Rebecca Garcia, participaram do evento, assim como os três Senadores pelo Estado do Amazonas: Senador Eduardo Braga, Senador Alfredo Nascimento e eu.

O Governador do Estado, Omar Aziz, assim como o seu Vice, deu total apoio para que o encontro pudesse ser viabilizado, porque um deslocamento, no Estado do Amazonas, não pode jamais ser assemelhado a um deslocamento no Estado de Goiás, por exemplo, ou até mesmo aqui no Distrito Federal. O Amazonas é a maior Unidade da Federação brasileira e é um Estado onde os Municípios não estão interligados por estrada. A única interligação que existe entre os Municípios do Amazonas se dá ou pelos rios – viagens longas, algumas chegam a durar 30 dias – ou por aeronave, através da aviação. Então, o Governo do Estado, o Governador Omar deu um forte apoio, um grande apoio para quer os prefeitos pudessem chegar a Manaus e participar da reunião.

E a primeira observação da Ministra Ideli foi de que o Amazonas foi o que, percentualmente, reuniu o maior número de prefeitos. Dos 61 Municípios do interior, além da presença da Prefeitura de Manaus – obviamente, a capital, onde o encontro foi realizado, Senador Mozarildo –, estavam presentes no encontro 59 prefeitos ou prefeitas, um percentual extremamente

elevado. E foi uma reunião extremamente importante, em que a Ministra Ideli não apenas pôde expor os investimentos, os projetos do Governo Federal que estão voltados diretamente para o Estado do Amazonas, mas se prontificou a contribuir com o esforço para solucionar alguns graves problemas. E, sem dúvida nenhuma, creio que, no Amazonas, não tenha sido diferente de outros Estados. Um dos maiores problemas que precisamos resolver é a permanente inadimplência dos Municípios brasileiros e, portanto, a sua impossibilidade de levar a efeito, a cabo, os convênios com o Governo Federal.

No Estado do Amazonas, Sr. Presidente, é muito comum, em determinados períodos, todos os Municípios estarem registrados no CAUC – todos, todos. E dentro de um rigor na fiscalização da boa aplicação de serviço público, é óbvio que tem de haver outra forma, outro mecanismo, para que os Municípios possam acessar esses recursos, esses programas importantes do Governo Federal.

A Ministra Ideli desenvolveu uma rápida exposição, explicação, dos diversos programas federais que estão sendo desenvolvidos na nossa região, mas, sobretudo, no Estado do Amazonas; e não são poucos, Sr. Presidente. Logo na sua chegada – e nós, os três Senadores, a acompanhamos –, estávamos sendo aguardados pelo Governador Omar Aziz, por toda a sua comitiva e, a partir do aeroporto, começamos a visitar obras. Obras que são do Governo Federal, como o aeroporto, ou obras que são feitas em parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Amazonas.

A primeira obra que visitamos foi do Aeroporto Eduardo Gomes. E quero confessar a V. Ex^a – eu já havia feito algumas visitas àquela obra, e havia algum tempo que não ia visitá-la – que fiquei, da mesma forma que a Ministra, que o Governador e os demais, impactada, pelo tamanho, pela grandiosidade da obra de, aproximadamente, R\$500 milhões. E nós dizíamos à Ministra: “O Amazonas, a cidade de Manaus, merece um aeroporto desse porte”. Porque o nosso aeroporto é superavitário, salvo engano, é o terceiro maior na movimentação de cargas, não de passageiros, mas na movimentação de cargas que é o que dá o grande lucro para os aeródromos brasileiros.

O aeroporto de Manaus foi inaugurado em 1976 e, de lá para cá, não sofreu nenhuma intervenção significativa por parte da Infraero. Entretanto, nós temos agora não uma reforma, mas praticamente a construção de um novo aeroporto para a cidade de Manaus. O aeroporto, segundo os engenheiros responsáveis pela obra, deverá ficar pronto no mês de dezembro. Mas digamos que não fique pronto no mês de dezembro, que fique pronto em janeiro, que fique pronto em fevereiro; o que nós não podemos fazer é permitir que

haja uma aceleração das obras e que, nessa etapa importante de acabamento, o serviço não saia de forma adequada como deve sair.

A Presidenta Dilma – creio eu – deverá fazer a inauguração que é um dos maiores projetos da Infraero em curso hoje no Brasil.

Na sequência, nós fomos visitar a continuidade de uma avenida que serve para a mobilidade urbana e também para escoar a produção do distrito industrial até o aeroporto, que é a Avenida das Torres, Sr. Presidente, também em convênio com o Governo Federal, que repassou ao Amazonas em torno de R\$300 milhões para a realização daquela obra e que está sendo levada a cabo, claro, por uma empresa particular, mas sob a orientação e a coordenação do próprio Governo do Amazonas. Uma obra belíssima, uma avenida de mão dupla, com quatro pistas de cada lado, e fora a pista exclusiva para ônibus, que é muito importante, porque ela faz um círculo em toda a cidade de Manaus. Ela sai do distrito industrial, sai do porto e vai até o aeroporto. E o mais importante é que passa por muitas unidades residenciais e terá a sua via exclusiva; é a primeira avenida da cidade de Manaus que já está sendo construída com uma via exclusiva para transporte coletivo. Olha, nós estamos no ano de 2013, Senador Rodrigo Rollemberg, e a cidade de Manaus, que V. Ex^a bem conhece como o Senador Mozarildo, com dois milhões de habitantes, só agora, em 2013, tem a sua primeira avenida construída com corredor exclusivo para transporte coletivo. Vejam a prioridade que se dava ao transporte coletivo. A prioridade não tem que ser no discurso, a prioridade tem que ser na prática. E esse projeto só foi aprovado aqui em Brasília por conta disso, porque garantiu a melhoria na mobilidade urbana.

Então, a Avenida das Torres é uma obra fantástica, uma obra maravilhosa, que vai contribuir muito. Essa via passa muito próximo a um dos maiores programas do Minha Casa, Minha Vida do Brasil, em que está concentrada, em um único lugar, a construção de 10 mil unidades habitacionais, maior do que muitos Municípios do interior do Amazonas. São 10 mil unidades habitacionais, sendo que quase 4 mil delas já foram entregues e já estão habitadas. É uma região com uma infraestrutura toda nova para poder abrigar essas habitações. E, por fim, visitamos essa obra do Minha Casa, Minha Vida.

Isso significa dizer que há um grande empenho do Governo Federal para colaborar com os Estados brasileiros, para colaborar com os Municípios brasileiros. E isso é muito importante. Discutimos lá, por exemplo, se há de fato – e houve – uma queda no repasse do FPM. Isso é certo. Houve uma queda no repasse. A

queda aconteceu pela desoneração de alguns setores da economia, e essa desoneração veio para que a economia brasileira não refluxisse. Em caso de refluxo, o desemprego viria, haveria falta de salário, a economia brasileira estaria menos aquecida.

Então, se, por um lado, houve essa queda nos repasses para os Municípios, fruto das desonerações, por outro lado – e isso foi muito bem destacado pelo Prefeito Wanderlan, que é o Vice-Presidente da Associação Amazonense dos Municípios e que lá se pronunciou em nome de todos os Municípios amazonenses –, foi registrado aumento no repasse do ICMS.

E o ICMS, que é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, só se manteve bem exatamente por essa razão, não só pela existência de programas do Governo Federal de desoneração – da linha branca, de automóveis –, pelos quais se conseguiu manter a produção e continuar o consumo no mesmo patamar que estava anteriormente, mas também pela existência de programas de financiamento como é o caso do Programa Minha Casa Melhor, que possibilita que famílias que residem nas habitações do Minha Casa, Minha Vida possam buscar um cartão de até R\$5 mil para comprar a máquina de lavar roupa, mobiliar a sua casa. Isso é muito importante para a nossa gente. Só não sabe da importância que tem uma máquina de lavar, Sr. Presidente, quem nunca precisou lavar roupa. A maioria das mulheres brasileiras trabalha fora, mas elas voltam para suas casas e limpam a casa, cuidam dos filhos e sabem o quanto é penoso ficar num tanque. Então, isso é muito importante. Mostra que o Brasil vem conseguindo ultrapassar uma crise econômica que não é nossa, é uma crise internacional.

Mas, neste tempo que me resta, Sr. Presidente – aproveitando e até abusando da benevolência de V. Ex^a –, eu quero falar a respeito de mais uma matéria, divulgada ontem pelo programa Fantástico. A reportagem mostrou dados que apontam que o Ministério de Minas e Energia também foi alvo de interceptações, não só de internet, mas também telefônicas, Sr. Presidente. E há lá um mapa completo, ou seja, para onde o Ministério ligou, de que telefones ligou e a hora em que ligou. Não há, segundo a matéria de ontem, informação de que o conteúdo tenha sido acessado, não há uma informação direta quanto a isso. Mas há uma indicação de que pode ter sido utilizado por um grupo denominado TAO – a tropa de elite dos espões cibernéticos da NSA, a agência de segurança americana – um programa denominado BPoA, através do qual a interceptação poderia ter chegado ao conteúdo das comunicações, tanto da internet, quanto da telefonia.

E a matéria de ontem mostrou, de forma clara, primeiro, que esse exemplo foi dado pela Agência Ca-

nadense de Segurança em Comunicação (CSEC), e que ela teria mapeado essas ligações e os *e-mails* do Ministério de Minas e Energia.

Sr. Presidente, eu penso que nós temos que ter um conhecimento maior dos fatos para chegar a algumas conclusões. Será que o Canadá, o Reino Unido, a Inglaterra, a Nova Zelândia, a Austrália são colaboradores do governo americano, ou participam todos de um mesmo projeto de interceptações? Até agora, Senador Taques – se o Presidente me permitir, eu concederei aparte a V. Ex^a –, os indicativos apontam que há, sim, um programa conjunto desenvolvido por esses seis países, chamado Five Eyes, Cinco Olhos. E, mais uma vez, o que vem a público é uma apresentação, e a apresentação mostra o método. O método, desta vez, utilizou um programa chamado Olympia para buscar as informações de metadados, que é a hora, o número, inclusive o aparelho de telefone utilizado. E, mais do que isso, em seguida, se foi utilizado esse outro método, esse outro programa chamado BPoA, possivelmente tenham acessado também o conteúdo.

Então, esses são os questionamentos que nós, não obrigatoriamente, teremos que responder – nós que participamos da CPI. Mas, obrigatoriamente, Senador Taques, nós temos que apontar propostas para o Brasil de defesa, propostas de segurança, seja da Nação, seja das empresas, seja do povo brasileiro, propostas que encaminhem investimentos maiores do Brasil nesse segmento. Mudança na legislação para que, uma vez identificado quem promoveu, se esse alguém que promoveu ilegalmente essa interceptação esteja atuando em Território nacional, que possa ser punido duramente pela legislação brasileira.

Concedo, neste momento, aparte ao Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senadora Vanessa, Presidente da CPI que trata disso – eu tenho a honra de ser Vice-Presidente –, essas pessoas devem ser punidas, sim. Contudo, a CPI deve buscar encontrar omissões do Sistema Brasileiro de Inteligência. O Sistema Brasileiro de Inteligência está parecendo um queiro suíço, cheio de buracos. Parece que a República Federativa do Brasil, independentemente dos nomes desses programas que V. Ex^a está trazendo, parece a casa da mãe joana. Todo mundo chega, pega informação. E este atual Governo, que não é um governo novo, é um governo de mais de 12 anos, está a demonstrar, também nessa área, a total incompetência e falta de gestão na segurança de informações que são preciosas para o futuro do Brasil. Incompetência e falta de gestão. Estão transformando o Sistema Brasileiro de Inteligência numa verdadeira casa da mãe joana.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Pedro Taques, eu só quero lembrar aqui que o que falta, historicamente, é o Brasil garantir investimentos nesse setor de defesa e, principalmente, de defesa na tecnologia da informação, defesa cibernética.

É muito recente. Foi neste Governo que foi incluída a questão cibernética na defesa estratégica do Brasil, e criada a Secretaria de Inteligência e Defesa Cibernética.

É óbvio que os recursos disponibilizados para essa agência, que é muito nova, são poucos. Nós ouvimos o General na semana passada...

O Sr. Pedro Taques (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim, eu participei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... e a primeira observação do General: “O Brasil não está formando cérebros, inteligência para fazer frente a isso tudo.”

Então, nós precisamos investir.

E eu concordo com V. Exª em gênero, número e grau: a maior tarefa de nossa CPI, Senador, é, a partir desse diagnóstico, apontar caminhos, caminhos que o Governo Federal já está procurando.

Entretanto, nós sabemos que, quando o Governo entende que um caminho é importante, talvez na política não seja considerado o principal, e a CPI do Senado Federal tem este objetivo: mostrar que, para a política também, isso é prioridade.

Hoje fizemos uma belíssima sessão de homenagem aos 60 anos da Petrobras. Aqui estava o Ministro de Minas e Energia. Eu falava, durante a sessão, de um Município que tem talvez a maior reserva do Planeta de silvinita – se não a maior, a segunda maior do Planeta, fato já provado, de onde se extrai o potássio. E quem é que está lá trabalhando? Empresas canadenses! Não estou querendo... Estou apenas fazendo um paralelo. E, se nós não tivermos a capacidade de defender o nosso País, nós estaremos diminuindo a nossa própria capacidade de desenvolvimento e garantia da qualidade de vida.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Me permita?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Novamente concedo...

O Sr. Pedro Taques (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – V. Exª tem razão. Nós temos que nos preocupar com as empresas canadenses, americanas; agora, muito mais, Senadora Vanessa, nós temos que nos preocupar com o que é nosso. As informações, que são informações de segurança nacional, essas informações não podem vazar. O que está parecendo aí é que qualquer um tem acesso, por falha nossa. Espero

que esse programa recém-criado a que V. Exª está fazendo referência não seja mais um conjunto de letras para propagandear em períodos eleitorais.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E aí, Senador Taques, não sei se V. Exª leu uma matéria que acho é do jornal *Folha de S. Paulo* de hoje. Trata-se de uma matéria muito extensa a respeito dessa nova mudança que a internet está sofrendo em âmbito mundial, que são as garantias, as concessões de termos genéricos, aquilo que vem depois do ponto. E, de acordo com a matéria dos jornais de hoje, apenas um pedido custa em torno de US\$700 mil. A manutenção dessa denominação genérica custa em torno de US\$150 mil. Isso vai para quem? Isso vai para uma gestão democrática, multilateral da internet? Não, isso vai para uma empresa chamada ICANN, uma empresa americana. O que significa que somente com esses recursos os americanos teriam a capacidade de manter a NSA com essa estrutura fantástica, com o orçamento que é um orçamento estrondoso, não é verdade?

Então, não tenho dúvida nenhuma de que a gente deva trabalhar no sentido de estudar, conhecer e dominar a capacidade de defesa do Estado brasileiro – não é do Governo, mas do Estado brasileiro –, para também colaborarmos nesse novo momento. E, por fim, aqui registrar somente que, na próxima quarta-feira, teremos, na nossa CPI, a presença do jornalista Glenn e também, na sequência, do Sr. David. David foi o brasileiro que foi detido na Inglaterra, e dele foi confiscado tudo o que tinha, de forma ilegal, sob o nosso ponto de vista. Inclusive, cidadãos ingleses, europeus se mostraram contrários a essa medida, que não tem nenhuma base na Lei Antiterror, como quis dizer o governo inglês.

Muito obrigada. Desculpe-me por ter abusado do tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste momento, como orador inscrito, ao Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB do Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesta segunda-feira, eu não poderia deixar de subir à tribuna do Senado Federal para fazer formalmente o registro de um fato histórico dos mais relevantes do período recente da democracia brasileira, Senador Pedro Taques.

Nós todos assistimos consternados, na noite da última quinta-feira, à decisão do Tribunal Superior Eleitoral que negou o registro do Partido Rede e Sustentabilidade, liderado pela ex-Senadora Marina Silva.

Todos aqui acompanharam o apoio, a solidariedade que o Partido Socialista Brasileiro emprestou à criação da Rede desde o primeiro momento. E o fizemos contrariando uma lógica da velha política. O Governador Eduardo Campos, Presidente do nosso Partido, assinou a ficha de apoio à criação da Rede. Aqui em Brasília, eu também assinei a ficha de apoio à criação do Rede, e, quando o Governo, numa manobra casuística, com o apoio de grandes partidos do Congresso Nacional, procurou interromper, procurou evitar a criação da Rede e Sustentabilidade, nós fomos ao Supremo Tribunal Federal, ingressamos com um mandado de segurança naquela ocasião, para que os militantes de todo o Brasil que estavam defendendo a criação da Rede tivessem o direito de se expressar num partido político que tem inserção na sociedade e que é liderado por uma grande líder brasileira, a ex-Senadora Marina Silva.

Lembro-me de que, naquela ocasião, fomos contestados por muitos que achavam incoerente e estranho que o PSB, Partido com um pré-candidato à Presidência da República, estivesse ali apoiando outro Partido que também tinha uma pré-candidata a Presidente da República. A cabeça da velha política indicava: “Não, reduzir o número de adversários é melhor”. E nós estávamos ali afirmando um princípio, afirmando um valor, o valor da democracia, de que nós não poderíamos tratar, em uma mesma Legislatura, de forma diferente, os partidos, como não poderíamos tratar, em uma mesma Legislatura, de forma diferente, os Parlamentares.

Naquele momento, tivemos a solidariedade de diversos Senadores, como o Senador Pedro Simon, o Senador Pedro Taques, o Senador Antonio Carlos Valadares e o Senador Aloysio Nunes, que entendiam a importância para a democracia brasileira de que a diversidade de ideias pudesse se expressar livremente no cenário democrático.

Não ganhamos no Supremo Tribunal Federal, mas as manifestações dos Ministros e as manifestações das ruas no mês de junho foram tão claras, pedindo uma nova forma de fazer política, que se criou um constrangimento. E o Presidente do Senado, que buscou colocar aquele projeto em votação imediatamente, inclusive o seu regime de urgência, retirou-o de pauta.

Agora, Senador Pedro Taques, votar essa regra para valer após as eleições para todos é outra questão. Eu sempre disse isso. Não vou entrar no mérito da decisão do Supremo Tribunal Federal, mas o mesmo entendimento dado ao PSD tem de ser dado para os outros, porque senão trataremos de forma diferente os partidos e os Parlamentares.

Pois bem, com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, a Senadora Marina Silva, Líder maior da Rede

Sustentabilidade, resolveu propor ao Partido Socialista Brasileiro uma coligação programática, uma filiação democrática. Ela o fez a um Partido que, desde o primeiro momento, já reconhecia a Rede Sustentabilidade como um partido registrado moralmente, registrado realisticamente, registrado efetivamente no conjunto da população brasileira.

Quero dizer, como Líder do PSB, que fiquei muito honrado de ter participado desse processo, que, sem dúvida, é um fato novo na política brasileira por tudo o que representa de novidade.

Em primeiro lugar, Senador Eduardo Suplicy, é importante aqui registrar a história da ex-Senadora Marina Silva, dessa grande líder que traz a força do povo brasileiro. É uma mulher do povo que passou por todas as dificuldades que o povo brasileiro passou e por todas as dificuldades que o povo brasileiro passa na Região Norte do País, as quais ainda são maiores do que as de outras regiões do País, e que traz consigo a força do povo brasileiro. Ela traz a força da Floresta Amazônica, desse bioma exuberante, vigoroso, e traz a força do desejo de mudança da população brasileira e do desejo da criação de novas práticas políticas no nosso País.

Ela buscou o PSB num gesto inesperado. Imaginava-se que a Senadora Marina Silva tomaria atitudes previsíveis. E o que era o previsível para a cabeça da velha política? Ou Marina não se filiaria a nenhum partido político e continuaria pregando com a Rede, nas redes sociais, mas não contribuiria mais efetivamente no processo político eleitoral, ou Marina se filiaria a um partido político para disputar a Presidência da República.

Nesse caso, o discurso dos partidos dominantes, o discurso da velha política estava pronto: “Está aí, a Senadora, na verdade, só queria ter um partido político para disputar a Presidência da República”. Mas não! Guardando coerência com sua história, guardando coerência com sua trajetória de luta, a Senadora Marina Silva não buscou o caminho mais fácil, buscou o caminho mais coerente, buscou um Partido político que, embora tenha diferenças com a Rede Sustentabilidade, é o que, no espectro político brasileiro da atualidade, guarda mais identidade com esse Partido, porque quer acabar com essa polarização nefasta ao País, com essa polarização que tenta evitar o debate político no nosso País e que busca conter toda a diversidade cultural e toda a diversidade política brasileira em apenas dois polos de poder. Esses dois polos de poder cumpriram o seu papel na redemocratização do País, com a estabilidade econômica, comandada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ou com o processo de inclusão social, comandado pelo

ex-Presidente Lula. Mas isso não satisfaz mais ao Brasil. O Brasil quer avançar. O Brasil quer avançar sem abrir mão das conquistas, mas o Brasil também quer avançar com um debate livre. O Brasil quer radicalizar a sua própria democracia.

E o que nós tivemos foi uma união de valores, uma coligação programática e uma coligação de valores, valores como a decência, como a competência, como o compromisso com o Brasil, unindo a utopia encarnada na Senadora Marina Silva e a capacidade de gestão do Governador Eduardo Campos, que tem demonstrado, nos seus dois governos, ser um excelente gestor, um realizador, que está conseguindo promover as aspirações legítimas da população do Estado de Pernambuco. Assim, é hoje o Governador mais bem avaliado do Brasil, com quase 90% de aprovação, com uma história também muito coerente, herdada do seu avô. Ele acompanhou os primeiros passos do seu avô, Miguel Arraes, uma das maiores lideranças populares deste País, o que fez com que Eduardo, desde cedo, mostrasse o seu compromisso de não se afastar da população mais pobre, população que está tendo a sua vida transformada no Estado de Pernambuco.

Esta é a dificuldade da velha política, Senador Pedro Taques: entender por que essa coligação programática não está preocupada com o tempo de televisão, não foi criada em torno do tempo de televisão, em troca de cargos, de DASs, de espaços. Não! Essa coligação programática se dá em torno de valores, de valores caros à nossa democracia, de valores que estão faltando na prática política do nosso País, o que fez com que pessoas ao longo desta vida passassem a descrever da política. O que essa coligação programática está promovendo é o retorno da esperança, o retorno de que é possível construir mais, construir melhor, construir de forma diferente.

É isso que está animando pessoas experientes na política, como o Senador Pedro Simon, de quem recebi um telefonema, ainda na sexta-feira, antes da entrevista coletiva marcada pela Senadora Marina, para dizer: “Nós temos de unir esses dois personagens, esses dois partidos, porque eles vão mudar a história do Brasil.”

O Senador Cristovam também me ligou na manhã de ontem, assim como o Senador Jarbas Vasconcelos e como a Deputada Federal Luiza Erundina, que são pessoas que reavivam sua esperança numa política feita de forma diferente, com a construção feita de forma diferente.

Ouçó, com muita alegria, o Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O Senador Pedro Taques estava na minha frente, com o microfone levantado. Acho que é justo e

correto que ele tenha o primeiro aparte, Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Pedro Taques (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – V. Ex^a está aqui há mais tempo. Eu passo a palavra a V. Ex^a e, depois, eu falo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezado Senador Rodrigo Rollemberg, ainda na semana passada, na véspera da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, nós os amigos da Rede Sustentabilidade fomos convidados pela ex-Senadora Marina Silva para estarmos presentes lá, para demonstrarmos que, mesmo pertencentes a outros Partidos, avaliávamos como importante que pudesse haver o reconhecimento da Rede Sustentabilidade. Há de se respeitar a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que, até por larga margem, acabou não a reconhecendo, pelos problemas que foram constatados, o de não se ter chegado a um número suficiente de assinaturas, ainda que a Senadora Marina tivesse dito que estranhava o grau de rejeição em alguns lugares, com 50% ou com 70% até de rejeição, como no ABC. Mas foi o que cada cartório eleitoral encaminhou para o TSE. O TSE, levando em conta as normas legais, nesse instante, não reconheceu ainda a Rede Sustentabilidade. Eis que, então, não podendo candidatar-se pelo partido que estava organizando – ela liderava a sua organização –, Marina Silva resolveu ingressar no PSB. Primeiro, quero dizer aqui do conhecimento que tenho de Marina Silva, quero dar meu testemunho. Eu a conheci logo no início da história do Partido dos Trabalhadores. Estive, em alguns momentos, em Manduri. Perdão! Estive, em alguns momentos, na cidade de...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Xapuri.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estive na cidade de Xapuri. Perdão! É que Manduri é o nome da rua onde moro; por isso é que veio à minha mente. Xapuri é a terra de Chico Mendes. Estive lá, conheci os lugares onde viveu Chico Mendes. Apreendi a respeitar a luta extraordinária e as origens dessa moça que se alfabetizou já na adolescência e que, então, estudou e chegou ao grau universitário, inclusive fazendo estudos universitários avançados aqui, na própria Universidade de Brasília, quando era minha colega no Senado. No Senado, fui Líder da Bancada quando ela era membro da Bancada. Depois, ela foi líder. No ano em que foi líder, ela teve a oportunidade de fazer uma espécie de um seminário, um treinamento de todos os funcionários da Liderança do PT, para que cada um pudesse dedicar-se ainda mais, com espírito de equipe. Ao longo desses anos de convivência aqui,

mesmo antes de sermos colegas Senadores, mas, especialmente, durante os anos de convivência, eu tive na Senadora Marina Silva uma das pessoas de maior afinidade que encontrei na vida política brasileira. E, quando ela tomou a decisão de sair do Partido dos Trabalhadores, eu senti muito. Fiz questão de estar presente na entrevista que ela concedeu anunciando a sua saída do PT. Eu disse a ela que eu tinha a convicção de que nós continuaríamos juntos, batalhando por ideais comuns, mesmo que em partidos diferentes, porque sei dos propósitos, da sinceridade dela, da sua ética, que é do mais alto nível, sempre, e de como ela granjeou simpatia em todo o Território nacional, inclusive como candidata à Presidência da República. A ex-Senadora Marina Silva sabe que eu estarei apoiando a Presidenta Dilma Rousseff para a sua reeleição. E a Presidenta Dilma Rousseff sabe que eu, aqui, serei um soldado da sua candidatura, mas avalio que a presença de Marina Silva na sucessão presidencial, agora ao lado do Governador Eduardo Campos, figura que conheço menos, mas que certamente tem merecido o respeito de todos nós, eles dois juntos estarão enriquecendo a vida democrática brasileira. Eu acho que, do ponto de vista do Brasil como um todo, a participação nas eleições presidenciais da Senadora Marina Silva, junto com o Governador Eduardo Campos, aquele que foi escolhido para disputar a Presidência, ao lado também do Senador Aécio Neves e da Presidenta Dilma Rousseff – poderá haver outros candidatos também –, essa plêiade de candidatos constitui uma segurança de que o processo democrático brasileiro e as instituições brasileiras sairão fortalecidos. Portanto, considero que nós estamos melhores hoje do que na semana passada, do ponto de vista do que será a campanha presidencial de 2014. Espero que o nível dos debates, a troca de ideias, de proposições sejam os melhores possíveis. Se há alguém que teve um comportamento exemplar como candidato à Presidência foi a Presidenta Dilma Rousseff. Ela continuará demonstrando o seu caráter, a sua seriedade, o aprimoramento de todos os programas que tem colocado em prática, e hoje se coloca como favorita. E vou batalhar para que ela seja eleita. Mas vejo cada um dos demais candidatos, inclusive Marina Silva, como uma pessoa que só enriquecerá, engrandecerá o pleito sucessório, agora ao lado do Governador Eduardo Campos e também do Senador Aécio Neves, que, em princípio, sabe-se que é candidato à Presidência. Também, se acontecer de ser José Serra, é uma pessoa que vai contribuir para o aprimoramento da sucessão presidencial brasileira. Então, queria transmitir isso, porque estivemos juntos, ali, na Praça dos Três Poderes, no momento em que a Senadora Marina Silva nos convidou, como os amigos

da Frente, para apoiarmos, juntamente com o Senador Pedro Taques e com outros colegas nossos do próprio PT. Estavam lá o Senador Lindbergh Farias e outros.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Eu me reúno entre os milhões de brasileiros que têm uma profunda admiração pela Senadora Marina Silva. E quero registrar que, nessa oportunidade, a história me concedeu o privilégio de acompanhar de perto esse processo, de participar dele.

Quero registrar que a minha admiração pela Senadora Marina Silva só aumentou, pelo seu desprendimento, pela sua grandeza, pelo seu compromisso, pela sua firmeza de ter tido a coragem de ter um gesto dessa magnitude, com muita serenidade, com muita tranquilidade.

Tive a oportunidade de dizer a ela, no sábado, um pouco antes do ato político que formalizou essa coligação programática entre o PSB e a Rede, que eu gostaria de ter gravado aquele depoimento, aquela conversa entre ela e o Eduardo Campos, o Governador Eduardo Campos, na noite de sexta-feira, porque teríamos ali um documento histórico da maior importância, em função da profundidade das palavras da Senadora Marina Silva, naquele momento, que me tocaram profundamente, me emocionaram profundamente, mostrando a grande liderança política que é a Senadora Marina Silva. E mais: dando um exemplo a ser seguido por todos nós, que a admiramos; um exemplo de desprendimento, um exemplo de compromisso com as causas maiores do nosso País, do nosso povo e fazendo um movimento em torno de valores importantes que precisam ser resgatados na política brasileira. Como eu disse, valores como a decência, como o compromisso, como a competência. Enfim, chegou a hora de iniciarmos uma nova forma de fazer política no Brasil.

Entendo que essa união entre Rede e PSB expressa de alguma forma as manifestações das ruas em junho, da população brasileira, especialmente da juventude brasileira, querendo, cobrando de todos nós uma nova forma de fazer política.

Ouçó com alegria V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me apenas corrigir, porque eu falei Frente e queria ter dito Rede Sustentabilidade. Obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Pois não, Senador.

Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senador Rodrigo, inicialmente, quero parabenizar o PSB. O PSB ajudou a ganhar, ajudou a gover-

nar e chegou num instante de entendimento em que é possível fazer mais. O PSB saiu do Governo, mas isso não significa que o PSB, aqui no Senado e na Câmara, tenho certeza, tenha deixado de pensar no Brasil. O PSB quer mais. O PSB não se deixou canibalizar por outros partidos políticos que se encontram no poder. Infelizmente, partidos políticos que se encontram no poder, aqueles mais fortes, querem canibalizar partidos médios como o PSB, como o PDT, como o PCdoB. Infelizmente, alguns não notam isso. O PSB notou isso e quer mais do que isso que aí está. Parabéns ao PSB! E também este é um momento de reflexão sobre partidos políticos, a ideia de partido político. No Brasil, com essa legislação que temos, partidos políticos estão na prateleira, mais ou menos como num “bolicho”, como se diz no Estado de Mato Grosso. Bolicho é uma venda, uma loja, uma mercearia que vende secos e molhados: vende banana, abacaxi, mamão, vela, tocinho. E alguns partidos políticos estão ali, para serem comprados como mercadoria. O PSB não é esse partido político. Essa nossa legislação está permitindo a existência de partidos políticos sem causa e causas sem partidos políticos, como é o caso da Rede, liderada pela Senadora Marina Silva. Existem partidos sem causa e causas sem partidos. Aí, a Senadora Marina, juntamente com seu grupo político, entendeu por bem se filiar ao PSB. Defendo, desde há muito, que o PDT saia do Governo, apoie o Governo sem precisar de ministérios, porque partido político não é para aparelhar o Governo, e o PSB mostrou isso. Infelizmente, dentro do PDT, Partido a que tenho a honra de pertencer, Partido que vem de longe, ainda não chegamos a esse grau de maturidade do PSB. Quero cumprimentar o PSB e cumprimentar V. Ex^a, que participou desse momento que entendo como significativo. E parabenizar o Governador Eduardo Campos por não ter medo, por ele ter atravessado o rubicão. Não tem mais volta. Ele é pré-candidato a Presidente da República. Não tem mais volta. Isso não é vergonha. Não é vergonha! Precisamos de candidatos para que possamos superar aquela dicotomia PSDB/Fernando Henrique e PT/Lula. O Brasil é maior do que isso. E essa construção política está demonstrando isso.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Senador Pedro Taques, agradeço a V. Ex^a o aparte.

Apenas para afirmar que as causas defendidas pela Senadora Marina Silva, as causas defendidas por centenas de milhares de militantes que se filiaram à Rede Sustentabilidade não ficarão sem partido. Essas causas serão acolhidas, estão acolhidas no PSB, até porque muitas delas já são causas do PSB. E foi exatamente essa identidade que levou a Senadora Marina

Silva a optar pelo PSB, como Partido de maior identidade com as causas da Rede. E quais são as três grandes linhas de compromisso dessa coligação programática? Manter e avançar as conquistas.

Nós reconhecemos os avanços que tivemos no Brasil nos últimos anos e não temos dificuldade alguma em reconhecer os responsáveis maiores por esses avanços. Nós temos a capacidade de reconhecer a importância do Governo Fernando Henrique Cardoso no que se refere à estabilidade econômica, que foi importante para o País. Como nos orgulhamos de ter participado do grande movimento de inclusão social que aconteceu neste País, liderado pelo Presidente Lula. E nós temos a responsabilidade de manter essas conquistas, de não colocar jamais em risco essas conquistas, que são, Senador Anibal, conquistas de toda a população brasileira. Mas também não nos podemos conformar com elas, porque a população brasileira quer mais. Ela tem direito a mais. E nós não podemos cercear o debate político neste País.

Quando se quer restringir o debate político no Brasil a uma falsa polarização entre PT e PSDB, quem perde com isso é o povo. Quem perde com isso são as expectativas de um futuro melhor para o nosso País. Portanto, nós temos que estimular o debate.

E, se depender de nós, se depender do PSB, se depender da Rede, teremos um debate de altíssimo nível em 2014, discutindo o Brasil. Debate que não tivemos em 2010, porque tivemos um debate raso, com muitas acusações de parte a parte, com dossiês para lá e para cá. Isso não contribui para a construção de um novo Brasil, de um Brasil que esteja à altura dos brasileiros, de um Brasil que esteja à altura das expectativas que o mundo tem em relação a este nosso País.

Portanto, essa aliança se dá em torno de três eixos principais: manter e avançar as conquistas que a população brasileira teve nos últimos anos; democratizar a democracia, aprofundar a democracia, radicalizar a democracia, ampliando os instrumentos de participação popular, ampliando a transparência, enfim, abrindo a possibilidade de uma participação cada vez maior da população.

Em terceiro, desenvolvimento sustentável. Nós não queremos o desenvolvimento a qualquer custo. Queremos um desenvolvimento que propicie para esta e para as futuras gerações uma qualidade de vida melhor do que a que tivemos. E o Brasil é um dos poucos países do mundo que pode inaugurar uma nova forma de desenvolvimento, que pode liderar um processo mundial de um novo modelo de desenvolvimento.

E, sem dúvida, essa união de PSB e Rede será uma grande contribuição a esse debate. Temos muito que aprender nessa relação. E queremos ter humil-

dade para aprender com os militantes da Rede, como também queremos passar a nossa experiência. Experiência reconhecida pela população, de ter o Governador melhor avaliado do Brasil, de ter o prefeito de capital melhor avaliado do Brasil, de ter sido o Partido que mais reelegeu prefeitos na última eleição, porque há um reconhecimento da população brasileira da capacidade de gestão do Partido Socialista Brasileiro.

Senador Randolfe, ouço V. Ex^a com muita alegria.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Senador Rodrigo, queria, primeiramente, cumprimentar V. Ex^a. Sei que V. Ex^a é um dos arquitetos do acontecimento político mais importante – não diria da semana, nem diria do ano –, eu diria, dos últimos anos. Das últimas disputas presidenciais, eu creio que a ida da Senadora Marina Silva ao PSB é o acontecimento político mais importante. E exulto que este acontecimento político leve a disputa presidencial do ano que vem para o debate que deve ser travado. Eu concordo que urge ao Brasil, em primeiro lugar, alterar o debate político da polarização colocada. Primeiramente, porque eu acredito que essa polarização é uma falsa polarização. O Brasil necessita de um debate concreto sobre alternativas econômicas. Nós estamos diante de um debate medíocre sobre economia. O que o Brasil tem crescido nos últimos anos, diante da média de crescimento econômico mundial, é medíocre. Os números da PNAD mostram, recentemente, o que nós temos que debater. Nós passamos a última eleição presidencial debatendo costumes; debatendo costumes, quando os debates do drama social do Brasil são urgentes e dramáticos. Veja, Senador Rodrigo Rollemberg, neste último domingo, a nossa Constituição republicana completou 25 anos. Há 25 anos, do plenário da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães proclamava: a cidadania começa com o alfabeto. Dizia Ulysses há 25 anos: o Brasil tem 30 milhões de analfabetos; afrontosos 25% da população brasileira. A PNAD da semana passada mostrou que ainda temos 8,7% de analfabetos. Ou seja, este País foi incapaz de resolver o drama da alfabetização à média de 1% ao ano. Este País não foi capaz de, em 25 anos, erradicar a chaga do analfabetismo. Não se pode, na eleição do ano que vem, debater costumes; não se pode, na eleição do ano que vem, dizer que tivemos 16 anos de conquistas econômicas, de crescimento econômico. O nosso crescimento econômico de 16 anos foi medíocre, diante da média mundial. Então, é necessário haver um debate sério sobre o Brasil na eleição do ano que vem. O debate não pode ser nivelado, não se pode tangenciar o debate por troca de acusações de dossiês, e ser nivelado o debate na eleição do ano que vem por costumes, como se isso

fosse o debate central, enquanto direitos sociais básicos – assegurados, inclusive, pela Constituição, que completa o seu jubileu de prata – não estão sendo assegurados; enquanto debates fundamentais sobre a ordem econômica estão sendo negligenciados; enquanto o debate em que, inclusive, Marina tem uma contribuição fundamental, que é o debate da sustentabilidade, da ordem ambiental, não é travado no País. Nós temos crescido, concretamente falando. A pauta ambiental é uma pauta que tem sido relativizada, tanto é que temos debatido propostas de emendas constitucionais que colocam em xeque direitos de populações tradicionais assegurados historicamente. Então, eu queria fazer uma saudação a V. Ex^a, pelo papel que eu sei que V. Ex^a tem. A modéstia não permite que V. Ex^a aqui revele, mas sei do papel de protagonista de V. Ex^a nas articulações políticas deste final de semana. Eu creio que é importante que a ida da Senadora Marina para o PSB dê fôlego para a disputa presidencial, e surjam também alternativas políticas, porque o Brasil precisa de alternativas políticas. Nós não podemos ser condenados a uma versão tupiniquim de alternância entre republicanos e democratas. O Brasil é muito mais plural, historicamente, que isso. E os demais, Senador Rodrigo Rollemberg, acontecimentos da semana passada – a negativa, por parte do TSE, ao funcionamento da Rede Sustentabilidade, a autorização para o funcionamento de outros dois partidos, a dicotomia entre essas duas situações – revelam que nós temos que ter, de fato, agora, um debate sério aqui no Congresso Nacional sobre o sistema partidário brasileiro. Eu e V. Ex^a nos alinhamos na mesma frente política, quando esse debate foi proposto aqui anteriormente, porque era um casuísmo. Obviamente, quando estava sendo proposto anteriormente, visava a impedir o funcionamento, a legalização de um partido, ao qual eu até posso apresentar divergências políticas, mas sou o primeiro a garantir o direito às diferentes vertentes políticas a concorrerem na eleição do ano que vem. Antes, era um casuísmo, mas nós não podemos transformar o sistema político, o sistema partidário brasileiro em situações como a que nós vimos na semana passada no Congresso Nacional, aqui na Câmara dos Deputados. Eu tive notícias – não sei se se concretizaram – de que abriram uma barraca lá no plenário da Câmara, do lado de fora, para filiação. Quase abriram uma quitanda, uma baiuca, como dizem na Amazônia, uma bodega, como dizem no Nordeste, para fazerem filiação em partido. Um troca-troca de partidos, que se torna uma feira do “liberou geral”. Isso é pernicioso para a democracia, e eu creio que, aí, em outras condições, sem o vício do anterior, nós tenhamos que ter um debate sério sobre o sistema partidário brasileiro.

Por fim, Senador Rodrigo, cumprimento V. Ex^a pelo papel de protagonista, pela iniciativa política do Partido Socialista Brasileiro, por se colocar no cenário político e pelas possibilidades para a cidadania que são colocadas para as eleições do ano que vem.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Raulo. Agradeço as palavras de V. Ex^a. Eu sou testemunha de que V. Ex^a foi um dos que se aliou a esse movimento, no sentido de garantir o direito de a Rede se formalizar, se expressar, de disputar e enriquecer o processo eleitoral. E tenho certeza de que o seu partido tem dado e dará uma contribuição muito importante ao processo eleitoral, discutindo teses, trazendo ideias, trazendo propostas. Isto é o que nós devemos defender – um processo eleitoral elevado, respeitoso, mas em que as pessoas possam, com toda a tranquilidade, fazer o debate sobre um novo Brasil.

Quero registrar também que, a partir de agora, temos um grande desafio que é a construção desse programa comum a partir destes três grandes eixos: manter e avançar nas conquistas, democratizar a democracia e o desenvolvimento sustentável.

Para nós, fica claro que vamos precisar, conjuntamente, promover grandes entendimentos nos Estados, em função de que havia uma expectativa de duas candidaturas diferentes. Portanto, devemos unificar esse processo nos Estados. Faremos isso com muita tranquilidade.

De parte do PSB, percebi que isso foi recebido com muita alegria, pelo que representa a Rede, pelo que representam os valores defendidos pela Rede, pela comunhão de propósitos existentes. E também, para mim, fica clara a irreversibilidade da candidatura de Eduardo Campos à Presidência da República.

É claro que nós vamos tratar isso no momento adequado, como temos sempre dito que só iríamos tratar do processo eleitoral propriamente dito em 2014. Mas é claro que um movimento político dessa magnitude torna irreversível a candidatura de Eduardo Campos à Presidência da República.

Peço desculpas ao Senador Anibal, porque S. Ex^a tinha pedido um aparte, e peço licença ao Presidente apenas para ler e para deixar registrado nos *Anais da Casa* um comunicado da coligação Rede Sustentabilidade e PSB:

Os partidos Rede Sustentabilidade e Partido Socialista Brasileiro decidiram neste sábado, 5 de outubro, formar uma coligação política e eleitoral em torno de um programa para a disputa das eleições de 2014.

Os partidos reafirmam a legitimidade da integridade e da identidade partidária do outro.

Nas circunstâncias criadas por recente decisão da Justiça Eleitoral, o caminho para construir essa coalizão é a filiação democrática e transitória de lideranças e de militância da Rede ao PSB. A filiação democrática e transitória é uma tradição brasileira nas situações em que correntes políticas são impedidas de se organizar formalmente e de participar com sua própria legenda dos processos políticos e eleitorais. O objetivo central da aliança entre o PSB e a Rede é aprofundar a democracia e construir as bases para um ciclo duradouro de desenvolvimento sustentável, os dois pilares da verdadeira soberania nacional.

A luta da sociedade brasileira tem alcançado importantes conquistas nas últimas décadas: a redemocratização, a estabilidade econômica, a redução das desigualdades sociais. A única forma de manter e aprofundar essas conquistas é avançar. Por isso estamos unindo forças para apresentar uma alternativa ao Brasil.

A convergência programática entre a Rede e o PSB, que será desdobrada num calendário apropriado para a produção de um programa a ser levado à população, é uma contribuição para superar velhos hábitos e vícios da política brasileira. Chegou a hora de combater claramente o atraso na política e colocá-la a serviço da sociedade. Chegou a hora de o Estado ser finalmente comandado pelo povo brasileiro.

O ato político de hoje é o início de um processo. A aliança entre PSB e Rede será construída de baixo para cima nas escolas, locais de trabalho, municípios, Estados, no diálogo permanente e democrático com as organizações da sociedade.

Esse é o nosso compromisso.

Brasília, 5 de outubro de 2013.

Rede Sustentabilidade, Partido Socialista Brasileiro.

Esse era o registro, Sr. Presidente, que gostaria de fazer, na tarde hoje, tendo a convicção da dimensão histórica desse fato político protagonizado pela Rede e pelo PSB, pela ex-ministra e ex-senadora Marina Silva e pelo Governador Eduardo Campos e Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra neste instante ao Senador Anibal Diniz, do PT do Estado do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do

orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu inicio o meu pronunciamento reafirmando o que ouvi hoje do diretor da área de exploração e produção da Petrobras, Sr. José Miranda Formigli, que confirmou a participação da Petrobras no 12º leilão da Agência Nacional de Petróleo, que vai acontecer entre os dias 28 e 29 de novembro, com diversos blocos de exploração de petróleo e gás e, entre eles, os nove blocos programados para a Bacia do Acre e a Bacia Madre de Dios, no Acre. O mesmo leilão vai disponibilizar nove blocos. E a Petrobras já anunciou que vai participar desse leilão. Até a próxima sexta-feira, deverá haver a manifestação das empresas interessadas em participar desse processo.

Trago esse assunto aqui, Sr. Presidente, porque a discussão sobre petróleo e gás no Estado do Acre foi iniciada há muito tempo, há pelo menos 7 ou 8 anos, pelo Governador Tião Viana, quando era Senador da República.

Ele passou a defender essa tese, levou esse posicionamento à Agência Nacional de Petróleo; conseguiu convencer os dirigentes a fazerem um estudo aprofundado da região; fez levantamento aéreo; depois, fez sondagem sísmica, com milhares de perfurações, para detecção da viabilidade ou não da exploração de petróleo e gás no Vale do Juruá, no Estado do Acre, exatamente na divisa com o Estado do Amazonas. Inclusive, essa bacia sedimentar do Acre, que envolve o Vale do Juruá, tem uma parte no Estado do Acre e outra parte no Estado do Amazonas. E será leiloada no 12º Leilão da Agência Nacional de Petróleo.

O Governador Tião Viana, quando era Senador da República, foi atrás, buscou os recursos; conseguiu, com o Ministério do Planejamento e Orçamento, a definição de um orçamento específico para a realização desses estudos, e muita gente, inclusive alguns nomes da oposição, diziam que o Governador estava falando de algo impossível, falando de um sonho irrealizável, que o discurso não era condizente com a realidade.

Hoje, estamos a um passo de ter essa licitação realizada, com quase total garantia, de todos os técnicos da área da Petrobras, de que há um grande potencial para exploração de petróleo e gás na Bacia do Acre, lá no Vale do Juruá, bem na fronteira com o Peru. Para se ter uma ideia, do lado do Peru, uma área de 50 mil quilômetros quadrados tem pelo menos vinte poços de petróleo hoje sendo explorados, petróleo e gás, com número bastante significativo de barris, por dia, de petróleo e de metros cúbicos de gás, também por dia.

E uma extensão dessa bacia entra no Estado do Acre, que é exatamente onde vai ser explorada a partir do resultado dessa licitação.

E é exatamente por isso que temos defendido que vai ser muito importante para o povo daquela região do Vale do Juruá essa exploração de petróleo e gás, tanto pelos recursos que vão ser possíveis – em impostos, em *royalties*, na comercialização desse produto –, quanto na mudança da matriz energética da região. Porque hoje nós temos todas as usinas da região sendo termoeletricas: Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, os Municípios vizinhos de Cruzeiro do Sul: Porto Walter, Thaumaturgo, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, todos utilizam usinas termoeletricas. Isso significa um extremo custo para o transporte do combustível, do óleo diesel para esses Municípios, com o custo também da danificação da estrada, poluição do rio, uma série de fatores complicadores dessa utilização das usinas termoeletricas. Nossa matriz energética é altamente poluente.

E a nossa esperança é que, com duas ações que devem acontecer nos próximos anos, a gente vá ter uma matriz energética limpa para o Vale do Juruá, para todos os Municípios; primeiro, com a construção do Linhão entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul para levar a rede da Eletrobrás até Cruzeiro do Sul. Assim, esses Municípios vão poder ter acesso à rede de energia elétrica, ao Linhão, sem ter que dependerem das termoeletricas.

E o segundo fator importante, que vai acontecer certamente, é que, com a exploração dessas jazidas de petróleo e gás no Vale do Juruá, vai ser possível no futuro, inclusive, o fornecimento de energia que virá a ser gerada da exploração do gás para a rede da Eletrobrás, de tal maneira que o Acre venha a se beneficiar dessa exploração; e o povo do Vale do Juruá, principalmente.

Então, o nosso esforço permanece o mesmo. Nós estamos permanentemente acompanhando esse processo da licitação do Linhão para a extensão da rede da Eletrobrás de Sena Madureira até Cruzeiro do Sul e, ao mesmo tempo, estamos acompanhando agora, passo a passo, essa Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo para que haja empresas interessadas explorando petróleo e gás na região do Vale do Juruá. Hoje, já temos a garantia, o que nos deixa muito felizes, de que a Petrobras vai participar, sim, desse leilão. Tenho essa garantia do Diretor da Área de Exploração e Produção da Petrobras, José Miranda Formigli, que nos confirmou isso hoje, exatamente quando estava havendo uma sessão especial em homenagem aos 60 anos da Petrobras.

O que venho dizer aqui, nesta primeira fase do meu pronunciamento, Sr. Presidente, senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, pessoas que nos acompanham em todos o Municí-

prios do Acre, é que, nos dias 28 e 29 de novembro, a Agência Nacional de Petróleo receberá a apresentação das ofertas das empresas que se habilitaram para participar da 12ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo. E, até a próxima sexta-feira, dia 11, as empresas poderão entregar os documentos referentes à manifestação de interesse, documentos para qualificação.

Serão 110 blocos exploratórios em áreas de novas fronteiras nas Bacias do Acre, Parecis, São Francisco, Paraná e Parnaíba, e 130 blocos exploratórios em bacias maduras do Recôncavo e de Sergipe e Alagoas. Para a Bacia do Acre, serão nove blocos exploratórios que estarão geograficamente localizados no oeste do Estado do Acre e sudoeste do Estado do Amazonas, porque os dois Estados estão muito ligados, e essa Bacia do Acre atinge tanto o Acre quanto o Amazonas.

As bacias acrianas, Acre e Madre de Dios, são extensões de províncias produtoras. Em países vizinhos, já existe a exploração com sucesso do gás no campo de Camisea, no Peru, e do óleo, nos campos de La Colpa, no Peru, e Pando, na Bolívia.

A Bacia Amazônica peruana teve, no ano de 2012, vinte e dois postos exploratórios perfurados e a produção média foi de 160 mil barris diários de petróleo e 20 milhões de metros cúbicos de gás natural.

As reservas estimadas no ano passado eram de 550 milhões de barris de petróleo e de 360 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

Aguardamos com grande expectativa a 12ª Rodada de Licitações, pois sabemos, caso seja encontrado gás e óleo no nosso Estado do Acre, da grande importância para a economia local, pois, além dos *royalties* e dos tributos (ICMS e ISS), se viabilizada a área, nós poderemos também pensar, futuramente, numa refinaria ou planta de diesel, a partir do gás natural ou ainda geração termoeletrica que beneficiaria diretamente a indústria e os consumidores acrianos. Hoje, o alto custo de transporte para combustível faz com que a gasolina seja a mais cara do País.

E o Diretor da Área de Exploração e Produção da Petrobras, Sr. José Miranda Formigli, confirmou hoje que a Petrobras participará da licitação e que a diretoria da empresa tomou uma decisão nesse sentido. A diretoria da Petrobras se reuniu e tomou a decisão de participar do 12º Leilão e, certamente, vai poder também adquirir algum bloco no Estado do Acre, na Bacia do Acre.

A Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Srª Magda Chambriard, também confirmou a realização da rodada de leilão, nos dias 28 e 29 de novembro, da 12ª Licitação da ANP, e também manifestou total interesse no sentido de que a Petrobras participe. Com a

Petrobras participando, é garantia absoluta de sucesso nessa licitação.

Feito esse anúncio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, eu gostaria de relatar um pouco a agenda que cumpri no último final de semana no Estado do Acre.

Estive inicialmente com o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, quando tivemos uma agenda específica da banda larga, em Rio Branco, com uma parceria assinada entre o Governo do Estado e a Telebrás, no sentido de permitir que o nosso programa Floresta Digital tenha um incremento a mais nos próximos 30 ou 40 dias. Esse passo que foi dado é muito importante porque o Floresta Digital já é um sucesso. Nós temos, pelo menos, sete mil usuários/dia no programa Floresta Digital, em Rio Branco.

Esses usuários têm acesso a pelo menos 400kb de velocidade. A partir dessa parceria com a Telebrás, poderemos proporcionar, com apoio da Eletronorte, levando infraestrutura da rede de fibra ótica, a cada usuário pelo menos 1 mega de velocidade, o que vai dar mais condição de navegação e as pessoas vão ter acesso a muito mais conteúdo.

Continuando a nossa agenda, na sexta-feira, pegamos um avião e fomos até o Município de Thaumaturgo, no extremo do Estado do Acre, fazendo fronteira com o Peru, e de lá seguimos por barco até a comunidade de Triunfo, uma hora e dez minutos descendo e depois uma hora e meia subindo de barco; pegamos um tempo de sol escaldante e outro tempo de chuva torrencial nessa viagem.

Tivemos a alegria de uma grande recepção. Fomos recebidos lá na comunidade de Triunfo pelas famílias do Sr. Geraldinho e pelo Sr. Felipe. Exatamente nas propriedades desses senhores é que foi feito o ato de apresentação, de inauguração, de uma extensão de 90km do Programa Luz para Todos, beneficiando 400 famílias.

Para nós, foi um momento de muita alegria, porque a felicidade daquelas pessoas era total. As pessoas não tinham acesso à energia e tiveram a oportunidade de serem beneficiadas pelo Programa Luz para Todos. Aí vale a pena fazer o registro do quanto esse programa é inovador, do quanto o Programa Luz para Todos revoluciona a vida das pessoas nas regiões mais isoladas.

Foi incrível como as pessoas se manifestaram em declarações de felicidade e os diversos testemunhos do quanto a luz mexe com a vida das pessoas. Agora elas podem conservar seu alimento, tomar água gelada, assistir televisão; podem inclusive ter acesso a uma infinidade de informações que antes não tinham e viviam no seu isolamento sem informação.

Foi um ato muito bonito, fiquei muito feliz de ter participado dessa atividade com o Governador Tião Viana, com o Vice-Governador César Messias, com o Prefeito de Thaumaturgo, Aldemir Lopes, que está fazendo um excelente trabalho na cidade e conseguiu dar um ânimo novo para a população de Thaumaturgo.

Então, foi algo muito interessante, que nos deixou bastante otimistas por fazer política, por discutir, por projetar e por executar coisas que melhoram a vida das pessoas nas comunidades mais remotas, mais distantes.

Então, foi muito gratificante para mim testemunhar a chegada do Luz para Todos na comunidade do Triunfo, no Alto Juruá, beneficiando, ao mesmo tempo, 400 famílias. Vale a pena ressaltar também que, no Estado do Acre, o Programa Luz para Todos já beneficiou mais de 40 mil pessoas em todos os Municípios.

Retornando de Thaumaturgo, dessa comunidade do Triunfo, fomos à cidade de Tarauacá, onde assistimos e acompanhamos a procissão de São Francisco, no dia 4 de outubro. Também na cidade de Tarauacá, participamos de uma feira da economia solidária, a feira do pequeno produtor, uma feira que envolveu agricultores que participam do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que tem recebido todos os benefícios possíveis por parte do Governo do Estado e do Governo Federal, da nossa Presidenta Dilma. Agora, a sua produção tem garantia de compra por parte do Governo Federal. Seja para as escolas, seja para as casas de abrigo, seja para as comunidades terapêuticas, o Governo Federal garante a compra da produção e depois encontra uma forma de armazenar essa produção, ou fazer com que esses alimentos cheguem às instituições que prestam serviço público, que são de utilidade pública e que não têm como adquirir esses alimentos.

Estivemos lá em Tarauacá com o Prefeito Rodrigo Damasceno, um prefeito jovem que também tem feito uma mobilização muito grande da sociedade de Tarauacá, e pudemos presenciar o quanto a produção do Município está em alta. Vale a pena ressaltar: quem não conhece, tem que conhecer Tarauacá, a cidade que produz, provavelmente, o maior abacaxi do Brasil. Não creio que haja no Brasil outro lugar que produza um abacaxi tão grande quanto o de Tarauacá.

Nessa feira, realizada na sexta-feira, os abacaxis vencedores tinham 11kg e 12kg de tamanho. Em outra ocasião, eu trouxe um abacaxi desses aqui e as pessoas puderam saboreá-lo e viram que, além de grandes e pesados, são também saborosos. Certamente, não faltará oportunidade para a gente trazer um abacaxi de Tarauacá, para mostrar que a população de Tarauacá, o Prefeito Rodrigo Damasceno e todos os seus auxiliares têm uma hospitalidade especial e, com certeza,

vão ficar felizes ao saber que as pessoas têm acesso à sua produção.

Essa agenda, tanto no Município de Thaumaturgo quanto em Tarauacá, foi uma agenda no sentido de estar em contato com as pessoas que estão produzindo, estão procurando dar vazão à sua potencialidade e, ao mesmo tempo, tendo acesso às políticas públicas.

Ao terminar essa agenda, eu pude fazer uma inspeção, juntamente com o Governador Tião Viana, às obras da BR-364, que é a nossa ligação direta de Rio Branco até Cruzeiro do Sul. É uma obra que foi iniciada na década de 60 pelo Presidente Juscelino Kubitschek e é um desafio que se mantém até hoje.

Nos últimos governos – Jorge Viana, Binho Marques e agora com o Governador Tião Viana –, a gente conseguiu chegar a Cruzeiro do Sul. Não existe mais interrupção durante os invernos. A estrada permite o tráfego de inverno a verão, mas ela ainda tem muitos problemas. O Governador Tião Viana assumiu pessoalmente o desafio de inspecionar a obra toda semana, tem procurado estar presente, indo a Cruzeiro do Sul ou voltando de Cruzeiro do Sul para Rio Branco sempre de carro, acompanhando cada um dos cantos de obra e dando a garantia de que os trechos que necessitam de recuperação estão recebendo essa atenção de recuperação. O trecho que falta ser concluído também já tem atenção especial do Governo do Estado para concluí-lo.

O desafio posto é concluir as etapas que estão faltando, repassar essa obra para o Ministério dos Transportes, para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o DNIT, a fim de que o Governo Federal passe a fazer a manutenção dessa rodovia, porque é algo completamente inconcebível que o Governo do Acre, governo pobre, com tantas dificuldades, tenha que bancar a manutenção de uma rodovia federal. Então a rodovia está sendo concluída a duras penas, com o esforço tremendo de parte do Governador Tião Viana. Mas, graças a Deus, já foram concluídas todas as pontes de Rio Branco a Cruzeiro do Sul. Todas as pontes, todos os bueiros, todas as obras já foram concluídas, mas ainda há trechos de pavimentação para serem concluídos.

Tenho certeza de que, ao término de 2013 até meados ou final de 2014, a gente vai ter a pavimentação da BR-364 em condição de ser inaugurada numa grande festa. Aí, sim, com a presença da nossa Presidenta Dilma Rousseff, e mostrando que o Governo, quando tem preocupação em fazer o melhor pela população, produz resultados excepcionais. E é nesse sentido que nós estamos trabalhando. A gente acredita que a política pode trazer melhoria para a qualidade de vida das pessoas e é assim que a gente tem se

dedicado, procurando fazer com que o mandato esteja em sintonia com as necessidades da população. A gente faz essa mediação do Governo do Estado com o Governo Federal, com os Ministérios, buscando as condições adequadas, para concluir com sucesso este desafio, que é o grande sonho do povo acriano, a conclusão da BR-364.

Então, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância do tempo, concluo aqui e me coloco à disposição para fazer o bom debate sempre.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para fazer um registro aqui.

Com muito pesar, registramos o falecimento do ex-Prefeito de São Paulo, Miguel Colasuonno, ocorrido na última sexta-feira, dia 4, aos 74 anos, devido à complicação de seu estado de saúde. Ele deixou cinco filhos e a mulher, Marlene.

Miguel Colasuonno era um peemedebista de conduta ilibada e exerceu vários cargos públicos, a exemplo do cargo de Diretor de Administração da Eletrobras, para o qual foi indicado pelo PMDB em 2008, e exerceu esse cargo até os últimos dias de sua vida. Inclusive, passou mal na sexta-feira, no exercício da sua função como Diretor de Administração da Eletrobras.

Formado em economia na Universidade de São Paulo, na USP, Colasuonno teve militância política ativa, tendo sido vereador, Secretário de Estado de São Paulo, Prefeito da capital paulista e Presidente da Empresa Brasileira de Turismo, a Embratur.

Perdemos, sem dúvida, um grande homem público, competente e cumpridor de suas obrigações. Os nossos sentimentos à família enlutada pela perda desse grande cidadão brasileiro, chamado, como todos conheciam, Professor Miguel Colasuonno.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Não há aparte em pedido pela ordem, mas, se V. Ex^a quiser pedir também pela ordem, pode fazê-lo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, então, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu até tenciono apresentar, ainda hoje, o requerimento de pesar, com o Senador Valdir Raupp, para que seja aqui registrado, pelo falecimento do Professor Miguel Colasuonno, ex-Prefeito de São Paulo, ex-Vereador, Deputado Federal, e que deu uma contribuição muito importante, inclusive como diretor da Fipe, do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.

Lembro-me de que, certo dia nos anos 70, o Professor Miguel Colasuonno me convidou para estar presente numa conferência de enorme relevância, pois visitava a Universidade de São Paulo o Professor James Tobin, da Universidade de Yale, extraordinário Prêmio Nobel de Economia. Aquele foi para mim um dia supergratificante, porque tive a oportunidade de levar o Professor James Tobin para conhecer toda a Grande São Paulo, suas áreas mais carentes e suas áreas mais desenvolvidas. Com ele sempre aprendi muito.

Visitei o Professor James Tobin na Universidade de Yale. Ele foi um dos pioneiros na concepção da garantia de uma renda mínima, através de um *demogrant* que ele propôs ao candidato à presidência da república George McGovern, em 1972, quando disputou as eleições com Richard Nixon. Àquela altura, ainda não se havia desenvolvido tão bem todo o conceito, as vantagens da renda básica de cidadania, à qual equivalia aquele *demogrant*, que, se fosse aplicado em 1972, seria equivalente, pela proposta de James Tobin, a US\$1 mil por ano – hoje seriam US\$10 mil a US\$12 mil por ano para cada cidadão norte-americano.

O Professor Miguel Colasuonno, como vereador e como prefeito, deu uma enorme contribuição ao Município de São Paulo e agora, conforme ressaltou o Senador Valdir Raupp, continuava a colaborar no interesse público como diretor da Eletrobras.

Portanto, transmito também os meus sentimentos a sua senhora, a sua família, a toda a comunidade de professores e estudantes da USP, da Fipe e da Faculdade de Economia e Administração da USP, onde ele foi um valoroso professor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Supply, a Mesa acolhe a palavra pela ordem de V. Ex^a, já, inclusive, como um encaminhamento do requerimento que V. Ex^a anunciou que vai apresentar.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra, neste instante, o Senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, meus cumprimentos.

Eu quero me associar às manifestações do meu Presidente, o Presidente nacional do PMDB, o Senador Valdir Raupp, a esta legenda histórica do PMDB paulistano. Hoje, perdemos a presença entre nós de Miguel Colasuonno. Ele representou muito para a formação do Partido no Brasil e prestou inestimáveis serviços à construção desta legenda histórica que é o PMDB.

Eu tenho a honra, Sr. Presidente, de poder, neste momento, falar do mais importante ato da democracia brasileira nesses últimos 25 anos. Anteontem, sábado, dia 5 de outubro de 2013, comemoramos 25 anos desde o dia em que foi promulgada a nossa Lei Maior, a que reúne as normas básicas e perenes, segundo as quais se rege toda a vida civil e política brasileira.

Ela foi apelidada de Constituição Cidadã pelo inestimável e insubstituível Deputado Ulysses Guimarães. Ele se tornou por ela – e ela se tornou – símbolo imortal, tal foi o vulto do papel político que ele cumpriu na histórica redemocratização do Brasil. O orgulho que Ulysses externou ao brandir, em gesto histórico, aquele livrinho de capa verde e amarela, quando, por fim, a Carta Magna foi aprovada pela Constituinte, certamente foi e tem sido compartilhado por cada um de nós brasileiros.

No dia 29 de outubro próximo, será realizada, em plenário, sessão especial para comemorar os 25 anos da Constituição. Porém, eu não gostaria de deixar passar em branco a data de sábado passado, dia 5 de outubro, uma das datas mais importantes, repito, para o País.

Ulysses, do PMDB, fez mais do que apelidar a nova Carta ou brandir um exemplar dela naquele momento. Mais que isso, tudo o que ele fez, ao longo de quase dois anos comandando a Assembleia Nacional Constituinte, permaneceu como um símbolo da conduta serena, forte, com autoridade de comandante daquele que foi, sem dúvida alguma, o mais fecundo período constitucional que vivemos nestes últimos 25 anos.

Foram 62 mil emendas apresentadas durante 615 dias de trabalho. Isso não podemos esquecer, porque, por mais defeitos que tenha, Senador Mozarildo, a nossa Constituição, ela tem defeitos que são quase inevitáveis, em razão de constituir-se um texto longo que parece querer abraçar todas as minúcias da vida nacional.

Mas a Lei Maior representa, em seu nível mais profundo, a recusa horrorizada da Nação contra o regime do arbítrio e contra a ditadura.

E é desse espírito de liberdade e de direito que temos de nos imbuir nos nossos dias de trabalho no Congresso Nacional, pois as palavras escritas no papel, por mais nobre que seja este papel, tornam-se mortas se não são vivificadas, se não vividas cotidianamente pelo sentimento e pelos valores do povo.

O dever que temos é de abraçar no íntimo de cada um de nós a mensagem democrática e liberal de nossa Constituição cidadã.

Temos, também, de nos manter vigilantes em favor de nossa democracia liberal, honrando-a e jamais a desprezando.

O Brasil tem um longo e persistente passado autoritário. A ditadura militar, que a Constituição de 1988 destronou e arrancou do mundo político-jurídico, foi apenas o último período desse passado. Não nos enganemos: existem inimigos da liberdade e do Estado de direito ainda hoje, e é nesses momentos de crise e de dissensão que eles surgem mais alvoroçados.

Quanto ao espectro político-ideológico, eles se situam tanto à direita quanto à esquerda. Há segmentos autoritários dos dois lados: há entre aqueles que saudaram com simpatia o advento e a permanência da ditadura militar; e há, também, aqueles que se opuseram, não por amor apenas à liberdade, nem por ódio ou por nojo ao arbítrio, mas por preferirem outro tipo de arbítrio.

Devo mencionar que do arbítrio tenho experiência pessoal no âmbito familiar, pois foram cassados pelos militares, em 1969, tanto meu pai, Antônio Vital do Rego, quanto meu avô Pedro Moreno Gondim.

No dia 13 de janeiro de 1969, Senador Mozarildo, em uma mesma lista, estavam os nomes de meu pai e de meu avô, cassados pela ditadura militar. Em dezembro do ano passado, em emocionante e inesquecível sessão na Câmara dos Deputados, o mandato de ambos foi simbolicamente devolvido, juntamente com o de todos os deputados cassados pela ditadura, um simbolismo cívico de reparação e justiça.

Mas eu gostaria, agora, de tão somente louvar a Constituição, pelo que ela trouxe de mais positivo à vida nacional, mencionando resumidamente alguns pontos relevantes, deixando minha análise mais crítica de seu texto para o momento da nossa sessão solene. É inegável que hoje o Brasil é um País mais civilizado, mais solidário, institucionalmente mais maduro, política e economicamente mais estável e socialmente mais justo do que era há 25 anos. Grande parte desse saldo pode-se debitar à conta da Constituição de 1988.

Em solenidade ocorrida há poucos dias, na última quinta-feira, o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, listou alguns inegáveis avanços, de cunho social, permitidos ou alcançados pela Carta Magna, avanços que eu gostaria de lembrar, fazendo minhas as palavras do Sr. Presidente: a demarcação de terras indígenas; o reconhecimento da propriedade de áreas remanescentes de quilombos; o direito a voto para os maiores de 16 anos; o salário mínimo nacionalmente unificado e valorizado – salário mínimo que, aliás, teve seu valor real fortemente majorado desde então, de US\$60,00 à época a US\$300,00 nos dias de hoje –; a jornada de trabalho de 40 horas semanais; os dispositivos que garantem a preservação ambiental; a equiparação da união estável ao casamento; a licença-paternidade; a aposentadoria para trabalhadores rurais; a garantia de atendimento especial aos portadores de deficiência; a universalização da Previdência Social e o fortalecimento do Ministério Público, a que eu acrescentaria, neste instante, outra universalização de suma importância e complementar àquela, que é a universalização da prestação pública e gratuita de saúde ao povo, por meio desse gigante – que V. Ex^a conhece tão bem, Senador Mozarildo – que é o nosso Sistema Único de Saúde, que, se é grande em relação aos problemas que o envolvem, é porque os problemas são do tamanho de sua ousadia, a ousadia de não deixar nenhum brasileiro sem atendimento de saúde, sejam tais brasileiros ricos ou pobres. Esse é o espírito da universalização proposta na Constituição Cidadã.

A liberdade de expressão, porém, foi o fundamento do regime de liberdades que o Presidente do Senado mais enfatizou, reafirmando o compromisso inabalável desta Casa Legislativa em relação a estas liberdades. E eu me somo a ele neste compromisso declarado publicamente de obstar sempre, sempre, quaisquer tentativas, venham de onde vierem, de manifestar o livre debate público e a livre circulação e publicação de fatos, opiniões e ideias.

Sr^{as} e Srs. Senadores, restaurando a liberdade e o Estado de direito em nosso Brasil, a Constituição de 1988, não resta dúvida, por meio de seu centro de gravitação, por meio de suas cláusulas pétreas, colocou o cidadão no centro da ordem constitucional.

As garantias constitucionais individuais e coletivas, as normas inegociáveis e inafastáveis da nova ordem, estão abrigadas principalmente no art. 5º da Lei Maior, desdobradas em 78 incisos. No fulcro deste artigo e perpassando todos os seus incisos, assim eu o considero, estão fincados os valores morais e políticos da liberdade e da dignidade da pessoa humana. Não é possível afastar a primazia desses valores entre

nós senão derrubando, e necessariamente pela força bruta, o próprio regime liberal e democrático.

Quanto à eficiência em proteger a liberdade e o direito, basta dizer – o que é sabido por todos – que a Constituição da República, desde 1988, inaugurou, em toda a história do Brasil Republicano, o mais longo período de estabilidade institucional. Para um País com tantos solavancos, com tantas rupturas institucionais ao longo da sua história, tal estabilidade, duramente conquistada, não é pouca coisa. Deve ser valorizada, e muito.

Igualmente, desde 1988, apesar de reformada em artigos importantes, apesar da necessidade de ter tido atualizado seu extenso texto e seus inúmeros dispositivos em diversos pontos, a Constituição manteve-se inalterada quanto a sua estrutura e arquitetura jurídica, que é a base essencial naqueles termos que fundamentam o pacto ideológico e institucional que nos mantêm unidos e solidários como Estado, como Nação.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero deixar marcado o dia de hoje, no meu mandato – primeiro dia de sessão no Senado desta semana, dois dias passados do dia 5 de outubro de 2013 –, com este primeiro pronunciamento comemorativo de uma Constituição que, por tudo o que eu disse hoje com brevidade, faz jus ao epíteto de cidadã, que Ulysses lhe conferiu há 25 anos.

Nossa Constituição veio para nos devolver a dignidade de um povo livre, fez da redemocratização um processo cumulativo e irreversível, cimentou em nossas mais caras e generosas aspirações nacionais uma plataforma apontada para o futuro.

Saibamos sempre, por amor à liberdade e a seus fundamentos, ser merecedores dessa dignidade de homens livres no Estado democrático de direito.

Sr. Presidente, essas são as palavras que devo, com muita honra, na condição de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, proferir neste momento em que todos nós, Senador Suplicy, estamos comemorando os 25 anos da nossa Carta Magna.

Ouçõ com prazer esse brilhante Senador, por São Paulo, Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Vital do Rêgo, por esta homenagem que faz aos Constituintes da Constituição cidadã, inclusive ao Presidente Ulysses Guimarães, pois foi ele que assim qualificou a nossa Constituição de 1988, e pela avaliação que faz de quanto o Brasil avançou por termos tido a apreciação e a aprovação desta Constituição, que teve como uma de suas características a participação popular. Ainda na semana passada, o Professor Dalmo de Abreu Dallari, ao recordar dos passos dados na Constituinte, recor-

dou que ali, nas arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo, instituiu-se um grupo para organizar a chamada participação popular, algo que depois se multiplicou pelas mais diversas instituições brasileiras. Então, sejam os acadêmicos ou os juristas nas diversas instituições de ensino, mas também por toda parte, as entidades, os sindicatos, tudo o mais passaram a encaminhar sugestões aos Constituintes. Dessa forma, o Presidente Ulysses Guimarães organizou grupos de trabalho que justamente tinham a responsabilidade de receber essas sugestões, que foram em grande parte contempladas. Mas agora V. Ex^a nos fala da importância de nós aperfeiçoarmos a Constituição. E ali, na Comissão de Constituição e Justiça, presidida por V. Ex^a, nós temos tido a oportunidade de examinar proposições, algumas das quais, inclusive, apresentei. V. Ex^a me disse, há pouco, que irá, sim, designar os relatores para as proposições e, dentre elas, está uma que eu considero importante: dar transparência ao longo da campanha eleitoral e até o último dia da campanha eleitoral. Ou seja, no próximo ano, se, em 15 de agosto, 15 de setembro e 5 de outubro, todos os candidatos, partidos e coligações registrarem em seu sítio eletrônico as suas contribuições, isso permitirá aos eleitores saber a natureza do financiamento de cada coligação, partido e candidato. É uma proposta que eu avalio como adequada no sentido do aprimoramento de nossas instituições democráticas. Esse é um dos projetos que eu agradeceria a designação de um relator por V. Ex^a. Meus cumprimentos pelo trabalho que vem realizando, inclusive para aperfeiçoar nossa Constituição, na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a. Não é à toa, mas por um sentimento de justiça que o povo do Estado de São Paulo o tem aqui na longevidade operosa de seu mandato, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a faz parte da história deste Senado, propondo matérias de relevância no aperfeiçoamento do texto constitucional.

A Comissão de Constituição e Justiça tem entre as suas mais importantes atribuições, Senador Mozarildo, V. Ex^a que tem a honra de participar dela, a possibilidade de receber as propostas de emenda constitucional, aperfeiçoando o texto tão consagrado, jubilosamente consagrado nestes 25 anos de um momento sublime que a Nação viveu. E V. Ex^a, Senador Suplicy, pôde testemunhar, desde o Estado de São Paulo, o rio de ideias permanente que abasteceram este nosso Plenário, este nosso Congresso ao longo de 615 dias, que foi o tempo da nossa formulação da Carta Magna.

Eu gostaria de dizer que a contribuição de V. Ex^a sempre será muito importante. Nós haveremos de participar imediatamente, todas elas, propostas de emenda constitucional ou não, propostas de emenda constitucional ou projetos de legislação ordinária, com a rapidez e celeridade que o assunto merece.

Rapidamente, Sr. Presidente, para não abusar da paciência de V. Ex^a, tão generosa e tão solidária, desde já agradeço a permuta que fizemos com o Senador Randolfe Rodrigues, que estaria, dentro do calendário dos oradores, a participar deste momento. Nós pedimos a permuta de nosso tempo com S. Ex^a, que foi muito generoso. Em respeito a S. Ex^a, eu queria apenas comentar a agonia que hoje o povo nordestino vive com relação à distribuição de milho para o abastecimento dos micro, pequenos e médios produtores de todo o Nordeste.

A Conab tem hoje dezenas, milhares de toneladas que não podem ser distribuídas por força de uma portaria que renovava os subsídios para o pequeno produtor e para o médio produtor. Uma saca de milho em nosso Estado, na Paraíba, custa R\$18,00 ao pequeno e R\$21,00 ao médio. Essa portaria venceu no dia 30 de setembro. Nestes últimos sete dias, não há dispositivo legal que permita à Conab distribuir esse milho com esse preço subsidiado. E nós apelamos hoje. Fizemos um verdadeiro périplo pelos Ministérios da Agricultura, da Casa Civil e, recentemente, pelo Ministério da Fazenda e recebemos a confirmação de que essa portaria iria ser renovada.

Abreviamos a renovação – já tarde – dessa portaria. Hoje, para um pequeno e médio produtor comprar uma saca de milho em meu Estado, na Paraíba, em Alagoas, em qualquer outro Estado da região Nordeste, terá de pagar R\$37,00, podendo pagar R\$18,00 com preço subsidiado.

Recebi do Ministério da Fazenda, do Sr. Secretário Diogo Oliveira, a manifestação de que rapidamente essa portaria iria sair, exatamente para diminuir as angústias do povo paraibano e do povo nordestino.

Agradeço a V. Ex^a e agradeço a atenção do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Vital, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que fez sobre a nossa atual Constituição, sobre o processo constituinte. E quero, como ex-constituinte, dizer que realmente a nossa Constituição é vasta, é detalhada, mas isso é compreensível. Ela foi elaborada logo após décadas de regime de exceção, portanto sofreu a pressão das ruas, das diversas camadas da sociedade, para ter na Constituição os seus direitos garantidos. E nós avançamos, como V. Ex^a citou, por exemplo, na

questão dos direitos fundamentais do ser humano, algo em que nenhuma outra Constituição brasileira tinha avançado tanto, e na implantação do SUS, que também está completando 25 anos, e que, lamentavelmente, ainda não atingiu o ideal que nós pensamos na época da elaboração da Constituição.

Portanto, parabéns pela abordagem.

Concedo a palavra, neste instante, pela Liderança do PSOL, ao Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores que nos ouvem e nos assistem pela Rádio e pela TV Senado, quero continuar no tema.

Neste final de semana, em 5 de outubro de 2013, a Constituição promulgada no Plenário do Congresso Nacional completou seus 25 anos. E ainda bem, Sr. Presidente, que esta sessão não deliberativa de hoje ocorre sob a Presidência de V. Ex^a, que foi um dos Deputados constituintes. Então, V. Ex^a deve se lembrar de um dos trechos de S. Ex^a o saudoso Ulysses Guimarães, no dia 5 de outubro de 1988, quando, da mesa da Assembleia Nacional Constituinte, no seu célebre discurso de promulgação do Texto Constitucional, proclamava para todo o Brasil: “A Constituição mudou na sua elaboração”. E, mais adiante, ele dizia: “Mudou quando quer mudar o homem em cidadão. E só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem salário, hospital e remédio, lazer quando descansa.”

Assim o Presidente Ulysses Guimarães definia cidadão. Mais adiante, Ulysses Guimarães definia o que era cidadão em relação ao alfabeto. Dizia Ulysses Guimarães sobre o alfabeto: “Num País de 30 milhões, 401 mil analfabetos, afrontosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto”.

Sr. Presidente, há 25 anos, o Presidente Ulysses Guimarães nos advertia, na promulgação do nosso atual texto constitucional, na conclusão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Dizia para nós que, num País com 30 milhões de analfabetos, cabia advertir: a cidadania começa com o alfabeto.

Cabe iniciarmos aqui uma reflexão sobre o Brasil que temos hoje, 25 anos depois, porque ainda padecemos com 13,2 milhões de analfabetos, ainda temos 8,7% da população padecendo de analfabetismo. Em 1988, no 5 de outubro de 1988, no Brasil, nós tínhamos a chaga de 25% da população. Vinte e cinco anos depois, este País foi incapaz de erradicar o analfabetismo.

Alguns vão dizer: mas vamos comemorar! Comemorar a pífia redução de menos de 1% ao ano do índice de analfabetos? Este País, que se arvora em ser uma das maiores economias do

mundo – e é uma das maiores economias do mundo –, mas se arvora ao querer ser um dos países a estar assentados no Conselho de Segurança das Nações Unidas não se envergonha de, em 25 anos, não ter erradicado o analfabetismo? E se inserir num grupo de países que ainda têm entre suas chagas o analfabetismo? Nós vamos nos orgulhar de, em 25 anos, não ter banido o analfabetismo como uma chaga da sociedade brasileira?

Eu vou dizer o que significam esses dados para o Brasil. Na lista de países por índice de alfabetização no mundo, Senador Mozarildo Cavalcanti, a nossa condição é de 95º. Quando o Presidente Ulysses Guimarães fez aqui o pronunciamento que dizia “num País de 30 milhões e 401 mil analfabetos, afrontosos 25% da população”, outros países tinham índices de analfabetismo maiores do que o nosso. O dramático, para nós, é que esses outros países do planeta, nesses 25 anos, erradicaram ou reduziram seus índices de analfabetismo mais eficientemente do que nós. E, nesses 25 anos, o Estado brasileiro se mostrou incapaz de erradicar o analfabetismo.

Nesses 25 anos, a Tailândia reduziu o analfabetismo mais do que nós. Nesses 25 anos, o Equador, que tinha 10% mais analfabetos do que o Brasil, reduziu os índices de analfabetismo mais do que nós. Nesses 25 anos, o México, que em 1988 tinha mais analfabetos do que nós, reduziu o índice de analfabetismo mais do que nós. Nesses 25 anos, a Venezuela, que tinha mais analfabetos do que nós, declarou o seu território livre de analfabetismo. Nesses 25 anos, chega a ser vergonhoso que a República Cooperativista da Guiana, vizinha nossa, Senador Mozarildo, vizinha de Roraima e do Amapá, tenha reduzido o analfabetismo para índices insignificantes, enquanto nós não conseguimos. Reduziu o analfabetismo para menos de 2%, enquanto nós não conseguimos. Nesses 25 anos, a Colômbia reduziu mais o analfabetismo do que nós; o Paraguai, de que nós tanto zombamos, reduziu mais o analfabetismo do que nós. O Suriname, a República do Suriname reduziu mais o analfabetismo do que nós. E o que é trágico, para nos deixar rubros de vergonha: a República do Zimbábue, na África, que tinha índices de analfabetismo maiores do que o nosso, nesses 25 anos reduziu mais o analfabetismo do que nós.

Pior, Sr. Presidente, pior do que isso é constatar que alguns países, que algumas regiões com esse índice de analfabetismo que aqui externei, que aqui nós relatamos, metade desse número... Veja, hoje temos 13,2 milhões de analfabetos, segundo o último PNAD, que foi divulgado semana passada. Desses, 7,1 milhões estão no Nordeste. Metade está no Nordeste do País.

Os índices de analfabetismo no Nordeste do País pouco se alteraram em relação a 1988, comparados com os dados do Brasil. Se, no Brasil, em 1988, a chaga era de 25% da população brasileira, em alguns Estados do Nordeste, como é o caso do Maranhão e de Alagoas, os índices chegam a ser de 22% e 20%, os mesmos índices que tinham em 1988. Ou seja, comparados ao índice nacional, em nada alterou, ou pouco alterou.

Na maioria dos Estados nordestinos não houve queda significativa dos índices de redução do analfabetismo. Mais grave e talvez mais dramático do que isso é que esses Estados do Nordeste se comparam a alguns países que estão abaixo do Brasil no quadro internacional de alfabetização. Os dados do Nordeste se comparam a São Vicente e Granadinas, a Dominica, a Guiné Equatorial, a Bahrein, a Namíbia, a São Tomé e Príncipe, à República do Congo.

Os dados do Nordeste brasileiro, de analfabetismo, são iguais a Suazilândia, às Ilhas Salomão, a Vanuatu, ao Camboja, que saiu de uma guerra civil, à República do Quênia, a Madagascar, a Djibuti, à Argélia e à Líbia, que recentemente esteve envolvida numa guerra civil. E há regiões do Nordeste brasileiro com dados piores de analfabetismo do que países africanos que recentemente estiveram envolvidos em guerra civil.

Portanto, não há o que celebrar desses números. Aliás, o mais dramático é que a mais recente pesquisa PNAD revela um retrocesso ou, se não foi um retrocesso, no mínimo uma estagnação dos índices de redução do analfabetismo no Brasil.

O problema é que não é só na redução do analfabetismo que está a dramaticidade dos números brasileiros em relação à educação. O índice de brasileiros com nível superior completo ainda é de 12% da população. Nós ainda temos 3,5 milhões de crianças trabalhando, segundo os últimos dados da pesquisa PNAD.

Quero repetir aqui o trecho do discurso, de 1988, do Presidente Ulysses Guimarães. “A Constituição mudou quando quer mudar o homem em cidadão. E só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa.”

O principal de todas as belas conquistas do Texto Constitucional de 1988 é o texto que cria, neste País, um estado de bem-estar, é o texto a ser ressaltado, porque a questão que compreende no País a introdução de uma ordem de bem-estar, a questão social, sempre foi tratada pela ótica das classes dominantes, pela ótica do Governo, como uma questão de polícia e não como uma questão social. É por isso, talvez, que boa parte das demandas sociais traçadas na Carta

não foram cumpridas ainda, e é sobre isso que tem que se debruçar, é sobre isso que tem que se refletir.

A Carta de 1988 assegura e garante para todos um Sistema Único de Saúde, universal, público e gratuito para todos. E é verdade que esse Sistema Único de Saúde enfrenta hoje um gravíssimo problema, o mais grave dos problemas, que tem que ser enfrentado com a responsabilidade devida por parte do Governo, que é o problema do seu financiamento. O SUS não pode ser terceirizado, e a responsabilidade do SUS não pode ser entregue para organizações sociais.

A Constituição declarou claramente que a responsabilidade é do Estado brasileiro com um Sistema Único de Saúde gratuito, universal, de qualidade e para todos. A Constituição assegurou esses direitos que o Presidente Ulysses Guimarães proclamou aqui no seu pronunciamento de promulgação da Constituição, os princípios de quem é cidadão: “Só é cidadão quem recebe justo e suficiente salário, quem lê e escreve.” Nesse sentido, ainda temos 13,2 milhões de brasileiros que não têm reconhecidos seus direitos de cidadãos, metade desses localizados no Nordeste do País. E mais, não temos tido as políticas, por parte do Estado brasileiro, para este número ser traduzido a zero; não temos tido, porque é inaceitável que, de 1988 para cá, o número de analfabetos não tenha sido reduzido em percentual superior a 1% ao ano.

“E só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, [só é cidadão quem] mora, quem tem hospital e remédio, lazer quando descansa.” Para ter hospital e remédio, é necessário ter um Sistema Único de Saúde público e de qualidade e, em especial, um Sistema Único de Saúde que tenha, em especial, financiamento, para ser garantido o seu princípio fundante na Constituição de Sistema Único de Saúde, conforme elaborado no Texto Constitucional de 1988, que é o princípio da universalidade e da qualidade no atendimento para todos.

Senador Eduardo Suplicy, tenho o prazer de ouvi-lo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo, Senador Randolfe Rodrigues, primeiro, por aqui estar recordando as aspirações de todos os brasileiros que, liderados por Ulysses Guimarães, promulgaram a Constituição de 1988, e V. Ex^a tão bem recorda os princípios e diretrizes colocados por Ulysses Guimarães para fazer o nosso Brasil avançar na direção de prover efetivo grau de direitos da cidadania a toda e qualquer pessoa. Para que, efetivamente, os duzentos e tantos milhões de brasileiros e brasileiras tenham participação, tenham direito à voz, tenham direito à cidadania plena, é fundamental que todos tenham oportunidade à boa educação, opor-

tunidade de aprender a ler e escrever, para começar, mas ir além disso. Acho que constitui um desafio para mim, para V. Ex^a, para os 81 Senadores, para o nosso querido Senador Cristovam Buarque que, a cada dia, a cada semana, batalha por esses objetivos, que venhamos a realizar um esforço extraordinário para zerrar o analfabetismo, conforme propõe V. Ex^a, no mais breve espaço de tempo possível. Eu fico pensando o que poderíamos fazer. Não sei se V. Ex^a gostaria de abraçar essa causa com a veemência com que está nesse instante falando, mas quem sabe possamos todos nós, Senadores, inclusive darmos o exemplo? Quem sabe dedicarmos uma hora por semana que seja, cada um de nós, para encontrarmos pessoas que ainda não sabem ler e escrever em algum lugar onde estejamos para nos dedicarmos, depois de lermos um pouco dos ensinamentos de Paulo Freire, como que é possível se ensinar as pessoas a partir das suas próprias experiências de vida a aprender a colocar a sílabas e as palavras para que, daí, aprendam a ler e a escrever. Quem sabe possamos formar um grupo de Senadores que se disponha a fazer isso para, assim, estimular o nosso querido Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, a promover ações onde todos aqueles brasileiros e brasileiras – nós que já aprendemos a ler e a escrever, que tivemos oportunidade desde o jardim da infância, o ensino fundamental, primeiro ciclo e segundo ciclo até os bancos universitários – alguns de nós chegamos, como eu próprio tive a oportunidade de fazer pós-graduação no exterior, o mestrado e o doutoramento. Mas me sinto como que responsável em dar de mim como professor para quem não aprendeu a ler e a escrever. Há pouco tempo, tive uma pessoa que trabalhava em casa e não sabia ler e escrever e resolvi, então, dedicar um tempo por semana para ensiná-la a escrever, mas ela acabou saindo. Talvez – quem sabe? – possamos ter mais oportunidades, mais pessoas à nossa volta, ou – quem sabe? – em Macapá V. Ex^a possa encontrar em um bairro pessoas analfabetas que queiram aprender e possa V. Ex^a constituir um grupo e ensinar-lhes a ler e escrever: E podemos dizer ao Ministro Aloizio Mercadante que queremos ajudá-lo a zerrar a taxa de analfabetismo. Acho que com iniciativas pessoais poderemos – quem sabe? – estimular o Ministério da Educação, o Ministro Aloizio Mercadante, e a Presidenta Dilma a avançarem mais ainda, de tal forma que daqui a um ano V. Ex^a possa registrar aqui: “Que bom! Esse ano avançamos muito, desde o meu discurso de 7 de outubro. Agora, 7 de outubro de 2014, o Brasil conseguiu baixar, pela última PNAD, a taxa de analfabetismo.” Então, todos nós estaremos mais felizes. É a sugestão que formulo, Senador Randolfe porque está a nosso alcance.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Aceito, Senador Suplicy, e incorporo o aparte de V. Ex^a.

Antes de ouvir o Senador Cristovam, acredito, Senador Suplicy, que é importante e necessário esforços individuais, boa vontade de todos, não só de homens públicos mas também de todos, para um esforço desse, porém é importante o papel do Estado como indutor de mobilização. É necessário o Estado assumir a liderança de indutor de mobilização, ou talvez, seja importante perguntar...

Talvez uma reflexão mínima, Senador Cristovam, antes de ouvir V. Ex^a, seja necessária: por que de 1988 para cá a Tailândia conseguiu reduzir o analfabetismo mais do que nós, tendo em 1988 a Tailândia mais analfabetos do que nós? Por que de 1988 para cá a Venezuela conseguiu declarar seu território livre do analfabetismo e nós não conseguimos? Por que de 1988 para cá a República Cooperativista da Guiana, vizinha nossa, do Amapá e de Roraima, Senador Mozarildo, um país cuja população está concentrada na capital, Georgetown, conseguiu declarar o seu território livre do analfabetismo e nós não conseguimos? Por que a oitava economia do Planeta, em 25 anos, ainda tem 13 milhões de analfabetos, 7 milhões deles no Nordeste? Alguns Estados do Nordeste, como é o caso do Maranhão e de Alagoas, com 22% de analfabetos, repito: com índices de analfabetos iguais aos de Guiné Equatorial, iguais aos da República do Congo, iguais aos de países africanos, iguais aos índices de analfabetismo do Brasil de 25 anos atrás.

Então, eu acho que esse é uma reflexão geracional para o Brasil. É uma reflexão que nós... O mais exemplar, o trecho... Eu estava, Senador Simon, antes de o senhor chegar aqui, o senhor, que conheceu tão bem Ulysses, eu comecei aqui falando de um trecho do pronunciamento de Ulysses, em 1988, quando, de lá do plenário da Câmara, onde se reunia a Assembleia Nacional Constituinte, na promulgação da Constituinte, ele dizia o seguinte: “A Constituição mudou quando quer transformar o homem em cidadão. E só é cidadão quem recebe justo e suficiente salário, lê e escreve.” Mais adiante, ele dizia: “Num País, de 30.401.000 analfabetos, afrontosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto.”

Vinte e cinco anos depois, a primeira reflexão sobre a Constituição quero fazer é sobre essa reflexão de Ulysses. Ulysses dizia: “A cidadania começa com o alfabeto.” Vinte e cinco anos depois, não erradicamos o analfabetismo, e regiões do Brasil ainda têm os mesmos índices, praticamente o mesmo índice de analfabetos que tinham há 25 anos. Alguns vão dizer: “Não, mas eram 25% em 88, hoje são 8%.” Em 25 anos,

a oitava economia do Planeta não conseguiu banir o analfabetismo do seu território.

Essa é a chaga que, no mínimo... Essa é a vergonha nacional, é a chaga, sobre a qual tem que se refletir. Isso é o que tem que ser lembrado do texto da Constituição de 1988.

Senador Cristovam, eu quero ouvi-lo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, eu vou tentar responder à sua pergunta. Por quê? Mas antes eu quero dizer que, nesses montantes, não se estão considerando os que deixaram de ser analfabetos porque morreram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeitamente. Aí é um percentual significaria aumento.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aumento, porque morreram analfabetos. Não vou discutir o que o Brasil perdeu, ao deixar que uma pessoa morra analfabeta. Depois eu quero dizer que eu estava na solenidade organizada pela Unesco na Venezuela, quando o País foi declarado um território livre do analfabetismo. Num auditório que deveria ter duas mil e tantas pessoas, o Presidente Chávez, com o representante da Unesco, declarou a Venezuela território livre do analfabetismo. Eu confesso que não acreditei muito. Então fiz um teste, Senador Mozarildo. Claro que a amostragem foi insuficiente, mas eu escrevi o nome de uma rua num papelzinho e saí com ele pelas ruas. A minha intenção era mostrá-lo às pessoas mais humildes que eu encontrasse – vendedor de cigarro por unidade, por exemplo; pessoas que vendiam frutas – para ver se conseguiam ler o nome da rua. Todos leram. Não vou dizer que aquilo refletia a totalidade do país, até porque estava na capital, mas, de qualquer maneira, foi um indicador. Acho que, no Brasil, se fizermos isso, não vamos ter essa surpresa positiva, vamos, provavelmente, ter uma surpresa negativa – num país rico como o nosso! Mas eu digo mais: por que o governo brasileiro não pensou, o Lula, em estabelecer como meta que, quando a Copa chegasse, cada cidade do Brasil teria uma placa imensa com os dizeres: “Você está entrando em território livre do analfabetismo.” Por que isso não foi feito? Caramba, seria uma coisa tão bonita! Vou dizer por que isso não aconteceu. Quando eu cheguei como Ministro dele, escolhido por ele, uma das primeiras coisas que fiz – na primeira ou na segunda semana – foi criar uma Secretaria pela Erradicação do Analfabetismo. Era uma secretaria que tinha prazo fixo para terminar, porque se depois de quatro ou cinco anos não houvesse mais analfabetos, não precisaria dela e, se houvesse analfabetos ainda, ela não mereceria continuar. E começamos o trabalho. Fizemos convênios com igrejas,

com condomínios, com empresas. Nós íamos cumprir a meta, se não em quatro anos, em cinco ou seis nós iríamos erradicar o analfabetismo – erradicar significa chegar a 1% ou 2%, zerar mesmo é quase impossível, porque há pessoas que nem conseguimos alcançar. Aí vou dizer por que não conseguimos alcançar essa meta – num gesto do Presidente Lula. No dia em que nós fomos assinar um convênio com a CNI para que a CNI alfabetizasse um milhão de pessoas, que já era uma percentagem boa, o Presidente Lula disse:

“Quem come apressado come cru” – está registrado, está mostrado, está em todo canto. Quem come apressado come cru. Disse isso olhando para mim, como quem diz: “Não tem que se apressar na erradicação do analfabetismo, isso é impossível.” Falta a meta de fazer isso. A prova também é que, quando assumiu o meu lugar o Governador do Estado do Senador Simon, uma das primeiras coisas que ele fez foi acabar com a secretaria para erradicação do analfabetismo. Acabou. Coisa, aliás, raríssima no Brasil, não é? Acabar uma caixinha dessas do organograma é difícil. Pois ele acabou e disse que não se justificava um programa de erradicação, era apenas um programa de alfabetização, como o Brasil tem desde D. Pedro II. Nós não erradicaremos através de uma simples alfabetização sem uma meta determinada para os adultos e, ao mesmo tempo, com a melhoria para as crianças, porque o Brasil tem uma torneirinha aberta, pingando analfabetismo de 15 anos todos os anos. Então, nunca houve essa meta. Mas nunca houve essa meta também para erradicar o trabalho infantil. Aí a gente cai no analfabetismo – caía, porque, neste ano, não caiu, ficou no mesmo ou subiu um pouquinho – como também a gente cai muito pouco no trabalho infantil. Aí também eu lembro muito bem que, no começo do Governo Lula, numa reunião no Ministério da Justiça, eu disse que só iríamos eliminar o trabalho infantil se criarmos um xerife do trabalho infantil que coordenasse tudo, com meta para cumprir. Hoje, o trabalho infantil passa por cinco ministérios, e, então, nenhum é responsável. Se a Presidenta, de manhã cedo, ver no jornal alguma notícia sobre um menor abandonado que morreu, ela não sabe para quem ligar, não sabe se é para o Ministério da Justiça, se é para o Ministério do Trabalho, se é para os Direitos Humanos. Então, não há vontade para isso, como meta forte. Eu acho – pode parecer um pouco de querer fazer uma avaliação pouco sem sentido – que é porque isso não dá voto. Não dão voto erradicar o analfabetismo e abolir o trabalho infantil. Dá voto criar uma universidade. Isso o governo Lula fez – temos de tirar o chapéu. Aumentou muito o número de universitários e ainda criou um programa para os universitários. Eu lembro mais uma coisa do tempo em

que fui Ministro: o programa ProUni, Senador Simon, começou no meu tempo de Ministro. Preparamos o projeto, que se chamava PAE (Programa de Apoio ao Estudante), que foi entregue à Casa Civil, do Ministro José Dirceu. Ele ficou engavetado, mas o recuperaram com o ProUni. Mas havia uma diferença: a diferença é que, no nosso, o aluno que fosse beneficiado pelo ProUni teria de ser alfabetizador de adultos durante seis horas por semana durante um semestre. Bastavam esses para erradicar o trabalho infantil em quatro anos, mas isso não dá voto, porque cada menino que recebesse o ProUni, tendo que trabalhar, ele não ia se sentir em débito com o Governo. Tiraram essa condição, com o apoio da UNE, que estava contra exigir que cada um fosse alfabetizador durante seis horas por semana, durante só quatro meses de um semestre, não eram os quatro anos do curso. Não quiseram. Falta essa vontade de tocar nas coisas fundamentais que se referem aos direitos humanos. E concluo dizendo que defendo. E, aí, voltando, Senador Suplicy, não acredito que o Ministério da Educação vá conseguir eliminar o analfabetismo. Porque o Ministério da Educação, na verdade, é o Ministério do ensino superior. O máximo que se pode esperar do Ministério é que faça uma portaria dizendo que analfabeto pode entrar na universidade, para beneficiar os analfabetos – o que seria uma grande demagogia. Mas, erradicar? Um Ministério que se preocupa só com o ensino superior, quase, eu não acredito nisso. Por isso defendo que haja um ministério da educação de base, mas, mesmo assim, não é este ministério que vai erradicar. A erradicação do analfabetismo exigiria, primeiro, tratar o analfabetismo como um problema de direito humano, e não como um problema de educação. A pessoa ser analfabeta é uma questão de direito humano, porque sofre pela falta de saber ler, é uma tortura permanente. Então, a Secretaria de Direitos Humanos é que deveria cuidar disso, e, dentro dela, criar uma secretaria específica, com a tarefa específica de fazer isso. Aqui, o Governo Federal criou uma secretaria para a Copa, e não duvido nada ainda queiram fazer o Ministério da Copa – mas já está no final. Mas por que não se criar uma secretaria para erradicação do analfabetismo – mesmo que não seja vinculada ao Presidente, embora devesse estar com o Presidente? Por isso, não se faz. A gente vai levando, levando; o trabalho infantil vai levando; a alfabetização vai levando; a gente não vai com meta. A meta é para fazer uma represa; a meta é para fazer – quantos são? – nove estádios – para isso há meta; a meta é para fazer ponte; a meta é para fazer uma central nuclear como estão fazendo a terceira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Assento de segurança na ONU.

Assento de segurança na ONU, isso é meta.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Governo/PDT – DF) – Assento de segurança na ONU, essas coisas. Para isso há meta, mas para erradicar o analfabetismo não há meta. Então, a gente vai continuar sofrendo muitos anos; muitas Tailândias vão passar na frente da gente; a Bolívia vai passar na frente da gente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A Bolívia já passou.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Governo/PDT – DF) – Já passou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A Bolívia já passou.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Governo/PDT – DF) – O Paraguai já passou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – O Paraguai já passou.

Isso, inclusive, é o que é contrastante. No índice da alfabetização, estávamos à frente de Venezuela, de Paraguai, de Bolívia e fomos ultrapassados por eles, de 1988 para cá.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agora, o impressionante – e falei muito do Governo, mas vamos falar da sociedade em geral, de todos nós –, o incrível é que se o Paraguai ou a Bolívia ganhassem da Seleção Brasileira de Futebol haveria um cataclismo nacional. Agora, eles ganham no índice de alfabetização e não há nada, a não ser um discurso como o seu, que parabenizo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Se V. Ex^a me permite, Senador Cristovam, no *ranking* da FIFA nós devemos estar entre as dez primeiras colocações. Imagine se no *ranking* da FIFA o Brasil ficasse na 95^a colocação? Seria um escândalo. Imagine, no *ranking* da FIFA, o Brasil atrás do Paraguai, do Kuwait, de Cingapura, das Ilhas Fiji, da Tailândia, da Palestina, do Panamá, do Catar, da China, da Sérvia e Montenegro, de Granada e da Venezuela. Seria um escândalo, não é?

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Seria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Se no futebol ficássemos atrás de todos eles. Pois então, na alfabetização nós estamos atrás desses todos e de outras 90 nações.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E todo mundo aceita isso, salvo, felizmente, em uma segunda-feira, um discurso seu. Parabéns por isso!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Quero agradecer a V. Ex^a.

Acredito que é essa a lembrança que temos de trazer da Constituição de 1988. É a lembrança, em es-

pecial, de alguns trechos do célebre pronunciamento de Ulysses, em 1988, sobre os direitos sociais conquistados em 1988 e que ainda não foram assegurados. O fato de ainda termos cidadãos que não leem e não escrevem e algo que deve servir de reflexão, como o senhor disse, Senador Cristovam, para o Estado brasileiro, para envergonhar o Estado brasileiro, e para todos nós cidadãos brasileiros.

Senador Cristovam, concluo com uma frase sua, que o senhor disse aqui na tribuna um dia desses.

Acho importante o Brasil questionar os Estados Unidos por estarem interceptando a nossa correspondência, mas é importante que o Brasil garanta que todos os brasileiros possam ler as suas próprias correspondências.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Randolfe, quero cumprimentá-lo por esse pronunciamento muito importante abordando especificamente a educação. Eu diria que a educação é tão fundamental quanto ou pelo menos igual à saúde. Uma pessoa que não tem educação dificilmente vai conseguir ter saúde direito, porque nem saberá como se proteger com métodos de higiene primários.

V. Ex^a é do Amapá e eu de Roraima. Nós ganhamos lá – nós hoje Estados, ex-territórios – uma oportunidade muito grande na Constituinte, mas realmente, V. Ex^a tem razão. V. Ex^a falou de analfabetos, fora os analfabetos funcionais e semianalfabetos que nós temos também e que não devem estar computados nessa faixa de analfabetismo puro.

Convido o Senador Eduardo Suplicy para usar da palavra como orador inscrito.

Passo, temporariamente, a Presidência ao Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, querido Senador Pedro Simon, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, neste último sábado, fiz uma visita a Taquarituba, um Município que ainda não conhecia, mas que sofreu uma verdadeira calamidade. Um tornado – que não é tão comum –, em 22 de setembro, às 14h45, atingiu, de maneira violentíssima, com ventos de aproximadamente 138km/h, sobretudo, uma faixa da cidade, onde justamente estão localizados o Distrito Industrial, o Jardim Dona Carmélia, ali onde está também uma edificação do Banco Nacional de Habitação, e a Vila Santa Virgínia.

Aquele desastre provocou duas mortes, 64 feridos, 5 desabrigados, 300 desalojados, 11 mil afetados, 29 casas destruídas e 495 danificadas. A cidade tem hoje cerca de 23 mil habitantes – isso significa que aproximadamente metade da população da cidade foi afetada. E há danos materiais em espaços públicos, conforme o relato que o Prefeito Municipal Miderson Zanello Milléo encaminhou-me.

Fui recebido, na Prefeitura Municipal, pelo Prefeito Miderson Zanello Milléo, com todo seu secretariado e inúmeros vereadores e até prefeitos da região, que ali me aguardavam.

Eu tive a oportunidade, por hora e meia, de ouvir a respeito dos estragos que aconteceram. Só para se ter uma ideia, do ponto de vista dos edifícios e espaços públicos, a estação rodoviária, com 1,7 mil metros quadrados de construção, foi inteiramente destruída pelo sinistro, com um prejuízo de R\$585 mil.

O Parque Ico Rodrigues, com área total de 24 mil metros quadrados, teve destruição total na cobertura da quadra poliesportiva, na sua iluminação, danos na alvenaria dos vestiários, quadra de tênis, campo de futebol, alambrado, gramado, iluminação e a iluminação externa do parque municipal, com prejuízo da ordem de R\$720 mil.

O galpão de agronegócios sofreu danificação total na estrutura metálica de cobertura e fechamento, iluminação, portas e portões, no galpão de agronegócio, com mil metros quadrados de área construída, com prejuízo da ordem de R\$230 mil.

Na Avenida Dorival Dognani, o pavimento de ambas as pistas, no distrito industrial, foi totalmente danificado, sendo necessária a reconstrução do referido pavimento asfáltico, o que vai representar algo como R\$1,2 milhão. Esses quatro itens que mencionei representam um prejuízo da ordem de R\$2,735 milhões.

Na economia, os prejuízos na agricultura somaram cerca de R\$7 milhões; na indústria, R\$40 milhões; no comércio, R\$300 mil; e, nos serviços, R\$180 mil. A Prefeitura apenas, segundo me informou o Prefeito Miderson Zanello Milléo, que é do PSDB, não tem condições de arcar com a recuperação da cidade, pois lá há um orçamento de R\$45.875.516,00 e uma arrecadação mensal em torno de R\$3,7 milhões.

Cabe assinalar que o Governador Geraldo Alckmin, logo no dia seguinte a esse tornado, se deslocou para Taquarituba, foi lá visitar e se colocou à disposição para ajudar em todas as emergências possíveis.

Diversas ações já estão sendo realizadas, inclusive junto ao Ministro da Integração Regional, junto ao Ministro das Cidades. Conforme até o Deputado Paulo Teixeira já marcou, a Ministra Gleisi Hoffmann receberá o Prefeito de Taquarituba, Miderson Zanello

Milléo, nesta próxima quarta-feira, depois de amanhã, às 14 horas; inclusive, fui convidado para também estar presente.

Entre as ações já realizadas, são as seguintes as possibilidades de prorrogação dos prazos de financiamentos dos atingidos junto ao Banco do Brasil: o PER (Programa Emergencial de Recuperação), do BNDES, para as empresas atingidas, com maiores informações que poderão ser obtidas junto ao Banco do Brasil e ao BNDES; prorrogação do prazo de 60 dias dos vencimentos do ICMS nos meses de setembro, outubro e novembro, conforme decreto do Governador Geraldo Alckmin; liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço no valor de até R\$6,2 mil, para as vítimas do tornado; 90 vagas foram criadas na frente de trabalho. Maiores informações podem ser obtidas junto ao CRAS, 13 de maio, no número 3762-3420. Foram abertas 60 vagas de curso de pedreiro e eletricista no Etec de Taquarituba, até porque há a necessidade premente de trabalhos de pedreiros e eletricistas.

Eu tive a oportunidade, depois da reunião na Prefeitura, de me dirigir ao distrito industrial, onde vi toda destruição provocada pelo tornado. Ali estavam algumas dezenas de responsáveis – os próprios empresários –, seja pelos silos, pela cerâmica, seja por unidades industriais de pequenas e médias empresas, algumas até maiores, mas todos estavam lá para receber-me. Agradeço toda a atenção do Prefeito e de todos os Vereadores da cidade que ali estiveram para comigo dialogar.

Mais de 40 empresas já estão com processo de habilitação de recursos para a reconstrução, no Programa Desenvolve São Paulo, do Governo Estadual.

Houve distribuição de roupas, calçados e colchões às vítimas, de uma maneira muito bonita e interessante, porque, dadas as imagens que ocorreram da destruição do tornado e das vítimas, isso causou um grande sentimento de solidariedade de brasileiros de toda parte, que então encaminharam roupas, calçados, alimentos e colchões às vítimas. E houve um momento em que, inclusive, os organizadores que estavam recebendo esses mantimentos, roupas e calçados até pediram para pararem de encaminhar tanta coisa, tal o volume que chegou para Taquarituba.

Também há distribuição de 24 toneladas de alimentos, a cobertura total e parcial de mais de 70 casas, que está sendo feita junto com entidades religiosas, e a distribuição de 1.800m² de telhas Eternit. E o processo de desmontagem das ferragens da rodoviária e do Parque Ico Rodrigues está sendo feito.

Enfim, eu quero dizer que muitas são as providências que estão sendo tomadas tanto pelo Governo do Estado de São Paulo quanto pelo Governo Fede-

ral. E ainda nesta próxima quarta-feira, às 14 horas, o Prefeito terá oportunidade de dialogar com a Ministra Gleisi Hoffmann, que estará coordenando os esforços junto aos diversos Ministérios – Ministério das Cidades, Ministério da Integração Regional e Ministério do Desenvolvimento Social – em tudo que possa ser feito para aliviar a condição da população de Taquarituba, que tanto sofreu com esse fenômeno climático que não afetou de maneira tão grave outros Municípios da região.

Eu gostaria também de relatar a visita que eu fiz, no próprio sábado, a Pardinho, onde tive a oportunidade de ser recebido pelo Prefeito, Benedito da Rocha Camargo Júnior, Dito Camargo, que proporcionou, juntamente com Vereadores da Câmara Municipal de Pardinho, a oportunidade de um diálogo muito interessante. Ali, neste sábado, 5 de outubro, eu tive a oportunidade de, na Câmara de Vereadores, ser recepcionado por prefeitos, vereadores da região, como o Prefeito de Pardinho, Dito Rocha, o Prefeito de Bofete, Claudécio José Ebúrneo, o Torão, que é do PT, o Vice-Prefeito de Macatuba, Sargento Funes, lideranças políticas regionais, tanto do Partido dos Trabalhadores, como o ex-Prefeito de Botucatu, Mário Ielo, a Vereadora Rose Ielo. Ali, o Prefeito de Pardinho pôde me colocar as diversas sugestões que está encaminhando, como para reforma e adequação do Centro Comunitário, bem como propostas para melhoria da infraestrutura urbana e também propostas para a reforma do Centro Esportivo do Município de Pardinho.

Também tive a oportunidade, ali, de ouvir as reivindicações de Botucatu, do ex-Prefeito Ielo e da Vereadora Roseli Antunes da Silva Ielo, a Rose Ielo, que encaminhou as diversas necessidades, como do aumento do número de vagas para a Faculdade de Medicina de Botucatu e consistente com o Programa Mais Médicos, para aumento e formação de médicos ali na Unesp – que é uma das melhores faculdades – e também gostariam de que logo possa ser construída, instituída a unidade de pronto atendimento para Botucatu, assim como apoio financeiro para o curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu.

Na oportunidade, também recebi do Prefeito municipal de Anhembi, Gilberto Tobias Morato, a sugestão de obtenção de recursos para a construção do complexo esportivo Academia, bem como de Benedito Gilmar dos Santos, Vereador de Areal, para que haja recursos para a Unidade Mista de Saúde de Areiópolis; do Vice-Prefeito de Macatuba, Odair Alvares Funes, e do Prefeito Tarcísio Mateus Abel, solicitação para que seja feita a reforma da cobertura do terminal rodoviário, que também sofreu com a forte ventania e a tempestade na madrugada do dia 2 de outubro último. Ali foi abalada toda a estrutura da rodoviária, que tem 27 anos.

Cinco pilares que sustentam a cobertura ficaram comprometidos, e isso vai significar a necessidade de R\$1 milhão, o que também foi colocado perante minha pessoa, para que essas solicitações sejam encaminhadas para a Bancada de Senadores e Deputados Federais.

Da mesma maneira, o Prefeito municipal de Coronel Macedo, Edivaldo Neres de Meira, também solicitou recursos para que a prefeitura possa melhorar, diante dos riscos de desabamento do próprio prédio da prefeitura municipal, que sofreu rachaduras e infiltrações muito sérias em virtude também de mau tempo.

Ademais, também recebi do Diretor-Geral Luiz Henrique Corulle, da Associação Movimento Rádio Comunitária Paixão FM, de Pardinho, uma solicitação de apoio, assim como também, de Coronel Macedo, os Vereadores Luiz Donizete Garcia, Marco Antonio Barbosa de Lima e Miderson Eduardo Leme Batista fizeram solicitação de recursos para aquisição de ônibus escolar.

Eu gostaria também de registrar, Sr. Presidente, que, na Câmara Municipal de Pardinho, a convite do Presidente Felipe Florindo, pude ali explicar o quão interessante será que mais e mais Municípios tomem os passos necessários para instituímos uma renda básica de cidadania, com todas as vantagens do que isso poderá representar para cada um desses Municípios. Da mesma maneira que as primeiras experiências de renda mínima associadas à educação, ou ao que é hoje o Bolsa Família existente em todos os Municípios brasileiros, poderemos também iniciar as experiências de renda básica de cidadania através de iniciativas municipais.

Por outro lado, eu gostaria de assinalar que hoje, Sr. Presidente, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em ato presidido pelo Prefeito Fernando Haddad, tendo em conta que hoje é também o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Escravo, ele ali promoveu uma ação em prol do trabalho decente. O Prefeito Fernando Haddad ali estava na companhia de quase todo o seu secretariado, inclusive daqueles que são responsáveis por esta área: o Secretário de Direitos Humanos, Rogério Sottili, e o Secretário Eliseu Gabriel, de Desenvolvimento.

Nessa oportunidade, o Prefeito Haddad assinou decreto que dispõe sobre a instituição, composição e funcionamento do Comitê de Trabalho Decente. Trata-se do primeiro Município brasileiro que institui um comitê municipal do trabalho decente destinado a articular a execução da agenda municipal do trabalho decente na cidade de São Paulo, que vai definir as áreas prioritárias para implementação dos programas e projetos, bem como proceder ao levantamento do déficit de trabalho decente nelas existentes; vai sistematizar e avaliar as

ações do Município voltadas à promoção do trabalho decente; produzir relatórios sobre as intervenções necessárias para a redução dos mencionados déficits; identificar as responsabilidades para cada ação, prazos, recursos orçamentários, metas de execução e mecanismos de acompanhamento; articular parcerias com instituições para viabilizar e potencializar as ações da Agenda do Trabalho Decente. Foi assinado também um convênio com a Organização Internacional do Trabalho, cujo diretor estava justamente em São Paulo e participou dessa cerimônia.

Então, quero cumprimentar o Prefeito Fernando Haddad, o Secretário Sottili e o Secretário Eliseu Gabriel por essas iniciativas, das quais irão participar as Secretarias Municipais do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; de Assistência e Desenvolvimento Social, com a Secretária Luciana Temer; de Direitos Humanos e Cidadania, do Secretário Rogério Sottili; de Educação; da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida; de Políticas para Mulheres; de Promoção de Igualdade Racial; de Relações Internacionais e Federativas; e de Saúde.

Pois bem, além dessa iniciativa, estando presente também o Secretário Municipal de Relações Internacionais e Federativas, Leonardo Osvaldo Barchini Rosa, o Prefeito assinou o decreto que regulamenta a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

É muito importante esse trabalho porque na cidade de São Paulo, ainda que tenhamos lá um desenvolvimento industrial extraordinário, constatou-se a ocorrência de condições de trabalho que fazem lembrar a escravidão, inclusive com a migração de inúmeros bolivianos, paraguaios, peruanos, equatorianos e outras pessoas, que, vindas para São Paulo, por vezes, são contratadas informalmente, sem que sejam levadas em consideração as exigências legais e direitos trabalhistas. Realizam pagamentos, mas, como essas pessoas não têm os devidos documentos, acabam guardando os recursos que recebem nas suas próprias residências, muitas vezes modestas, em algumas das áreas mais carentes de São Paulo.

Algumas dessas famílias têm sido objeto de assalto. Poucos meses atrás, numa residência muito modesta, em que estavam quatro, cinco ou seis famílias de bolivianos, eis que quatro assaltantes ali adentraram e mostraram armas para aquelas famílias. Um desses casais estava com um menino que iria completar seis anos de idade na semana seguinte. Como o menino estava chorando perante o assaltante, que exigia do casal que trouxesse mais recursos monetários, o assaltante desferiu um tiro na cabeça do menino Bryan,

que, infelizmente, faleceu. Eu até estive presente, juntamente com o cônsul da Bolívia, no dia do velório e enterro desse menino.

Isso causou, inclusive, uma reação por parte do Prefeito Fernando Haddad, que se preocupou com esse assunto. Na última sexta-feira, o Prefeito Fernando Haddad, em convênio com a Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil, com bancos públicos, resolveu adotar medidas para facilitar a bancarização, ou seja, a possibilidade de estes migrantes terem suas contas bancárias devidamente documentadas, com maior facilidade. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos adotou medidas e o próprio Prefeito Fernando Haddad instituiu a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo, assim como também a instituição, composição e funcionamento do Comitê Municipal pelo Trabalho Decente. Realizou também mais esse acordo com a Organização Internacional do Trabalho, todas medidas para, efetivamente, melhorar as condições.

Portanto, nesse Dia Mundial do Trabalho Decente, a prefeitura criou a Comissão Municipal do Trabalho Escravo no País e, na Biblioteca Mário de Andrade, foi firmada a parceria com a Organização Internacional do Trabalho e instituído o Comitê Mundial pelo Trabalho Decente.

O Prefeito Fernando Haddad disse: “Este não é mais um fenômeno de massa, ele exige inteligência e uma política de busca ativa dos empresários que utilizam o trabalho desta maneira e também a punição exemplar.” Fernando Haddad mencionou que “gostaria de convocar a sociedade a participar dessas atividades. A Prefeitura recebe denúncias pelas Secretarias de Direitos Humanos e do Trabalho e isso nos estimula a enfrentar o problema de uma vez por todas”.

Segundo Guy Ryder, Diretor-Geral do Escritório Internacional do Trabalho na OIT, é necessário combater o trabalho informal, a desigualdade de oportunidades para mulheres, jovens e negros, além do trabalho forçado infantil. O acordo de cooperação técnica entre a Prefeitura e a OIT promoverá uma agenda de políticas públicas e o diálogo social em torno do tema, em sintonia com experiências internacionais da entidade.

Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, para concluir, vou aqui lembrar que o Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen diz que, quando era menino – seu pai era professor – morava numa boa casa em Dacar, que hoje é capital de Bangladesh, mas na época era Índia. Certo dia, brincando no jardim de sua casa, se deparou com um trabalhador, Kader Mia, que adentrou o portão pedindo por socorro. Ele havia sido esfaqueado por pessoas de outra etnia naquela região de muitos conflitos raciais. Então, Amartya Sen chamou por seu pai e com ele o levou para o hospi-

tal. Acontece que, no caminho, Kader Mia mencionou: “Bem que minha mulher tinha me avisado para não vir a este lugar tão perigoso, mas não tive alternativa senão buscar aqui uma oportunidade de trabalho que pudesse dar o suficiente para a sobrevivência de minha família.” Mas, ao chegar ao hospital, teve uma forte hemorragia e veio a falecer.

Então aquele trabalhador, Kader Mia, segundo o Professor Amartya Sen, estava sem efetiva liberdade real e não teve senão a alternativa de se submeter a uma condição como aquela para conseguir a sua sobrevivência. Esse é o caso de pessoas que, às vezes, se submetem a uma condição de trabalho escravo.

Quero aqui ressaltar: o dia em que houver uma renda básica de cidadania para toda e qualquer pessoa, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, não haverá mais condições de alguém se submeter ao trabalho escravo porque terá efetiva condição de sobrevivência para si próprio e para todos na sua família.

Concluo com uma boa nova, Senador Pedro Simon. Na sexta-feira última, em Berna, na Suíça, 116 mil pessoas entregaram ao parlamento suíço uma proposta para que seja realizado um referendo sobre se os suíços querem ou não a instituição de uma renda básica de cidadania de 2.500 francos suíços. Na Suíça, diz a lei, a sua Constituição, se mais de 100 mil pessoas pedem um referendo durante o período de quatro anos, o governo é obrigado a realizar o referendo. Então, na Suíça, vai ser realizado um referendo porque 116 mil pessoas entregaram um manifesto. Mas é possível que possa o Brasil, que já aprovou lei nesse sentido, avançar mais rapidamente.

O SR. Pedro Simon (Bloco Maioria/PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Se o PMDB chegar ao Governo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se o PMDB chegar ao Governo junto à Presidenta Dilma Rousseff... Já está no Governo. Então vou sugerir a V. Ex^a que assine a carta que foi encaminhada por centenas de pessoas, sugerindo à Presidenta Dilma Rousseff que constitua um grupo de trabalho, coordenado pelo Professor Paul Singer, para estudar as etapas da instituição da renda básica de cidadania.

O SR. Pedro Simon (Bloco Maioria/PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – ...carta com milhares de assinaturas. Ela só aceita uma carta do Lula. Para ela aceitar, tem que ser uma carta do Lula

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Nós vamos mandar a cópia da sua carta para o Presidente Lula também.

Muito obrigado, um grande abraço.

Obrigado, Senador Presidente, Mozarildo Cavalcanti.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Randolfe Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, do vizinho Estado de Roraima, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz a esta tribuna é, mais uma vez, minha preocupação com o estado da infraestrutura brasileira e com a maneira como estamos lidando com nossas deficiências nessa área, cuja importância estratégica para nosso desenvolvimento é desnecessário enfatizar.

Há pouco, Sr. Presidente, como sabemos, o Governo realizou um leilão para concessão de rodovias, cujo resultado foi decepcionante, por conta, sobretudo, do desinteresse dos investidores pela concessão da BR-262. Isso sugere que o processo de concessão, parte do Programa de Investimentos em Logística, lançado pelo Governo no ano passado, pode ter problemas e precisa ser reavaliado, e deve estar sendo reavaliado. Talvez, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, todo o programa tenha de ser repensado – o fato de não ter ainda praticamente saído do papel reforça essa impressão. Passou-se um ano do lançamento do programa para que houvesse um leilão – o primeiro, previsto para janeiro, já havia sido suspenso.

Pela previsão inicial do programa, 7,5 mil quilômetros de rodovias deveriam estar concedidos. No leilão realizado este mês, apenas um trecho de pouco mais de 436 quilômetros da BR-050 teve interessados – o leilão a que me refiro, Sr. Presidente, ocorreu no mês passado.

E temos urgência, Sr. Presidente. Nosso grande potencial fica imensamente prejudicado por esse estrangulamento provocado pelo gargalo da infraestrutura. Entre os países emergentes, a situação do Brasil no que se refere à infraestrutura é a pior. Especialistas dizem que, se triplicarmos os investimentos em infraestrutura agora, ainda vamos demoramos 15 ou 20 anos para alcançar a Rússia, a China e a Índia, por exemplo.

O Brasil tem 212 mil quilômetros de rodovias, contra 1,5 milhão da Índia, país menos extenso do que o nosso. De ferrovias, a Índia, com seus três milhões de quilômetros quadrados de extensão, tem 63 mil qui-

lômetros; e o Brasil, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados de território – praticamente três vezes maior de território –, tem apenas 29 mil. Sessenta e três mil quilômetros de ferrovias na Índia e 29 mil quilômetros de ferrovias no Brasil, sendo a Índia um terço do Brasil. Ainda assim, mesmo ficando para trás, nossos investimentos estão bem aquém das necessidades – ou seja, estamos ficando cada vez mais para trás.

A China, por exemplo, nos próximos quatro ou cinco anos, investirá dez vezes mais do que o Brasil em infraestrutura – dez vezes mais. Olha que a China, não faz muito tempo, com todo respeito à força do povo chinês, era um país considerado atrasado, era um país atrasado. De 20, 30 anos para cá, a China vem dando saltos e mais saltos em todas as áreas.

Com relação às nossas rodovias, que são o principal meio de escoamento de nossa produção, tenho sempre defendido a necessidade de as aprimorarmos. Tenho defendido com insistência a duplicação de nossas BRs, e assim continuarei fazendo, Sr. Presidente. A duplicação das rodovias não é apenas uma questão logística e de eficiência econômica, é também uma questão de segurança. O número de mortes nas estradas brasileiras é assustador. Na BR-364, em meu Estado, notícias sobre mortes já se tornaram rotineiras. No dia 19 de setembro, quatro pessoas morreram em um grave acidente. Em agosto, a Polícia Rodoviária Federal divulgou estatísticas que mostram que o número de mortos por acidentes na rodovia, no trecho entre Acre e Rondônia até a divisa de Mato Grosso, duplicou, desde o ano passado – a maioria delas provocada por ultrapassagens indevidas em uma pista simples. Se essas rodovias fossem duplicadas ou bem conservadas, certamente não teríamos a quantidade de acidentes e a quantidade de mortes que estão ocorrendo.

No entanto, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, agimos como se não estivéssemos premidos pela necessidade. Investimos aquém do necessário e esses investimentos, mesmo insuficientes, ainda encontram obstáculos e entraves múltiplos, como a burocracia. É como se fossem indesejáveis, é como se quiséssemos criar dificuldades para desestimulá-los ainda mais. No ano passado, uma pesquisa feita com empresas que, juntas, representam 30% do PIB nacional, mostrou que, para quase 90% dos entrevistados, a burocracia é o maior entrave ao progresso de projetos ligados à infraestrutura do nosso País. Investimentos em infraestrutura são pesados, dependem de prazos longos e movimentam grandes quantidades de recursos – recursos de todos os tipos, desde financeiros até humanos e ambientais. Entravá-los ainda mais com burocracia é mais do que irracional.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, tenho sempre insistido na necessidade imperiosa de fazermos frente a essa precariedade imediatamente. Quanto mais demormos, mais grave a situação fica, sobretudo porque investir em infraestrutura demanda um tempo longo, muito planejamento e grande capacidade de gestão. O Brasil, como já tive oportunidade de dizer em outras ocasiões, está travando – se é que já não travou mesmo. Quanto mais tempo durar esse travamento, mais difícil será fazer o País ganhar a velocidade de crescimento que desejamos e de que necessitamos.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, na semana passada, a Bancada Federal, liderada por mim, pela Deputada Federal Marinha Raupp, pelo Senador Acir Gurgacz, pelo Senador Ivo Cassol e por outros Parlamentares, estivemos em Rondônia levando para lá um grande seminário. Estivemos em Guajará-Mirim, em Nova Mamoré, onde foi dada a ordem de serviço para dois trechos da BR-425, que está precária, está acabada, já há muito tempo. Graças a Deus, foi dada a ordem de serviço na semana passada, no dia 3 – o seminário foi no dia 4, em Porto Velho, e, no dia 3, em Nova Mamoré, foi dada a ordem de serviço dos dois lotes da BR-425, já com início imediato. Espero que, dentro de um ano ou um ano e meio, esteja concluído esse trabalho.

Foi discutida também a ponte binacional Brasil-Bolívia, Guajará-Guayaramerín, uma ponte de mais de 1,2 mil metros e que vai custar mais de 250 milhões, um compromisso do Presidente Lula e, depois, reafirmado pela Presidente Dilma.

No dia seguinte estivemos em Porto Velho, no dia 4, num grande seminário com o Diretor Executivo do DNIT, Dr. Tarcísio, representando o Ministro César Borges, com o Dr. Fraxe, Diretor-Geral do DNIT, e esteve presente também o Presidente da Valec, quando discutimos a ferrovia Mato Grosso/Rondônia, Porto Velho/Vilhena, que deverá ser lançada dentro de um ano ou um ano e meio – o projeto de engenharia e os estudos de viabilidade estão sendo executados.

Discutimos também as pontes de Abunã, a última ponte da BR-364 sentido Acre, sentido Pacífico, Peru. Essa ponte já foi licitada algumas vezes, teve a licitação cancelada e, agora, está saindo do papel.

O término da ponte sobre o Rio Madeira, em Porto Velho sentido Manaus, e também a restauração da BR-319, no trecho do meio. Há um trecho de 200Km, de Porto Velho sentido Manaus, e um trecho de 200km, de Manaus no sentido Porto Velho. Falta o trecho do meio de 400km, já que a BR soma 800km, porque a burocracia e a licença ambiental não acontecem. O DNIT, o Ministério dos Transportes, disse que já gastou R\$80 milhões só para realizar esse projeto. Com tanta

exigência na área ambiental, esse projeto custou muito caro e ainda não foi licenciado para a sua construção.

Discutimos a restauração da BR-364, no trecho Porto Velho a Vilhena. São quatro lotes, e três já estão em construção, faltando apenas o trecho de Ouro Preto a Ariquemes.

Discutimos a ferrovia, e repito: essa ferrovia vai ser muito importante para diminuir o fluxo de caminhões, de carga, de movimento na BR-364, que já não suporta mais. Por isso, a ferrovia é fundamental, assim como, futuramente, a duplicação dessa rodovia.

Discutimos a BR-174, de Vilhena a Juína, ligando aquela região, o noroeste de Mato Grosso, até a BR-364, na cidade de Vilhena, para escoar a produção. Discutimos o término da BR-425. Faltam menos de 10% para concluir o asfaltamento de Presidente Médici a Costa Marques, e também as pontes, as 15 pontes, que foram licitadas recentemente e já estão também em obras.

Enfim, foi uma discussão muito ampla, sobre as áreas de ferrovias, rodovias, hidrovias, portos e aeroportos. Autoridades de todos esses segmentos estiveram nesse seminário, no dia 4, em Rondônia.

Quero, por fim, agradecer todos aqueles que lá estiveram presentes, em especial a Federação do Comércio, na pessoa do Dr. Raniery, e Rubens Coutinho, que trabalharam em Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Porto Velho e no Estado inteiro, arregimentando os empresários e comerciantes para esse evento. Também agradeço o Presidente da Federação de Indústrias, Dr. Denis Baú.

Ademais, Sr. Presidente, agradeço o apoio que tivemos da Bancada Federal, dos prefeitos, dos vereadores, de toda a classe política e de toda a classe empresarial de Rondônia, que fizeram desse seminário um grande encontro, um grande evento para discutir a logística de transporte e infraestrutura do Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Passo a ler requerimento que foi enviado à Mesa:

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado, inserção em ata de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito e ex-Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Miguel Colasuonno, aos 74 anos de idade, na último sexta-feira, no Instituto do Coração em São Paulo, bem como a apresentação de condolências à sua mulher Marlene e aos cinco filhos, José Eduardo, Maria Cristina, Maria Cláudia e Maria Fernanda.

Assinados pelos Senadores Valdir Raupp e Eduardo Suplicy.

É o seguinte o requerimento, na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 1.178, DE 2013

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-prefeito e ex-presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Miguel Colassuonno, aos 74 anos, na última sexta-feira, no Instituto do Coração, em São Paulo, bem como apresentação de condolências a sua mulher Marlene, e aos cinco filhos José, Eduardo, Maria Cristina, Maria Cláudia e Maria Fernanda.

Justificação

Formado em economia na USP – Universidade de São Paulo, Colassuonno foi prefeito da capital paulista aos 34 anos, entre 1973 e 1975. Antes disso, foi secretário de planejamento do governador Laudo Naltel, entre 1971 e 1973.

Na sequência, foi assessor do ministério de Planejamento, na gestão do Presidente da República, Ernesto Geisel. Ocupou a Presidência da Embratur, entre 1979 e 1986.

Também foi eleito vereador em 1992, quando ocupou o cargo de presidente da Câmara de Vereadores. Foi reeleito em 1997.

Colassuonno foi, também, professor e coordenador dos cursos de Pós-Graduação da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP. Além disso, foi um dos fundadores da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), da qual foi diretor. Nesta ocasião promoveu importante conferência com o professor James Tobin, Prêmio Nobel de economia, professor da Universidade de Yale. Na ocasião tive a honra de ter sido convidado pelo prof. Colassuonno para ser um dos debatedores. Muito aprendi com o professor Tobin, a quem visitei mais tarde na Universidade de Yale.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2013.
– Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy** – Senador **Valdir Raupp**.

Dados para Correspondência

Marlene Cintra Calasuonno
Av. Antonio Baturra, 133
Bairro Alto de Pinheiros
05462-050
São Paulo, SP

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Mesa adotará as providências pedidas.

A Presidência encaminhará o voto solicitado.
O requerimento vai ao Arquivo.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico) – Srs. Senadores e Senadoras, senhores telespectadores. Impulsionada pelo fim da ditadura militar e elaborada durante quase dois anos, por 559 parlamentares, sendo 487 deputados e 72 senadores, a Constituição Federal, promulgada em 1988, devolveu ao país a tão sonhada democracia. Por seu caráter democrático e inclusivo, a Carta Magna brasileira foi batizada pelo saudoso deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB/SP), de “Constituição Cidadã”. Pela conjuntura daquele momento e pelo que assegurou ao povo brasileiro, a atual Carta Magna merece o título. É a responsável pela instituição de um verdadeiro estado democrático de direito no País.

Fruto da luta, empenho e compromisso de muitos cidadãos e cidadãs, a Constituição Federal é a primeira entre as sete – de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988 – existentes na história do País, que garantiu direitos sociais, essenciais à dignidade da pessoa humana. Estes direitos são educação, saúde, habitação, lazer, segurança, transportes, previdência social, trabalho e assistência social, com proteção à maternidade, à infância e aos desamparados.

Proporcionou ainda instrumentos jurídicos de proteção imediata aos direitos individuais básicos, ao reforçar as figuras do habeas corpus e do mandado de segurança, assim como ao definir o habeas data e o mandado de injunção.

A passagem histórica e simbólica dos 25 anos da Constituição Federal será marcada neste Congresso Nacional, com uma Sessão Especial, a se realizar no próximo dia 29; oportunidade em que, poderemos destacar os avanços que aquele momento político garantiu à Nação na Lei Maior do nosso país.

Desta forma, podemos hoje destacar direitos e liberdades fundamentais, assegurados ao povo brasileiro, tais como o direito de participação política, o fim da censura, o racismo como crime inafiançável com reclusão, e o voto direto para todos os brasileiros. Incluem-se nesta conquista, os analfabetos e os jovens com idade entre 16 e 18 anos, estes, de forma facultativa.

A Constituição Federal garantiu uma série de direitos aos trabalhadores brasileiros. Tornou constitucionais o salário mínimo, 13º salário, o seguro-desemprego e o FGTS. Inovou com as conquistas de redução da jornada de trabalho de 48 horas semanais para 44 horas, definiu com clareza o direito de greve, de liberdade de organização sindical, abono de férias de um terço do salário e o 13º salário para os aposentados. No caso específico das mulheres trabalhadoras,

a nossa Constituição assegura a licença-maternidade de 120 dias e licença paternidade de 5 dias, a implantação do divórcio, a inserção dos direitos da criança e adolescente, entre outras.

Na área de educação, a Constituição Federal determinou a garantia pelo poder público do ensino fundamental obrigatório e gratuito, assim como a gratuidade do ensino médio e o atendimento a crianças em creches e pré-escola, além de patamar de investimento na área.

Nossa Constituição também redefiniu as prioridades na área saúde, avançando na universalização do acesso a este direito básico, por meio do Sistema Único da Saúde (SUS). Graças à Constituição, os recursos a serem aplicados na saúde são temas em debate neste Casa de Leis, a exemplo da proposta de iniciativa popular, que determina que 10% da receita bruta da União seja obrigatoriamente direcionada para a saúde.

Aliás, em se tratando de participação, a Constituição Federal assegurou pelo menos duas formas de participação da sociedade, na gestão pública. Uma delas, por meio dos conselhos que garantem a discussão pelo governo e a sociedade, sobre as prioridades que dever ter os setores essenciais de educação, saúde e assistência social.

A outra, por intermédio da Proposta de Iniciativa Popular, que permite a apresentação de projetos de lei, bastando para isso que deve receber a assinatura de pelo menos 1% dos eleitores do país, o que equivale a 1,4 milhão de pessoas. Avançando ainda mais, o Senado reduziu este percentual pela metade.

A Carta Magna brasileira estabeleceu, também, o direito pleno à cultura, com a democratização do acesso, e a proteção das manifestações culturais nacionais como a popular, afro-brasileira e indígena. No da cultura indígena, cabe destacar que nossa Constituição Federal também avançou ao reconhecer os índios como cultura, e ao estabelecer que é competência do governo, definir as terras reservadas a eles, além de garantir a sua proteção e de suas riquezas.

Um capítulo de nossa Lei Maior é dedicado à proteção de um ambiente ecologicamente saudável e reconhece como patrimônio natural os biomas Amazônia, Mata Atlântica e Pantanal. Há, inclusive, nesta Casa, duas propostas com o fim de incluir o Cerrado e a Caatinga na lista dos biomas protegidos.

Conquista de grande relevância, as cláusulas pétreas, dispositivos fundamentais à segurança das grandes conquistas sociais também merecem destaque. Previstas no artigo 60, parágrafo 4º da nossa Carta, estas cláusulas, que não estão submetidas a alterações, dispõem sobre a forma federativa do Esta-

do, voto direito, secreto, universal e periódico, separação dos Poderes e dos direitos e garantias individuais.

Enfim, 25 anos depois de promulgada e alterada por 74 emendas, nossa Lei Maior reúne enormes avanços e alguns retrocessos. Todos estes resultantes do processo de atualizações e adaptações às necessidades políticas, econômicas, sociais e culturais. Não por outra razão, atualmente, tramitam no Congresso Nacional 1.700 Propostas de Emendas à Constituição (PEC). Apenas aqui no Senado, 75 PECs estão prontas para ir a plenário.

Como documento fundamental de nossa sociedade, a Constituição deve evoluir com ela. Uma evolução necessária, e que por isso mesmo gostaria de citar, é a necessidade de uma reforma política capaz de aproximar o eleitor dos eleitos e de coibir abusos e distorções que ainda existem no processo eleitoral.

De toda forma, neste momento histórico, considero relevante acentuar que nossa Constituição Federal se notabilizou por promover mudanças importantes que a modernizaram em diversos aspectos, e que garantiram a estabilidade política, consolidando, assim, a democracia brasileira.

É o registro que faço. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que será realizada sessão deliberativa ordinário amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 624, DE 2013

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 624, de 2013, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de um bilhão, seiscentos e quarenta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.*

Parecer sob nº 53, de 2013, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator *ad hoc*: Senador Wilder Moraes (DEM/GO); e Relator Revisor: Deputado Aelton Freitas (PR/MG), favorável à Medida Provisória; e pela inadmissão das Emendas nºs 1 a 6, oferecidas perante aquela Comissão.

(Lido no Senado Federal no dia 24.09.2013)

(Sobrestando a pauta a partir de: 29.09.2013)

Prazo final prorrogado: 12.12.2013

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2011
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.095, de 2013 – art. 336, II)

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2011, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências*.

A matéria tem parecer favorável da CCJ, e depende de parecer da CAE, CDR e CRA.

3

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 98, DE 2002 – COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.133, de 2013 – Art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar (nº 416/2008-Complementar, naquela Casa), do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal*. Parecer sob nº 1.057, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável ao Substitutivo da Câmara, com as adequações redacionais.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2013
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.154, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2013 (nº 3.078/2011, na Casa de origem) de iniciativa da Presidência da República, que *altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008*.

Pareceres sob nos 1.084 e 1.085, de 2013 das Comissões:

de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aníbal Diniz, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta;

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sérgio Petecão, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE/CRE.

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 59, DE 2013
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.160, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 59 de 2013, do Senador Ricardo Ferraço que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar o envio à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional das mensagens propondo perdão e reescalonamento de dívidas de que o Brasil seja credor*. Depende de pareceres da CCJ e da Comissão Diretora.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 85, DE 2013
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.161, de 2013)

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2013, do Senador Eduardo Lopes, que *susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Petição nº. 9.495/AM, que redefine o número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais*. A matéria tem parecer da CCJ.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência*. Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua*

escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal (Paraná)*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

10**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2013**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

11**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 45, DE 2009
(Calendário Especial –
Requerimento nº 875, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Renato Casagrande, que *acrescenta o inciso XXIII ao art. 37 da Consti-*

tução Federal, dispondo sobre as atividades do sistema de controle interno.

Parecer nº 358, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 -CCJ, de redação, que apresenta.

12**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2012**

**(Tramitam em conjunto as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial –
requerimento nº 809, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*

Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 61, DE 2012**

**(Tramitam em conjunto as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial –
Requerimento nº 809, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.* Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

14**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 35, DE 2011**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário

o Senador Luiz Henrique, que *revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais*. Parecer sob nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Roberto Requião.

15**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299/2006, na Casa de origem, do Deputado Beto Albuquerque), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona*.

Parecer sob nº 457, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CI, de redação, que apresenta.

16**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2008 (nº 3.772/2008, naquela Casa), de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição*. Pareceres sob nºs 1.089 e 1.090, de 2013, das Comissões:

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, pela aprovação do Substitutivo da Câmara, com adequação redacional na Ementa;

de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Randolfe Rodrigues, pela aprovação do Substitutivo da Câmara, nos termos decisão adotada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2009 (nº 7.162/2002, na Casa de origem, da Deputada Vanessa Gra-

zziotin), que *dispõe sobre a denominação do novo Prédio da Administração da Faculdade de Direito, no Campus da Universidade Federal do Amazonas, na cidade de Manaus*.

Parecer favorável, sob nº 780, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Zambiasi.

18**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul*. Pareceres sob nºs 399 e 1.387, de 2009, das Comissões:

de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta; e

de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009), Relator *ad hoc*: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CDR.

19**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 3, DE 2013 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013 Complementar, da Senadora Ana Amélia, que *acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a exigência de recolhimento antecipado de imposto relativamente ao estoque de mercadorias recebidas antes do início do regime de retenção antecipada por substituição tributária*.

Parecer favorável, sob nº 752, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Armando Monteiro.

20**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2013 (nº 808/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção sobre a Conservação das Espé-*

cies Migratórias de Animais Silvestres – CMS, assinado em Bonn, em 23 de junho de 1979. Parecer favorável, sob nº 1.086, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jorge Viana.

21**REQUERIMENTO Nº 733, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 733, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2012, seja analisado pela Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (fixa os parâmetros da responsabilidade do tomador de serviços)

22**REQUERIMENTO Nº 835, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 835, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).*

23**REQUERIMENTO Nº 836, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2013, do Senador Wilder Moraes, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).*

24**REQUERIMENTO Nº 902, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 902, de 2013, do Senador José Agripino, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei*

do Senado nº 300, de 2005; com o de nº 565, de 2007 (já apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 276, 345 e 641, de 2007), por regularem matéria correlata (empréstimos consignados).

25**REQUERIMENTO Nº 908, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 908, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cancelamento de CNPJ no caso de utilização de mão-de-obra escrava).*

26**REQUERIMENTO Nº 909, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 909, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (cancelamento de CNPJ no caso de utilização de mão-de-obra escrava).*

27**REQUERIMENTO Nº 921, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 921, de 2013, do Senador Paulo Paim, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 710, de 2011; e 287, de 2013, por regularem matéria correlata (greve no serviço público).*

28**REQUERIMENTO Nº 925, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 925, de 2013, do Senador Valdir Raupp, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2009, de sua autoria.*

29**REQUERIMENTO Nº 934, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 934, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição,*

seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cobertura de planos de saúde).

30

REQUERIMENTO Nº 937, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 937, de 2013, do Senador Inácio Arruda, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 138 e 227, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (destinação dos recursos do Fundo Social).

31

REQUERIMENTO Nº 952, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 952, de 2013, do Senador Inácio Arruda, *solicitando que, sobre o Projeto de Resolução nº 11, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (compadecimento do Presidente do BNDES à CAE).*

32

REQUERIMENTO Nº 973, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 973, de 2013, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (regulação de operações de seguros).*

33

REQUERIMENTO Nº 1017, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.017, de 2013, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (regulamentação do exercício da acupuntura).*

34

REQUERIMENTO Nº 1018, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.018, de 2013, da Senadora Lúcia Vânia solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010; e 79, de 2011, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida,

também, a de Assuntos Econômicos (abono para benefício de prestação continuada).

35

REQUERIMENTO Nº 1019, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.019, de 2013, do Senador João Alberto Souza, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010; e 79, de 2011, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (abono para benefício de prestação continuada).*

36

REQUERIMENTO Nº 1020, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.020, de 2013, do Senador João Alberto Souza, *solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010; e 79, de 2011, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (abono para benefício de prestação continuada).*

37

REQUERIMENTO Nº 1043, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.043, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (proibição do uso de cigarros em parques infantis e áreas de prática esportiva).*

38

REQUERIMENTO Nº 1049, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.049, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (isenção do pagamento de direitos autorais em serviços de hospedagem).*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Está encerrada a sessão.
(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 57 minutos.*)

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013

**DIA 2 DE SETEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 11H30,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

Ata Circunstanciada da 7ª reunião ordinária de 2013 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 2 de setembro de 2013, segunda-feira, às 11h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro Dom Orani João Tempesta, destinada aos seguintes itens: ITEM 1: Discussão sobre a Audiência Pública realizada na 6ª reunião ordinária de 2013 com representantes da Ancine (Agência Nacional do Cinema), da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica); ITEM 2: Discussão sobre os procedimentos da coordenação das comissões temáticas do Conselho de Comunicação Social.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA, Presidente; ALEXANDRE KRUEL JOBIM, representante de empresas da imprensa escrita; WALTER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; GILBERTO CARLOS LEIFERT, representante das empresas de televisão; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; JORGE COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; RONALDO LEMOS, representante da sociedade civil; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; ROBERTO FRANCO, engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; e JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, representante da sociedade civil. Esteve presente, também, o Conselheiro Suplente: DANIEL PIMENTEL.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Bom dia a todos e a todas.

Temos número legal nos termos do art. 6º da Lei nº 8389, de 1991. Declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária, de 2013, do Conselho de Comunicação Social.

Conforme pauta anteriormente enviada, a presente reunião destina-se a:

1 – Divulgação da audiência pública realizada na 6ª Reunião Ordinária de 2013, reunião anterior, com representantes da Ancine (Agência Nacional de Cinema), Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Como foi muito comprida a reunião, não houve muito tempo de comentários. Portanto, foi solicitado que houvesse uma oportunidade de troca de ideias com relação a essa audiência pública.

2 – Discussão sobre os procedimentos da Coordenação das Comissões Temáticas do Conselho de Comunicação Social.

Encontra-se sobre a mesa para liberação a ata circunstanciada da 6ª Reunião Ordinária, de 2013, enviada a todos os Conselheiros, com antecedência, por e-mail. Não havendo objeção, proponho a dispensa da leitura e discussão.

Os Srs. Conselheiros que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Informo que, na última sexta-feira, às 18h30, recebemos a mensagem do Conselheiro Miguel Angelo Cançado, comunicando a impossibilidade de participar da reunião devido a compromisso profissional inadiável. Por conta do prazo, não houve possibilidade de fazermos a convocação da suplente Wrana Panizzi, que reside em Porto Alegre. Dessa forma, teremos um Conselheiro a menos nas deliberações de hoje.

Agora, acabo de receber por telefone pedido de ausência do Vice-Presidente, Fernando, que está com problemas de saúde em família. Ele também não poderá vir.

A Presidência esclarece aos Conselheiros que foram realizadas tratativas para a votação dos nomes dos indicados aos cargos vagos de suplência da categoria profissional dos radialistas da sociedade civil. O Vice-Presidente, com quem acabo de falar ao telefone, Conselheiro Fernando Cesar Mesquita, cumprindo o acordado na 6ª Reunião Ordinária, conversou com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, a respeito da composição do Conselho e da necessária votação para os suplentes. S. Exª o Presidente do Congresso Nacional esclareceu que, no momento, a pauta das votações do Congresso Nacional, encontra-se trancada em virtude a exigência constitucional

da apreciação de vetos presidenciais, mas que está fazendo todos os trabalhos para levar adiante isso. Infelizmente, o Vice-Presidente, Fernando Cesar Mesquita, não está presente para contar mais acerca das conversas com o Presidente do Congresso Nacional.

Passamos ao aviso da Presidência e ao relatório das providências tomadas em virtude da reunião anterior.

Informo que no dia 6 de agosto foi enviado ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, o Ofício CCS nº 103, encaminhando o Parecer nº 9, de 2013, deste Conselho, resultado da aprovação do relatório sobre Projeto de Lei do Senado nº 141/201, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. Da mesma forma e na mesma data, foi enviado o Ofício CCS nº 104, do autor do citado projeto, Senador Roberto Requião.

Em 9 de agosto, recebemos da Anatel o Ofício nº 377/2013, com as respostas aos questionamentos formulados na nossa 4ª Reunião Extraordinária, de 2013, ao assessor da presidência da Anatel, Sr. Vítor Elísio Goes de Oliveira Menezes. O ofício foi enviado por *e-mail*, na data do recebimento, a todos os Conselheiros e também se encontra distribuído sobre as bancadas.

Em 12 de agosto foram enviados os Ofícios/CCS nºs 105, 106 e 107, encaminhando as notas taquigráficas da audiência pública realizada na 6ª Reunião Ordinária de 2013, deste Conselho, aos presidentes da Ancine, da Anatel e do Cade. Nos citados ofícios, aproveitamos também para agradecer a presença do Presidente da Ancine, Sr. Manoel Rangel; do Conselheiro da Anatel, Sr. Marcelo Bechara; e do Procurador-Geral do Cade, Sr. Gilvandro Vasconcelos.

Conforme solicitado pelos Conselheiros Walter Vieira Ceneviva e Márcio Novaes, foram providenciadas cópias em vídeo da audiência pública com a Ancine, Anatel e Cade. Os DVDs encontram-se distribuídos sobre as bancadas e serão enviados também pelos Correios aos conselheiros titulares e suplentes, que não estão presentes a esta reunião. Por conta da extensão da reunião, o vídeo foi dividido em dois DVDs para cada conselheiro.

Informo que, no dia 28 de agosto, recebemos o Ofício nº 14/2013, do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que envia ata com deliberações da 45ª Reunião Ordinária daquele conselho. O ofício e a ata foram distribuídos a todos os conselheiros por *e-mail* na mesma data e também se encontram distribuídos sobre as bancadas.

Por fim, comunico que recebemos, na última sexta-feira, 30 de agosto, o encadernado com o novo Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, cuja redação final foi definida em nossa primeira reunião ordinária, em 2013, sendo depois definitivamente aprovada pelo Ato da Mesa do Senado nº 1, de 8 de maio de 2013. O encadernado encontra-se distribuído sobre

as bancadas e também será enviado pelos Correios para os conselheiros titulares e suplentes que não estão presentes a esta reunião.

Esses são os avisos que esta Presidência tinha a fazer.

Algun conselheiro gostaria de manifestar-se especificamente sobre esses assuntos, antes de passarmos para a Ordem do Dia? *(Pausa.)*

Pois não, Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, em função de compromisso e de viagem, na última reunião, tive de ausentar-me antes da apresentação do relatório que tratava de direito de resposta, tema que foi tratado e votado, inclusive. Portanto, não é sobre a votação que eu gostaria de me manifestar, mas para posicionar o Conselho sobre a posição da Federação Nacional dos Jornalistas a esse respeito.

No nosso entendimento, Presidente, aprovamos – e o relatório tratava disso – ele restringia o direito de resposta em relação ao projeto de lei que tramita no Congresso Nacional. Nós achamos que a restrição do direito de resposta a quem se sente ofendido, do ponto de vista do previsto na lei, tira a possibilidade, vamos dizer, da ofensa difusa, ou seja, de alguém que se sinta ofendido. Então, no nosso entendimento, isso delimita, limita demais o direito de resposta e, portanto, retira uma ferramenta importante da sociedade brasileira, de defender-se de erros que, porventura, empresas, jornalistas e trabalhadores da área de comunicação possamos cometer em relação à sociedade.

Era importante fazer esse registro, Sr. Presidente, em razão da importância que este tema assume em dimensão nacional e do encaminhamento que se está dando a esse tema, que me parece, vamos ter de voltar a tratar, na medida em que também projetos que tramitam nesta Casa trazem de volta punições para jornalistas desmedidas, ou seja, reintroduzindo a pena de prisão, reintroduzindo a pena com exacerbadas punições pecuniárias, enfim, num descompasso com a legislação internacional, com tratamentos e acordos e, inclusive, com um projeto de lei que está nesta Casa e que, do nosso ponto de vista, respondia melhor a esse importante direito que a sociedade tem, que é o direito de resposta, mas que garanta, no seu bojo, ou que não impeça, não iniba a atividade jornalística.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Algun outro Conselheiro tem manifestação sobre os assuntos desses avisos? *(Pausa.)*

Então, não havendo mais manifestações, passamos à Ordem do Dia. Vamos ao primeiro assunto.

ITEM 1: Discussão sobre a Audiência Pública realizada na 6ª Reunião Ordinária de 2013 com representantes da Ancine (Agência Nacional do Cinema), da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Por sugestão do Conselheiro Walter Vieira Ceneviva, dedicaremos o início da Ordem do Dia desta reunião para intercambiar ideias e formular eventuais proposições como resultado da audiência pública realizada em nossa reunião anterior com representantes da Ancine, da Anatel e do Cade.

Abro a palavra para os Conselheiros que quiserem comentar a citada audiência.

Conselheiro Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, na verdade, é uma questão de ordem. Se o Conselho concordar, sugiro a inversão de pauta. Não sei se os colegas concordam, mas creio que o segundo tema, além de ter sua importância e de precisarmos andar um pouco, acho que é mais objetivo, portanto poderíamos liquidá-lo da pauta e depois ir para o debate, ficando mais à vontade, sem ficar premidos pela questão de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Coloco em discussão para o Conselho se manifestar a favor ou contra a proposta do Conselheiro Alexandre. Podemos fazer a inversão de pauta?

Quem concorda fique como está. *(Pausa.)*

Então, concordamos em passar o segundo tema da Ordem do Dia como primeira manifestação e deixamos o item 1 para depois.

ITEM 2: Discussão sobre os procedimentos da coordenação das comissões temáticas do Conselho de Comunicação Social.

Na quinta reunião ordinária, de 2013, este Conselho definiu os coordenadores das comissões temáticas da seguinte forma:

- Comissão de Marco Legal e Regulatório do Setor das Comunicações. Coordenador: Conselheiro Miguel Angelo Cançado.

- Comissão de Tecnologia de Informação e Comunicação. Coordenador: Conselheiro Ronaldo Lemos.

- Comissão de Conteúdos em Meios de Comunicação. Coordenador: Conselheiro Nascimento Silva.

- Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social. Coordenador: Conselheiro Alexandre Jobim.

- Comissão de Publicidade e Propaganda. Coordenador: Conselheiro Gilberto Leifert.

Os coordenadores receberam, por *e-mail*, em 29 de julho último, a lista com os contatos e os membros de cada comissão, o ato do Conselho de Comunicação Social que dispõe sobre a forma de funcionamento dos colegiados, o estudo elaborado pela Secretaria do Conselho para formação das comissões e a triagem de proposições legislativas apresentadas pelo Conselheiro Alexandre Jobim na 3ª Reunião Ordinária de 2012.

Em nossa 6ª Reunião de 2013, o Conselheiro Nascimento Silva propôs que discutíssemos os procedimentos que os coordenadores das

comissões temáticas devem adotar para dar efetivo início aos trabalhos. Como eu mesmo comentei na reunião anterior, poderíamos, inclusive, já pensar em marcar as apresentações, agendar as apresentações, porque estamos a um ano de concluir nosso mandato. Serão cinco relatórios a serem apresentados, e temos ainda dez reuniões ordinárias pela frente.

Nesse sentido, abro a palavra para os Conselheiros discutirem o tema. *(Pausa.)*

Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Bom dia a todas e todos. Bom dia, Presidente e demais Conselheiros.

Acho que o que temos que fazer neste momento é garantir às coordenações e comissões de que forma iremos trabalhar. Ainda está vago na minha cabeça de que forma iremos trabalhar a partir de agora com relação às comissões. Então, quando fiz essa proposta para que a gente resgatasse aqui as comissões nesse sentido.

Então, eu gostaria de ouvir mais os Conselheiros e, principalmente, os coordenadores ou presidentes das comissões, para ver o que podemos tocar daqui para frente e, na próxima reunião, vir com uma coisa mais palpável para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não, Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Olhando as comissões, cuja composição não é motivo a ser tratado nesta reunião, parece-me que ficaram um pouco distorcidas as coordenações, em função da proporcionalidade que nós constituímos e que faz parte do cerne deste Conselho. Mas em que pese isso e por isso, parece-me que é só reafirmar a maneira como tratamos e acordamos aqui de trabalhar, que me parece nada mudou. Ou seja, as coordenações, na verdade, vão acolher as propostas de debate oriundas deste Conselho, os temas que as comissões irão tratar, os Conselheiros todos vão produzir reflexões, organizar os consensos e destacar os dissensos, ou seja, registrar os dissensos. Parece-me que essa é a maneira de fazer. Isso vai garantir que, mesmo que todos nós não estejamos nas comissões, o local do debate seja este plenário; é aqui que nós vamos fechar, enfim, bater o martelo naquelas coisas que forem possíveis e registrar as diferenças que porventura aparecerem.

Eu acho que as comissões serão produtivas se conseguirem ter esse grau de apresentação, mas principalmente se nós conseguirmos – aí, voltamos à nossa primeira reunião, Sr. Presidente – elencar um conjunto de temas que apontem para as demandas que este Congresso tem e que o povo, que a sociedade brasileira está a indicar nesses últimos tempos, e não de agora. E não estou falando exatamente dos últimos momentos dramáticos da política brasileira;

estou falando dos últimos anos, em que se apontam algumas importantes decisões.

Parece-me que a decisão fundamental sobre a qual este Congresso precisa se debruçar e em que este Conselho precisa ajudar – porque essa é a nossa função – diz respeito ao que nós chamamos, e podemos chamar de outra maneira, porque esses nomes acabam ficando um pouco satanizados – desculpe-me a expressão, Presidente –, de marco regulatório da comunicação brasileira, ou seja, a lei ou conjunto de regras que dizem respeito à comunicação brasileira.

Independentemente das nossas posições, se tem mais ou se tem menos no marco, não há dúvida nenhuma de que nós precisamos nos debruçar urgentemente sobre algumas coisas. Algumas coisas nós já fizemos, mas parece-me que há diferenças sobre se as coisas foram bem-feitas ou não. Eu me refiro, por exemplo, à legislação que diz respeito à televisão por assinatura e que foi uma dessas regulações desconexas de um debate de marco regulatório, que deu conta, enfim, de algumas demandas e necessidades, mas que me parece ainda não está lincada com esse grande debate, que passa desde a resposta que nós temos de dar ao modelo de serviço da comunicação no Brasil ao modelo de negócio da comunicação no Brasil, que também está em xeque na medida em que essas novas tecnologias determinam, pela sua natureza, novas relações.

Então, parece-me que as comissões, para além de dar conta dos projetos que tramitam nesta Casa, precisam fazê-lo. Já que o Congresso não o fez por várias razões não constituiu um *link* que organize esse sistema, acho que é obrigação deste Conselho fazê-lo. Ou seja, acho que é nossa obrigação, em que pese termos uma série de projetos tramitando aqui, nós constituirmos esse *link* de uma maneira muito clara, transparente, para que não continuemos a fazer legislação aos soluços, ou seja, ou às demandas do mercado, ou às demandas de um ou de outro agente econômico, ou de um ou de outro agente social, porque também são agentes sociais e por isso estão atuando nisso. Portanto, que evitemos o que constituímos até agora, que é um marco regulatório, do meu ponto de vista, insuficiente, principalmente no que diz respeito às novas tecnologias, um marco regulatório inadequado, porque ele foi constituído a partir de interesses e de vontades políticas lincadas, principalmente do ponto de vista do modelo de negócio da comunicação do Brasil, ou seja, o modelo de serviço da comunicação do Brasil sempre foi decorrente dessa situação – e eu não estou fazendo nenhum julgamento de valor da situação.

Parece-nos que é preciso, para dar resposta a um complexo cenário futuro – e nem é futuro, mas presente –, que não se inviabilize, por exemplo, a radiodifusão brasileira, que se possibilite que a radiodifusão brasileira sobreviva forte, democrática, plural, a um modelo de negócio que tende a ser excludente a ela ou incorporá-la de uma maneira subsumida, de uma maneira subsidiária, e eu acho que isso seria muito ruim. Mas também precisamos responder a tantas outras questões, Presidente, que me parece não estão presentes em alguns

debates inclusive de projetos de lei que se apresentam como possibilidades democratizadoras, como a questão do baixíssimo índice de leitura, no Brasil, de jomais. De uma maneira geral, somos oriundos de uma sociedade audiovisual. Enfim, o País precisa que constituamos um debate com a complexidade que ele tem, com o tempo que isso exige, ou seja, isso não pode ser feito com uma emergência que nos iniba, que faça com que nós tratemos de uma maneira superficial esse tema. Parece-me que há urgência em iniciarmos isso.

Sr. Presidente, para encerrar, para não me prolongar demais, acho que as comissões precisam ser pautadas por debates oriundos desta plenária deste local e voltar a este local para serem validadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito obrigado. Conselheiro Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, há três pontos que eu queria observar. O primeiro deles é a verdadeira função do Conselho de Comunicação Social, tanto pela Constituição Federal de 1988, que legitimou este Conselho, que foi a lei que o criou, e depois também pelo Regimento Interno, que estabelece, de forma inquestionável, que se trata de um órgão auxiliar do Congresso Nacional, um órgão plural, com pessoas capacitadas, onde temos aqui excelentes experiências e vamos ter pelas comissões – concordo com o Conselheiro Schröder – excelentes debates, independentemente das eventuais divergências; estamos aqui para debater.

Em função disso, gostaria de enfatizar, desculpe-me por bater sempre nesta mesma tecla, pisar sempre neste mesmo ponto, que não podemos ter a pretensão, neste Conselho, de sermos os legisladores, de subsumirmos o debate do Parlamento, da Casa do Povo, que é quem deve fazer isso. Acho que aqui já discutimos, tanto pelo aspecto legal, aspecto constitucional, quanto pelo aspecto regimental, que nós somos órgão auxiliar que devemos, não nessa ordem de preferência, analisar as demandas feitas pelo Congresso Nacional. Tivemos recentemente uma demanda específica que foi o projeto de lei que tramita no Senado Federal sobre a questão do direito de resposta, que depois vai à Câmara, e tantas outras quanto o Congresso assim entender. Tanto que, nas primeiras reuniões, eu coloquei este ponto, Sr. Presidente, porque acho que seria muito importante: que haja uma interação de V. Ex^a com os Presidentes das Comissões e com os Presidentes das Casas, no sentido de que sejam levantados os temas mais importantes que o Parlamento entende deva ser discutido pelo Conselho de Comunicação Social.

De outro lado – e aqui concordo com o Conselheiro Schröder, e já tivemos este debate nas primeiras reuniões desta composição –, concordo também que nós não precisamos ficar presos à demanda do Parlamento.

Nós debatemos temas em que essa pluralidade pode agregar ao Congresso Nacional. Só gostaria de deixar muito claro um posicionamento

pessoal e acredito que seja de muitos outros do Conselho – e acredito que assim deva ser em função do dispositivo legal e da legitimidade deste Conselho – de que nós não podemos subsumir o Parlamento, ou seja, estamos aqui como órgão auxiliar.

Dito isso, nós temos algumas questões procedimentais que acho que precisam ser bem esclarecidas – e foi muito bom o Conselheiro Nascimento ter elencado isso na reunião passada –, em função do seguinte: nós temos aqui nas composições, até pelo interesse – e louvo o interesse de todos os conselheiros de participar –, quase que a composição completa do Conselho, como um todo, em cada uma das comissões, com os seus suplentes.

Então, qual é a função disso, no meu modesto entender? É que haja efetivamente quase que uma divisão plenária. Mas não podemos deixar e concordo com o Conselheiro Schröder que o debate tem que ser focado nas reuniões do Plenário.

Então, temos que ter uma organização tal, Sr. Presidente, de maneira que não haja duas coisas. Primeiro, uma perda de tempo em termos de duplo trabalho, porque não adianta termos um debate exaustivo na Comissão, apontando e fazendo um relatório com os consensos e as divergências, para, depois, trazer o mesmo debate ao Conselho, considerando que são quase as mesmas pessoas.

E a segundo, também me preocupa quanto a essa coordenação, que eu acho que tem que ser feita pela Presidência deste Conselho, na sua pessoa, na pessoa do Vice-Presidente, Conselheiro Fernando César Mesquita, é, digamos, averiguar um eventual *overlap*, uma eventual duplicidade de assuntos e temas que podem, e provavelmente serão, tratados em duas ou mais comissões. Nós temos muitos temas que podem ser, e provavelmente serão, levantados como prioridade dentro das comissões.

Por exemplo, nada impede que a Comissão do Marco Legal Regulatório também analise uma questão idêntica que está na Comissão de Tecnologia ou na Comissão de Conteúdos ou na Comissão de Liberdade de Expressão, porque nós temos ali algumas complementações, uma tentativa de separação por tema mais específico. Mas, quanto ao gênero, como existem comissões um pouco mais genéricas, a depender do seu coordenador e do entendimento, pode haver uma duplicidade.

Eu acho que isso, na verdade, deve ser evitado, até porque o debate depois virá, independentemente da comissão, como um todo. Então, essa é uma preocupação.

Sobre a questão que o Conselheiro Schröder comentou do marco regulatório, eu concordo com o conselheiro de que é um tema que tem que ser discutido pelo Conselho de Comunicação Social e não tenho dúvidas de que, em primeiro lugar, nós temos um marco regulatório vigente. Há quem diga que a mídia não é regulada ou coisa parecida, mas ela é muito regulada. Temos alguns temas

que devem ser atualizados, e o serão pelo Congresso Nacional. E acredito que esses temas todos, independentemente de uma vontade de análise em bloco, serão todos analisados em cada uma dessas comissões, nas quais se poderá chegar à gênese e à síntese do pensamento deste Conselho, para que o Parlamento se manifeste de acordo com os projetos de lei A, B ou C. O que é que eu quero dizer com isso? Que, independentemente de uma análise de um projeto de lei específico, os Srs. Parlamentares poderão aproveitar a análise do Conselho de Comunicação Social sobre o conteúdo de determinado tema, como já há uma manifestação deste Conselho sobre o ponto.

Então, a pergunta é: como seria melhor fazer esse procedimento? Eu, por exemplo, como Coordenador da Comissão da Liberdade de Expressão, penso – queria debater com os colegas – que o ideal seria a coordenação, conjuntamente com os membros titulares de cada comissão, chegar a um consenso dos temas, elencar o número de temas. Por exemplo, seriam tomadas como base as triagens que foram feitas pela secretaria e distribuídas a todos os membros e/ou não necessariamente projetos de lei, mas determinados assuntos em que seria necessária essa discussão. Elencados esses temas, submeter numa forma de sistematização à Presidência do Conselho – isso com prazo para todos – , para que a Presidência da Mesa pudesse verificar se há uma eventual duplicidade e eleger a comissão que daria preferência a tratar esse tema de maneira que não houvesse essa duplicidade.

Feito isso, devemos elencar as prioridades. Poderíamos estabelecer um número x de prioridades a cada Comissão, para não ficar uma só Comissão, por exemplo, a Comissão X, analisando 312 projetos de lei, com 27 temas diferentes. Devemos estabelecer, talvez – não estou sendo conclusivo, mas estou dando uma sugestão, pensando alto – as dez prioridades de cada Comissão. Depois que se fizer essa verificação, para não haver essa duplicidade, o Conselheiro coordenador distribuiria, entre seus pares na Comissão, as relatorias desses estudos, para reuniões específicas das Comissões, reuniões rápidas, reuniões dinâmicas, em que, com certeza, seria feita distribuição prévia desse entendimento para o debate. Ai, a Presidência também elencaria esses temas. Eu não acredito, Sr. Presidente, com todo respeito, que devemos ficar premidos pelo tempo do mandato, que seria, acho, agosto do ano que vem.

Se tivermos a pretensão, com todo respeito, de que cada comissão de relatoria apresente um relatório integral de todos os temas debatidos, para serem conclusivos, acho que ele não vai ter a real dimensão que este Conselho pode dar. Acho que os temas têm que ser elencados por prioridade, sendo discutidos ponto a ponto mais uma vez. São comissões permanentes, comissões temáticas de onde vão sair vários itens que podemos aqui eleger e pautar de acordo com o entendimento da maioria ou, quiçá, com o consenso dos Srs. Conselheiros acerca de quais temas precisam ser debatidos, de quais precisam de auxílio no debate, por exemplo, audiências públicas sobre este ou aquele tema.

Se tivermos a pretensão de, por exemplo, em cada uma das sessões...Estou apenas fazendo um exercício aqui: temos cinco comissões temáticas. Então, levaríamos cinco meses para discussão do relatório total de cada uma dessas comissões. E cada uma deve ter pelo menos cinco temas muito importantes e muito relevantes, e, segundo o nosso Regimento, não teríamos condições de analisar isso. Acho que a minha proposta objetiva é que saiam dessas comissões prioridades, que devem ir para a mesa. Deve ser discutido, em uma sessão de pauta do Conselho, um elenco de prioridades desses temas para que sejam debatidos de forma ampla. E que possam ser feitas tantas audiências quantas forem necessárias. Mas não há dúvida de que, para esse trabalho ser exercido, há necessidade, no meu entender, de reuniões paralelas, de reuniões adicionais de cada comissão. Nesse caso, ficaria a Coordenação encarregada de fazer isso seja de forma virtual, seja de forma presencial.

Quando o tema é consensual, fica muito fácil ajustarem-se os acréscimos e, digamos, as contribuições de cada Conselheiro. Quando o tema tem dissidências, divergências, é necessário o debate para que ele fique muito claro. E esse é o trabalho do Conselho. O trabalho do Conselho de Comunicação Social não é levar ao Congresso Nacional que o Conselho decidiu por A ou por B ou por C, como aconteceu recentemente acerca do direito de resposta. Não. Devemos trazer a posição A, a posição B e quem as defendeu. A nossa função aqui é, dentro da pluralidade, trazer essa diversidade e levá-la ao Congresso Nacional para que ele decida pelo voto, por suas análises, por seus debates políticos.

Essa é a tentativa de objetivar, Sr. Presidente. Não sei se os Srs. Conselheiros têm alguma observação nesse sentido. Esse é, pelo menos, um caminho. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem. Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia Srs. Conselheiros, antes de me pronunciar especificamente sobre o tema, lembro que, enquanto eu ouvia os Conselheiros Jobim, Schröder e Nascimento, tive o cuidado de checar algumas datas que são, segundo entendo, importantes e interessantes que se tenha como pano de fundo das reflexões e do trabalho que vamos desenvolver.

Existe homem na face do Planeta há, pelo menos, 50 mil anos, podendo ser a 100 mil anos. No entanto, a comunicação só tem a importância que tem nos últimos 50 a 100 anos. Até o século XIX, até 1835, não existia possibilidade de transmissão de nenhuma informação elétrica. Voltando um pouco no tema, até 1439, quando Gutenberg criou a imprensa e foi capaz de reproduzir a Bíblia, não havia imprensa propriamente dita, ou seja, o equipamento que permitia multiplicar o conhecimento e a informação sob a forma de livros, até 1890, quando o Padre Landell de Moura, brasileiro cujos experimentos são mal conhecidos por

nós mesmos, foi capaz de transmitir a voz no Estado de São Paulo. Não havia possibilidade de transmissão de voz sem fio.

No século XX, nós vimos os aparelhos de comunicação se desenvolverem a partir das guerras. No começo do século passado, as grandes expedições de cobertura do Planeta e de descoberta do Planeta – os polos, a África e todos os pontos aonde a civilização não havia chegado – se fizeram sem comunicação; fizeram-se por pessoas que se comunicavam por meio de cartas e não por qualquer outra forma mecânica, automática ou muito menos eletrônica de comunicação.

Portanto, o tema que é objeto do nosso mandato como conselheiros não é um tema sofisticado e complexo só para nós, membros do Conselho de Comunicação Social desta legislatura. Ele é um tema complexo para o ser humano e assim é porque ele é novo para o ser humano no formato como se apresenta, ineditamente, porque nunca o ser humano se deparou com as oportunidades e dificuldades que enfrenta hoje diante da comunicação.

Só para ilustrar, eu me divirto ao pensar que um aparelho de rádio dos anos 50, durante a Segunda Grande Guerra Mundial podia pesar dez quilos, e hoje cada qual de nós, conselheiros, assim como todos os membros da Secretaria do Senado que nos amparam, e ainda jornalistas e pessoas que acompanham esta reunião, cada qual de nós porta, pelo menos, um rádio que não pesa 15 quilos. É, na verdade, um terminal de comunicação de voz, é um telefone celular, como nós conhecemos e que está disseminado e acessível. É acessível do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista do peso, do consumo de energia, do preço, e isso é muito importante para o Brasil: não podemos perder o ponto de vista do custo num país pobre como o Brasil; é preciso entender a comunicação do ponto de vista da dinâmica econômica.

Portanto, se a gente olhar o ineditismo e a sofisticação do cenário que se apresenta diante de nós, isso, de um lado, aumenta nossa responsabilidade e, de outro, se constitui num desafio fascinante para cada qual de nós, conselheiros.

A nossa missão, evidentemente, está estabelecida tanto na Constituição quanto na lei que estabeleceu o Conselho de Comunicação, que é de operar ao mando e sob o comando da Mesa Diretora do Congresso Nacional, de tal maneira que o trabalho das comissões – fechando então o raciocínio –, tendo a noção desse desafio a que me referi inicialmente, tem de ser feito para atender as demandas que nos apresentarem os Parlamentares, que nos apresentar o Parlamento, que nos apresentar o Congresso Nacional.

Nós temos produzido já inúmeros relatórios nas reuniões que tivemos até este momento, e tenho a satisfação de perceber a riqueza de contribuições que o Conselho deu e ainda riqueza de contribuições que ele pode vir a dar. E proponho a meus pares e aos senhores conselheiros que, para nos desincumbirmos dessa missão, o façamos não inventando mandatos, não

inventando pautas, mas respondendo às pautas e às demandas que nos formule o Congresso Nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Nascimento e Silva.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – A pergunta vai para o Conselheiro Jobim: Conselheiro, quem prioriza... Só para entender um pouquinho, porque, evidentemente, existem interesses da sociedade civil, não empresarial, existe interesse da sociedade civil empresarial e existe interesse dos políticos, inclusive na posição que tomaremos aqui, nas sugestões que iremos levar. Acho que o único problema que temos agora é saber o que e onde buscar...

Eu tenho uma sugestão que pode ser simples, que as cinco comissões recebam as informações, os projetos, enfim, e que nós mesmos, numa conversa entre os 13, ou até mesmo suplentes, que a gente pontue o que é importante a gente conversar. Mas eu tenho a dúvida de quem vai priorizar, de até quando a gente vai ficar nessa coisa de “tem que ser priorizado, o Congresso tem que mandar”, e quando vai mandar, se já mandou, se não mandou. É essa a dúvida que eu tenho.

Com relação à fala do Conselheiro Ceneviva, em Minas Gerais, Conselheiro, um padre e outros fizeram um movimento, mas os próprios empresários não abraçaram a questão dos padres lá, de dizer que ele é o responsável e tudo mais. Então, se o Conselheiro tem esse conhecimento e quer trazer à discussão para o Brasil todo, estamos aí.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Se o senhor me permitir, o Padre Landell de Moura não era mineiro. Eu tenho um pouco de sangue mineiro, tenho orgulho disso, mas na verdade era um bom gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem. Conselheiro Schröder.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, só para responder a dúvida... Não estou afirmando nada, Nascimento, estou supondo... Digamos que nós temos duas alternativas, no meu entender. Ou nós temos isso elencado pela mesa, digamos, a mesa opera junto ao Congresso Nacional para identificar eventuais prioridades – que eu acho difícil que o Congresso hoje tenha, em função dessas pautas e, digamos, da situação econômica toda, identificado quais são as prioridades dos temas – ou então a minha proposta, para que não seja mal interpretada, é que coordenador coordene, não que ele defina, ou seja, que ele coordene o debate interno, por *e-mail*, ou virtual, de quais são as prioridades.

Vou dar um exemplo: como eu faria hoje se eu tivesse que coordenar a partir da data de hoje? Eu pegaria a triagem dos projetos de lei que estão elencados dentro de um tema de liberdade de expressão e perguntaria aos demais Conselheiros integrantes da comissão quais os dez principais itens que

devem ser prioritários, e, em função as respostas de cada um – e tem que responder, senão vai ser ignorado – tentaria um consenso de quais são as prioridades. Em função disso, temos a prioridade da comissão, que não significa dizer que vai ser a prioridade do Conselho como um todo. Ou seja, essa é a minha intenção, foi o que eu quis dizer.

E foi muito bem lembrado pelo Conselheiro Schröder que, independentemente de eventuais disparidades de representação – patronal, dos trabalhadores, sociedade civil ou coisa que o valha –, a função do coordenador era meramente coordenar os trabalhos, e no momento oportuno fazer a distribuição dos relatores para os estudos.

Somente isso, Conselheiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – É, precisamos fazer um esforço para não repetir erros que cometemos há não muito tempo neste Conselho, quando posições se cristalizaram e o Conselho deixou de conseguir representar, dar conta da pluralidade para a qual ele foi montado.

Tentando encaminhar e ajudar do ponto de vista prático, é óbvio que somos um órgão auxiliar, portanto, não somos o Parlamento e não devemos ser o Parlamento. Isso me parece completamente, ou deveria estar completamente absorvido por todos nós. Agora, isso não significa que não possamos organizar o debate do que não está organizado no Congresso. Não está organizado no Congresso porque não é da natureza do Congresso fazer isso, por isso ele tem um órgão auxiliar que o faça, que o ajude a fazer.

O que estou propondo é que nós façamos a partir de uma lógica que ajude o Parlamento brasileiro a constituir o que estamos chamando – e podemos chamar do jeito que quisermos – de um marco regulatório, ou seja, um conjunto de leis articuladas que deem conta das necessidades que estão aí. É esse conjunto de leis, do meu ponto de vista, nem precisamos buscar fora do Parlamento, embora me pareça que poderíamos fazê-lo, e o fizemos em outro momento do Conselho, quando este Conselho pautou um debate que era absolutamente inédito no País, que era a digitalização. Foi este Conselho que possibilitou que o Brasil se debruçasse sobre esse tema, e empresários e trabalhadores e o movimento social brasileiro apropriaram-se sobre digitalização de uma maneira inédita, em relação inclusive a outros países. Se formos ver o debate que aconteceu na Argentina, foi um debate completamente subsidiário, acoplado ao debate brasileiro, porque ninguém sabe fazer esse debate lá, é muito menos do que nós conseguimos desenvolver aqui.

Então, acho que nós podemos enriquecer, sim, o debate. É nosso papel fazer isso, quando acharmos necessário.

Mas parece-me que temos pauta suficiente para trabalhar, do ponto de vista das demandas do Parlamento, na medida em que temos uma quantidade de projetos, acho eu, todos articulados. Então, Presidente, parece-me que o papel nosso é articular. Papel de quem? Papel deste Plenário, obviamente conduzido por uma presidência e por uma vice-presidência e, agora, organizado por essas comissões. Então, concordando em parte com o que o Conselheiro Alexandre propõe, acho que poderíamos dar um tempo para que as comissões fizessem as suas propostas. Ou seja, primeiro, elas vão conversar.

Quero lembrar isso, um pouco atendendo a uma lógica que me parecia muito clara de que nós não poderíamos estar em todas as comissões. A Federação Nacional dos Jornalistas não está em todas as comissões, porque nós somos dois, um titular e um suplente. Então, nós ficamos em algumas comissões e, em outras, não, porque não poderíamos estar em todas. Repito: os debates e as decisões terão de passar por este Plenário.

Então, acho que as comissões poderiam elencar, a partir das suas demandas, a linha de prioridades, identificá-las, com um prazo para isso, Presidente, e depois trazê-las para o Plenário. Nós aprovamos o conjunto de pautas que as comissões nos trazem aqui; as comissões remetem para a Presidência, porque eu acho que – insisto nisso – quem vai dar essa lógica, tarefa que não reputo simples nem definitiva, será a Presidência, a partir dessa lógica de nós constituirmos um projeto de marco.

Eu queria propor algo, para ajudar a Presidência. Há uma comissão que, parece-me, tem caráter de guarda-chuva. Falo da primeira comissão, que, coordenada pelo Conselheiro Cançado, pode servir como uma espécie de guarda-chuva. Então, eu proporia que o Conselheiro Cançado, junto com a Presidência e a Vice-Presidência, a partir das propostas vindas das comissões, organizasse esse debate e as selecionasse. De volta a este Plenário, nós aprovaríamos a proposta definitiva, digamos assim, de início de debate. Eu acho que perderíamos tempo, Sr. Presidente, mas será um tempo cauteloso e que poderá ser produtivo. Acho que nós poderíamos uma semana ou 15 dias – acho que 15 dias é mais cauteloso – para fazer essa primeira coleta a partir das comissões e mandar para o Presidente. O Presidente também veria, junto com o Vice, se aceita a minha proposta pelo coordenador da Comissão a que estou atribuindo uma dimensão de guarda-chuva, de pensar a partir da lógica de regulação e nos passar aqui sempre, para que aprovássemos aqui.

Assim, imagino que em um mês, talvez menos do que isso, na próxima reunião, nós estaríamos com possibilidade de trabalhar com mais precisão, com mais organização do ponto de vista das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Ronaldo Lemos.

O SR. RONALDO LEMOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Achei muito importante esse debate sobre como as comissões têm de proceder. Eu só queria fazer nota de que também gostei muito da exposição do Conselheiro Walter Ceneviva sobre esse panorama de mudança tecnológica que se passou no século passado. E é sobre isso que eu queria pontuar aqui.

A gente está vivendo um momento de acelerada mudança tecnológica que está transformando por completo o setor de comunicação social e de emergência de novas formas de comunicação, como a internet.

Sobre isso ontem foi divulgado que houve uma questão de revelação da espionagem que está sendo feita por parte do governo americano, inclusive afetando o *e-mail* da Presidente Dilma, mostrando como essas questões são absolutamente complexas. Nesse sentido, acho que o Conselho de Comunicação Social – e sou o coordenador da Comissão de Tecnologia de Informação e Comunicação não pode se furtar a discutir esses pontos que têm a ver com a questão da transformação tecnológica. A respeito disso, acho que ficou muito claro, pela audiência pública realizada aqui na reunião passada, que esse tema da regulação da Internet está na pauta, por exemplo, das agências reguladoras, está na pauta do Congresso Nacional, que discute agora o marco civil da internet, e acredito que dentro da Comissão de Tecnologia é importante que também seja assinalado.

Quando se pensa em regulação da internet globalmente, o modelo que vem à mente é o chamado de multissetorialismo, que parte da constatação de que o Estado isoladamente não consegue dar conta da complexidade que é tratar das mudanças tecnológicas; e é a isso que a gente está assistindo agora. Os Estados Unidos saíram à frente nessa questão da regulação da Internet e diversos outros pontos justamente porque envolveram, na regulação do setor, a academia, o terceiro setor, todo o seu campo de ciência e tecnologia. Então, é uma forma de regulação que passa não só pelo Estado, mas tem também uma abertura para a sociedade.

Nesse sentido, eu acredito que o modelo de discussão do nosso Conselho é um modelo que já pensava, de certo modo, esse do multissetorialismo, antes mesmo de essa discussão ter-se consolidado do ponto de vista da rede e da internet.

Então, eu acredito que trazer essa discussão, seja do marco civil da Internet, seja do âmbito da transformação tecnológica, que tem impacto em todas as Comissões que nós estabelecemos – tem impacto para a comissão do marco legal do setor das comunicações, tem impacto para a questão da liberdade de expressão, tem impacto para a área de propaganda inclusive –, é muito importante, pontuar isso, fazer aqui um chamado para essa questão que é fundamental, como está nos jornais hoje, porque envolve questões como privacidade, neutralidade da rede, convergência das mídias. Então, acredito que, dado esse caráter multissetorial do Conselho, ele não pode se furtar a discutir também esse cenário de mudança tecnológica.

Nesse sentido, concordo com os demais Conselheiros, este Conselho pode ajudar a instruir o Congresso Nacional neste debate que é extremamente complexo. Acredito que o Congresso Nacional pode se beneficiar, sim, com uma visão plural, como é essa esposada aqui no Conselho, e uma visão técnica, porque, para tratar dessas questões e entender a repercussão que têm para a democracia, para a sociedade, para o setor privado e assim por diante, é preciso entender a fundo as suas dimensões técnicas.

Eu só gostaria de fazer essa pontuação, dizendo que eu acho muito importante que as comissões comecem a trabalhar o mais rápido possível, e que nós não ignoremos esses fatos e esse contexto de mudança tecnológica muito acelerada que estamos vivendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, eu não concordo com a proposta do Conselheiro Schröder e explico o porquê – acho que ele vai compreender e talvez até venha a aderir à minha fala, assim espero. Se nós colocarmos uma das comissões, embora ela tenha nome mais genérico, para fazer a coordenação do debate, vamos abolir as demais, ou seja, nós criaremos a ideia de fazer isso de uma forma paralela como se fosse uma teoria de conjunto. Comissões divididas por temas – e a minha preocupação aí foi cuidar para que não haja duplicidade de temas, por isso há necessidade de uma coordenação pelo Conselho – elegeriam suas prioridades e nós, depois, todos do Conselho, definiríamos as prioridades para os debates plenários. Acho que se nós colocarmos que uma comissão vai elencar todo o debate, vai ter que debater tecnologia, vai ter que debater liberdade de expressão, vai ter que debater publicidade. Então, temos de tomar uma decisão: ou funcionará uma e não funcionarão as demais, e aí eu acho que essa uma não existiria, porque significaria dizer que essa uma é o conselho plenário, ou então nós dividiríamos os temas e as coordenações, junto com seus pares, elencariam as prioridades; aí concordo com a proposta do Schröder integralmente de se estabelecer um prazo para que esse elenco de temas seja levado ao Conselho e aí possamos definir uma pauta de prioridades para a análise de temas, independentemente da pauta de prioridades de cada conselho.

Aí vem a pergunta: o que vai fazer esta comissão de marco regulatório? Eu entendo que a função desta comissão é fazer uma análise pontual das necessidades sob o aspecto jurídico em relação ao que não está adequado aqui ou acolá. Essa comissão vai elencar, sim, as suas prioridades que podem ser idênticas às de outra comissão, e aí a Presidência, a Mesa deste Conselho vai deliberar qual comissão estudará o tema A e qual fará o estudo B.

Eu acho até, Sr. Presidente – ousar dizer –, que é preciso fazer um regime presidencialista, ou seja, V. Ex^a recebe as prioridades e nós contamos com a participação de todos os membros, quase todos os membros – o Schröder

colocou muito bem que a Fenaj tem uma participação menor; mas a imprensa escrita também participa com dois membros de todas as comissões. Se houver coincidência de reunião, cada um vai ter que fazer a sua opção.

Então, tentando fazer um encaminhamento, Sr. Presidente, eu fiz um pedido de inversão de pauta para ser objetivo. Parece que não está sendo assim, mas eu queria fazer uma proposta objetiva. A proposta seria a seguinte: que se desse um prazo de tantos dias para que as comissões se organizassem e elencassem as suas prioridades de temas ou de análises de projetos de lei, considerando as triagens ora feitas ou os temas que os membros de cada comissão queiram debater. Feita essa discussão primeira entre os membros das comissões, que fossem enviados os dez principais temas à Presidência deste Conselho de Comunicação Social para que V. Ex^a pudesse verificar a eventual duplicidade de temas. Havendo duplicidade, V. Ex^a determinaria qual comissão analisaria esse tema e daria um prazo para que... Eu gostaria que fosse assim, é uma sugestão: em vez de esgotarmos comissão por comissão, que andássemos em paralelo. Não sei se os Conselheiros concordam. Hipoteticamente, na reunião do mês de outubro, poderíamos analisar, pautar previamente um tema sobre liberdade de expressão, outro sobre tecnologia, e caminharíamos assim.

Esse será o debate de um novo marco regulatório e não a discussão a formatação de um debate necessariamente organizado. Automaticamente, estaremos debatendo o marco regulatório de uma forma ampla, de forma lato e devidamente organizada.

Então, peço a compreensão. Sei que V. Ex^a quer fazer um regime parlamentarista, mas acho que aí o senhor precisa definir. Isso não é nenhum excesso de prerrogativa, porque V. Ex^a está aí justamente para isso. A sua função seria simplesmente delimitar qual comissão analisaria o tema A em eventual duplicidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO FRANCO – Rapidamente, Presidente. Primeiramente, bom dia a todos e a todas.

Eu creio – e o Jobim já avançou um pouco mais – que já existem aqui mais concordâncias do que discordâncias, e as discordâncias já vêm antecipando um pouco o próprio debate das comissões e o próprio debate do Plenário que será mais profundo e mais profícuo no momento em que houver mais elementos para debatermos.

Então, eu queria fazer uma proposta pragmática em cima das propostas que já foram apresentadas aqui de alguma forma: que as comissões tivessem um prazo de 15 dias – aí eu vou ser muito pragmático – para encaminhar à Mesa as prioridades encontradas dentro das próprias comissões, dando

oportunidade à Mesa, nos 15 dias restantes, de preparar algo para ser debatido na próxima reunião deste Plenário.

Dessa forma, iniciariamos os trabalhos das comissões nesse cenário de mudanças tecnológicas, haja vista que a história da comunicação social não é tão antiga assim, como disse aqui o Conselheiro Walter Ceneviva. Quer dizer, ela não é tão antiga quanto a velocidade das mudanças, como chamou a atenção o Conselheiro Ronaldo, que se acelerou por demais.

Então, eu acho que urge iniciarmos os debates nas comissões. Por isso, uma proposta pragmática para que cada coordenador possa apresentar à Mesa, em 15 dias, as prioridades encontradas dentro das comissões da forma com que foram discutidas não só nos projetos de lei, mas também por interesses dos Conselheiros que queiram apresentar algum tema e que possamos, na próxima reunião plenária, iniciar os trabalhos das comissões já podendo, inclusive, como o Conselheiro Jobim mencionou, eleger temas para serem trazidos ao debate. Basicamente é essa a contribuição.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu não quero fazer um debate com o Conselheiro Jobim a respeito disso, até porque nós concordamos de uma maneira geral com o que estamos dizendo. Ou seja, eu também acho que, no regime presidencial, o presidente e seu vice coordenarão – nós já decidimos sobre isso. O que estou tentando dizer, e que pode ser desta maneira que estou propondo ou não, se a Presidência conseguir fazer isso, é que pensemos o conjunto de debates que estamos fazendo e o conjunto de leis que estão desarticuladas aqui no Congresso, algumas superadas, outras sombreadas, muitas já sem nenhum sentido, que, portanto, o encaminhamento para os debates nas comissões fosse a partir de uma lógica.

E essa lógica eu propus que fosse dada por esta comissão, que me parecia que era uma comissão... Não é à toa que todos nós estamos nesta primeira comissão, porque aí que vai se dar o debate. E pode ser este plenário, e obviamente o plenário vai decidir finalmente, mas ela pode dar uma organizada de alguma maneira. Por isso propus que o Cançado fizesse essa representação. Até porque não é atribuir a ela uma dimensão superior a qualquer outra. Insisto, porque, se essa lógica se estabelecer, eu vou fazer um esforço para estar em todas as comissões e estar em todas as coordenações. Porque nós não estamos em coordenações, eu insisto nisso. Aliás, as coordenações estão majoritariamente a partir das empresas representadas aqui. Ou seja, isso cria uma distorção.

Por que não estamos fazendo esse debate? Por que não estamos acolhendo a situação? Porque nós imaginamos que é possível fazer, a partir de outra lógica, a partir de uma disposição e de um *animus* de debate, o debate nas comissões e depois fazer aqui.

Então é simplesmente nesse sentido que eu propus uma ajuda ao presidente e ao vice de um coordenador de uma comissão que, do meu ponto de vista, tem essa característica. Mas também não é essencial, se essa lógica se implementar. Porque o debate diz muito claramente: é essa lógica ou não é essa lógica.

Ou seja, vamos fazer o debate fatiado e o debate atendendo a projetos com interesse, outros desinteressantes, outros sem o menor sentido, que nós vamos fazer essa seleção. Nós vamos fazer isso. Embora nós não sejamos o Parlamento, nós vamos auxiliar os Srs. Senadores e os Srs. Deputados a partir de uma lógica que nós estamos implementando, que nós estamos constituindo.

Qual é a lógica que estou propondo? E não estou propondo agora, é uma lógica desde a primeira reunião: não tem como nós fugirmos ao debate que está sendo pautado no País, não é de agora, decidir constituirmos um marco regulatório. As empresas precisam disso, do nosso ponto de vista. As empresas precisam para o seu modelo de serviço. O País precisa definir o seu modelo de serviço. Os modelos de negócios estão dependendo dessa definição.

Então, adiamos por demais? Adiamos. Poderíamos ter feito esse debate quando escolhemos a TV Digital, e não o fizemos. Fizemos da pior maneira possível. Estamos atendendo aqui e acolá. Estamos encaminhando como se fossem coisas diferentes. Estamos discutindo o marco regulatório da internet como se fosse diferente do marco regulatório da comunicação social. Desarticuladas as coisas. Nós temos obrigação de articulá-las. Nós temos obrigação de tratar. Faremos onde isso? É o presidente e o vice que farão? Pode ser. Eu propus que dividissem a responsabilidade de articular isso e que nos fosse proposto, e será sempre aqui, Alexandre, para que nós aprovássemos ou não esta lógica. É uma lógica que estou propondo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Gilberto Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Presidente, eu acompanhei atentamente as propostas que se sucederam. Algumas, inclusive, já indicando a perspectiva de algum consenso no encaminhamento do modo pelo qual as comissões temáticas poderão atuar.

Um aspecto que desejaria aqui ressaltar é que não nos é dado reduzir a capacidade de cada uma das comissões. Então, ao se pretender atribuir a uma delas a função de guarda-chuva ou de supercoordenação, isso implicaria diminuir a importância e o grau de contribuição que se espera de cada uma das comissões. A minha proposta, portanto, é que elas sejam mantidas com a autonomia possível e respeitando-se as prioridades que cada uma delas vier a indicar à Presidência, como aqui já foi sugerido.

Eu também faria reparos em relação ao sentido de urgência do debate de alguns temas. Essa é uma decisão política. O sentido de urgência e de

prioridade é uma decisão política. Penso que o órgão auxiliar deverá estar apto a atender aos desafios representados pelas demandas advindas do Congresso, promovendo os seus estudos internos no âmbito das comissões, no plenário, realizando audiências, fazendo convites, mas não substituindo o Parlamento na definição dos caminhos que o Parlamento deve seguir em função de demandas que estão nas ruas, na sociedade, na porta do Parlamento. A função do Conselho não é orientar o Parlamento em relação a suas atribuições, àquilo que efetiva e genuinamente tenha ou não sentido de urgência. Nós devemos analisar o que está em discussão, por meio de diferentes projetos de lei em andamento nas duas Casas, e, aí sim, prestar assessoria, emprestar conhecimento técnico ao debate, mas não substituir as prerrogativas do Parlamento, que são próprias do mandato conferido aos representantes políticos.

Isso não quer dizer que, no âmbito das comissões, os temas sejam devidamente tratados, mas não significa que se fará aqui projeto de lei ou definição, organização de temas, para suprir eventual falta de organização do Parlamento para enfrentar o encaminhamento de temas que são, ao ver desta Casa, mais urgentes, menos urgentes, mais relevantes ou menos.

Resumindo a ideia, acho muito oportuno que os coordenadores sejam convidados a formular indicações de temas considerados relevantes, no âmbito de cada uma das comissões, para que aqui sejam mais adiante conhecidos os trabalhos que vierem a ser desenvolvidos no âmbito das comissões e submetidos ao Plenário para conhecimento e deliberação, se for o caso.

Quando se tratar de estudos, Presidente – e é possível realizá-los –, necessariamente, não há necessidade de deliberação, apenas conhecimento. A oportunidade de realizar estudos e oferecê-los ao Congresso é uma razão a mais da existência do órgão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem. O Conselheiro Jobim pediu a palavra.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, vou tentar contribuir com o debate de forma objetiva, para tentar propor alguma coisa. Nós estamos nos delongando nesses temas.

Eu acho que nós temos duas alternativas. A primeira seria cada coordenador, junto com seus pares de comissão, elencar suas prioridades e enviar à Mesa, mais uma vez. Só que não haja essa duplicidade, independentemente de uma organização por parte da agenda. Temos a agenda das comissões e a agenda do Conselho. Independentemente de iniciarmos um debate sobre macro, conforme propõe o Conselheiro Schröder, com o que concordo, eu acho que esse tema tem que ser feito pelo Conselho de Comunicação, na sua plenitude, e não por uma comissão.

Então, ou nós, os coordenadores juntos com os seus pares, apresentamos as listas de prioridades, para que o Conselho tenha, todos os

conselheiros tenham noção disso aí, ou então se faça o inverso: cada conselheiro coloque as prioridades à Mesa, a Mesa define as prioridades e distribui às comissões. Eu não vejo outra forma de nos tornar o marco zero e colocar a primeira marcha nesses termos. Eu opto pela primeira: um prazo de 15 dias para que os Conselheiros tomem consciência dos temas prioritários e enviem à Mesa tão somente para verificação de eventual duplicidade com os temas, de modo que possa – não sei se já temos alguma pauta para a reunião de outubro – eventualmente tentar trazer já alguma produção de uma ou outra comissão para debate na reunião de outubro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Slaviero.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, sobre a minha manifestação já foi exposto o raciocínio pelo Conselheiro Leifert, que é nesse sentido do Conselheiro Schröder. A preocupação – esse tema já foi exaustivamente debatido aqui – é de que o Conselho não tem um papel formulador. Ou seja, essa organização, essa priorização do Parlamento e do Legislativo é função dos próprios Parlamentares. E o nosso papel – dentro do que o Conselheiro Leifert já disse – é realmente de assessoria e manifestação sobre os projetos de lei aqui tramitando, evitando assim que a gente faça uma sobreposição, até porque os Conselheiros, com toda sua experiência, não terão o subsídio, não terão as informações necessárias como tem o Ministério das Comunicações ou tantos outros órgãos para uma questão como o marco regulatório.

E entre as duas opções colocadas pelo Conselheiro Jobim, para que a gente possa avançar e seguir para o próximo item da pauta, é que o papel do coordenador em si é esse, ou seja, o coordenador de cada comissão que faça, junto com os seus membros, a priorização dos assuntos e encaminhe à Presidência para que a gente possa avançar.

Se cada Conselheiro enviar seus dez itens mais importantes, acho que isso não será muito produtivo, Presidente. E aí, o senhor, com seu Vice-Presidente, elencam as prioridades do Conselho para que os trabalhos possa ter andamento.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Olha, eu tento. Em determinados momentos nós temos que seguir o Regimento Interno, em determinados momentos a gente tem que atender ao Congresso, mas também acredito que temos autonomia para poder pontuar questões que não estão lá ou questões que não estão no Regimento. Cabe a nós ter a sensibilidade dessa prioridade.

Coloquei o tema em discussão – acho que foi muito legal – e quero saber a autonomia que temos como comissão, porque senão... Se quiserem, já tenho aqui uma lista dos temas para discutirmos sobre todas as comissões. Agora, eu quero saber quando nós iremos pautar isso. Não temos que ficar discutindo aqui se vai, se não vai. Temos que ser agora pragmáticos: de que forma vamos dar início nas comissões? Estou falando isso por conta de ser coordenador.

É uma pena o Schröder não ter podido estar presente – viu, Schröder? – nas reuniões que foram definindo os coordenadores, porque eu gostaria muito de tê-lo na presidência de uma coordenação. É uma pena você e a suplente da Fenaj não terem reivindicado uma coordenação. Eu, como representante da sociedade civil e dos trabalhadores, me sinto fragilizado, vamos dizer assim.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem.

Pois não, Conselheiro Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, acredito que essa questão de se o Conselho tem a possibilidade e a autonomia para propor temas a partir dos seus próprios conselheiros já foi uma questão superada. Nós já debatemos isso quando reformulamos o Regimento Interno, que, inclusive, recebemos. O art. 3º ficou da seguinte forma:

O Conselho de Comunicação Social terá como atribuição a realização de estudos, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional ou por solicitação de qualquer um dos membros do Conselho, do Poder Executivo ou de entidades da sociedade civil, a respeito do Título VIII, Capítulo V (Da Comunicação Social), Da Comunicação Social, da Constituição Federal, em especial sobre [...]

E aí tem toda uma lista de temas que são elencados.

Então, nós já debatemos isso, e o assunto foi superado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani Tempesta) – Muito bem. Temos de chegar agora a uma conclusão, e parece-me que esta tem que ser minha agora, não é?

Eu creio que, de certa forma, nas nossas reuniões durante esses meses, nós respondemos às demandas que tinham se acumulado anteriormente à vigência deste Conselho. Então, foi uma avalanche de situações, de leis, de legislações e de audiências que nós tivemos, para poder fazer jus às várias solicitações ainda possíveis.

Tivemos a oportunidade de elaborar um novo Regimento, de adaptar, naquilo que era necessário. As comissões temáticas apareceram logo no

início. Desde o início, foram discutidas e sempre foi deixado para adiante, para depois que nós tivéssemos resolvido as várias questões que estavam pendentes.

Também votamos e fizemos uma legislação sobre como é que funcionam as comissões.

Eu creio que agora chegou o momento de darmos o passo. É aquilo que o Conselheiro Nascimento está dizendo, que é necessário darmos o passo tanto almejado, desde o início, por estas comissões de estudos, que são cinco comissões, que são abrangentes.

Como foi colocado aqui, nós temos duas dificuldades: a repetição de temas e o fato de que grande parte do Conselho faz parte de cada comissão, e toma-se difícil reunir, ao mesmo tempo, todo mundo. Não pode haver as comissões ao mesmo tempo, porque quase todos os conselheiros fazem parte. Então, uma proposta, ouvido o Conselho, que eu faço aos nossos pares: creio que ficou um consenso de que... Falaram em 15 dias. Eu digo 20 dias, para que cada coordenador consulte seus pares de cada comissão sobre a lista de prioridades de cada comissão, ou seja, as prioridades todas que possam surgir. Então, o coordenador consulta seus pares e passa aqui para a assessoria, e podem dividir também para todos os Conselheiros, democraticamente.

Quanto à questão do presidencialismo ou parlamentarismo, eu creio que a gente poderia fazer o seguinte – eu sou mais parlamentarista nesse sentido: passaríamos à nossa assessoria no Senado, que tem tanta capacidade, para que eles mesmos elencassem os temas redundantes, repetidos, e, na próxima reunião, nós colocaríamos aqui quais são os temas repetidos, e votaríamos qual a Comissão que assumiria aquele tema ou não, sem precisar de uma decisão unilateral do Presidente. Assim, todo mundo vai poder colaborar nesse sentido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta.) – Então, o discernimento viria, principalmente na próxima reunião, depois de elencarmos as prioridades, depois de a nossa assessoria colocar os temas repetidos, e então nós votaríamos quais são os temas.

Ai teríamos que enfrentar outra questão, que é como serão feitas essas reuniões. Eu creio que, num primeiro momento, com o avanço tecnológico, as reuniões podem ser virtuais, por *e-mails* e, evidentemente, por várias consultas, mas creio que também são necessárias reuniões presenciais, que teriam que ser marcadas pelos vários coordenadores, evidentemente. Nesse sentido, creio que os coordenadores entrarão em contato quando for necessária uma reunião presencial e quando for possível ter uma reunião apenas virtual de discussão de temas.

A sugestão é que, como nós temos nossa reunião a partir das 11h30 da manhã, normalmente, a primeira parte da manhã, das 9h às 11h30, pode ser utilizada aqui, agendando-se com antecedência o local, para alguma reunião

presencial necessária, sendo que quase todos os Conselheiros fazem parte de quase todas as comissões, e podem estabelecer datas com relação a isso.

Há também outra ideia, que se pode discutir posteriormente, sobre datas, formas e conteúdo da apresentação, de como serão apresentados. Houve aqui toda uma conversa de não ser necessário que nós terminemos isso dentro do mandato que está confiado a nós. Claro que não é possível mesmo, devido ao número de temas, mas ao menos que cada comissão tivesse seu momento de apresentar durante o seu mandato, porque nem todos nós podemos ser reconduzidos – nós temos de ter bem claro isso –, então, é preciso dar seu recado sobre aquilo que trabalhou, para uma posterior comissão poder aproveitar-se daquilo que foi trabalhado e colocado.

Mas isso aí pode ser conversado depois: datas, formas e conteúdos, nós podemos dar o passo seguinte. Para a próxima reunião de outubro, minha sugestão é que, depois que cada coordenador tiver levantado os temas, dez ou mais temas nesse sentido, as listas de prioridades de sua comissão, apresente a todos os demais, apresente também à Presidência e a nossa assessoria, que vai dizer quais são os temas que são mais ou menos parecidos e que poderão ser votados na próxima reunião e para qual comissão fica. A partir daí, cada coordenador decide como fazer essas reuniões – se virtuais ou presenciais – e talvez na próxima semana também possa fazer uma possível apresentação de algum tema para os próximos meses.

É a sugestão que coloco aos senhores para uma liberação, para darmos o passo seguinte.

Pois não, Nascimento.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Presidente, do simpósio o senhor tem alguma informação para nos dar? Na próxima reunião, que será em outubro, está agendado o simpósio casado com a nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Tem razão, mas geralmente quem tem notícia é o...

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Eu não queria colocar numa situação... Só para pontuar isso. Estou sugerindo que nós façamos uma reunião extraordinária para discutir somente esse ponto que vai dar pano para manga, os pontos prioritários e tudo o mais, depois de serem elencados os dez, quinze, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Alguém me perguntou mesmo se tinha algum tema e eu não me recordei disso. Alguém tem notícia desse simpósio no mês de outubro?

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – O que se discutiu na última reunião, no almoço, foi a definição dos nomes. Eu acredito que alguém deva trazer essa informação da Secretaria do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Porque tinham até pedido uma mudança de data inclusive, e essa data não foi ainda fixada, que eu me recorde.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – O Vice-Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Exatamente. O Vice-Presidente ficou de ver, mas ele está ausente hoje.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu acho, Presidente – é um mero “achismo” – que, diante de um seminário tão importante dessa natureza nós não termos hoje uma definição, uma divulgação para outubro não sei se ocorrerá. Mas isso aí quem poderia responder era o Vice-Presidente, que ficou de fazer esse contato com o Presidente Renan; não foi nem uma comissão, foi ele sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – No intervalo do almoço, vamos telefonar a ele para perguntar se existe alguma data e, se existe, nós a traremos depois do almoço.

Pois não, Nascimento.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Eu quero só sugerir, para nós não cometermos o mesmo erro, que as próximas comissões não sejam só de um, que tenha pelo menos mais um interlocutor para ajudar. Eu me lembro inclusive que o Conselheiro Jobim ficou responsável, juntamente com o Vice-Presidente, por resolver esta questão dos suplentes. Mas a informação que nós temos, a resposta que se deu é que eles ainda não...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Estão ainda encaminhando.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – ...estão encaminhando.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Para deixar registrado que eu não fiquei responsável, não, Nascimento. Eu me coloquei à disposição de ajudar. É de um assunto de maior interesse inclusive para, digamos, aferir a ação que V. Ex^a representa. Eu acho que, na verdade, o senhor que teria que fazer isso. Eu me coloquei à disposição para ajudar caso necessário e a resposta que o Presidente leu já na abertura da reunião é que foram feitos esforços e que o Presidente Renan está com impossibilidade em função de uma análise de pauta. Eu sequer sei – acho que aí o Vice-Presidente poderia esclarecer – quais os nomes que existem. Eu não sei absolutamente nada. Ele não me passou.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não, Nascimento.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Eu sei da responsabilidade que eu tenho com relação a esta questão do suplente. Mais do que o nobre Conselheiro, eu tenho dificuldades de concretizar isso. Quando o Conselheiro disse que iria ajudar, eu, mais uma vez, acreditei que poderia ter ajudado. Mas o senhor está me dizendo que a responsabilidade seria minha.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Não.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Mas eu vou fazer o seguinte: para não virar debate...

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Só um aparte, Nascimento. Só um aparte, por gentileza. Eu só quero registrar que você afirmou da seguinte forma: “Foi formada uma comissão, onde o Alexandre Jobim estaria responsável.” Não é verdade. Só isso.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – O.k. Está correto.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sr. Presidente, eu percebo, pelo relógio, que falta um minuto para uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Isso.

E a glicose já baixou, não é?.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Já. E eu queria fazer um pedido a V. Exª e aos nossos colegas conselheiros. Pode ser que eu tenha um impedimento profissional, que eu vou verificar durante a hora do almoço e eu não estaria de volta aqui para a segunda metade. E foi justamente eu que pedi que se abordasse o tema da audiência.

Então, se os companheiros e V. Exª concedessem oito minutos, acredito que eu seria capaz de fazer meu pronunciamento antes do almoço para que seguissem os demais na etapa subsequente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Só queria saber se nós podemos seguir a conclusão a que cheguei. Se todo mundo concorda com essa forma...

Sim? Está aprovado.

Muito bem.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Quero deixar registrado que é um presidencialismo consensual, mas a sua proposta foi justamente aceita por todos. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Obrigado.

Estamos vamos dar oito minutos para o Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Como tive oportunidade de dizer na reunião anterior, considere histórica a reunião que o Conselho de Comunicação Social foi capaz de implementar. Saúdo a assessoria, que foi capaz de trazer representantes importantíssimos da Agência Nacional do Cinema, da Agência Nacional de Telecomunicações e do Conselho Administrativo da Defesa Econômica, para explicar e para dar ao conhecimento do Conselho de que forma e em que medida tais autarquias estariam interagindo para fazer valer e dar vigência a uma lei de enorme importância, que é a lei do audiovisual pago no Brasil – Lei nº 12.485.

Antes de me referir aos pronunciamentos que nos ouvimos, queria fazer um registro crítico à imprensa especializada do setor. O evento, como eu disse, foi histórico; houve polêmica sobre, por exemplo, formas de regulação de certos tipos de oferta; houve notícia de efetiva integração entre as agências e coisas desse porte e, todavia, a imprensa especializada pinça uma ou duas frases e faz de um evento de tamanha importância uma coisinha pequena, uma coisinha de importância secundária.

Lamento, como leitor e telespectador, que essa seja uma das características do ambiente digital que nós vivemos, um ambiente superficial, um ambiente de trivialidade e irrelevância. E digo isso como uma provocação para que os meus fornecedores de informação tenham um empenho como eu gostaria que eles tivessem de entregar, não para mim como conselheiro, não para mim como cidadão, mas para cada qual dos brasileiros interessados no tema, uma informação profunda, precisa e exata, distante da trivialidade a que assistimos na cobertura do que se deu.

Dentre os assuntos que merecem destaque, segundo entendo, o principal de todos foi o de identificar efetiva interação entre a Anatel e Ancine, que respondem cada qual das agências por porções cruciais da distribuição do audiovisual pago no Brasil. Insisto, audiovisual pago porque há o audiovisual gratuito, que é a televisão aberta, que não foi objeto da nossa audiência. O tema era "o audiovisual pago." Como disse o Conselheiro Bechara, a Agência Nacional de Telecomunicações regula a distribuição da *pizza*, como se o conteúdo fosse uma *pizza*, numa metáfora bem-humorada. E a Ancine (Agência Nacional de Cinema) cuida da fabricação dessa *pizza*. E ambos, o Conselheiro Bechara e o Diretor Manuel Rangel, deram notícia de efetiva atuação integrada. Isso é muito importante. Deram notícia sobre discrepância de visão em relação à regulação do que se chama no anglicismo de "*video on demand*" ou "*over the top*". A Lei nº 12.485 tem designações para isso, do vídeo sob demanda ou do vídeo por encomenda.

E essa circunstância de que não haja uniformidade ainda com relação à interpretação da lei é importante e deve ser objeto da atenção das agências e nosso também, na medida em que há atores nacionais e estrangeiros fazendo distribuição de vídeos sob essa modalidade. E as agências revelam ainda terem dúvida. Devemos, então, nós, conselheiros, ter em mente essa circunstância.

Especificamente em relação à apresentação da Anatel, é muito importante entender a missão dela. Ela garante que a infraestrutura brasileira de telecomunicação possa estar a postos da disposição da distribuição do audiovisual. E nessa medida, preocupa-me um aspecto: nas discussões internas da Agência – discussões estas às quais nós tomamos acesso através dos documentos disponíveis no sítio da internet da própria Anatel, verificamos que o Conselho Diretor tem escolhido temas que eles consideram estar sujeitos ao

escopo de apreciação do Conselho de Comunicação Social, e tem escolhido temas que, segundo a visão do Conselho Diretor da Anatel, não seriam tais que envolvessem a apreciação do Conselho de Comunicação Social.

Fazendo esse registro – e insisto que isso está documentado nos documentos internos da Anatel –, registro a minha preocupação. Entendo que, salvo deliberação nossa, salvo deliberação do próprio Conselho de Comunicação Social, todos os temas que digam respeito à regulação da Lei nº 12.485 devem, sim, passar pelo Conselho de Comunicação Social. Insisto: salvo se nós, membros, em entendimento com a própria Agência, resolvermos dispensar essa interação pela característica, pela relevância ou pela peculiaridade do tema.

Por fim, quero fazer um registro do material que nós recebemos da assessoria: o Ofício nº 377, de 2013, da Anatel, que, de certa maneira, responde a uma consulta formulada pelo Conselheiro Ronaldo Lemos, onde afirma, no item 4.7 – e o afirma coerentemente com aquilo que nos explicou o Conselheiro Bechara –, que, apesar de não caber à Anatel detalhar o assunto, relativamente aos registros dos *logs* dos brasileiros, quando se conectam à internet, segundo a Anatel, é de inadiável importância a previsão de prazo para guarda dos registros de conexão, com acesso às autoridades competentes.

Faço esse registro para que também esse tema esteja na mente e na pauta do Conselho de Comunicação Social.

A Anatel chamou para si uma responsabilidade para atender uma demanda premente. Todavia, essa responsabilidade não é dela. Quando uma intervenção assim voluntária é bem-sucedida, como talvez seja o caso, isso é o bem; quando não é bem-sucedida, quando é atabaliária, isso se chama “autoritarismo”. Então, registro a minha preocupação com que, sendo importante que houvesse essa intervenção imediata, isso não se constitua em regra. A competência da Anatel não inclui o regramento dos serviços que não são de telecomunicações, mesmo em caso de urgência. A Constituição do Brasil e o Estado de direito preveem, para casos de urgência, a adoção de medida provisória, não a adoção de um regulamento de uma autarquia ligada ao Poder Executivo.

Com relação à participação do Presidente da Ancine, Manoel Rangel, mais que tudo, gostaria de fazer um registro que considero fundamental: houve uma discussão sobre a sua recondução, e eu considero impreciso ou inadequado chamá-lo de “Presidente reconduzido”. O Presidente Manoel Rangel tem um novo mandato. Descortina-se perante a Ancine e perante o Presidente um novo mandato pós Lei nº 12.485; um novo mandato do novo regime do audiovisual brasileiro. De tal maneira que o mandato e a responsabilidade do Presidente Manoel Rangel, sendo novos, são ainda mais importantes. E eu saúdo o trabalho que ele vem fazendo até esse momento. Considerá-lo como um continuísmo puro e simples é não entender a importância da missão da Ancine neste momento.

Como membro da Comissão, havia pleiteado e gostaria de reiterar o pleito – nós, Conselheiros, aprovamos e entendo que cabe uma reiteração do Conselho – de que a Agência Nacional do Cinema (Ancine) nos proveja com informações, com fatos e dados, sobre a evolução periódica do mercado do audiovisual.

Quero aderir a uma preocupação que o Presidente Manoel Rangel formulou a respeito do preço dos canais. É evidente que nem a Anatel, nem a Ancine devem regular preço – e, no ambiente de liberdade de iniciativa, a regulação estatal de preços não é constitucional, portanto, no Brasil, não há regulação estatal de preços. Contudo, há uma preocupação importante que nos manifestou o Conselheiro Manoel Rangel de que os valores pagos pelas distribuidoras, ou seja, pelas empresas de televisão pagas, podem ser insuficiente para remunerar a produção de canais brasileiros. Sendo isso verdade – e tenho certeza de que o Presidente Manoel Rangel tem elementos suficientes para chegar a tal conclusão –, isso também deve ser preocupação de nós, Conselheiros.

Com relação à participação do Cade, foi importante saber que a autoridade da concorrência está atenta, muito embora não se justificasse – e isso ficou bastante claro – qualquer tipo de interação proativa. O Cade, como tribunal da concorrência, age por provocação, e a interação mais importante é a que se verificou: a interação entre a Ancine e a Anatel.

Fazendo esses registros, eu reitero a minha proposta, feita na reunião anterior, de que os registros dessa nossa reunião de hoje sejam encaminhados aos três debatedores da audiência pública anterior para que eles possam ter conhecimento de como é que o Conselho recebeu as informações, as explicações, as avaliações e as análises foram tão bem apresentadas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem. Todo mundo anota quais são as próximas perguntas e intervenções para depois do almoço. Vamos sair agora e fazer o nosso intervalo...

Pois não, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. Na reunião passada, em que tivemos audiência pública, quem propôs a audiência pública, por ser um dos maiores *expert* no assunto, foi justamente o Conselheiro Walter Ceneviva, que, infelizmente, não pôde falar naquele momento em função do tempo. Foi uma audiência longuíssima, e ele queria expor, digamos, essa conclusão, e que agora teve a oportunidade. E já adiantou que talvez não possa estar na segunda parte da reunião.

Eu queria que V. Ex^a pudesse fazer uma sondagem junto aos Conselheiros se temos um debate efetivamente a fazer ou não. Porque, se não tivermos, não seria o caso de ter a extensão da reunião numa segunda parte.

É só um questionamento de ordem prática.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Coloco em discussão aos Conselheiros se após a palavra do nosso Conselheiro Walter Ceneviva, se interessa continuar a discussão da audiência pública da 6ª Reunião ou podemos dá-la por concluída?

Pois não, Conselheiro Nascimento.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Eu acho que vai depender muito da participação do Conselheiro Ceneviva. Se ele está dizendo que não vem – é isso? *(Pausa.)*

O.k. Então, sou favorável que a gente termine por aqui a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Os demais Conselheiros querem se pronunciar? *(Pausa.)*

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, rapidamente, eu gostaria de subscrever na íntegra o pronunciamento do Conselheiro Walter Ceneviva. Acredito ser importante que a Anatel seja efetivamente notificada de que tudo que houver com relação à lei do SeAC for normatizado a partir da Agência deve, sim, ter a participação do Conselho de Comunicação Social. E não só subscrever na íntegra a opinião do Conselheiro Ceneviva, mas também adicionar que, no ofício enviado pela Anatel, no que tange à questão do Clube de Engenharia, uma pergunta feita pelo Conselheiro Nascimento, a Anatel fez uma resposta que me chamou a atenção, dizendo não conhecer a existência da entidade Clube de Engenharia, que é uma das entidades mais tradicionais inclusive aqui no Brasil, atuando expressivamente com relação ao tema da comunicação.

Então, eu gostaria de fazer esse registro para que conste também no momento em que esse nosso debate for encaminhado à Agência.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Nascimento Silva...

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Como eu imaginei que na parte da tarde a gente poderia pontuar essas questões, eu tomei a liberdade de ligar para o Clube, aqui em Brasília, e, infelizmente, não me deram retorno, porque, querendo ou não, eu sou representante da sociedade civil. Queria muito, em função da conversa que nós tivemos aqui, e não me deram resposta. Deixei telefone, contatos, enfim, e tudo o mais, e não foi possível. Estou aguardando até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Os Conselheiros se dão por satisfeitos sobre aquela discussão prevista em nossa pauta? *(Pausa.)*

Então, esta encerrada a Ordem do Dia prevista para a presente reunião.

Passamos, agora, à fase das comunicações.

Consulto os Conselheiros, de acordo com o art. 39, §6º, do nosso Regimento Interno, se gostariam de fazer uso da palavra para comunicações diversas e sugestões de pauta para a nossa próxima reunião? *(Pausa.)*

Aqui vai ficar a questão de saber se nós vamos ou não ter o simpósio. Se não houver o simpósio, fica previsto justamente esse assunto continuar vivo: 20 dias para o tema e depois a escolha... Dez dias para confrontar um com o outro é simples, não é?

Nada mais? *(Pausa.)*

Encerrada as manifestações dos Conselheiros, consulto se algum representante da sociedade civil nesta reunião gostaria de se apresentar e se manifestar? *(Pausa.)*

Atendidas às finalidades da presente reunião, declaro encerrados os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária de 2013 do Conselho de Comunicação Social, já convocando a 8ª Reunião ordinária do ano, nos termos regimentais para o dia 07 de outubro, caso não seja diferenciado em relação ao simpósio.

Consulto os Conselheiros sobre o horário da reunião: deve ser mantido o horário ordinário das 14h às 17h ou faremos uma antecipação para as 11h30? *(Pausa.)*

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, eu acho que isso vai depender um pouco se nós teremos ou não o seminário...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – E se não tivermos o seminário?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu acho que poderíamos manter a antecipação para...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Às 11h30.

Com o seminário, será um horário especial.

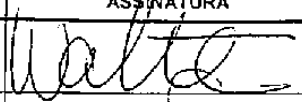
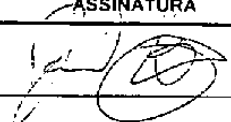
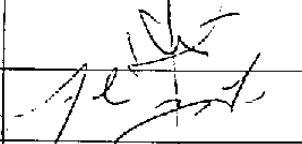
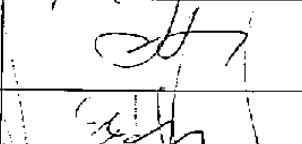
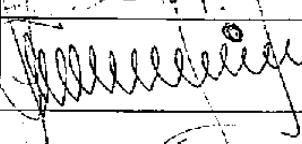
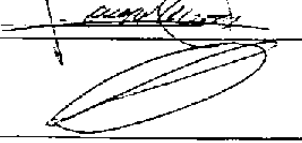
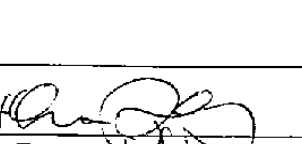
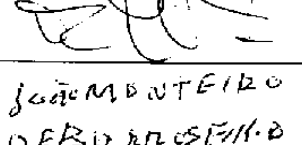
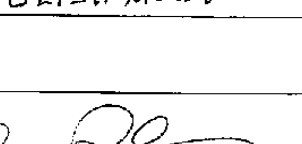
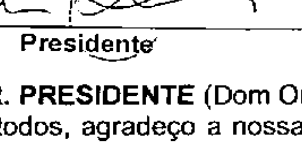
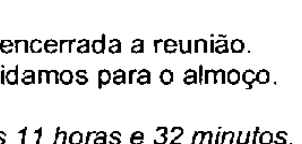
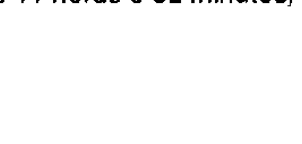
DOCUMENTO PERTINENTE À 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2013, A SER PUBLICADO JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença.

**7ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 2 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 11H30,
NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA
Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio		DANIEL PIMENTEL SLAVIERO	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		MÁRCIO NOVAES	
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LOURIVAL SANTOS	
ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		LILIANA NAKONECHNYJ	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARIA JOSÉ BRAGA	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		VAGO¹	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		MÁRIO MARCELO	
LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		PEDRO PABLO LAZZARINI	
MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da sociedade civil		WRANA PANIZZI	
DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da sociedade civil		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA	
RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil		VAGO²	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VITOR CASTIEL)	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		LEONARDO PETRELLI	

VISTO:


Presidente

em 2 de setembro de 2013

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, agradeço a participação de todos, agradeço a nossa assessoria e desejo a todos uma boa tarde.

Está encerrada a reunião.
Convidamos para o almoço.

(Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

07/10/2013

Segunda-feira

11h	Sessão conjunta solene do Congresso Nacional destinada a comemorar os 60 anos da Petrobrás Plenário do Senado

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-PTB - Osvaldo Sobrinho* (S)
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PSD/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP

Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Graziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 14

PSDB-11 / DEM-3

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 14

PTB-7 / PR-5 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Ribeiro.	PR/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR
Oswaldo Sobrinho.	PTB/MT

SDD - 1

Vicentinho Alves.	TO
------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco Parlamentar Minoria.	14
Bloco Parlamentar União e Força.	14
SDD.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Osvaldo Sobrinho* (Bloco-PTB-MT)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos -

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5 Adir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106,110)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>SDD - 1</p> <p>Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

Leitura: 10/07/2013

Instalação: 03/09/2013

Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Roberto Requião (PMDB-PR) ^(1,8)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽²⁾	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾
Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).

2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Aníbal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).

3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).

4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).

5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).

6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).

8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).

9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).

10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 18/10/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 18/11/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 02/12/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 16/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(6,10,11,13)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Recebimento de emendas perante as Comissões : 21/08/2013 a 18/10/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 21/10/2013 a 18/11/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 19/11/2013 a 02/12/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 06/12/2013 a 16/12/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

*****. Em 20.08.2013, foi lido o Ofício nº 39/2013-CT Reforma Código Penal, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 1.034, de 2012; a reabertura dos prazos; e a prorrogação, por mais cinco dias úteis, do prazo para apresentação de emendas.

*****. Em 28.08.2013, foi lido o Ofício nº 40/2013-CT Reforma Código Penal, que solicita a prorrogação do prazo para apresentação de emendas até o dia 13 de setembro de 2013 e, conseqüentemente, a recontagem dos demais prazos.

*****. Em 12.09.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.050, de 2013, que prorroga o prazo para apresentação de emendas na Comissão até o dia 18 de outubro de 2013.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Nºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

14. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

2) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado n.ºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 28/11/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- *****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
- *****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
 3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
 4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
 5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
 6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
 7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
 10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
 11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

***. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

****. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)**

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

6) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Prazo final: 12/06/2013

Prazo prorrogado: 09/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(5,6,8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

***. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

***. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

****. Em 04.09.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.029, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

8. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes ⁽¹⁾

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

Prazo final: 02/06/2013

Prazo final prorrogado: 09/12/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugietto

Roberto Charles de Menezes Dias

Técio Lins e Silva

Luís Alexandre Rassi

Sergio Alexandre Meneses Habib

Marco Aurélio Belizze

Maurício Kuehne

Augusto Eduardo de Souza Rossini

Luciano Losekann

Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:

*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.

**. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

****. Em 01.10.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.153, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 70 dias.

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012

Instalação: 17/04/2013

Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,3,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).
9. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/12/2013

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

***. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

****. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

*****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

**10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL**

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha

VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto

RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

Prazo final: 03/12/2013

MEMBROS

João Otávio de Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnoldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleantho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Unie Caminha

Notas:

*. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

***. Em 1.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 42, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 30 dias.

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 3303 4854

E-mail: sscepi@senado.leg.br

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)**Finalidade:** Atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Ato do Presidente nº 19, de 2013)

Número de membros: 8**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu (PSD-TO)**RELATOR REVISOR:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)**Ato do Presidente do Senado Federal:** 28/05/2013**Instalação:** 13/06/2013**Prazo final:** 12/08/2013**Prazo final prorrogado:** 11/11/2013**MEMBROS**

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senadora Kátia Abreu (PSD)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Wilder Moraes (DEM)

Notas:

*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.

**. Em 2.7.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 28, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 60 dias.

***. Prazos recontados, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

****. Em 30.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 41, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 30 dias.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins**Telefone(s):** 61 33033501**Fax:** 61 33031176**E-mail:** sscepi@senado.leg.br

**12) CESP - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES
PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.

(Ato do Presidente nº 36, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

13) CESP - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Atos do Presidente n^os 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n^o 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n^o 37, de 2013.

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(61,10,14)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁷⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(46,47,70,34,35)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(60,17,22)
Valdir Raupp (PMDB) ^(49,50,60,73,36,37)	3. VAGO ⁽⁶⁰⁾
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(60,3,7,16,26,27)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(60,11,12,18,20)	9. Benedito de Lira (PP) ^(60,5)
Kátia Abreu (PSD) ^(43,44,55,59,60,23,25)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(56,1)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(56,2)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(79,81,30)	5. Wilder Moraes (DEM) ^(40,4,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,67,75,78)

Blairo Maggi (PR) (53,67,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) (51,52,67,71,72,76,38,39)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)	4. João Ribeiro (PR) (67,77,80,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL— determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares, e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR).
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
 7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
 8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- ***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Domelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).

3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. VAGO ^(23,30,35,49)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Oswaldo Sobrinho (PTB) ^(50,52)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
João Ribeiro (PR) ^(28,29,32,39,41,47,48,51)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL— determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDb).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDb)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDb).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDb).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDb nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDb nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(23,82)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,87,89)
Ana Rita (PT) ^(54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,75)
Anibal Diniz (PT) ^(6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(8,78)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁶⁾	8. Lindbergh Farias (PT) ^(91,93)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁷⁾	9. Wellington Dias (PT) ⁽⁹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) ^(2,4,16,20,27,39,50,76,94,98)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(1,15,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,76)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(13,16,39,50,52,53,63,64,76)
Sérgio Souza (PMDB) ^(39,50,76)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(14,16,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,76)
Paulo Davim (PV) ^(26,39,76,103)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,76)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,76)
Sérgio Petecão (PSD) ^(40,41,43,70,73,76)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,76)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁹⁴⁾	9. Lobão Filho (PMDB) ^(88,95,96,97,102)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(71,72,99,100)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(11,71,85)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁵⁾	5. Cyro Miranda (PSDB) ^(85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(38,59)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸¹⁾	1. Gim (PTB) ^(5,45,65,80,81)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,81,83,84)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(10,45,79,81)
Magno Malta (PR) ⁽⁸¹⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(19,21,34,35,66,67,81)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸¹⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,81,90,101)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lidice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³⁰⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁸⁰⁾	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) ^(41,44,60)
VAGO ^(17,41,60,74)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(41,44,75)
Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PSD) ^(41,44,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(8,42,43,59,61,62,76,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(39,48)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66)
Gim (PTB) ^(66,71,72,73,77)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(1,40,66,67)
Oswaldo Sobrinho (PTB) ^(11,24,66,79)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(34,35,57,66,73)
VAGO ^(24,58,66)	4. VAGO ^(49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cicero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cicero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(63,67)
Acir Gurgacz (PDT) ^(8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) ⁽⁶⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) ^(16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) ^(9,10,19,21,55)	6. VAGO ^(6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(50,52,72,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. Cyro Miranda (PSDB) ^(23,45,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) ^(1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) ^(2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,49,51,59,65)	2. VAGO ^(39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽¹⁾

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) ^(72,10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) ^(21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO ^(67,58)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(6,8,25,32,58)
VAGO ^(70,2,11,27,28,29,40,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO ^(62,16,30,58)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(61,71,3,7,15,34,44)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(17,35,43,52)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(41,49)	
Magno Malta (PR) ^(65,1,54)	1. VAGO ^(65,45,53)
Gim (PTB) ^(64,65,69,9,42)	2. VAGO ^(63,65)
Eduardo Lopes (PRB) ^(65,73)	3. VAGO ^(65,48,51,55)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL— determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012-BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012-BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipenibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 - Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 - Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(7,48)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Aníbal Diniz (PT) ^(5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(10,30,45,55,56)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,47)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(19,20,37,47,54)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Domelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDB AG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e Of. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(19,20)
Acir Gurgacz (PDT) ^(30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(25,54,2,3,10)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(25,54,9)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22,25,54,11)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(14,26,27,29,50,53,54,5,6,12)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(51,1,4)	3. VAGO ^(51,61,4,7)
Wilder Moraes (DEM) ^(28,36)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(28,37,68,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(24,40)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(35,45,57,60)	2. VAGO ^(60,66)
João Ribeiro (PR) ^(34,60,62,63,69)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).

2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).

3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).

4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.

7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.

13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(47,2)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(42,14)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(42,20,21,22,28,31)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(42,3,37)
Ciro Nogueira (PP) ^(42,15,34)	4. Ivo Cassol (PP) ^(42,26)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) ⁽⁴²⁾	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(41,5,12,19)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(41,6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,36)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(50,51,52,55,30)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
João Ribeiro (PR) ^(50,53,54,56)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL— determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lidice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO ^(10,11)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶²⁾	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(17,62)
Kátia Abreu (PSD) ^(31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) ^(24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,60,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,9,14,60)
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(72,74)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(37,45)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL - determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).
69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(16,29,39,41)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL— determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zezé Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Paulo Paim (PT) ⁽³⁾	3. Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Wilder Moraes (DEM) ⁽⁷⁾	2. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	1.
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.

2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).

3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013

5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).

6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).

4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Sérgio Souza (PR)		1.	VAGO
Valdir Raupp (RO)		2.	VAGO
João Alberto Souza (MA)		3.	VAGO
Romero Jucá (RR)		4.	VAGO
PT			
Wellington Dias (PI)		1.	Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)		2.	Paulo Paim (RS)
Aníbal Diniz (AC)		3.	Angela Portela (RR)
PSDB			
Mário Couto (PA)		1.	Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2.	VAGO
PTB			
Gim (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PP			
Ciro Nogueira (PI)		1.	
PDT			
Acir Gurgacz (RO)		1.	
PSB			
Lídice da Mata (BA)		1.	Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM			
Jayme Campos (MT) (2)		1.	Maria do Carmo Alves (SE)
PR			
Antonio Carlos Rodrigues (SP)		1.	VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 13/09/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (2)	COORDENADOR

Atualização: 13/09/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTBVAGO ⁽²⁾**PP**

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1  Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPcB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada

André Lima (3)

Pesquisador com produção científica relevante

Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles (3)

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Rui Carlos Ottoni (3)

Atualização: 11/07/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.n° 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**MEMBROS****PMDB**Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾**PT**Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾**PSDB**Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾**PTB****PP**Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾**PDT**João Durval (BA) ⁽⁷⁾**PSB**Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR****PSD**Kátia Abreu (TO) ⁽³⁾**PCdoB**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV****PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾**PSC**Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**
(Resolução nº 1/2006-CN)**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO ³**

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)^{8 e 9}
2º Vice-Presidente: ^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 9}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airtton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE) ⁷
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.

9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PSD/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airtton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Moraes (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) ^{6, 10, 28, 30 e 31}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{6 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

-8-

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 e 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 21}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 20}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 20}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 e 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 e 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noê, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

21- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) ^{3, 6 e 7}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino ⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CÉ)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Prazo Final: 30-9-2013⁴

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	
Edinho Araújo (PMDB/SP)	
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	

Senado Federal

Titulares	Suplentes⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PSD/TO) ⁷
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Jorge Viana (PT/AC)	
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

sccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima ²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer ²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling ²

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha ³
Eduardo Azeredo	
Vago ⁴	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Vago ⁵	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Gim ⁶
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz ⁵
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares ⁴	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Moraes	Jayme Campos (DEM/MT) ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Luiz Henrique ⁹	Eduardo Amorim

(Atualizada em 26.09.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. Nº 759/2013-PSDB.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. Nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.brwww.camara.gov.br/mercosul

Edição de hoje: 298 páginas
(OS: 16021/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

